



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**EJA: UM ESTUDO DE CASO NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE
JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MENDONÇA
ALVES E NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Iolanda Pereira Santana

Asunción, Paraguay

2021

Iolanda Pereira Santana

**EJA: UM ESTUDO DE CASO NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE
JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
MENDONÇA ALVES E NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

Tese apresentada, defendida e aprovada para curso de Pós-Graduação em Educação da Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación da Universidade Autónoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Daniel González González

Asunción, Paraguay

2021

Iolanda Pereira Santana

EJA: UM ESTUDO DE CASO NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MENDONÇA ALVES E NO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dr. Daniel González González

Tese de Mestrado em Ciências da Educação. p.– UAA, 2021.

Palavras Chave:

1. Programa Educacional 2. EJA 3. Alfabetização 4. Letramento 5. Jovens e Adultos

Iolanda Pereira Santana

**EJA: UM ESTUDO DE CASO NA ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA DE ENSINO
FUNDAMENTAL MENDONÇA ALVES E NO CENTRO DE REFERÊNCIA E
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Esta tese foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação,
pela Universidade Autónoma de Asunción - UAA

Ao conjunto dos profissionais da educação seja qual for sua localização geográfica, categoria especial, um grupo de pessoas engajadas na construção do conhecimento, cada um com sua parte constrói o todo, que constrói outros saberes, oferecendo oportunidades para todos, pois não basta somente aprender a ler e escrever, mas precisamente aprender a lê o mundo e sua história, ambiente em que vivemos, identificando oprimidos e opressores, aprender a lutar, acreditar, sonhar que o mundo pode ser melhor e o primeiro passo é poder dizer não sou analfabeto, agora posso crescer, mudar minha história e de outras pessoas.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus primeiramente pela oportunidade de realizar o Curso de Mestrado com saúde para enfrentar as dificuldades que sempre aparecem no caminho.

A minha família que colaborou e incentivou ir até o fim, me ajudando superar as dificuldades, faço menção principalmente a meus pais (in memória) que compreendiam a importância da educação na vida de seus filhos, ao meu avô Olímpio Santana (in memória) que juntamente com seus cinco filhos lutaram por um país melhor e menos injusto defendendo a causa dos oprimidos e excluídos socialmente e nos deixou esse legado de saber ler a história do mundo que sempre se pautou na exploração dos povos. Com destaque para minha tia Zeny Santana que caminhou lado a lado comigo e meus irmãos, era uma mulher inteligente e letrada mesmo em uma época em que as mulheres sofriam muita discriminação, meu avô se dedicou a torná-la uma intelectual e foi muito importante na nossa educação.

Uma amiga Rúbia, que fazia lembrar todas as vezes que conversávamos que Deus estava comigo e não se esquecia de orar por mim para que tudo ocorresse bem até o fim. Obrigada!

As minhas colegas de trabalho que cederam oportunidade para que eu gozasse minhas férias, dois anos consecutivos nos meses de janeiro e julho período que aconteciam as aulas em Assunção, sem fazer nenhuma objeção.

Meu carinho especial pela equipe de professores e professoras da UAA, que durante todo esse período foram amigos e amigas, que colaboraram conosco na construção do conhecimento nos dando a oportunidade de um novo saber. Aos meus professores espanhóis que com suas metodologias de ensino sempre nos propiciou momentos muito agradáveis em sala de aula construindo conosco um conhecimento de forma moderada e saudável.

Ao meu orientador Prof. Dr. Daniel González González que ministrou na minha turma uma disciplina que tanto aterrorizava os alunos a Estatística Aplicada à Educação e demonstrou que tudo depende da experiência e competência do docente foi tudo muito bom, parabéns! Para todos os professores e professoras que nos deixaram boas lembranças da metodologia do ensino aprendizagem.

A minha amiga Professora Dra. Lenilda Austrilino que me ajudou orientando e acalmando no caminhar desse curso.

A todos os funcionários que conheci e mantive contatos que direta ou indiretamente estiveram conosco no cumprimento de etapas necessárias para o andamento das nossas necessidades acadêmicas e nos acolheram até o fim. Obrigada a todos e a todas!

A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história que se quer conhecer porque quer agir.

(Brandão, 1981, p.12)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	XII
LISTA DE FIGURAS	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS	XIV
RESUMO	XVII
INTRODUÇÃO	1
1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	19
DO INÍCIO DA TERRA DESCOBERTA - CENÁRIO NACIONAL A EDUCAÇÃO EXCLUDENTE E DISCRIMINATÓRIA.....	19
A educação do período colonial	22
A educação do período imperial	29
1.1.3.A educação do período republicano as constituições brasileiras a partir de 1891 e as referências à educação de jovens e adultos	35
1.1.4.A Constituição de 1988, uma inclusão social – Educação de Jovens e Adultos – compromisso na erradicação do analfabetismo.....	42
O CONTEXTO POLÍTICO INTERNACIONAL E A INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO – OS PAÍSES PERIFÉRICOS	44
A segunda guerra mundial a criação dos organismos multilaterais e o estado de bem-estar social.....	44
Organismos multilaterais objetivos e área de atuação	49
A interferência da política internacional uma educação de má qualidade	53
O sistema capitalista é destrutivo	54
O golpe militar de 1964 e a educação brasileira	58
ALFABETIZAÇÃO: OS CONCEITOS E AS PESQUISAS NACIONAIS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – IBGE.....	61
Definição de alfabetização e letramento conceito histórico	61
O Brasil alfabetizado nas pesquisas do IBGE	64
O Primeiro Plano Nacional de Educação 2001–2010 e a descontinuidade das metas no segundo PNE 2011–2020. Os planos são decenais: um atraso de três anos PNE 2014-2024.....	64
OS ATORES SOCIAIS E SEUS PAPÉIS NA EDUCAÇÃO - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FINANCIAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	67
Alfabetização e letramento na EJA um fracasso evidente	67
Políticas Públicas educacionais	69

Financiamento da EJA	71
2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	80
FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	81
PROBLEMA DA PESQUISA.....	83
OBJETIVOS DA PESQUISA.....	84
Objetivo geral.....	84
2.3.2 Objetivos específicos:.....	84
CRONOGRAMA DA PESQUISA.....	86
DESENHO DA INVESTIGAÇÃO.....	87
CONTEXTO ESPACIAL E SÓCIO ECONÔMICO DA PESQUISA	97
Delimitação da Pesquisa	102
Participantes da pesquisa.....	105
O professor com experiência.....	107
Os educadores (Professores regentes)	107
Os educandos da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves	108
Os educandos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).....	108
TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS	109
Observação participante.....	109
Guia de Entrevista	111
Entrevista	112
Análise documental	113
Plano anual de ensino	114
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	115
Currículo do professor.....	116
ASPECTOS ÉTICOS: CAMINHO PERCORRIDO PARA APROVAÇÃO NA PLATAFORMA BRASIL	117
Aspectos éticos da pesquisa: as etapas para chegar à Plataforma Brasil.....	118
Os riscos.....	119
Benefícios	120
Elaboração e validação dos instrumentos	120
TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	122
Revisar do material.....	125
Estabelecer um plano inicial de trabalho	125
Codificar os dados primários	126

Codificar os dados secundários.....	126
Interpretar os dados	127
Descrever contextos	128
Assegurar a confiabilidade e a validade dos resultados	128
Responder, corrigir e voltar ao campo.....	129
3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	130
DESCREVER O CONTEXTO EM QUE OCORRE A MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUA LEGISLAÇÃO.....	131
O que diz o professor com experiência sobre a sua formação.....	131
O que diz o professor com experiência sobre o vínculo dele com o município.	133
O que diz o professor com experiência em relação ao perfil sócio econômico dos educandos da EJA.	135
O que diz o professor com experiência sobre a política salarial para os professores alfabetizadores.	137
O que diz o professor com experiência sobre as dificuldades encontradas pelos educandos da EJA, para aprender a ler e escrever.....	139
O que dizem os professores alfabetizadores quanto a sua formação?.....	141
O que dizem os professores da Escola de Ensino fundamental Mendonça Alves e do CRAS, sobre como se tornou professor alfabetizador de jovens e adultos ...	144
O que dizem os professores alfabetizadores sobre a participação em cursos de capacitação?.....	146
O que dizem os educandos sobre a idade que iniciou os estudos e porque parou.	150
O que dizem os educandos sobre as suas idades.....	152
O que dizem os educandos sobre o que gostariam que mudasse na escola para melhorar a sua aprendizagem.	155
AVALIAR A METODOLOGIA E O MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADOS PARA ALFABETIZAR JOVENS E ADULTOS.....	157
O que diz o professor com experiência sobre a metodologia e o material didático utilizados para alfabetizar jovens e adultos.	158
O que diz professor com experiência em relação a capacitação dos professores alfabetizadores de jovens e adultos.....	160
O que diz o professor com experiência sobre a participação dos professores no	

PPP da escola.	162
O que diz o professor com experiência sobre o uso de recursos tecnológicos na sala de aula no processo de ensino aprendizagem.	164
O que dizem os professores sobre a metodologia e o material didáticos utilizados para ensinar a ler e escreve.....	166
O que dizem os professores sobre o uso de recursos tecnológicos no processo ensino aprendizagem das classes de alfabetização da EJA?	169
O que dizem os educandos sobre o material didático e a metodologia do professor.....	171
O que diz os educandos sobre a capacidade de ler e escrever um bilhete simples.	174
DISSERTAR SOBRE A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA VIDA DOS EDUCANDOS	175
O que diz o professor com experiência sobre a escolaridade de seus pais, se eles frequentaram a escola.	176
O que dizem os professores sobre a pergunta dos pais terem frequentado à escola	179
O que dizem os educandos sobre a influência da família na sua educação.	180
TRIANGULAÇÃO NO ESTUDO DE CASO	183
CONCLUSÕES E PROPOSTAS	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
APENDICE 1:AUTORIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA DA ESCOLA.....	217
APÊNDICE 2: AUTORIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA DOS PAIS / RESPONSÁVEIS DO ALUNO MENOR.....	218
APÊNDICE 3:PLATAFORMA BRASIL - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	219
APÊNDICE 4: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	224
APÊNDICE 5: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS OU RESPONSÁVEIS	226
APÊNDICE 6: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)	228
APÊNDICE 7: CARTA AO COORDENADOR DE JOVENS E ADULTOS	229
APENDICE 8: CARATA A GESTÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MENDONÇA ALVES	230
APENDICE 9: CARTA A GESTÃO DO CRAS	231
APENDICE 10: CARTA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	232
APENDICE 11: GUIA DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR COM EXPERIÊNCIA	233

APENDICE 12: GUIA DE ENTREVISTA COM EDUCADORES (PROFESSORES REGENTES).....	235
APENDICE 13: GUIA DE ENTREVISTA COM OS EDUCANDOS	236
APÊNDICE 14: GUIA DE OBSERVAÇÃO PARA A PESQUISA.....	237
APÊNDICE 15: RELATÓRIOS DAS OBSERVAÇÕES DA PESQUISA.....	239

LISTA DE TABELAS

TABELA N° 1: Perguntas e Objetivos da investigação	85
TABELA N° 2: Programação das ações.....	86
TABELA N° 3: Índice de Desenvolvimento Humano Passo de Camaragibe - AL.....	101
TABELA N° 4: Participantes da pesquisa.....	109
TABELA N° 5: Técnicas utilizadas na pesquisa	117
TABELA N° 6: Análise dos resultados da triangulação dos dados da pesquisa	184

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº 1: Desenho Geral do Processo de Investigação	17
FIGURA Nº 2: Chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil	19
FIGURA Nº 3: Transporte de pau-brasil pelos indígenas	22
FIGURA Nº 4: Chegada dos padres jesuítas ao Brasil	22
FIGURA Nº 5: Jesuítas catequizando os curumins e as mulheres	24
FIGURA Nº 6: Chegada dos escravos em navios negreiros	26
FIGURA Nº 7: Proclamação da República do Brasil	28
FIGURA Nº 8: Libertação dos escravos	35
FIGURA Nº 9: Paulo Freire recém-formado em Direito	39
FIGURA Nº 10: Mobilização pela Constituição Federal de 1988.....	41
FIGURA Nº 11: Esquema do Desenho e Enfoque da Pesquisa	87
FIGURA Nº 12: Desenho Metodológico da Investigação	96
FIGURA Nº 13: Localização Geográfica do Brasil.....	97
FIGURA Nº 14: Localização Geográfica do Estado de Alagoas	98
FIGURA Nº 15: Bandeira do estado de Alagoas.....	99
FIGURA Nº 16: Localização Geográfica do Município de Passo de Camaragibe.....	100
FIGURA Nº 17: Localização Geográfica da Escola Mendonça Alves.....	102
FIGURA Nº 18: Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves.....	104
FIGURA Nº 19: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	104
FIGURA Nº 20: Esquema da Análise e Interpretação dos dados.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS

- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI – Serviço Nacional da Indústria
- PNE – Plano Nacional de educação
- CF – Constituição da República Federativa do Brasil
- MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- ALLE – Alfabetização Leitura e Escrita
- ABC – Ação Básica Cristã
- ABE – Associação Brasileira de Educação
- LBA – Liga Brasileira contra o Analfabetismo
- ME – Ministério da Educação
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- ONU – Organização das Nações Unidas
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para educação Ciências e Cultura
- OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OEA – Organização dos estados Unidos Americanos
- OTAN – Organização do Tratado do atlântico Norte
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- USP – Universidade de São Paulo
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua
- SECADI – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
- LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- CEAA – Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos
- PIB – Produto Interno Bruto
- CONAE – Conferência Nacional de Educação
- UESC – Universidade Estadual de Santa Catarina

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

CNE – Conselho Nacional de Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

NOB – Norma de Operação Básica

PAIF – Proteção de Assistência Integral à Família

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

EAD – Educação à Distância

MEC – Ministério da Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

CD – Conselho Deliberativo

RESUMEM

El analfabetismo entre jóvenes y adultos en Brasil siempre ha tenido tasas muy altas, pero en las últimas décadas hemos sido testigos de la aparición de varios anuncios en los medios, lo que demuestra que el tema se ha convertido en una preocupación de interés nacional e internacional. Al observar el sistema educativo brasileño y las escuelas públicas del país, encontramos que hay pocos cambios en comparación con períodos anteriores. (EJA), fue creado para servir a dos audiencias diferentes: adultos que no estudiaron y aquellos jóvenes que no tuvieron éxito en el ciclo de alfabetización, siendo excluidos de la educación regular. Este estudio fue estructurado y se basó en el siguiente problema: ¿El Programa de Educación para Jóvenes y Adultos (EJA) ha contribuido a capacitar a personas alfabetizadas en el concepto de alfabetización y alfabetización en el IBGE? El objetivo general de la investigación es: analizar la incidencia del Programa de Educación Juvenil y Adultos (EJA) para capacitar a las personas de acuerdo con el concepto de alfabetización y alfabetización del IBGE, con objetivos específicos: describir el contexto en el que se produce la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos y su legislación; evaluar la metodología y el material didáctico utilizado para educar a jóvenes y adultos; para hablar sobre la influencia de las familias en la educación de los estudiantes. Para llevar a cabo este estudio, se adoptó la investigación cualitativa con un método fenomenológico. La investigación fue aprobada por el Comité de Ética de Investigación a través de la opinión en CEP 3.938.526 de Plataforma Brasil y con una opinión justificada CAAE 2869491940000-5013. Para la recopilación de datos, la guía de entrevista, la entrevista con preguntas abiertas, la observación participante y el análisis de documentos se utilizaron como instrumentos. Al final de la investigación, se puede confirmar que los estudiantes en las clases de alfabetización y alfabetización de EJA son literalmente analfabetos según el concepto IBGE. El ambiente de estudio es desfavorable e inadecuado, el material didáctico y la metodología están desactualizados y finalmente los educadores no estaban cualificados para este tipo de enseñanza. Se concluyó que el analfabetismo viene de generación en generación y que solo la Constitución brasileña de 1988 garantizaba el derecho a la educación para todos, con la erradicación del analfabetismo entre jóvenes y adultos como una prioridad en el campo educativo.

Palabras clave: Programa educativo. EJA Alfabetización y Alfabetización. Jóvenes y adultos.

RESUMO

O analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil, sempre apresentou índices muito altos, mas nas últimas décadas presenciamos o aparecimento de várias propagandas nos meios de comunicação, demonstrando que o tema se tornou uma preocupação de interesse nacional e internacional. Ao olhar para o sistema educacional brasileiro, e as escolas públicas do país, constatamos que existem poucas mudanças em relação a períodos anteriores. A (EJA), foi criada para atender a dois públicos distintos: os adultos que não estudaram e aqueles jovens que não obtiveram êxito no ciclo de alfabetização sendo excluídos da educação regular. Esse estudo foi estruturado e embasado na seguinte problemática: O Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vêm contribuindo para formar pessoas alfabetizadas no conceito de alfabetização e letramento do IBGE? O objetivo geral da pesquisa é: analisar a incidência do Programa Educação Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito de alfabetização e letramento do IBGE, tendo como objetivos específicos: descrever o contexto em que ocorre a modalidade da Educação de Jovens e Adultos e sua legislação; avaliar a metodologia e o material didático utilizados para alfabetizar jovens e adultos; dissertar sobre a influência das famílias na educação dos educandos. Para a realização desse estudo adotou-se a pesquisa qualitativa com método fenomenológico. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa através do parecer no CEP 3.938.526 pela Plataforma Brasil e com parecer substanciado CAAE 2869491940000-5013. Para coleta de dados foram utilizados como instrumentos a guia de entrevista, entrevista com perguntas abertas, observação participante e análise documental. Ao término da pesquisa pode-se confirmar que os educandos das classes de alfabetização e letramento da EJA, são literalmente analfabetos pelo conceito do IBGE. O ambiente de estudo é desfavorável e inadequado, a metodologia e o material didáticos utilizados são desatualizados e ultrapassados os educadores não foram qualificados para essa modalidade de ensino. Concluiu-se que o analfabetismo vem de gerações em gerações e que somente a Constituição Brasileira de 1988, garantiu o direito à educação para todos, apresentando como prioridade no campo educacional, a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos.

Palavras Chave: Programa Educacional. EJA. Alfabetização e Letramento. Jovens e Adultos.

ABSTRACT

Illiteracy among young people and adults in Brazil has always had very high rates, but in recent decades we have witnessed the appearance of several advertisements in the media, demonstrating that the topic has become a concern of national and international interest. When looking at the Brazilian educational system and public schools in the country, we find that there are few changes compared to previous periods. (EJA), was created to serve two different audiences: adults who did not study and those young people who did not succeed in the literacy cycle, being excluded from regular education. This study was structured and based on the following problem: Has the Youth and Adult Education Program (EJA) contributed to training literate people in the concept of literacy and literacy at IBGE? and Adults (EJA) to train people according to the IBGE's concept of literacy and literacy, with specific objectives: to describe the context in which the Youth and Adult Education modality and its legislation occur; evaluate the methodology and didactic material used to educate youth and adults; to talk about the influence of families in the education of students. To carry out this study, qualitative research with a phenomenological method was adopted. Illiteracy among young people and adults in Brazil has always had very high rates, but in recent decades we have witnessed the appearance of several advertisements in the media, demonstrating that the topic has become a concern of national and international interest. When looking at the Brazilian educational system and public schools in the country, we find that there are few changes compared to previous periods. (EJA), was created to serve two different audiences: adults who did not study and those young people who did not succeed in the literacy cycle, being excluded from regular education. This study was structured and based on the following problem: Has the Youth and Adult Education Program (EJA) contributed to training literate people in the concept of literacy and literacy at IBGE? and Adults (EJA) to train people according to the IBGE's concept of literacy and literacy, with specific objectives: to describe the context in which the Youth and Adult Education modality and its legislation occur; evaluate the methodology and didactic material used to educate youth and adults; to talk about the influence of families in the education of students. To carry out this study, qualitative research with a phenomenological method was adopted. The research was approved by the Research Ethics Committee through the opinion in CEP 3,938,526 by Plataforma Brasil and with the opinion CAAE 2869491940000-5013. For data collection, the interview guide, interview with open questions, participant observation and document analysis were used as instruments. At the end of the research, it can be confirmed that students in the EJA literacy and literacy classes are literally illiterate according to the IBGE concept. The study environment is unfavorable and inadequate, the methodology and teaching material used are out of date and outdated, educators were not qualified for this type of teaching. It was concluded that illiteracy comes from generations to generations and that only the Brazilian Constitution of 1988 guaranteed the right to education for all, with the eradication of illiteracy among youth and adults as a priority in the educational field.

Keywords: Educational Program. EJA. Literacy and Literacy. Youthand Adults.

INTRODUÇÃO

A presente investigação denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA): um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos tem como objetivo analisar a incidência desse programa educativo na alfabetização e letramento nesse segmento populacional, quanto ao domínio da leitura e da escrita nas classes de alfabetização de jovens e adultos, do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e na Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017) esclarece que:

A alfabetização é um direito do cidadão e se encontra na base da conquista de todos os demais. Alfabetizado é o sujeito que sabe ler e escrever já o letrado possui domínio da leitura e da escrita nas mais diversas situações e práticas sociais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil, é considerado alfabetizado aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples, a fase do letramento é o uso da leitura e da escrita nas diversas práticas sociais.

A Constituição Federal de (1988, p.13) enfatiza que:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que tem por objetivo oferecer escolaridade para: aqueles que não estudaram na idade certa; os excluídos da educação regular pela defasagem idade série; erradicar o analfabetismo; oferecer profissionalização e consolidar a cidadania.

As regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são as que apresentam os piores indicadores de analfabetismo, assim o Nordeste brasileiro possui a maior taxa de analfabetismo. O estudo apresentado se propõe analisar a fase de alfabetização e letramento de um grupo populacional dessa região do Brasil.

A Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988, Art. 205 incorporou como princípio que: “toda e qualquer educação, visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A educação escolar é fundamental para o desenvolvimento do ser humano e consolidação de sua cidadania. A alfabetização é o domínio da prática da leitura e da escrita, consideradas a base para prosseguir e adquirir êxito nas demais etapas educativas. A pessoa

que aprende a ler e escrever tem mais oportunidades na vida, pode participar das decisões políticas do seu país e contribuir para o desenvolvimento da nação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como um bem social (Brasil, 2018), portanto segundo a Constituição Federal do Brasil (CF) todo brasileiro adquiriu direito de estudar, inclusive aqueles que não estudaram na idade certa, conquistou esse direito agora por Lei.

O público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sendo atendido no âmbito da Educação Básica por meio da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, a qual tem priorizado um processo amplo democrático e participativo na construção de uma política pública de Estado para a educação de jovens e adultos. Ressaltamos que essas ações têm fortalecido e estreitado a parceria entre Estados, Municípios (Brasil, 2018).

Os educandos jovens e adultos das classes de alfabetização fazem parte da Educação Básica do sistema de ensino brasileiro que inclui outros níveis de ensino, o ciclo de alfabetização tanto para os que ingressaram na escola na idade certa, como para esse grupo populacional de educandos são de três anos. Essa modalidade de educação é oferecida quase que majoritariamente pela rede pública de ensino e de forma bastante precária.

Oliveira (2017, pp.163-168) explica que “para desenvolver um processo democrático de leitura e escrita em sala de aula, é preciso que o professor/educador tenha consciência da importância significativa que a leitura/escrita trará para o desenvolvimento sociocultural de todos os alunos”.

A alfabetização não se limita apenas no fato do educando decodificar letras, ela vai muito além do que isso. Aprender a ler e escrever, mesmo entendendo como passo bastante significativo na vida de quem descobre que já está lendo, o educando só vai ser considerado alfabetizado quando começa a entender aspectos diversos ao seu redor, sociais e culturais como linguísticos e isso requer dedicação, uma boa metodologia para o ensino, que facilite a aprendizagem, pois aprender a ler e escrever não é tão fácil.

A Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996), no Parecer Conselho Nacional de Educação e Câmara da Educação Básica (CNE e CEB) nº. 11/2000e no Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 10.172/2001, uma exigência da Constituição do Brasil de 1988, também chamada Constituição Cidadã que tem como meta principal no âmbito da educação brasileira a

erradicação do analfabetismo, por reconhecer que se trata de uma dívida histórica com o povo brasileiro.

Câmara da Educação Básica (CEB) 11/2000 adverte:

É importante reiterar, desde o início que este parecer se designa aos sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos que venham a se ocupar da educação de jovens e adultos sob forma presencial e semipresencial de cursos e tenham como objetivo o fornecimento de certificados de conclusão de etapas da educação básica. Para tais estabelecimentos, as diretrizes aqui expostas são obrigatórias bem como será obrigatória uma formação docente que lhes seja consequente.

Esse é o primeiro documento da educação brasileira que norteia para educação de jovens e adultos explicando o que é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir daí passou a orientar esse programa educacional logo após a sua homologação. As Constituições Brasileiras desde a primeira, Brasil Imperial (1824) se faz referência a gratuidade da instrução primária para os cidadãos, mas não gerava garantia social para grande quantidade de jovens e adultos analfabetos existentes no país, inclusive não apresentava proposta para a erradicação do analfabetismo.

Funções da Educação de Jovens e Adultos (EJA): Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988 - Reguladora, significa não só a entrada dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito à escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (Brasil, 1988).

Equalizadora, vai dar cobertura a trabalhadores e tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando ao indivíduo novas inserções no mundo do trabalho, na vida social nos espaços de estética e na abertura nos canais de participação.

Qualificadora, mais do que uma função permanente da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função ela é o próprio sentido da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares e não escolares.

A educação de jovens e adultos ganhou importância somente com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, é um reconhecimento proveniente da luta do povo, e da sociedade civil, essa iniciativa marcou a história da educação brasileira, que por vários séculos negligenciou a necessidade educacional dessa parcela da população, principalmente aqueles que nunca frequentaram a escola constituindo um grande contingente populacional de pessoas analfabetas e ignorantes. Gadotti e Romão (2011, p.36) comenta que: “O analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta” O país que se mantém com um número muito alto de pessoas analfabetas não pode fazer parte das sociedades mais letradas. A alfabetização é considerada um direito universal do cidadão, agora com esse direito garantido, resta o esforço da nação garantir que todo brasileiro aprenda a ler e escrever possibilitando uma transformação social, no momento que todos compreendam a responsabilidade do Estado na educação do povo.

Para Freire (2002, p.72) o termo alfabetizar é mais abrangente: “a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler”.

A educação na sua visão mais ampla deve possibilitar ao homem a leitura crítica do mundo, possibilitando uma mudança radical de sua realidade, passando do estado de ignorância a sujeito de sua história. Freire enfatiza a importância de associar o aprendizado da leitura e da escrita como fator de reflexão, pois é a partir daí que os jovens e adultos passam a conceber o mundo e se identificar como sujeito do seu próprio destino.

Soares (2004, p.29) declara que:

O surgimento do termo literacy (cujo significado é o mesmo que alfabetismo), representou certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiu uma nova palavra para designá-la. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra.

Para o autor as mudanças sociais exigiram também mudanças nas práticas de determinadas aprendizagens. A alfabetização que antes se limitava ao domínio do código da leitura e da escrita, agora exige algo mais para se completar, e como resultando tem-se a condição de indivíduo alfabetizado, não somente aprendeu a ler e escrever, mas utilizar o domínio dessa prática para interpretar o mundo ao seu redor, inclusive descobrindo sua história e podendo interferir em sua realidade.

Vovio e Kleiman (2013, p.90) destacam o seguinte fato importante:

No campo da Educação, os termos “alfabetização e letramento, nas últimas três décadas, ganharam estatuto de binômio”. Não são termos intercambiáveis,

mas considerados como relacionados, sendo o último apontado como responsável por agregar novos sentidos e formas no processo de alfabetização e novas atribuições aos professores e à educação escolar.

O novo modo de entender o tema, ganha impacto na forma de ver e conceber a alfabetização e o alfabetizando, principalmente no âmbito da educação de jovens e adultos. O letramento definido como emprego da leitura e da escrita nas diversas práticas sociais, é urgente definir como se dá esse relacionamento dos termos para que se complete o ciclo da alfabetização com eficiência, tendo como resultado o sujeito alfabetizado de fato.

A Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Conselho Deliberativo (FNDE/CD) nº 50 Brasil (2008, p. 12) estabelece: “os critérios e procedimentos para a assistência financeira a projetos de cursos de extensão para a formação de educadores para atuar em alfabetização de jovens e adultos, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado”.

Por se tratar de um público de educandos com necessidades diferenciadas dos demais educandos do ensino regular, faz-se necessário que além da formação exigida pela legislação para o ingresso no ensino público, os professores alfabetizadores passem por etapas de treinamentos e capacitações para atuarem com esse contingente populacional, para que o direito que eles conquistaram de frequentar a escola e aprender seja uma realidade na vida desses sujeitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394/96, (1996, p.11) determina que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental a oferecida em nível médio na modalidade normal.

No caminhar desse estudo vai se identificar a formação dos professores alfabetizadores das classes de alfabetização de adultos do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves se esses professores estão de acordo com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira LDB - n. 9.394/96, e se cumpriram as determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE) que referenda maior preparação para atuar como professor alfabetizador.

Brandão (1984, p.181) define a educação em três etapas:

1ª. A educação de classe: entendida como os processos não formais de reprodução dos diferentes modos das classes populares.

2ª. A educação popular: como processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico (saber da comunidade para o saber de classe na comunidade).

3ª. A Educação do sistema: educação (oficial) que segue os valores e regras dos polos dominantes da sociedade.

A Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988 que garantiu importantes conquistas no campo educacional estabelece um desafio histórico aos brasileiros, colocando-nos a responsabilidade de uma reflexão sobre um direito conquistado que garantiu ao povo espaços para debates sobre uma educação emancipatória que resgata a dignidade humana, permitindo a socialização do conhecimento, de inteligências, de experiências e outros saberes para educação e trabalho para a vida uma fonte de novas perspectivas.

No entanto a educação oficial brasileira que segue os valores dos polos dominantes da sociedade, ao mesmo tempo, gradativamente impõe um desmonte dessas conquistas sociais, adquiridas na Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988, também chamada de Cidadã, por garantir pela primeira vez na história do Brasil direitos universais entre eles, o de estudar para todo brasileiro.

As legislações que consolidariam essas conquistas foram orientadas no caso da educação e outras políticas públicas por organismos internacionais, impossibilitando o financiamento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) para educação brasileira e especificamente dificultou erradicar o analfabetismo entre a população de jovens e adultos.

Justificativa da investigação

Os ambientes alfabetizadores estão localizados na cidade de Passo de Camaragibe, Alagoas, Brasil. O Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e a Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves, funcionam como os únicos locais atualmente onde acontecem aulas de alfabetização de jovens e adultos no município. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) foi cedido pelo município para um grupo de voluntários que alfabetizavam jovens e adultos, que após o espaço cedido passaram a ensinar os educandos a ler e escrever, ocupando esse espaço no turno da noite.

O estudo do tema Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos, nasce da necessidade de confirmar se as classes de alfabetização e letramento de jovens e adultos da

Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município, estão contribuindo para alfabetizar os educandos segundo o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que determina: no Brasil para ser considerado alfabetizado, é necessário saber ler e escrever um bilhete simples que se complementa com a fase do letramento.

A alfabetização passou a ser anseio das sociedades letradas pelos benefícios sociais ocasionados ao próprio educando como a toda sociedade, por essa razão ela é declarada como um direito humano fundamental que deve ser assegurado para todos, por isso o Estado deve garantir aos brasileiros que ainda não sabem ler e escrever a consolidação desse direito considerado básico é uma necessidade para consolidar a cidadania.

O artigo 208 parágrafo primeiro da Constituição Federal (CF) de 1988 é considerado uma norma e diz respeito: a efetivação dos direitos fundamentais para uma existência com dignidade do ser humano, cabendo ao Estado fornecê-los a todos para uma existência com dignidade.

Para efetivação desse direito constitucional, são necessários outros documentos de iniciativa do poder executivo, que irão estabelecer os critérios e os rumos para a uma educação universal com dignidade, um ensino de boa qualidade para todo cidadão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 tem a responsabilidade de construir um projeto educativo que venha a consolidar essa conquista para o povo.

Quanto a importância social de ser alfabetizado, Gadotti (2006, apud Cruz, 2018, p.3) explica que:

A coragem de pôr em prática um autêntico trabalho de educação que identifica a alfabetização com um processo de conscientização capacitando tanto para aquisição dos instrumentos da leitura e da escrita quanto para sua libertação fez de Paulo Freire um dos primeiros brasileiros a ser exilados.

Fica evidente que a alfabetização de adultos não é somente o processo de aprendizagem das técnicas necessárias para compreensão da linguagem no que se refere a conteúdos gramaticais e sim, é também o desenvolvimento de outras necessidades importantes para que o homem com a sua capacidade de abstração desenvolva habilidades que o leve a conseguir refletir e ser Crítico.

Silva (2012, p.3) confirma a alfabetização é um direito e um compromisso social e adverte: “ao concebermos a educação como um direito, somos impelidos a pensar na inclusão como princípio de organização do currículo. Significa considerar a necessidade de que todos estudantes tenham acesso ao conhecimento e avancem nas suas aprendizagens”.

Para isso é primordial e prioridade a consideração dos direitos como um compromisso social, de modo a garantir que até o 3º. Ano do ensino fundamental todos estejam alfabetizados.

A alfabetização de adultos não é tarefa tão fácil, exige um preparo específico para atuar com essa aprendizagem, alfabetizar jovens e adultos deve levar em consideração às experiências de vida dessas pessoas. É diferente de ensinar crianças é preciso estimular e despertar o interesse do educando jovens e adultos, uns porque já foram excluídos da educação regular por não terem conseguido êxito no ciclo de alfabetização outros por diversas dificuldades abandonaram os estudos e muitos nunca estudaram esses educandos passaram a integrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que forma o contingente de alunos com defasagem idade série.

Existe a necessidade de incorporar nessa aprendizagem outras formas e ingredientes como músicas textos com imagens, filmes, e outros materiais que relacionem com suas experiências vividas, com seu cotidiano, estimulando o desejo de prosseguir os estudos, isso possibilita uma educação como prática libertadora, o educando passa a refletir no seu passado e construir o seu futuro, o processo de construção do conhecimento não se caracteriza como uma realização individual e sim coletiva, rumo a uma educação libertadora.

Oliveira (2017, p.163-188) entende da seguinte maneira:

[...], que de nada adianta a escola aceitar o aluno como ele é, se essa mesma escola e seus educadores não se esforçam para modificar práticas pedagógicas, e adequarem recursos e metodologias às necessidades de aprendizagem dos alunos, como também não oferecem materiais concretos e instrumentos necessários para os educandos enfrentarem suas dificuldades de leitura no âmbito educacional.

Nessa maneira de pensar se atribui a escola e aos professores o fracasso escolar dos educandos, porém, a dificuldade enfrentada pelo professor e pela escola, provém de uma negligência do Estado com a estrutura do sistema educacional brasileiro, cuja responsabilidade é propiciar os meios para que se ofereça uma educação de qualidade, principalmente nos anos iniciais de estudo consolidando a fase da alfabetização, para crianças, jovens e adultos possibilitando o prosseguimento dos estudos.

A falta de qualificação da maioria dos profissionais da educação, os salários baixos, o ambiente improvisado, a falta de material didático adequado além de outros fatores refletem um contexto em que a educação no país não se constitui como prioridade nacional, a situação se torna pior, quando o nível educacional trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA),

somente a rede pública oferece essa modalidade, o que inviabiliza a erradicação do analfabetismo entre esse grupo da população. A falta de compromisso com o financiamento e fiscalização dos recursos financeiros é a principal causa do fracasso escolar na educação pública.

Analisando o processo educacional brasileiro desde o descobrimento do Brasil percebe-se que a educação sempre foi privilégio de poucos. Do ponto de vista analisado é notório que, desde o período colonial com a atuação da Companhia de Jesus, e a missão dos padres jesuítas, esses missionários não vieram ao Brasil com o propósito educativo, mas com outros interesses que não era o desenvolvimento cultural, dos colonos e dos índios que aqui viviam, e sim a propagação de sua fé cristã. Quase dois séculos de um ensino discriminatório e excludente deixou para os dias atuais uma dívida histórica com o povo brasileiro na área da educação dos adultos que vem de um passado bem distante.

A alfabetização, considerada a base para conseguir êxito nas demais etapas do ensino não se apresenta como uma preocupação das autoridades educacionais do Brasil ao longo dos tempos, uma vez que não há interesse em oferecer para o povo brasileiro um ensino inclusivo.

A investigação visa identificar se os alunos das classes de alfabetização, já sabem ler e escrever e utiliza a leitura e a escrita nas diversas práticas sociais o que caracteriza a fase do letramento. A Equipe Educando (2017, p.01) define como acontece a fusão dos termos alfabetização e letramento “alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais são processos que devem andar juntos e ajudar a criança ou o adulto a se tornar um indivíduo ativo social e culturalmente”.

O país ao longo de sua história ofereceu uma educação diferenciada para as classes menos favorecidas, formando com essa postura a construção de uma elite privilegiada que tem acesso ao conhecimento, e determina o rumo daqueles que sempre foi alvo de discriminação e exclusão. Tudo isso tem o propósito de se preservar um modelo educacional que favorece as classes dominantes.

A Educação de Jovens e Adultos aparece no cenário educacional brasileiro como uma urgente necessidade desde a expulsão dos padres jesuítas do Brasil Colonial, por isso promulgada a primeira Constituição do Brasil chamada de Imperial apesar da expectativa da nação percebe-se pouca referência e interesse nacional por essa modalidade de ensino. Ao passar dos anos outras constituições foram promulgadas, mas apenas na Constituição Federal de 1988, garantiu o direito a estudar para todos os brasileiros. Segundo Freire (1989, p.40) compreende-se que:

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o processo educativo do ato político [...] mas é nesse sentido também que, tanto no caso do processo educativo quanto no ato político, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o que, desenvolvemos a atividade política. Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política.

Nesse entendimento espera-se o desejo dos atores políticos responsáveis por oferecer a todas as camadas sociais uma educação de qualidade pautada nos princípios de que é um dever do Estado viabilizar para todos a oportunidade de estudar e aprender ler e escrever somente assim poderá existir uma nação letrada soberana, por conseguinte mais desenvolvida. Até hoje no Brasil saber ler e escrever e consolidar a fase do letramento continua sendo privilégios de poucos

Rebouças (2017, p.01) declara o seguinte: “no Brasil, cerca de 90% dos brasileiros não sabem ler e escrever com total qualidade. Trata-se de uma situação preocupante, com forte reflexo no mercado de trabalho”.

O processo de alfabetização é muito importante para consolidar a aprendizagem ao longo dos estudos, o educando que não realizar com sucesso o ciclo de alfabetização sucesso, deverá encontrar dificuldade nos demais níveis educacionais.

Após o direito universal da educação, pela Constituição Federal (CF) de 1988, a Reforma do Aparelho do Estado dos anos 1990, também chamada Reforma Administrativa, dificulta esse acesso, por reduzir a aplicação de recursos, ou seja, gastos com a educação repassando essa responsabilidade do Estado para a sociedade e a família, “mercantilização do ensino”, uma expansão da escola particular, e o descaso com o ensino público essa é realidade daqueles que necessitam da rede pública de ensino para estudar.

Essa pesquisa poderá despertar em outros pesquisadores o interesse de aprofundar esse tema: EJA: alfabetização de jovens e adultos e a erradicação do analfabetismo no Brasil. Ainda existe um olhar muito distante sobre o assunto, necessitando mais reflexões, visando ampliar os conhecimentos sobre a intervenção internacional nos países periféricos. Alguns estudos pesquisados tecem inconsciente ou conscientemente elogios a organismos internacionais que são desinteressados no desenvolvimento econômico do país, e no fortalecimento da cidadania da população dos países pobres.

As pesquisas educacionais no Brasil indicam a proximidade da erradicação do analfabetismo, mesmo admitindo que grande contingente de pessoas, ainda é analfabeta. Para o país ser incluído entre as sociedades letradas necessita provar que temos um Brasil alfabetizado, de acordo com a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), isso significa dizer, um país onde todos aprenderam a ler e escrever pelo menos um bilhete simples e estão próximo dessa realidade.

Diante desse contexto, pretende-se apresentar nessa pesquisa, o nível de desenvolvimento na leitura e na escrita, bem como a consolidação da fase do letramento dos educandos, levando em consideração que ser alfabetizado é uma necessidade básica do ser humano. Ao se negar o direito das pessoas aprenderem a ler e escrever, ou seja, ser alfabetizado o Estado está praticando um ato criminoso, pois é a educação que possibilita a pessoa ter mais oportunidades na vida, a base de todo processo educativo está em consolidar a fase da alfabetização.

Problematização da pesquisa

As classes de alfabetização de jovens e adultos do Centro de referência em Assistência Social (CRAS) e da Escola de ensino Fundamental Mendonça Alves necessitam consolidar a prática da leitura e da escrita nos educandos, bem como o letramento consolidando o ciclo da alfabetização, tornando-o capacitados para ingressarem em outra fase educacional.

A alfabetização segundo o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o estado de quem sabe ler e escrever um bilhete simples e essa habilidade acompanha a prática do letramento que significa utilizar a leitura e a escrita nas diversas práticas sociais. A educação brasileira como um todo, não depende exclusivamente do professor, envolve outros atores sociais, que deverão propiciar meios para que as práticas educativas sejam reais, seguindo as orientações das legislações brasileiras quanto a educação de jovens e adultos.

Farias (2016, p.29) destaca que:

[...] valorizar a EJA enquanto campo de estudo é afirmar sua importância enquanto modalidade e espaço de prática educativa, é potencializá-la, para nós pesquisar a formação do professor que vai lidar com todas as dificuldades que a EJA abrange é fundamental uma vez que não há uma prática de formação

para este profissional que o prepare efetivamente para ensinar jovens e adultos.

Parece que a educação para esse público é negligenciada até mesmo em se tratando em cumprir determinações que constam nas legislações. Os professores alfabetizadores devem ter graduação, conforme a Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1996, também exige que ele passe por um processo de capacitação, mas não determina de quanto tempo, sendo assim, fica tudo muito solto e a critério dos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal, facilitando para que o conteúdo ensinado e as práticas educativas fiquem a critério do professor, mesmo sendo para um público definido com as mesmas necessidades.

Sprenger (2008, p.25) explica que: “o uso de atividades atrativas motiva qualquer sujeito, seja adulto ou não porque essas ao serem recebidas pelo cérebro liberam neurotransmissores excitantes de euforia e a liberação de energia física que colaboram para desenvolver a aprendizagem e a memória”.

Tanto o educando como o educador, sentem-se desmotivados em sala de aula, e as classes não se tornam ambientes atrativos para aprendizagem, mas locais monótonos e sem graça. Quando o educando percebe que a cada ano não identifica mudanças no seu desenvolvimento cultural, perde o interesse e abandona os estudos. Além da procura por essa aprendizagem ser insignificante, em relação a quantidade de pessoas que não são alfabetizadas, ainda existe um índice alto de evasão escolar.

A pesquisa ocorre em ambientes diferentes onde existem classes de alfabetização de jovens e adultos, quando o mais interessante seria que as aulas ocorressem em um mesmo local, uma vez que não ficam muito distantes um do outro. As práticas educativas são praticamente as mesmas, ensinar a ler e escrever e escrever, noções de matemática, utilizando recursos ultrapassados lápis, caderno e quadro. Os problemas mais graves existentes nesse ato educativo são decorrentes da negligência dos atores sociais responsáveis pelo sistema educacional brasileiro.

Gotti, (2019, p.03) esclarece que:

Para que as metas da Lei do Plano Nacional de Educação, principal agenda da educação brasileira, saia do papel e se concretizem, é fundamental que haja um adequado financiamento da educação pública no Brasil. Esse é desafio no 01 em 2019, pois sem dinheiro não é possível fazer as correções de rota necessárias para avançarmos rumo a uma adequação de qualidade, com mais equidade para todo o Brasil.

É essencial dinheiro para que avance para uma educação de qualidade, a maioria dos problemas depende de prioridade na aplicação de recurso financeiro no país. As aulas de alfabetização tanto de adultos quanto de crianças devem ocorrer em ambientes modernos, utilizando as tecnologias que exigem para uma educação atrativa e motivadora, a cada ano que os educandos frequentam as salas de aula e não identificam mudanças na aprendizagem desistem em sua maioria, é o que impossibilita avançar nos estudos.

Brasil Escola (2019) adverte sobre os desafios atuais da EJA que:

Apesar de o contexto histórico mostrar o progresso da Educação de Jovens e Adultos desde as primeiras iniciativas, observa-se que essa modalidade educativa ainda possui muitos desafios que estão relacionados com a grade curricular, inadequação de livros e metodologias, falta de capacitação de alguns professores para atender esses alunos para a educação de jovens e adultos, a falta de investimento do governo e a dificuldade de acesso e principalmente, a inexistência do uso de novas tecnologias no contexto escolar em muitas escolas, questões essas que precisam ser analisadas, para uma oferta, de educação de qualidade na EJA.

O contexto social está constantemente exigindo mudanças na escola, e na aprendizagem, se a educação não acompanhar essas transformações ocorridas na sociedade e no mundo para modernizar o sistema de ensino brasileiro, está fadada a uma metodologia ultrapassada e desinteressante, afastando os educandos do interesse pelos estudos, e o uso de recursos tecnológicos é essencial para o processo educativo atual. Mesmo as pessoas analfabetas que não tem o domínio da leitura, se comunicam por celulares, recebendo e enviando mensagens de voz, assistindo vídeos, recebendo informações, e ao chegar na escola a aula muitas vezes é um quadro para reproduzir o que está escrito para o caderno, professores desanimados por estar com salários atrasados, e até ameaçando abandonar os cursos de alfabetização de adultos por falta de reconhecimento de sua importância na educação inicial.

Pretende-se confirmar se a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido eficiente e está alfabetizando os educandos segundo o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera ser alfabetizado todo brasileiro que é capaz de ler e escrever um bilhete simples. Para que os educandos permaneçam buscando o domínio das práticas da leitura e da escrita e seguir com a fase do letramento tem que pelo menos, adquirir o conhecimento e o domínio do código da leitura e da escrita, isso é uma etapa essencial conhecer todas as letras do alfabeto brasileiro. Nessa fase educativa o professor tem que ser

preparado para alfabetizar e no caso de alfabetizar adulto, fica ainda mais difícil, e necessita além da graduação, um preparo específico, um ambiente adequado e uma metodologia compatível com as necessidades dos educandos.

Nesse entendimento, visando trazer esclarecimentos sobre o tema da pesquisa, surgem algumas interrogantes à investigação: Como está se dando a alfabetização de adultos no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) E da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves? Os educandos já adquiriram domínio da leitura e da escrita? Todos os educandos já estudam o tempo suficiente para completar o ciclo da alfabetização que são de três anos? Os professores alfabetizadores foram submetidos a processo de capacitação para alfabetizar jovens e adultos, conforme recomendado pela legislação?

Em resposta a esses e outros questionamentos, o núcleo central da pesquisa gira em torno do seguinte problema de investigação: O Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vêm contribuindo para formar pessoas alfabetizadas no conceito de alfabetização e letramento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)?

Para responder a essa problemática, no sentido de identificar se de fato a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem contribuído para redução da taxa de analfabetismo no Brasil, conforme as estatísticas que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta, pretende-se confirmar como está sendo desenvolvida a fase de aprendizagem da leitura e da escrita e a prática do letramento nesse grupo populacional para isso apresentamos a delimitação dos objetivos geral e específicos.

O objetivo geral trata das informações relevantes que devem ser esclarecidas mediante estudo intensivo em relação ao fenômeno objeto do estudo, que nessa investigação apresenta-se como analisar a incidência do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito de alfabetização e letramento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo geral é a forma objetiva e clara e deve apresentar a finalidade da pesquisa a ser desenvolvida. O objetivo geral é a forma objetiva de apresentar o tema do estudo, deve ser elaborado de maneira clara e que represente a finalidade da pesquisa.

Os objetivos específicos são as etapas a serem seguidas para se chegar ao problema apresentado para pesquisa. Nessa pesquisa os objetivos específicos se apresentam como: descrever o contexto em que ocorre a modalidade da educação de jovens e adultos e sua legislação, avaliar a metodologia e o material didático utilizado para alfabetizar jovens e adultos, dissertar sobre a influência da família na educação dos educandos. Minayo et al

(2018, p. 41) mencionam que “os objetivos específicos são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral”.

Desenho Geral da Investigação

Para organizar e desenvolver o processo de investigação social é necessário que o pesquisador utilize um método científico, que irá certificar e dar credibilidade ao que se pretende investigar.

Prodanov e Freitas (2013, p.20) explica que:

Por método podemos entender o caminho, a forma, o modo de pensamento. É a forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos. É o conjunto de processos ou operações mentais empregados na pesquisa [...] esses métodos esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e de validade de suas generalizações.

O pesquisador tem a função de coletar as informações necessárias para encontrar respostas que pode ser até parcial para o problema levantado, necessitando de mais aprofundamento de outros pesquisadores ampliando a visão sobre o tema, despertando interesse e a possibilidade de novas pesquisas.

A pesquisa qualitativa tem poder para fazer marcas mais humanas porque se preocupa em analisar as pessoas e suas percepções, sentimentos, preconceções e idéias de cunho pessoal suas vivências em seu mundo e os significados que o fenômeno tem para elas, além de permitir um contato mais próximo do ente pesquisador com o sujeito da pesquisa.

Na pesquisa qualitativa o objeto de estudo são os comportamentos, atitudes, as experiências que são vivenciadas, tudo aquilo não quantificável. É o estudo proveniente da interação do sujeito com o meio com o qual ele vive, são identificados pensamentos e opiniões em relação a uma realidade vivenciada. O pesquisador se esforça para interpretar para compreender o que ocorre no estudo.

Chizzotti (2003, p.4) a pesquisa qualitativa:

[...] opõe-se de modo geral à qualitativa, enquanto esta recorre à quantificação como única via de assegurar a validade de uma generalização, derivado das ciências naturais, que parte de uma hipótese guia, só admite as observações

externas, que siga um caminho indutivo para estabelecer leis, mediante verificações objetivas, amparadas em frequências estatísticas.

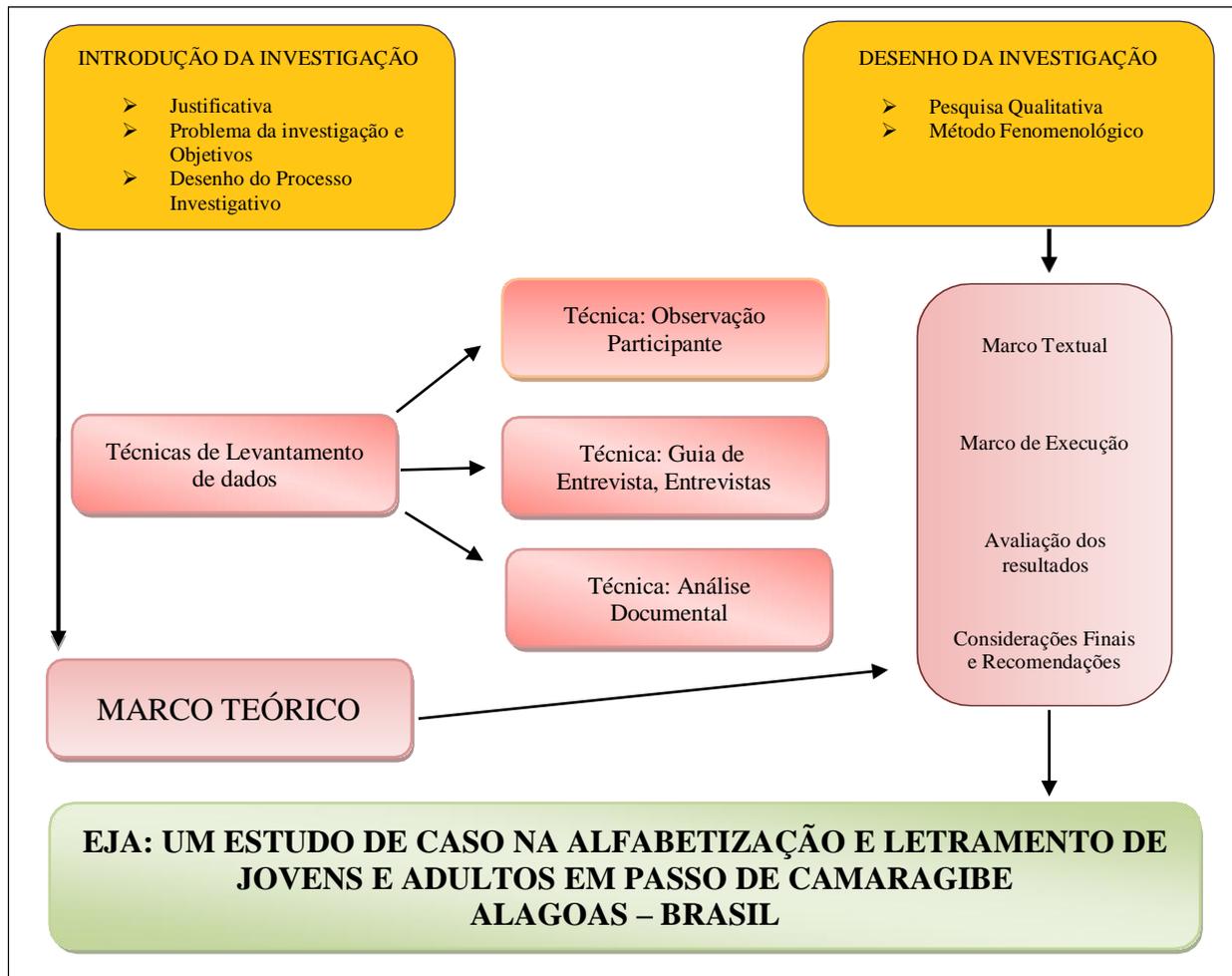
Quanto ao tipo a investigação é fenomenológica, uma vez que se preocupa com a análise do fenômeno em seu contexto natural, sem manipulações, as experiências e os significados são passíveis de interpretação e compreensão profunda, levando em consideração as diversas situações e o ambiente. Os aspectos são subjetivos, particulares e abstratos, que permeiam o âmbito dos relacionamentos humanos.

A fenomenologia pode ser entendida como aquilo que se mostra pelos sentidos. Na fenomenologia se estuda a ciência das coisas e como elas são percebidas no mundo. Guedes, 2016, p.03) apud Boss (1977) explica que:

[...] o método fenomenológico deve ser caracterizado pela ênfase ao “mundo da vida cotidiana”. Uma abordagem que não se apega tão somente as coisas factuais e observáveis, mas visa penetrar no seu significado e contexto. [...] leva a uma compreensão do fenômeno de relatos descritivos da vida social.

As técnicas e procedimentos para coleta de dados são as etapas seguintes a serem desenvolvidas no caminho da pesquisa que visa obter as informações necessárias sobre o tema pesquisado, visando sua compreensão. A coleta de dados é uma muito importante para uma pesquisa eficiente e as escolhas das técnicas é de fundamental importância, se utilizar de maneira correta vai garantir o sucesso da pesquisa. A pesquisa é qualitativa com método fenomenológico, de acordo com a natureza da pesquisa os dados serão coletados utilizando-se os instrumentos de técnica de observação estruturada e dos instrumentos guia de entrevista, entrevista e análise documental.

O desenho geral da investigação está descrito de acordo com a figura abaixo:

FIGURA Nº 1: Desenho Geral do Processo de Investigação

A presente dissertação se apresenta em três partes definidas e conectadas entre si, facilitando a realização do estudo.

A disposição assume a seguinte ordem:

A primeira parte o Marco Teórico, que se desenvolve em quatro capítulos e que apresenta a história da educação do Brasil a partir do seu descobrimento em 1500, indo do período colonial passando pelo Brasil império até os períodos republicanos com ênfase na educação na Constituição Republicana de 1988, com uma inclusão social e universalização dos direitos sociais. Nessa parte focamos diversos modelos educativos brasileiros, a partir da educação com os padres jesuítas quando teve início o sistema de ensino na colônia e 1549.

Nesse contexto educacional apresenta uma educação discriminatória, excludente, e uma prática pedagógica violenta, tendo início a exclusão dos adultos do acesso à educação. Com a expulsão dos padres jesuítas houve uma expectativa de mudanças no Brasil Imperial,

ao final do Império constatado um grande saldo de pessoas analfabetas, uma atuação educativa fragmentária, localizada e ineficaz.

Nas Constituições Republicanas algumas mudanças ocorreram, porém foi com a Constituição de 1988, também chamada Cidadã, que esse público jovem e adultos analfabetos, adquiriu o direito de estudar. Um compromisso com a erradicação do analfabetismo. Analisa-se também a intervenção da política internacional no sistema educacional brasileiro, contribuindo para escassez do financiamento da educação brasileira.

A segunda parte correspondente ao Marco Metodológico que, apresenta os objetivos da investigação da pesquisa qualitativa, com enfoque específico no método fenomenológico. Este capítulo apresentará o cronograma, o contexto espacial e socioeconômico da pesquisa e dos sujeitos pesquisados: incluindo a contextualização das escolas ambiente alfabetizador, lócus da investigação e seus participantes.

Ainda na segunda parte, serão descritos os instrumentos e as técnicas aplicadas e seus processos de elaboração e validação. Serão apresentados os procedimentos para coleta de dados coletados através dos instrumentos apresentados para uma pesquisa qualitativa com método fenomenológico. Neste capítulo também vai ser analisado o que dizem os documentos oficiais em relação à educação de jovens e adultos no país sobre a alfabetização desses educandos e a realidade apresentada nos ambientes alfabetizadores e o relatório da observação estruturada, que foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2019, e dos dados obtidos nas guias de entrevista aplicadas pela pesquisadora.

Concluída a investigação serão apresentados os resultados em relação ao nível de alfabetização dos educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nesses ambientes devendo-se levar em consideração a relevância do tema, podendo despertar em outros pesquisadores o desejo de prosseguirem com o estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. História da Educação no Brasil

1.1- Do início da terra descoberta - cenário nacional a educação excludente e discriminatória

Tudo teve início com um acordo em 1494. O tratado de Tordesilhas, acordo assinado por Portugal e Espanha, divide o mundo a partir de um meridiano 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Essa linha passa na altura das atuais cidades de Belém do Pará (PA) e Laguna Santa Catarina (SC). Portugal fica com as terras a leste, e a Espanha com as terras a oeste. Desse jeito os dois países estabelecem os limites dos territórios descobertos durante a expansão marítima. Os dois países do acordo estavam no Brasil, um passou, no caso a Espanha, mas não desembarcou.

No ano de 1500 duas expedições espanholas passam pelo Nordeste a caminho da América Central. Não há confirmação de que tenham aportado no território, passaram pelos estados do Ceará e, entre Rio Grande do Norte e Pernambuco em janeiro e fevereiro de 1500.

FIGURA Nº 2: Chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil



Fonte: portaldoprofessor.mec.gov.br/fichatecnicaAulas.html?aula=28898

Pedro Álvares Cabral desembarcou com sua esquadra, chegaram ao litoral Sul da Bahia era 22 de abril de 1500, o Brasil estava descoberto. Logo celebrou a primeira missa no território encontrado, era 26 de abril. Até hoje não existe documentos que confirmem se a descoberta foi intencional ou acidental. Segundo os historiadores Portugal sabia da terra supostamente descoberta, mas agora tomara posse oficialmente do território.

Uma frota de três navios é enviada por Portugal para explorar a nova terra, constatam que a terra é parte de um grande Continente, verifica a abundância de pau-brasil, madeira valorizada na Europa. Giucci (1991, p.46) menciona que: desembarcaram junto com Pedro Álvares Cabral “capitães, religiosos, franciscanos, homens de armas, escrivães, interpretes, cosmógrafos, médicos e condenados à morte” também chamados de desterrados, eram pessoas que havendo cometido crimes, aceitavam serem enviados ao Novo Mundo”.

Os portugueses não foram os primeiros povoadores do Brasil, pois havia habitantes nativos aqui, antes da chegada dos europeus. Esses habitantes nativos e suas comunidades foram chamados pelos europeus de indígenas, fazendo referência às Índias local ao qual os portugueses acreditavam ter chegado. Os índios habitantes das comunidades indígenas, até o ano de 1500, momento dos primeiros contatos com os europeus, possuíam um quantitativo de 3 a 5 milhões de indígenas.

As comunidades indígenas possuíam e ainda possuem características diferentes, começando pela língua: existiam e ainda existem vários troncos linguísticos, como o Tupi, Macro Tupi, Macro-Jê e Aruak. Essas comunidades também apresentavam e ainda apresentam diferentes práticas culturais, diferentes crenças e diversos ritos religiosos.

Os povos indígenas eram divididos em nômades e semi-nômades: eles se deslocavam constantemente de uma região para outra até o esgotamento dos recursos vegetais e animais, também à procura da pesca e pequeno plantio para sobrevivência, moravam em aldeias, pequenas comunidades. Pesquisadores das culturas indígenas defendiam a ideia de que esses povos possuíam organização política, mas não tão complexa como as dos não índios.

Muitos dos hábitos, costumes, alimentação e crenças da sociedade brasileira são heranças diretas dos povos indígenas, por exemplo: o hábito de andar descalço, o costume de dormir em rede, o hábito de pescar e caçar, alimentação à base de mandioca, farinha, polvilho, beiju, além das crenças na eficácia das plantas como alternativa para curar doenças.

O papel dos índios foi fundamental no processo de exploração do pau-brasil, pois eles derrubavam as árvores, cortavam as toras e as transportavam para os navios. Era trabalho árduo considerando-se o tamanho das árvores, a espessura dos troncos e o seu peso. Os troncos duríssimos variando de 20 a 30 metros de altura, depois de cortados eram transformados em toras de cerca de 1,5 metros que podiam pesar até 30 quilos cada uma que as carregavam nos ombros por 2 a três léguas (de 13 a 20 quilômetros).

Em troca desses serviços, os nativos recebiam espelhos, miçangas, tesouras, agulhas, foices e machados de ferro para cortarem os troncos. A difusão do uso desses machados em

substituição aos de pedra aumentou imensamente a produtividade do trabalho, reduzindo em mais de 10 vezes para derrubada dos troncos.

Domingues (2017, p.01) esclarece a utilidade do pau-brasil e menciona que:

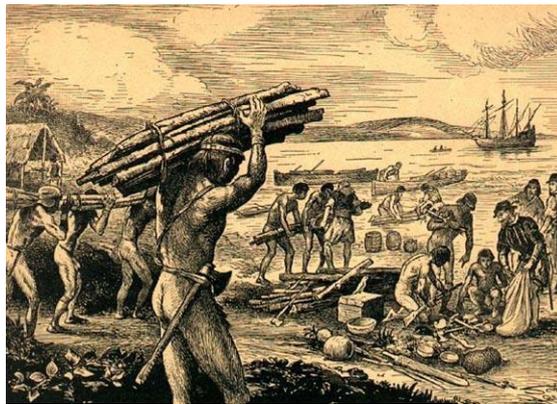
“O pau-brasil ou simplesmente ibirapitanga, em tupi, teve importância extraordinária na história do Brasil. Seu comércio foi a principal atividade econômica dos portugueses na América até 1530, mas sua exploração continuou ativa durante todo período colonial, figurando com destaque nas exportações brasileiras ainda na segunda metade do século XIX.”

O pau-brasil era usado para tingir sedas e linhas usadas pelos nobres do oriente. Como tintura a cor variava de marrom ao castanho claro, conforme a diluição e as misturas podiam resultar em tons de rosa, castanho e púrpura. Com o nome de Brasil, a árvore já era conhecida em Portugal e Espanha por volta de 1220. A exploração do pau-brasil foi feita num ritmo tão veloz que só no primeiro século de exploração cerca de 2 milhões de árvores foram derrubadas.

O negócio do pau-brasil estimulou a fundação de feitorias em toda a costa brasileira. Feitorias eram simples galpões de madeira, tendo por mobília apenas arcas e caixotes e onde ao longo do ano, ficavam três ou quatro homens. Esses eram chamados de “brasileiros”. O nome dado a esses traficantes ou coletores de pau-brasil acabou se tornando a todos os nascidos no futuro país. A exploração do pau-brasil e a disciplina dos “brasileiros” eram reguladas por normas rígidas estabelecidas pela Coroa Lusitana.

A colonização portuguesa no Brasil teve como principais características: civilizar, exterminar, explorar, povoar, conquistar e dominar. Sabemos que os termos acima estão diretamente ligados às relações de poder de uma determinada civilização sobre outra. Os portugueses submetendo ao domínio e conquista os indígenas. Já os termos explorar, povoar remete-se à exploração e povoamento do novo território chamado América.

Os europeus impressionados com a abundância de pau-brasil, a Coroa Portuguesa, logo traçou planos para ampliar um negócio vantajoso que daria muito lucro financeiro. Para implementar o plano, Portugal enviou caravanas com vários profissionais que iriam dar sustentação às necessidades dos europeus nas terras brasileiras, desde os cuidados com a saúde, com envio de médicos, ao controle administrativo dos negócios da Colônia, além de outros profissionais necessários para ao apoio, exceto educadores, confirmando de início o desinteresse dos colonizadores, pela educação do povo que agora formava a Colônia Portuguesa.

FIGURA Nº 3: Transporte de pau-brasil pelos indígenas

Fonte: historiacsd.blogspot.com/2013/04/Brasil-colonial-capitanias-hereditarias.html

Podemos resumir que os habitantes da nova terra, além dos indígenas nativos, que agora estavam dominados como escravos existiam os europeus, no caso os colonizadores e os desterrados, que eram prisioneiros criminosos que aceitaram ser desterrados. Quanto a esse grupo populacional, não existe nenhum relato oficial de quais tarefas aqueles malfeitores desempenharam no processo da colonização e como influenciaram na questão do desenvolvimento do Brasil Colônia.

FIGURA Nº 4: Chegada dos padres jesuítas ao Brasil

Fonte: delmarbrasil.weebly.com

1.1.1- A educação do período colonial

O ensino no Brasil teve início em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, que desembarcaram na Bahia, com o olhar voltado somente na catequização, do  ndio

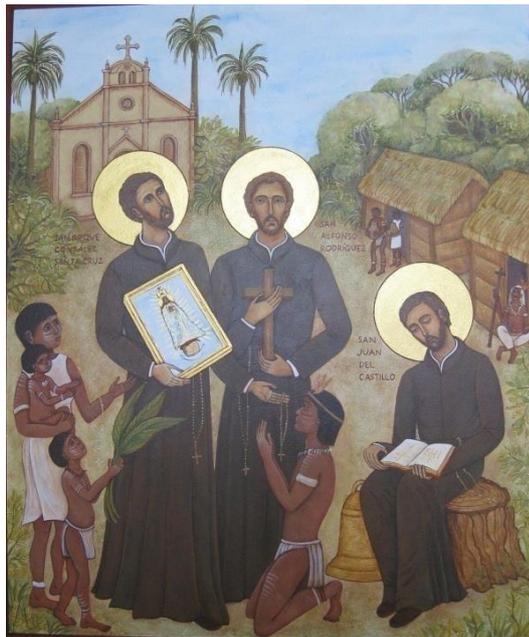
brasileiro, à fé Cristã. A educação pensada pela igreja católica tinha como objetivo principal barrar o avanço do protestantismo no Novo Mundo.

Na época a igreja mantinha uma estreita relação com o Estado e o ensino não era oferecido de forma igualitária para todos da Colônia, havia uma separação clara entre as aulas oferecidas aos indígenas e as destinadas aos filhos dos colonos. O ambiente para se aprender também era diferenciado, as escolas para os índios eram improvisadas feitas pelos próprios índios, as chamadas missões, enquanto os filhos dos colonos estudavam em colégios estruturados com atendimento diferenciado para os filhos dos portugueses.

Os descendentes de europeus também frequentavam as aulas dos jesuítas, mas recebiam um ensinamento mais qualificado, inclusive com a inclusão de outras disciplinas além da religião, e conteúdos voltados às letras. Essa diferenciação para esse público privilegiado era uma determinação que vinha da própria elite colonial no Brasil, um acordo com a Coroa Portuguesa. Além disso, os índios adultos não tinham acesso ao ensino porque estavam trabalhando exaustivamente no corte do pau-brasil, e os curumins filhos dos índios representavam o público para esse grupo populacional no acesso não à uma educação, mas um doutrinamento religioso.

O ensino no Brasil teve início assim, os brasileiros que já existiam no ato do descobrimento do Brasil eram os indígenas, e os jesuítas chegavam para pregar o evangelho, porém, mesmo o ensino religioso os índios adultos não tinham acesso, suas tarefas na Colônia era garantir o lucro da Coroa Portuguesa através do negócio vantajoso no comércio do pau-brasil, e o sustento dos colonizadores e dos padres jesuítas no trabalho do cultivo da lavoura, tarefa essa, destinada às mulheres, segundo a cultura indígena.

Steiner (2005, p.10) enfatiza que: “O mau ensino é, quase literalmente, criminoso e, metaforicamente um pecado” a educação letrada no Brasil era destinada somente aos homens, as mulheres não tinham acesso aos colégios e eram educadas somente para vida doméstica. O ensino no Brasil teve início assim, os brasileiros que já existiam no ato do descobrimento do Brasil eram os indígenas, e os jesuítas chegavam para pregar o evangelho, porém, mesmo o ensino religioso os índios adultos não tinham acesso, suas tarefas na Colônia era garantir o lucro da Coroa Portuguesa através do negócio vantajoso no comércio do pau-brasil, e o sustento dos colonizadores e dos padres jesuítas no trabalho do cultivo da lavoura, tarefa essa, destinada às mulheres, segundo a cultura indígena.

FIGURA Nº 5: Jesuítas catequizando os curumins e as mulheres

Fonte: icatolica.com/2016/04/os-tres-padres-jesuista-martires-na.html

Embora existisse uma segregação entre o ensino oferecido aos índios e aos filhos dos colonos, a educação jesuítica seguia uma diretriz curricular, pensada pela igreja católica, era o *Ratio Studiorum*, elaborado em 1559. A partir do ensino das letras, começou a se formar no Brasil uma organização da sociedade hierarquizada, pelo acesso a alfabetização, no caso teria mais chance de se desenvolver na Colônia quem aprendesse a ler e escrever.

Nos locais de ensino da Companhia de Jesus os comportamentos eram cobrados e deveria ser exemplar por parte dos educandos, caso contrário os padres, puniam os alunos, que desrespeitassem os princípios morais cristãos com castigos. Eles foram os primeiros educadores a desenvolver a pedagogia educacional no Brasil, promovendo a origem dos castigos nas suas práticas educativas, transcendendo a rotina da punição física.

No início século do XIX, foi publicado em Pernambuco, em 1828, e intitulado um tratado da educação físico-moral dos meninos, que tem como autor Joaquim Jerônimo Serpa, que se tornou evidente os atos e castigos aplicados aos meninos, visto que Serpa possuía resistência a essas práticas de imposição e punição atribuídas aos alunos.

Freyre (2000, p.41) reproduz parte do tratado que:

Condena severamente o uso de se açoitarem os meninos nas nádegas, prática perniciosa, própria para fomentar costumes funestos: irritação que se ocasionar sobre esta parte[...] De modo que talvez fossem melhores os suplícios de que nos fala o padre Sequeira: o menino ajoelhado no caroço de milho durante

duas, três, quatro horas; os bolos de várias palmatórias pedagógicas e domésticas – a pele de cação, a de jacarandá e a maior para os valentes de gramari.

Em Minas dizem que certo padre de caraça, Padre Antunes, amarrava o lenço no braço para ter mais força de puxar a “palmatória”. A pedagogia como a disciplina patriarcal no Brasil apoia-se sobre base distintamente sadista. Resultado em grande parte, das condições do seu início: uma pedagogia e uma disciplina de vencedores sobre vencidos, de conquistadores sobre conquistados, de senhores sobre escravos. É um estudo a fazer-se, o das várias formas e instrumento de suplícios a que sujeito o menino no Brasil em casa e no colégio: às várias espécies de palmatória, a vara de marmelo, às vezes com alfinete na ponta, o cipó, o galho de goiabeira, muxicão o puxavante de orelha, o beliscão de frade, o cascudo, o cocorote, a palmada. O menino foi vítima quase tanto como o escravo do sadismo patriarcal.

E assim, durante um longo período da colonização brasileira, o ensino era voltado exclusivamente para catequese dos índios os habitantes do Brasil, deveriam aprender a ler com o objetivo de desenvolver a fé trazida pelos padres jesuítas através da leitura do catecismo. O alvo era mais as crianças, filhos dos indígenas os (curumins), uma vez que os adultos tinham tarefas árduas na colônia e dispunham de pouco tempo. Além desse tipo de ensino direcionado para os interesses desses padres, que aqui chegaram, também desenvolveu na colônia junto com esse aprendizado as práticas dos castigos físicos que acompanharam o projeto pedagógico desde o início da educação entre os habitantes do país colônia.

Durante a fase inicial da colonização, o uso da mão de obra escrava a princípio começou com a exploração dos indígenas, com o passar do tempo foi substituída pela utilização do africano. Os historiadores citam alguns fatores para explicar a transição de uso do escravo indígena para o africano: mortalidade e fuga dos indígenas e imposição comercial da metrópole pelo tráfico negreiro

Primeiramente, o contato dos indígenas com os europeus levou a uma redução demográfica gigantesca por causa de doenças como varíola e gripe, que dizimavam as populações nativas. Isso acontece por falta de defesa biológica dos nativos a essas doenças.

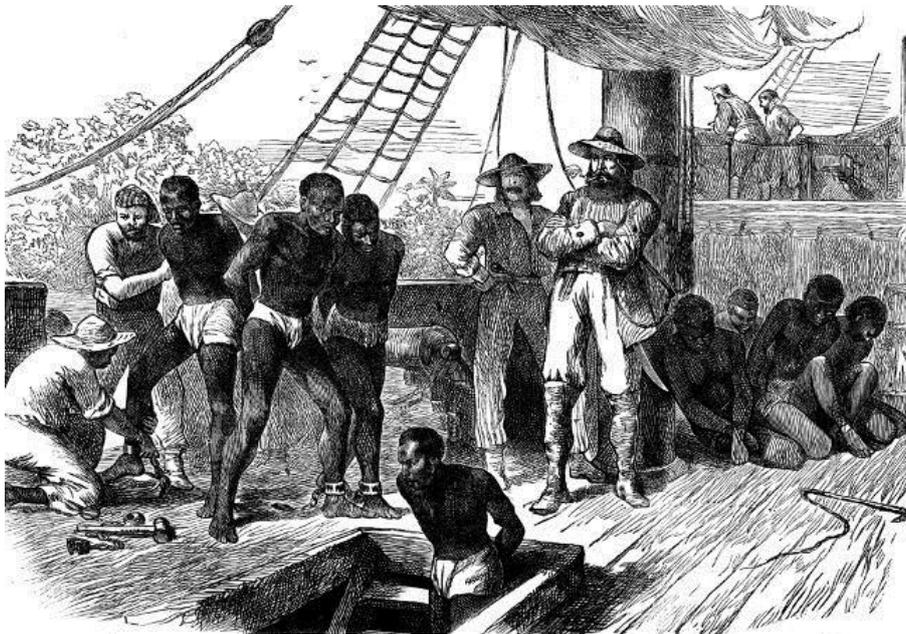
No ano de 1580, outros povos dão continuidade à escravidão. Chegaram ao Nordeste brasileiro pelo menos dois mil escravos africanos por ano, trazidos em condições desumanas e extremamente precárias. Os historiadores avaliam que, ao longo da história da escravidão africana no Brasil Colonial foram trazidos mais de quatro milhões de africanos, que eram utilizados nos diversos tipos de trabalho, com destaque sua utilização nos engenhos produtores de açúcar, e nos centros de mineração a partir do século XVIII. Nina (2010, p.63)

explica que: “o tráfico negreiro trouxe para o Brasil milhões de africanos, na condição de escravo. Eles rasgavam as matas, lavraram os solos e fizeram a colheita dos produtos tropicais exportáveis; trabalharam nas minas, nos engenhos, nos portos e nas casas”

Os milhões de negros africanos que chegaram ao Brasil os escravos, em condições sub-humanas chegavam para desempenhar todas as tarefas mais árduas possíveis, sem direito a voz, sem acesso à educação, sem direito a nada, de tudo eram excluídos socialmente, eles não eram cidadãos. Essa marca da maldade de um modelo social perverso, excludente, desumano permanece até hoje na sociedade brasileira

Não são os negros africanos, agora são as raças: negros, brancos, pardos, índios, mulatos, e todas as outras, todos na senzala do sistema capitalista, só não tem mais os engenhos, mas tem as usinas para os pobres que as mantêm trabalhando de escravo moderno no corte da cana-de-açúcar, são homens e mulheres, assim como no passado ainda vivem de escravos no Brasil que se diz civilizado.

FIGURA Nº 6: Chegada dos escravos em navios negreiros



Fonte: historiadomundo.com.br/idade-moderna/escravidão-no-brasil-colonial.htm

A escravidão dos africanos influenciou profundamente a cultura brasileira em vários aspectos, entre eles se destacaram mais a música a culinária e o idioma. Além de nos impor um forte preconceito racial que perdura até aos nossos dias. Mesmo no século XXI, após muita luta, ainda necessita de medidas para reduzir os contrastes sociais existentes.

Nina (2010 p.21) menciona assim: Embora tão antiga quanto o homem, a escravidão nem sempre teve significados, formas e objetos iguais, mas decerto sempre apresentou algo em comum no decorrer de sua história: a motivação econômica com ou sem respaldo legal.

O Brasil é um país marcado por um processo de colonização bastante cruel, teve início com chegada dos europeus e a ambição econômica motivada pelo lucro. Ao avistarem as riquezas naturais da terra conquistada, o plano principal, foi a exploração do pau-brasil, um negócio vantajoso para Coroa Portuguesa. A mão-de-obra para derrubada da madeira não foi problema, pois utilizou os nativos o povo indígena até a exaustão em troca por quinilharias, levando-os quase a extinção.

Progressivamente a exploração continuou, agora com outros escravos que foram chegando ao Brasil nos navios negreiros, eram os negros africanos, que foram torturados até a sua abolição. Soma-se a tudo isso a Companhia de Jesus, que em nome da pregação do evangelho, deixou um legado negativo, de uma prática pedagógica violenta ao invés do amor pelas pessoas, como ensina as escrituras.

Junior e Bittar (1996, p.4) esclarecem que:

O trabalho escravo, nas propriedades dos missionários fazendeiros da Companhia de Jesus, transformou-se na principal mão-de-obra utilizadas nas relações sociais de produção. Foram os filhos desses escravos que constituíram o contingente de crianças negras submetidas à ação pedagógica dos jesuítas.

A expulsão dessa ordem religiosa das terras brasileiras ocorreu em 1759, comandada pelo primeiro Ministro de Portugal, Marquês de Pombal, significando isso uma renovação total do sistema de ensino brasileiro. Por ordem do Estado, os jesuítas tiveram seus livros e manuscritos destruídos pelos portugueses e a religião foi deixada de lado nos currículos.

Segundo Junior, e Bittar, o Projeto Educacional da Companhia de Jesus, implantado no Brasil Colonial, estava a serviço de uma ordem social violenta. O processo de aculturação e conversão imposto pela igreja católica tanto ao índio quanto ao negro visava apenas construir o império colonial jesuítico – lusitano. Esta relação existente entre educação e violência, no contexto histórico do período colonial, reveste-se de importância fundamental, pois a formação social brasileira é marcada profundamente por um violento processo de exploração autoritário exercido pelas elites dominantes sobre as classes oprimidas, não só contra índios que habitavam as terras brasileiras desde os tempos iniciais da colônia, mas também contra os negros desafricanizados. Para Junior (1982), “as circunstâncias sociais dos segundos eram piores do que os primeiros, pois as condições dos escravos negros eram mais

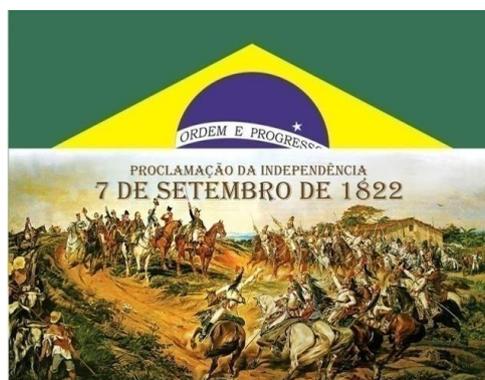
simples que a dos índios”. Não tiveram, como estes, protetores jesuítas, e até o Império continuará simplesmente equiparado às bestas das Ordenações “Manuelinas”.

Entre a expulsão dos padres jesuítas e a organização de um novo sistema educativo no Brasil, atravessou uma grande lacuna de uma de uma década sem uma escola estruturada. Influenciados pelos ideais iluministas, Pombal tinha convicção de que era preciso modificar a educação no Brasil. E isso ocorre formalmente em 1772, com a chamada reforma pombalina. Após a instauração dessas mudanças. O Brasil dá seus primeiros passos na criação de um ensino público.

Um dos momentos mais importantes da história da educação brasileira ocorre no ano de 1808, estava chegando ao Brasil, fugida da Europa por conta da invasão Napoleônica, a família real, que desembarcou no Rio de Janeiro em um dos navios vindos da Europa, trazendo com eles 60 mil livros dando origem após algum tempo, a Biblioteca Nacional Brasileira. A Coroa Portuguesa no Brasil impulsionou investimentos no setor educacional brasileiro, financiando alguns serviços nessa área, daí o surgimento das primeiras escolas de ensino superior no Brasil.

Espaços esses que não representavam um interesse para uma educação de inclusão do povo brasileiro, dando-lhe a oportunidade de se desenvolver, após ter amargado mais de dois séculos de uma educação excludente e discriminatória, além de tudo, com práticas pedagógicas que marcou não somente a violência nos ambientes de aprendizagem, mas deixou essa herança negativa no ensino e na família brasileira. As escolas surgiram exclusivamente para preparar academicamente os filhos da nobreza portuguesa e da aristocracia brasileira.

FIGURA Nº 7: Proclamação da República do Brasil



Fonte: segredosdomundo./r7.com/5-segredos-sobre-a-independencia-do-brasil-que-quase-ninguem-sabe

Em 1822 o Brasil se tornou independente, acontecimento mais importante da história brasileira, com isso nascia à expectativa de um novo olhar para a situação do povo que não era mais somente as raças indígenas, africanos e europeus, mas um contingente populacional miscigenado, agora com mulatos e mestiços. Por isso se esperava pela implantação de um Sistema Educacional, com uma política que preenchesse esses vazios deixados pela educação que se pautou nos moldes dos interesses dos colonizadores.

1.1.2- A educação do período imperial

A estatística apresentava que em cada três brasileiros, dois eram escravos, negros, negros forros, mulatos índios ou mestiços. O analfabetismo era geral. Os ricos eram uma pequena quantidade, mesmo assim com raras exceções a maioria era ignorante e sem cultura. O isolamento e a rivalidade entre as províncias prenunciavam uma guerra civil, que poderia resultar na divisão do território. Gomes, (2010) enfatiza que: “Sem dinheiro o novo país nascia falido”.

Apesar do rompimento com a escravidão que submetia o Brasil a Portugal, proclamação solene da liberdade do povo brasileiro, essa nova ordem necessitava de um pacto social que iria confirmar a emancipação e romper definitivamente com um passado deplorável e muito triste. Lima (1973, p.185) explica que: “cumpriria a sociedade se reunir para confeccionar a nova Constituição Política, que deveria ser a gramática do futuro e o penhor da integridade do Novo Império”.

Nesse mesmo contexto, Bonifácio e José (1822) apud Costa e Silva (2011) advertem que: “é tempo que comecemos a acabar com todos os vestígios da escravidão entrenós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação verdadeiramente homogênea, sem que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes”.

Nesse percurso histórico sobre a colonização brasileira, podemos de início compreender que a educação no Brasil sempre foi marcada pelo elitismo europeu sobre um povo que se tornou escravo tanto o índio como os negros e isso marcou fortemente a história do Brasil, uma educação para as elites e outra para as camadas mais pobres os excluídos socialmente.

Tratar a educação dos escravos no Brasil, no período Colonial e Imperial, é abordar uma história de exclusão, desigualdades sociais, discriminação e subtração de cidadania, que reflete ainda no século XXI, e também na historiografia da educação brasileira. Silva (2000 p.142) reproduz texto de Dr. Thomaz Alves Junior, em 1873 que esclarece: “O escravo que frequenta uma escola, que aprende a ler, que fica com a consciência dos seus

direitos, não pode ser mais escravo, há neste procedimento uma contradição revoltante senão absurda”.

O acesso ao conhecimento dá-se de maneira extremamente seletiva e discriminatória, mas ainda se faz menção a educação dos filhos dos indígenas os chamados (curumins) e das crianças negras do Brasil, mas sobre a educação dos adultos pouco ou nada se fala. Com isso vai aumentando no Brasil o contingente de pessoas adultas analfabetas e socialmente excluídas do acesso ao conhecimento. São inúmeras famílias que vão ser educadas com pais ignorantes e analfabetos, situação que necessita de uma análise cuidadosa e o desejo de mudar a realidade existente.

A falta de investimento em educação nesse período prejudicou de forma mais significativa as classes populares do país os mais pobres e desprezados das ações estatais. Em 1823 D. Pedro I lançou um concurso que tinha como objetivo articular a criação de um Plano Educacional, a fim de estimular o surgimento de um Tratado Completo de Educação da Mocidade Brasileira. Saviani (2011, p.119) explica que: “Isso podia significar algo relevante para um país que acabava de passar por um longo período como uma colônia de exploração de Portugal, e alvo dos interesses de quem ali chegava”.

Havia a necessidade de convocação da Assembleia Constituinte, era o marco importante para o início de apresentação de Projetos Educacionais no Brasil. A maioria dos parlamentares defendia a união com Portugal, desde que mantida a igualdade Jurídica, Política e Administrativa dos dois países. A respeito desse argumento podemos exemplificar um documento, que foi elaborado por José Bonifácio parlamentar pertencente a bancada paulista, cujo título foi, Instruções do governo provisório de S. Paulo aos Deputados das Províncias às Cortes Portuguesas, ali apresentava para os políticos, vantagens na união entre os países.

Alguns destaques importantes, entre eles apresentavam a necessidade da preservação das conquistas brasileiras, desde 1808, ano da chegada da família Real e membros da Corte Portuguesa ao Brasil, além da preservação da igualdade de direitos políticos e civis entre os cidadãos dos dois países. Percebia-se claramente, a possibilidade, de existir entre os representantes brasileiros, uma polarização de forças políticas que direcionavam os debates de acordo com seus interesses. Quanto à situação do cenário social do país não se via muita preocupação.

A primeira força representava o partido português que defendia a diminuição da autonomia do Brasil, impondo o retorno à condição de Colônia, a segunda representava o partido Brasileiro e defendia a Monarquia Constitucional, já a terceira força política de menor

expressão representava os Absolutistas, que defendiam o poder absoluto do Rei. Essa polarização das correntes políticas, embora se apresentasse enquanto partidos, não adquiriu sentido de nacionalidade porque em ambos existiam brasileiros e portugueses.

Os parlamentares brasileiros foram surpreendidos por um documento, aprovado pelas Cortes Portuguesas, logo que chegaram de Lisboa porque os adversários políticos, reunidos no dia anterior, aprovaram as bases da futura Constituição e era também extensiva ao Brasil. As determinações dirigidas ao país procuravam estruturar e formalizar a recolonização, uma ameaça a data da solene libertação do Brasil de Portugal.

Mesmo com a apresentação de propostas, como as apresentadas pela bancada paulista, os deputados brasileiros não conseguiram adesão e perceberam que existia a proximidade de um golpe, Portugal queria mesmo era submeter o Brasil, novamente em posição de subordinação acabando com a Independência entre os esses dois países, pois até o momento não havia assimilado esse acontecimento tão marcante para um povo que havia por séculos colocando-se na situação de escravo.

Nos períodos que se seguiu, foram expedidos decretos e outros documentos recolonizadores o que provocou grande insatisfação indignação e revolta no povo brasileiro, que clamavam por uma Constituição Nacional com urgência.

Junior (1989) esclarece que:

Enquanto tarefa no Brasil era enorme e se tornava impossível ocupar-se de outra coisa. As lutas políticas produzem sempre uma efervescência dos espíritos, que não se podia permitir e havia pouco tempo para complementar as medidas que deviam assegurar e garantir a completa separação dos dois países. Isto era tudo. O trabalho repentino, consistia em fazer o Brasil livre, independente, e perfeitamente unido pela visão e aspirações.

Os Constituintes de 1823 descreveram a situação da instrução popular no país como caos. Aparecem vários discursos nos anais da Assembleia Constituinte, onde os relatos dos parlamentares sobre a instrução pública do povo brasileiro os indicadores são os piores possíveis, necessitando de medidas emergenciais. Dizia o Sr. Pedro José da Costa Barros, do Ceará: “A Assembleia tem mostrado mui louvável zelo para que apareça quanto antes um sistema de educação, único meio que pode esperar-se o bem tão necessário da instrução pública. Todavia, este meio tem consigo grande inconveniente: o largo tempo que leva a apresentação desse plano completo. E enquanto não aparece deve ficar a mocidade sem instrução?” Moacyr (1936, p.13).

Em 25 de março de 1824, D. Pedro I outorgou a Constituição Política Imperial do Brasil. A Constituição em seu título 8º trazia as “Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cívicos e políticos dos Cidadãos Brasileiros” no artigo 179 enfatizava a indicação ao legislar a inviolabilidade dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade são garantidas pela Constituição do Império, da seguinte maneira: “No capítulo sobre a Educação foram indicados apenas dois parágrafos (32 e 33), no primeiro observa-se que existia formalizado em um texto Constitucional “a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos” e o segundo os Colégios e Universidades” como locais para o ensino de “Scencias”, Belas Letras e Artes”. Observa-se que Constituição do Império e a primeira do Brasil, não especifica a forma de como seria ministrada a educação primária e o local onde seriam ministradas as aulas, portanto não gerando nenhuma garantia social. Consistente.

Pode-se concluir que a declaração constitucional de gratuidade do ensino no Brasil em esfera federal, é um marco histórico para aquisição desse direito para o povo brasileiro. Uma sociedade onde a maioria era pobre, mas existia uma minoria que constituía as elitistas da sociedade na época, que no controle do poder, excluem uma parcela da população do acesso ao conhecimento. Precisamos entender quem se enquadra nessa possibilidade de acesso à educação. Porque a carta magna cria normas jurídicas para essas garantias.

O texto da Constituição tem a intenção de escolarizar os cidadãos brasileiros, porém na sociedade provinciana cidadão era aquele que tinha posses, então quem não tivesse uma propriedade não era considerado como cidadão brasileiro. Cardoso (2003, p.199) menciona que: “Ficava excluída assim, da sociedade política brasileira, grande parte da população, formada por escravos e por homens livres pobres, como também do acesso à educação, porque na Constituição de 1824, em seu art. 179, parágrafo 32, só garantia à educação gratuita aos cidadãos”.

Essa garantia Constitucional além de beneficiar apenas às elites, a educação também parecia ser racista, porque, com a extinção da mão-de-obra escrava, os negros não tinham direito a frequentar às escolas, ficando mais discriminados, em relação as outras raças principalmente em regiões como o Nordeste do Brasil.

A educação brasileira, logo após esse largo período de atuação dos padres jesuítas, de exclusão social e violência pedagógica, agora objetivava a formação de representantes políticos o que contribuiria ainda mais com esse processo educativo perverso, que separa o culto do inculto, a nobreza em relação aos pobres excluídos de todo benefício social.

Embora o Imperador desejasse torná-la acessível, é evidente o descaso com a educação do povo. A preocupação em relação a instrução pública pode ser verificada por meio do número de documentos legais sancionados em 1824.

Na Europa, as nações conservadoras se opunham ao reconhecimento da independência de qualquer ex-colônia. A Inglaterra desempenhou papel mediador nas negociações, para o reconhecimento internacional da independência do Brasil.

A Coroa Portuguesa somente reconheceu a independência do Brasil em 1825, após intervenção da Inglaterra que obteve incontáveis benefícios e vantagens comerciais, Portugal também recebeu 2 milhões de libras, a título de indenização.

Durante o período Imperial, o Brasil atravessou grave crise econômica e outras dificuldades. Destacamos que a construção de uma conciliação política, nesse período foi prioridade que de forma bastante significativa influenciou o contexto nacional brasileiro, explicando-se a inexistência de documentos e a construção de projetos parlamentares legais e expressivos sobre a instrução pública no país.

Assim podemos dizer, que a educação no período Imperial até o momento, não evidência nada que confirme sua obrigatoriedade, nem como prioridade para o Império do Brasil. O ensino primário apesar de se tornar garantia constitucional caracterizando um Estado Social, não houve empenho na apresentação de projetos políticos que garantissem esse benefício social para o povo brasileiro.

O país vai aumentando seu contingente populacional, e a ausência de cuidados com a educação do povo e a omissão de compromisso com o desenvolvimento do país, pode resultar em um abismo quase irreversível para o desenvolvimento da nação e a inclusão social daqueles que por muitos séculos foram excluídos dos cuidados do Estado, passando de geração a geração o atraso e a ignorância por nunca ter frequentado uma escola. Segundo (Martins, 2002), existia apenas promessas de instalação de escolas primárias, ginásios, e universidades nos diversos locais e o acesso ao conhecimento ficada cada vez mais difícil e a ignorância aumentava entre o povo brasileiro.

A educação básica nesse período oferecia ao povo somente o ensino das primeiras letras, um ensino de melhor qualidade era oferecido para poucos somente para os filhos daqueles que tinham posse, uma exclusão social. A Lei de 15 de outubro de 1827 propunha a ampliação do número de escolas a serviço das cidades, vilas em locais populosos e, também instituiu o dia do mestre, que é comemorado até hoje em 15 de outubro.

As competências dos atores sociais. Cabia ao Imperador o controle da política do Império e da cultura do Estado brasileiro, às províncias cabia a elaboração da organização

escolar e pedagógica, cabia a Câmara dos Deputados o recrutamento dos mestres, porém quem escolhia e nomeava era o Imperador e eram pagos pelo Tesouro Nacional.

Pavani e Pacheco (2013) esclarece que: A fiscalização dos recursos, verbas e contas de receita e despesas das províncias ficavam centralizadas nas mãos do Imperador, tirando das Províncias a autonomia financeira, caracterizando uma relação de subordinação da Província ao Poder Moderador do Imperador.

Em um quadro de caos geral no Império instituiu-se o Ato Adicional 1834, delegando mais poder às câmaras municipais e províncias, redefinindo as competências legislativas incluindo a instrução pública, no entanto em 1840, a centralização do poder é reconduzida ao Imperador, apoiado pelos barões do café.

A descentralização que proporcionou maior autonomia às províncias desobrigou o governo federal de acompanhar o que acontecia no país, causando um abandono educacional, o que também adiou a implantação de um sistema de ensino deixando a instrução primária numa situação bastante crítica, ocasionando um atraso intelectual entre as diversas camadas da sociedade.

Cury (2014, p. 25) enfatiza o seguinte:

À época da Independência, por exclusão sócio étnica, 40% dos habitantes não tinham acesso à educação como também não eram considerados cidadãos. Se a isso ajuntarmos as mulheres, que pela concepção organicista da época, se limitavam a uma cidadania passiva, então o universo dos cidadãos ou cidadãos imperfeitos sobe consideravelmente.

A Constituição Imperial durou 67 anos a que mais durou até agora no país, e a presença do Estado nesse período quase nada fez pela educação do povo. Estávamos diante de uma sociedade escravocrata e excludente organizada para atender uma minoria privilegiada que se encarregava do controle sobre as novas gerações.

Ao final do período Imperial o quadro geral do ensino era de poucas instituições escolares com apenas alguns Liceus provinciais nas capitais, colégios bem estruturados nas províncias cidade para alguns e cursos normais em quantidade insuficiente para os necessitados do país. Os cursos superiores garantiam o Projeto de formação (médicos, advogados, políticos e jornalistas), ficando um grande abismo educacional entre os excluídos da educação brasileira, que quando muito, possuíam uma casa sem eira nem beira e uma escola com uma professora leiga para ensinar os marginalizados brasileiros que ficaram excluídos e de fora de qualquer benefício do governo imperial.

1.1.3- A educação do período republicano as constituições brasileiras a partir de 1891 e as referências à educação de jovens e adultos

O Brasil passa a ser denominado Republicano com a libertação dos escravos encerrando o período Imperial, a educação deveria tomar novos rumos, agora a Princesa Isabel havia abolido a escravidão negra no Brasil (13 de maio de 1888), acontecimento importante e marca uma nova fase da história do povo brasileiro.

FIGURA Nº 8: Libertação dos escravos



Fonte: defesadamonarquia.blogspot.com/2012/06/oimperioabolicionista-parte-i-e-ii.html

Machado (2016) comenta que:

A abolição da escravidão foi o desfecho de um processo longo, que por razões políticas, econômicas e sociais, levou ao desmantelamento da escravidão no Brasil. Antes da promulgação da Lei Áurea, outras três Leis começaram a dificultar e encarecer a manutenção no trabalho escravo no país.

A expectativa era de novas ações políticas para o país. É a primeira República (1889-1930). O fim da escravidão com a promulgação da Lei Áurea tinha como objetivo atender as demandas internacionais do mercado é a partir daí, que se inicia uma análise da situação educacional do país. O analfabetismo era altíssimo os índices, um povo que por muito tempo foi excluído da educação. Durante todo período Imperial era evidente a prioridade nos embates políticos, o restante ficava como desprezível para os legisladores do Estado brasileiro. Inicia-se as primeiras ações de forma acanhada para se combater o analfabetismo, o desenvolvimento do país estava comprometido já existia muita gente ignorante sem cultura.

A educação do período Republicano vai ser construída num contexto deplorável, de um sistema de ensino excludente e elitizado. Apesar de referendar na Constituição a

existência do direito à instrução primária, o que se constatou foram restos do passado negligente, com o saber do povo brasileiro. A educação formal, um retrato da falta de compromisso com os pobres, marginalizados e excluídos da cidadania nacional.

Machado (2018, p.26), afirma que: O fim da escravidão no Brasil não foi acompanhado de políticas públicas e mudanças estruturais para a inclusão dos trabalhadores. Por isso, os escravos modernos são herdeiros dos que foram libertos em 13 de maio de 1888.

As antigas casas de escola, de “palácios escolares”, Leis, reformas, projetos empoeirados, políticas de institucionalização, as sucatas que restaram, as idéias ultrapassadas. Na memória, os castigos violentos, a tabuada cantada, às quatro horas no caroço do milho, à palmatória, e outros castigos físicos era a prática pedagógica, professores leigos e a ausência de formação para educadores.

A primeira Constituição Republicana 1891, não constituiu nenhum avanço, em relação à educação, percebe-se que a preocupação não era com a situação caótica do ensino, com um elevado número de pessoas analfabetas no país. Essa carta magna fortalece as discriminações e o descaso com aquelas pessoas que não sabem ler nem escrever. Cuida-se de formalizar quem pode votar os que têm posse e é letrado. Isso legaliza a exclusão de grande parte da população das questões sociais.

Em 1915, teve início algumas ações para se combater o analfabetismo, 14 anos após, pelo fato de começarem a culpar o analfabeto como causa do subdesenvolvimento do país. A Liga Brasileira contra o Analfabetismo teve como objetivo instituir a grandeza do país, abandonando a ignorância e caminhando em direção a uma sociedade produtiva e letrada. A Associação Brasileira de Educação (ABE), as discussões eram basicamente, mobilizar o país para acabar com essa calamidade pública.

O retrocesso em relação ao direito à educação deu-se porque o ensino não era livre e gratuito, trazendo também consequências políticas, no seu Artigo 70 parágrafos primeiro inciso II, determinavam que os analfabetos não votassem, além disso, defendia o ensino religioso nas escolas e o uso de diferentes grades curriculares para meninos e meninas. Incentivou o desenvolvimento do ensino superior e médio agora a grande preocupação era formar futuras gerações preparadas para assumir postos de trabalhos gerados com os avanços pretendidos com o setor econômico.

A educação no capítulo II do título V: Artigo 149 passa a ser direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcionar a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país de modo que possibilite eficientes fatores da

vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art. 150 Parágrafo Único – O Plano Nacional de Educação constante na Lei Federal, nos termos dos art. 5 no XIV [...] obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos isso significa um avanço muito importante o direito à educação para os jovens e adultos, depois de aproximadamente quatro séculos sem a devida importância à educação do povo.

Logo o golpe de 1937, encerrou a vigência da Constituição de 1934, antes da votação do Plano Nacional de Educação, sendo estabelecida nova ordem política educacional, mínima para os trabalhadores e seus filhos, que consistia na aprendizagem das primeiras letras, atendendo de forma reduzida e muito escassa à demanda crescente da inclusão escolar no Brasil.

Por outro lado, junto a essa iniciativa é também apresentado para esse público um ensino profissionalizante com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), liderados pelo empresariado brasileiro que atribuíram para si a tarefa de direcionar a Política educacional para os pobres do país. Oferecendo para esses brasileiros cursos de formação de técnicos, atendendo às exigências da acumulação do capital.

O objetivo era oferecer, o mínimo possível, de educação formal, para esse público menos favorecido e excluído do sistema educacional do Brasil. Os que detinham o poder necessitavam impedir seu desenvolvimento intelectual isso representava uma ameaça para a elite do país.

Pinto (2012) esclarece que:

Os direitos fundamentais constituem a “força normativa da Constituição” na medida em que ao tentar alcançar toda sociedade, buscam impedir que somente os interesses de fatores de poder sejam protegidos, pela Constituição. [...] o que faltou às normas que privilegiam uns poucos em detrimento da maioria foi justamente a força normativa, que faz, ou deveria fazer valer determinados direitos para toda sociedade, direitos e garantias “mínimas” com saúde, educação e moradia.

No final dos anos 1940, com o objetivo de aumentar o contingente eleitoral e preparação de mão de obra para o mercado industrial em expansão, o Estado implantou políticas para atender a demanda educacional para jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino, oferecendo-lhes as campanhas de alfabetização em massa.

No ano de 1946, a democracia brasileira reaparece com a promulgação de uma nova Constituição, a de 1946 que diferenciava da Constituição de 1937. Agora, essa Carta Magna fazia referência aos cuidados com a área social e os direitos individuais dos cidadãos brasileiros. Em janeiro de 1947, aprovou-se o Plano de Campanha Nacional de Educação de Adultos, tendo sido preparado pela Associação dos Professores de Ensino Noturno, em parceria com o Departamento Nacional de Educação, ocorrendo o Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Existia nesse período o comprometimento em tornar real e visível o desejo de educar o povo, um olhar para educação popular.

Lourenço Filho (1950, p.49) esclarece que:

A recuperação de grandes massas da população que vivia praticamente à margem da vida nacional [...], era necessário educar o adulto, antes de tudo, para que esse marginalismo desaparecesse e o país pudesse ser homogêneo mais coeso e mais solidário e para que cada homem ou mulher pudesse ajustar-se à vida social e às preocupações do bem-estar e do progresso social.

Às diversas críticas às Campanhas de educação de Adultos, principalmente as direcionadas para alfabetização vão desde suas deficiências administrativas, financeira seu projeto de orientação pedagógica, ambiente alfabetizador, além de outras. Acusavam que este processo educativo se dava de forma superficial com campanhas passageiras, e principalmente pessoas despreparadas para ensinar a esse público e para agravar a situação o método era inadequado para adultos e não contemplava as diferenças regionais do país.

Em 1960, desponta Paulo Freire, com uma nova visão sobre o tema: Alfabetização de Adultos, consolidando um novo marco na educacional do país, dessa vez trazia-se com esse educador a esperança de novos horizontes para acabar com o analfabetismo, que já contabilizam, 411 anos de gerações a gerações de pessoas não escolarizadas.

A trajetória do educador referência, nascido em Recife, Paulo Freire despontou como ícone para a educação popular no início dos anos de 1960, quando desenvolveu um método de alfabetização de adultos, em Angicos interior do Rio Grande do Norte. A metodologia considera os saberes e experiências acumuladas pelos alunos e para o processo da aprendizagem.

O novo governo brasileiro Jair Bolsonaro (PSL), contudo considera que a obra de Paulo Freire é sinônimo de doutrinação ideológica de esquerda, e disse que seu legado seria “expurgado” da educação brasileira. Paulo Freire é estudado por vários estudiosos e educadores do mundo, devido a sua trajetória de vida, a qual sintetizamos a seguir.

FIGURA Nº 9: Paulo Freire recém-formado em Direito

Fonte: folha.uol.com.br-educacao-2019-01-conheça-a-trajetoria-de-paulo-freire-educador-referencia-e-alvo-do-governo-bolsonaro.shtl.

Nasceu em 19 de setembro de 1921, no bairro de Casa Amarela, no Recife (PE). Em 1947, forma-se em direito, mas praticamente não chega a exercer a profissão. Durante 17 anos, trabalhou no setor de educação do SESI do Recife e dedicou-se à formação de educadores e a criação de currículos de diálogos entre pais e docentes.

1960, nessa época Freire se destaca como referência para educação popular. A aprovação da tese “Educação e Atualidade Brasileira” o levam ao posto de professor na Faculdade de Filosofia da Universidade de Recife.

1962 é convidado para aplicar o método de alfabetização recém-criado em Angicos sertão do Rio Grande do Norte. Ali houve a experiência pioneira de alfabetização de trabalhadores rurais, iletrados, jovens e adultos.

1964, O então Presidente João Goulart assina decreto que criou o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), coordenado por Paulo Freire. Com o golpe militar, em abril, o programa é extinto.

Ainda em 1964, após ser preso, Freire decide se exilar na Bolívia viveu no Chile, Estados Unidos, Genebra. Ainda viajaria por todo o mundo, de África ao Canadá. Retornaria definitivamente ao Brasil em 1980.

Teve seu primeiro livro publicado em 1965 “A Educação como Prática da Liberdade”. Publicou “em 1968, “Pedagogia do Oprimido” sua obra mais conhecida.

Retorna ao Brasil, em 1980 e leciona na Pontífica Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Universidade de Campinas (Unicamp). De 1989 – 1991 foi Secretário Municipal de Educação de São Paulo. É o primeiro nas discussões do currículo e em programas de tecnologia na educação.

Em 1996 publicam “Pedagogia da Autonomia” em que aborda a educação como ato político e a valorização do diálogo.

Em 02 de maio de 1997, morre no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Doutor Honoris Causa em quase 40 Universidades de vários países, como Inglaterra, Bélgica e Estados Unidos.

Encerrou-se o governo democrático, e em 24 de janeiro de 1967, foi outorgada mais uma Constituição Federal (CF) agora centralizadora, que exaltava a pessoa e os direitos do Presidente da República e reduzia os direitos sociais e individuais do povo brasileiro, durou até a volta da democracia no Brasil.

O Brasil aprofundou sua dependência ao imperialismo, acentuando-se a má distribuição de renda e as desigualdades sociais entre o povo.

Haddad e Di Pierro (2000, p.7) chamam a atenção para:

Todas as mobilizações em defesa de reformas foram reprimidas e abolidas, nessa época houve o rompimento com os compromissos com a educação e a cultura brasileira, traçando-se uma nova meta para a educação popular, e os líderes desses movimentos foram censurados e presos.

Três foram às ações criadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesse contexto político militar: Criação da Cruzada Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), que visava à integração e subserviência ao capital internacional, sua ação restringiu-se a distribuição de alimentos para manter elevada a frequência escolar. A segunda ação foi à criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL), que centralizou as iniciativas impedindo qualquer tentativa de avanço cultural para o povo restringindo o conceito de alfabetização somente a aquisição de habilidades de no máximo ler e escrever.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL) não teve resultados satisfatórios, as muitas críticas a esse Programa, como a manipulação de seus resultados e sobre o seu próprio sentido de existir e seus objetivos fora das necessidades do público adulto não alfabetizado do país. A terceira ação do Regime Militar foi à criação do chamado ensino Supletivo, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971.

Somente com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira número 5.692/71, se estabeleceu pela primeira vez na história de Brasil, um capítulo

específico para a educação de jovens e adultos como um direito dos excluídos da cidadania nacional, mas, restringia o dever do Estado à faixa etária de 7 a 14 anos de idade.

Haddad, (2006) explica que:

O ensino Supletivo, no modelo autoritário militar e suas reformas tendenciosas, de processo de modernização conservadora do país, que até o momento de sua história, trata a educação como um privilégio para as elites, não garantiu sua unidade como ensino regular, acentuando os índices de evasão escolar na EJA. O processo educativo reduzia-se a aprendizagem contida em módulos institucionais sem contemplar um espaço social de convivência educativa. O MOBRAL foi extinto em 1985, em continuidade foi criada a Fundação Educar.

As inconveniências da Ditadura Militar, fez aumentar a insatisfação entre o povo, pois essa ignorava as garantias dos direitos sociais. O anseio por um Brasil que fosse defensor dos valores democráticos foi crescendo e também por mudanças políticas tudo isso fez com que, em 1985 inicia-se uma grande mobilização nacional era o grito pela redemocratização do país.

FIGURA Nº 10: Mobilização pela Constituição Federal de 1988



Fonte: [cnts.org.br-noticias/-noticias/projetoa-de-iniciativa-popular-um-dos-avancos-da-constituicao=federal/](https://cnts.org.br/noticias/-noticias/projetoa-de-iniciativa-popular-um-dos-avancos-da-constituicao=federal/)

Toda Constituição deve ser caracterizada pela manifestação da vontade popular. Nesse período houve grandes manifestações no país com palavras de ordem sobre redução das desigualdades sociais, direitos para todos, princípios da liberdade como norteador das Leis de um país. Era o desejo da sociedade por uma nova Constituição que contemplasse e efetivasse os direitos necessários para soberania nacional um país mais justo em todas as áreas. Karl Marx define a Constituição como superestrutura que define as regras da infraestrutura da sociedade, podendo-se afirmar que ela dá vida ao Estado de direito.

Chamada de Constituição Cidadã pelo deputado Ulisses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte instalada em 1985, a nova Carta substituiu o texto constitucional de 1967, que consolidou o golpe militar de 1964 no Brasil. Essa iria conferir mais poderes à União e ao Presidente da República.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães em seu discurso, em 05 de outubro (1988, p.15) proferiu:

A persistência da Constituição entre tudo a sobrevivência, da democracia, quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.

Na Constituição Federal (CF) de 1988 a educação é um direito social e deve ser estendido a todo cidadão. Sem educação não existe cidadania plena, ou seja, o desenvolvimento individual e da sociedade em que vivemos que por ser desigual uma minoria ainda dificulta o acesso ao saber da maioria. Quando se conseguir superar a lógica que rege o sistema capitalista mundial esse ato educativo deve se concretizar, pois irá propiciar a todos, a participação nas tomadas de decisão sobre os rumos sociais, políticos e econômicos da sociedade, é a educação que abre esses espaços para conscientização do homem, de que ele é um ser social, com deveres e conhecimento dos seus direitos.

1.1.4- A Constituição de 1988, uma inclusão social – Educação de Jovens e Adultos – compromisso na erradicação do analfabetismo.

A Constituição Federal (CF) de 1988 assegurou os diversos direitos e garantias para o povo, abrangia direitos de todas as gerações, tinha como prioridade garantir e efetivar os direitos fundamentais do povo brasileiro, permitindo também a participação do poder judiciário sempre que houvesse lesão a esses direitos constitucionais. É um conjunto normativo perfeito, corrigindo as injustiças sociais de um longo passado, e construindo um futuro com menos desigualdades.

O artigo 208 parágrafo primeiro da Constituição é uma norma para efetivação dos direitos fundamentais para uma existência com dignidade do ser humano. Cabendo ao Estado Brasileiro fornecê-la a todos e todas, e com qualidade, processo de construção da democracia após o golpe militar. Enquanto o país não aprovasse a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a Educação Brasileira a educação seguia os mesmos modelos da época do regime militar, por

isso esperava-se prioridade para esse tema. Iniciou-se amplo debate sobre um Projeto de Lei para as diretrizes da educação nacional, envolvendo vários setores da sociedade civil organizada ligado à educação brasileira. A Lei estabelece os rumos a serem seguidos e os meios adequados para concretizá-los, é a organização do Sistema da Educação Nacional.

O poder executivo aprova documento para educação Brasil (1995) que explica: finalmente foi aprovado o texto do Senador Cid Saboia (substitutivo) não era o texto ideal, mas representava o consenso possível, após grandes dificuldades de negociação. Tentou-se garantir pontos significativos no processo de luta pela Escola Pública, com acesso e permanência, Sistema Nacional de Educação Unificado que garantisse o mesmo padrão de qualidade em todos os níveis e a garantia de verbas públicas para a escola pública (Brasil, 1995).

Após todo esse processo de luta, com avanços e recuos, surge no contexto educacional o Projeto Darcy Ribeiro, contemplando o Planejamento Estratégico do Ministério da Educação (MEC) que atende às Diretrizes internacionais para os países periféricos.

O artigo 214, a Lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, que inclui o ensino básico formados pelos cursos da educação fundamental, ensino médio e o ensino superior integração das ações do poder público que conduzam e ofereçam um ensino universal e de qualidade para o povo, tendo como prioridade a erradicação do analfabetismo entre a população de jovens e adultos, por se tratar de uma dívida histórica com o povo brasileiro. E a integração das ações do poder público que conduzam a:

- I. Erradicação do analfabetismo,
- II. Universalização do sistema escolar;
- III. Melhoria da qualidade do ensino;
- IV. Formação para o trabalho;
- V. Promoção humanística, científica e tecnológica do país.

O Brasil é um país, com acentuadas diferenças regionais, portanto toda política educacional, deveria se observar isso, como um problema sério se é que as autoridades desejam realmente atingir os objetivos atendendo todas as gerações que foram até agora excluídas do sistema educacional principalmente na área de combater o analfabetismo, tema esse marcado por projetos frágeis até agora fracassados. O Plano Nacional de Educação (PNE) está nos artigos 212 e 214 da Constituição Federal (CF).

A Lei 9.131 de novembro de 1995, no parágrafo 1º do Artigo 7º, atribui ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a incumbência de subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE). A Lei 9.134 de 20 de dezembro de 1996 que consolidou o Plano educacional estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dispõe, no seu artigo 9º o seguinte:

Brasil (2018) esclarece que:

A União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação – PNE em colaboração com os Estados, o Distrito federal e os Municípios determinando no parágrafo 1º do artigo 87 que a União no prazo de um ano (...) encaminhará ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com as diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos.

O período de 1996 a 2001, em que se desenrolou o processo de Construção do Plano Nacional de Educação (PNE) que resultou na Lei 10.172/2001, que aprovou o plano educacional foi marcado por controvérsias sobre a importância relativa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na agenda de Políticas Educacionais. Isso implica que a educação de jovens e adultos, no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 se tornou uma expectativa por parte dos estudiosos desse setor educativo, no cumprimento das metas a serem alcançadas consolidando um grande marco na educação de jovens e adultos.

O capítulo sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Plano Nacional de Educação (PNE) enunciou 26 metas dentre as quais se destacavam 05 objetivos entre eles o primeiro, e considerado mais importante, era alfabetizar em cinco anos, dez milhões de pessoas, e erradicar o analfabetismo no Brasil em uma década. A realidade de que o analfabetismo é um problema que afeta por muitos séculos o desenvolvimento do país torna essa concepção um compromisso de sanar uma dívida histórica com o povo brasileiro.

1.2- O contexto político internacional e a intervenção na educação – os países periféricos

1.2.1- A segunda guerra mundial a criação dos organismos multilaterais e o estado de bem-estar social

Para compreensão da atual conjuntura internacional e nacional é de extrema importância entender, a criação dos organismos multilaterais ou organizações internacionais, que exerceram e ainda exercem grande influência nos países do mundo. São entidades criadas pelas principais nações mundiais com a finalidade de trabalhar em comum para o desenvolvimento das diferentes áreas de atividades: política, educação, saúde, segurança etc.

Sales (2015, p.02) enfatiza o seguinte:

A principal inquietação que desestabiliza a rotina dos Organismos Multilaterais era desconfiança de que a estratégia adotada por eles não seria suficiente para promover o desenvolvimento dos países pobres, a despeito dos bilhões de crédito disponibilizados pelo Banco Mundial e governos doadores e da assistência técnica provida pela ONU, os países beneficiados pela cooperação continuavam em situações de miséria e atraso econômico.

Após o fim da segunda guerra mundial os Organismos Multilaterais foram criados com os mais variados tipos de atividades, sendo alguns com tarefas mais relevantes em determinadas áreas de grande importância para o desenvolvimento das nações, com isso muitas vezes deixam de assumir o papel para o qual foram criados e passam a interferir na soberania nacional dos povos, passando a defender os interesses dos países ricos. Mais adiante iremos estudar as atividades de cada um dos principais desses organismos também chamados de Organismos Internacionais.

A universalização dos direitos sociais no Brasil, a partir da consolidação desses pela Constituição Cidadã, trouxe para os brasileiros, a esperança de um país onde pela primeira vez na sua história houve o reconhecimento pelo menos, de garantir padrões mínimos de direitos humanos básicos para todos, somando-se a isso as experiências do convívio com o regime democrático, tornaram-se temas importantes na construção do grande debate para o fortalecimento da cidadania nacional.

Agora precisamos entender quando essas conquistas chegaram para o povo brasileiro e o que acontecia ao mesmo tempo em relação a países no mundo principalmente na Europa.

Iniciaremos nos períodos seguintes após a crise de 1929 quando o regime que passou a ser adotado foi o Estado de Bem-Estar Social cuja denominação em inglês é Welfare State foi criada na década de 40.

O historiador Robert Paxton observa que, no continente europeu, as fundações do Estado do Bem-Estar Social foram criadas por conservadores e liberais econômicos no final do século XIX como alternativa ao socialismo com base a concepção de que existem direitos sociais indissociáveis da existência de qualquer cidadão, bem como para evitar a união dos

trabalhadores que era então estimulada pelos ideais socialistas, muito fortes na época. Pelos princípios do Estado de Bem-Estar Social, todo indivíduo teria direito desde o seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços, que deveriam ter seu fornecimento garantido seja diretamente através do Estado ou indiretamente mediante o poder de regulamentação do Estado sobre a sociedade civil. Esses direitos incluiriam a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desemprego, a garantia de uma renda mínima, possibilidade de livre associação, recursos adicionais para criação dos filhos, direito de expressão, etc.

Nesse sistema o Estado se responsabiliza pela política econômica, e sua função principal era a proteção social através da articulação Estado, mercado e família, para isso, adotou-se uma política de proteção social que garantisse direitos fundamentais dos indivíduos como educação, saúde e seguridade social para todos, ressalta-se também como o poder de mobilização política foi fundamental na construção desse sistema além da interferência de mecanismos institucionais que fundamentam a construção do Welfare State.

Suas características principais são: soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. Território: espaço geográfico que delimita a ação do Estado. Povo (nacional) pessoas que possuem um vínculo jurídico com o Estado.

Embora Welfare State tenha imprimido padrões diferentes em cada país (função interventiva na área social) teve um padrão dominante nos países industriais avançados, e o poder de mobilização política contribuiu nessa construção interferência significativa de mecanismos políticos e institucionais de representação na construção do modelo implementado.

Rosanvallon (1981, p.115) explica que:

O Plano Beveridge foi o primeiro documento a marcar o princípio do Welfare State, esse documento teve repercussão em vários países que passaram a organizar a política de segurança social com as características apontadas por Beveridge:

- É um sistema generalizado que abrange o conjunto da população, seja qual for o seu estatuto de emprego ou o seu rendimento;
- É um sistema unificado e simples: uma quotização única abrange o conjunto dos ricos que podem causar privações do rendimento;
- É um sistema uniforme: as prestações são uniformes seja qual for o rendimento do interessado;

- É um sistema centralizado: preconiza uma reforma administrativa e a criação de um serviço público único.

Enquanto na Europa e em outros países do mundo se implantava o modelo do Estado de Bem-Estar Social, aqui no Brasil, estávamos em plena vigência da ditadura militar motivada pelo golpe de 1964. Os direitos sociais seguiam as diretrizes do sistema em vigor, e as conquistas educacionais adquiridas na Constituição Federal (CF) de 1946, foram impedidas de ser implantadas, foi retirado o seu financiamento.

No caso da alfabetização de adultos, o inovador dessa modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), educador Paulo Freire, apresentando propostas para erradicar o analfabetismo e valorizar esse público excluído da educação pelo sistema que não deu oportunidade de estudar, foi preso e suas atividades com outros educadores tiveram fim.

É nesse contexto por um lado um regime militar por outro as mobilizações de setores da sociedade foram se fortalecendo com apoio também de instituições que reprovavam esse modelo de sociedade, culminou com a redemocratização do país e a aprovação de uma nova Constituição Brasileira, 1988 a Constituição Cidadã, quando a universalização desses direitos sociais chega em uma época tardia em relação ao resto do mundo. A cidadania em seu sentido moderno para Marshall (1967) conteria um conjunto de direitos de natureza diversa: os civis, políticos e sociais.

Aureliano, apud Viana (1998, p.37) menciona que:

Uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre Estado e a Economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico, implicam que tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição de renda, assistência social e habitação [...] afetando, portanto o nível de vida da população trabalhadora.

Os direitos sociais com garantias pelo Estado, uma conquista do povo decorrente de uma grande pressão da sociedade que se organizou com outras instituições e tornaram esses anseios, que há muitos anos vinham sendo ignorados, agora representa, uma confirmação da cidadania, por isso mesmo, a Carta Magna de 1988 ficou conhecida como cidadã. São garantias de necessidades básicas do ser humano, mas foi fundamental essa forte intervenção da sociedade, para garanti-los.

Esse modelo de Estado, com direitos universais, agora conquistados pela sociedade brasileira, já estava sendo questionado, pelos países que aderiram ao Estado de Bem-Estar Social, quando de sua implantação, com objetivos não de tornar uma sociedade mais humana, mas uma forma de barrar a forte pressão social em direção ao Sistema Socialista, liderada pelos países europeus, repudiando o capitalismo, mas agora segundo os autores Rosanvallon (1981–1988), Santos (1997), consideram que estava se construindo uma nova sociedade protetora que estabelece outro vínculo com o Estado, sinais do capitalismo em crise.

Vieira (2010, p.01) enfatiza que:

Conhecer e interpretar a produção acadêmica em cada um dos quatro países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México), permitiu identificar a complexidade dos impactos produzidos pela política educacional implementada na América Latina, dando visibilidade à interpretação que ocorre entre as diferentes instâncias geopolíticas e a escolar. Na última década do século XX, quase todos os países da América Latina e do Caribe iniciaram reformas educacionais resultantes em grande medida de um processo de indução externa liderado pelos Organismos Internacionais - principalmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento— que condicionavam a concessão de empréstimos aos Estados nacionais da região à implantação dessas reformas.

Com propostas assistências para auxiliar os países devastados pelos efeitos da segunda guerra mundial os organismos multilaterais foram criados para fornecer ajuda para reconstrução dessas sociedades, no entanto pela atual política econômica imposta por esses organismos, aos países devedores, deixa claro que os objetivos dessas entidades eram aplicar os seus recursos financeiros acumulados para, a curto prazo impor uma forma de exploração na cobrança de juros sacrificando os habitantes dessas nações impondo-lhes sanções que criaria um sistema desumano de sociedade onde os direitos essenciais para a vida desses povos são restringidos ao máximo, direitos sociais básicos como educação, saúde, previdência social, habitação entre outros, uma política de crueldade e agiotagem.

O povo brasileiro conta hoje com uma Constituição Cidadã, com garantias de direitos básicos universais, conquistados a duras penas, um país subserviente ao sistema capitalista que de forma acelerada vem retirando da Carta Magna o financiamento desses benefícios sociais, através das emendas na Constituição Brasileira e outros mecanismos do poder executivo que são elaborados com orientação dos organismos internacionais.

Após os sucessivos ataques aos direitos universais legais, resta agora alternativas que renovam as utopias por justiça social, mesmo assim, é importante intensificar as batalhas por maior homogeneidade socioeconômica apesar de percebe-se que o aprofundamento da democracia é vencido.

1.2.2- Organismos multilaterais objetivos e área de atuação

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Com o objetivo de conceder empréstimos aos países membros, o BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento também chamado de Banco Mundial, oferece financiamento e assistência técnica aos países, membros avançados, a fim de promover seu crescimento econômico. É formado por 185 países-membros e iniciou suas atividades auxiliando na reconstrução da Europa e da Ásia após à segunda guerra mundial.

Para Santos (2019) a reordenação do sistema capitalista mundial, representado pela defesa dos interesses dos grandes conglomerados econômicos e instituições financeiras, consolidou o poder de organismos internacionais, enquanto responsáveis pelo gerenciamento da economia capitalista global.

Banco Mundial

O Banco Mundial considerado o gerente das políticas sociais, representou a importância de sua atuação na defesa dos interesses capitalistas internacionais, à medida que passou à gerenciar a reestruturação econômica de países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento (Terceiro Mundo) - principalmente da América Latina– por meio da aplicação de programas de ajustamento estrutural, intervindo diretamente na formulação de políticas internas e na própria legislação desses países.

Com as implementações das políticas adotadas pelo Banco Mundial no Brasil, percebe-se que a crise no Sistema Educacional Brasileiro é resultado das transformações decorrentes dos processos de reestruturação do sistema capitalista mundial, privilegiando as relações de mercado em detrimento da vida humana e seus direitos sociais, principalmente as necessidades básicas da população pobre, o direito a educação, saúde, habitação, transporte, empregabilidade entre outros, chama-se isso, minimização do papel do Estado, na promoção e garantia de serviços sociais mínimos, acelerando o processo de privatização.

ONU - Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações (ONU) Unidas foi criada pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial e tem como principal objetivo manter a paz e a segurança internacionais. Proíbe o uso unilateral da força, prevendo, contudo, sua utilização -individual ou coletiva- para defender o interesse comum dos seus países membros. Seu principal objetivo é manter a segurança internacional e pode intervir nos conflitos não só para restaurar a paz, mas também previne possíveis enfrentamentos. Também incentiva as relações amistosas entre seus membros e a cooperação internacional.

Formada por uma Assembleia Geral composta por representantes de mais de 190 países, a Organização das Nações (ONU) discute todo e qualquer assunto que se refere a promoção da paz entre os povos. Não tendo nenhum poder de intervenção direta nas questões por ela discutidas. A Assembleia apenas apresenta sua posição mediante as situações de conflito pelo mundo. Dessa forma, podemos ver que as Nações Unidas têm um papel relativamente limitado. Em caso de oposição a algum tipo de governo ou conflito a Organização das Nações (ONU) aprova embargos econômicos ou envio de tropas internacionais que auxiliem aos povos vitimados por algum tipo de situação.

UNESCO – Organização das Nações Unidas Para Educação Ciência e Cultura

A UNESCO – Organização das Nações Unidas Para Educação Ciência e Cultura, criada em 1945 pela conferência de Londres e tem como objetivo contribuir para a paz através da educação, da ciência e da cultura, visa eliminar o analfabetismo e melhorar o ensino básico, além de promover publicações de livros e revistas, realizar debates científicos. Desde 1960 atua também na preservação de espaços de valor cultural e histórico.

Os dados mostram que há sérios problemas com a alfabetização na idade certa, o Brasil está posicionado entre os dez países mais desiguais do mundo (Xavier e Bartholo, 2017). Esse cenário crítico mostra que essa situação é decorrente de vários séculos de descaso na educação brasileira. Os países que temos melhores indicadores econômicos e sociais priorizaram a oferta de uma educação básica de qualidade.

UNESCO (2017) argumenta: Também se precisa entender que esse cenário não pode melhorar sem a devida valorização do professor. É necessário estruturar planos de carreira mais atrativos para os professores e garantir a formação inicial e continuada. Mesmo com a queda da taxa de analfabetismo na última década, o Brasil permanece entre os 10 países do mundo com maior número de analfabetos.

O Brasil tem problemas em oferecer uma educação de qualidade na idade certa, muitas crianças passam pela escola e não concluem o ciclo da alfabetização, e abandonam a escola, ingressando no futuro na educação de adultos.

Esse educando enfrentará sérias dificuldades para concluir os estudos, os mecanismos educacionais para fornecerem estatísticas da melhoria do nível de escolaridade do povo brasileiro, em breve esse sujeito pode adquirir um certificado de conclusão de ensino fundamental ou médio com uma educação deficiente, prestando exames oficiais, para esse fim.

Educa Mais Brasil (2018 p.01) esclarece estratégias informando que: “O Supletivo é uma forma de conseguir o diploma fundamental e/ou médio. Se o ensino básico ou médio não foi concluído no tempo adequado, você poderá fazer o supletivo para “se formar”. No Brasil, a grande maioria das escolas que oferece supletivo é particular. Se você é uma pessoa que trabalha bastante e não possui tempo para ir as aulas presenciais, o supletivo à Distância é uma ótima opção”.

Os diagnósticos da UNESCO – Organização das Nações Unidas Para Educação Ciência e Cultura indicam que existe uma crise da educação no Brasil, isso em todos os níveis educacionais desde a pré-escola até o desmonte nas universidades públicas brasileiras. As pesquisas sobre a alfabetização de jovens e adultos Educação de Jovens e Adultos (EJA), apesar da redução do número de pessoas analfabetas, o Brasil precisa aplicar mais recursos nessa área, por considerar insuficiente.

Enquanto isso, muitos pesquisadores citam essas iniciativas como positivas e consciente ou inconscientemente, citam organismos multilaterais como defensores do que acontece no cenário nacional sobre o Sistema de Ensino, talvez precisamos lembrar que nessas urgências e emergências para melhoria do ensino, passa-se despercebido que são esses Organismos Multilaterais, no caso o Banco Mundial que determinam a política social para os países periféricos, com a redução drástica de investimento na área, no caso dessa pesquisa, a educação, o que inviabiliza uma educação de qualidade e o crescimento econômico do país, é a ganância do sistema capitalista.

OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

A OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, é um fórum internacional que articula políticas públicas entre os países mais ricos do mundo. Fundada em 1961, substituiu a Organização Europeia para Cooperação Econômica, criada em 1948, no quadro

do Plano Marshall. Sua ação, além do terreno econômico, abrange a área das políticas sociais de educação, saúde, emprego e renda.

OMS – Organização Mundial da Saúde

A OMS – Organização Mundial da Saúde, Organização Mundial da Saúde é uma agência especializada em saúde, fundada em 1948 e subordinada a Organização das Nações (ONU). Sua Sede é em Genebra, na Suíça. Tem como objetivo principal o alcance do maior grau possível de saúde para todos os povos. Para tanto, elabora estudos sobre combate a epidemias, além de normas internacionais para produtos alimentícios e farmacêuticos. Também coordena questões sanitárias internacionais e tenta conseguir avanços nas áreas de nutrição, higiene, habitação, saneamento básico, etc.

OEA – Organização dos Estados Americanos

A OEA – Organização dos Estados Americanos, Organização dos Estados Americanos, criada em 1948, com sede em Washington nos Estados Unidos (EUA), seus membros são as 35 nações independentes do continente americano. Seu objetivo é o de fortalecer a cooperação, garantir a paz e a segurança na América e promover a democracia.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

A OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, Organização do Tratado do Atlântico Norte criada em 1949, no quadro da Guerra Fria, como uma aliança militar das potências ocidentais em oposição aos países do bloco socialista. Formada inicialmente por Estados Unidos (EUA, Canadá, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, e Reino Unido. A OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, recebeu a adesão de Grécia e da Turquia (1952), da Alemanha (1955) e da Espanha (1982).

FMI – Fundo Monetário Internacional

O FMI – Fundo Monetário Internacional, fundo Monetário Internacional, criado para manter a estabilidade monetária e financeira no mundo, oferece empréstimos a juros baixos para países em dificuldades financeiras. Em troca, exige desses países que se comprometam na perseguição de meta macroeconômicas como equilíbrio fiscal, reforma tributária, desregulamentação, privatização e concentração de gastos públicos, em educação, saúde e infraestrutura.

OIT – Organização Internacional do Trabalho

A OIT – Organização Internacional do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho, tem representação paritária de governos dos seus 182 Estados membros e de organizações de empregadores. Com sede em Genebra, Suíça, a OIT – Organização Internacional do Trabalho possui uma rede de escritórios em todos os continentes. Busca congregar seus membros em torno dos seguintes objetivos comuns: pleno emprego, proteção no ambiente de trabalho, remuneração digna, formação profissional, aumento do nível de vida, possibilidade de negociação coletiva, de contratos de trabalho, etc.

Os organismos multilaterais funcionam mais como órgãos fiscalizadores e informantes de investimentos nas áreas sociais dos chamados países periféricos ou em desenvolvimento. É evidente que os organismos responsáveis em manter a estabilidade financeira do mundo são os que tem autonomia até em intervir nas legislações dos países pobres e que são devedores ao FMI – Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial e nenhum investimento social pode ser realizado sem a orientação desses setores além de propor reformas, privatizações e outras medidas, para contenção de gastos públicos, conforme está escrito nos seus objetivos de criação.

1.2.3- A interferência da política internacional uma educação de má qualidade

O Brasil é um país jovem marcado por um modelo de colonização e inserção dependente do contexto internacional, naturalizou a importação de modelos de desenvolvimento econômico, político e social, reafirmando a relação de dependência com os países desenvolvidos.

Ferreira (2005, p.4) esclarece que:

Apesar da sua classificação como país emergente, nomenclatura essa que esconde a história de países subdesenvolvidos por possuírem um sistema político – econômico vinculado ao capitalismo, e uma economia dependente e periférica. Ferreira (2005, p.4) explica: “De um modo geral, o povo colonizador vê-se como superior ao colonizado, não se mistura, nem está muito interessado em qualquer nivelamento, ou em puxar os mais atrasados para um estágio superior”.

Para os portugueses, colonização é o conjunto de relações entre dois povos de desigual cultura em que um vai à procura do outro a fim de lhe oferecer tudo quanto tem,

integrando desse modo a sua vida familiar, social, econômica política e nacional. Ao chegarem à terra recém descoberta, os europeus não tinham somente um projeto de caráter econômico no Brasil. Sendo nação de forte fervor religioso católico, Portugal trouxe membros da ordem de Jesus que teriam a incumbência de ampliar o número de fies no Novo Mundo, o alvo seriam os índios os habitantes da terra descoberta, descrito como povos inocentes que iriam se converter sem maiores problemas.

Negrão (2000, p.5) entende que:

A formação religiosa configura-se como o maior pilar do sistema educativo jesuítico. Cuidava-se para que a fidelidade doutrinária fosse mantida, irrestritamente, evitando-se quaisquer textos, autores, questões polêmicas ou debates em discordância com a doutrina da igreja, para que nada expusesse a fé e a piedade dos alunos.

Percebe-se que o objetivo religioso dos europeus por trás da propagação da fé católica, tinha a intenção de alienar os habitantes da terra, os índios, quando são descritos, como povos inocentes significa que: não ocasionam mal, inofensivos não tinham noção do que estava acontecendo. A educação oferecida era o repasse do seu sistema religioso sem a preocupação com o desenvolvimento social e cultural daqueles habitantes. Esses padres que vinham evangelizar integravam a Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à igreja católica.

1.2.3.1- O sistema capitalista é destrutivo

A escravidão dos índios proporcionou diversas situações de conflito em nossa história colonial, os portugueses tinham a necessidade de empreender um modelo de exploração econômica das terras que fosse capaz de gerar lucro em pouco tempo. Precisava de uma ampla mão de obra capaz de garantir riquezas em grande quantidade, gerando margens de lucro cada vez maiores para os cofres da Coroa Portuguesa.

Inicialmente os portugueses pensaram em aproveitar do contato já estabelecido com os índios para a atividade de extração do pau-brasil. Nesse período, os índios realizavam essa extração por meio de um trabalho esporádico recompensado pelos produtos trazidos pelos lusitanos na prática do escambo (troca de mercadorias ou serviço sem uso de moeda), no entanto o trabalho nas grandes propriedades exigia uma rotina de trabalho longa e disciplinada que ia contra os hábitos cotidianos dos indígenas.

Junto a isso as mortes causadas pelo trabalho forçado, às mortais epidemias contraídas no contato com o homem branco e ruptura com a economia de subsistência dos indígenas impedia viabilizar esse tipo de escravidão.

Representados pela ordem jesuíta, os clérigos que aportavam em terras brasileiras se envolveram em uma série de conflitos e disputas em que repudiavam o interesse dos colonos em converter os índios em escravos. Essa postura se justificava não por uma visão piedosa, dos maus tratos sofridos pelos habitantes da nova terra, mas principalmente pelo interesse que os clérigos católicos tinham em facilitar o processo de conversão religiosa dos índios.

Enquanto os religiosos da Companhia de Jesus tinham o interesse de propagar a fé, os colonizadores europeus estavam interessados em fatores de ordem econômica, garantir o lucro, para tanto impunham medidas que interferiam na vida cultural, social e biológica, pelos colonizadores aos habitantes nativos da terra (os índios), que tiveram interferência decisiva no início do processo educativo brasileiro.

Percebe-se que durante o início da colonização do Brasil, todos que chegavam à nova terra traziam seus interesses que não se constituía em desejo de educar aquele povo, respeitando seu estilo de vida, sua felicidade e sua maneira de organização. Essa ordem religiosa companhia de Jesus foi fundada em 1534 por Inácio de Loiola, logo após a Reforma Protestante (Século XVI), como forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo. Portanto esta ordem religiosa foi criada no contexto da Contra Reforma Católica. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549 religiosos e políticos.

Alves (2005, p.662) explica:

A Companhia de Jesus pautava-se pelo Ratio Studiorum, isto é, a Regra de Estudos, ou Ordem de Estudos, que levava em conta o conhecimento do latim, das Sagradas Escrituras e de textos de tradição ocidental. Esse método foi de essencial importância na atmosfera do combate religioso travado contra os protestantes. Em primeiro lugar porque a rigidez do método preservava os membros da Companhia de Jesus se interessarem pelas novidades das teses protestantes e, em segundo lugar servia-lhes em seus destinos como missionários, principalmente no chamado Novo Mundo, o recém descoberto continente americano.

Os padres jesuítas vinham ao novo mundo com uma missão: barrar o avanço do protestantismo e tinham regras doutrinárias rígidas para obedecer da Organização Católica. Eram proibidos de ler as teses dos reformadores protestantes, se caracterizando assim uma forma de alienação religiosa. Essa metodologia era aplicada na catequese dos índios como

forma de aculturação, ou seja, adaptação de um indivíduo ou grupo a uma cultura diferente sem questionar, pois, os índios falavam o guarani e os jesuítas o português por isso na descrição que os jesuítas fazem dos índios ao chegarem ao Brasil era de um povo inocente fácil de ser convertido e manipulado.

A prática catequética com os indígenas adultos não foi fácil, por isso os padres jesuítas focaram mais suas ações nos curumins (as crianças) segundo Bittar e Ferreira Jr. (2000, p.454) “a razão disso, reside no fato dos índios adultos já terem seus hábitos cristalizados, enquanto os pequeninos ainda podiam ser trabalhados e moldados pela prática pedagógica jesuítica, nos adultos via-se mais resistência no sentido de garantir seus direitos e valorização de sua cultura”.

Os adultos são pessoas mais difíceis de assimilarem de imediato algo que se opõe seus hábitos adquiridos ao longo do tempo vivido, por essa razão algo novo que se apresenta para eles pode ser alvo de resistência e questionamentos, que pode levar tempos para que eles possam aceitar reformas no seu cotidiano e no modo de entender o seu habitat e o mundo em que ele vive, já a criança logo vão se adaptando a uma qualquer condição ou cultura que venham lhe apresentar sua mente logo aceita, é o início de seu processo educativo, mesmo sendo submetidos a tratamento discriminatório.

Ferreira (2010, pp.26-27) complementa que:

Portanto, ao começar a segunda metade do século XVII, a educação jesuítica no Brasil Colonial já era quase exclusivamente uma educação de elite, ou seja, os colégios da Companhia de Jesus transformaram-se em verdadeiros redutos educacionais frequentados apenas pelas elites econômicas coloniais. Desse modo, [...] inaugurou o binômio que vai marcá-la até os dias atuais: o elitismo e a exclusão.

É nesse período da história da educação brasileira, que se pode identificar o marco e a consolidação de uma elite com privilégios educacionais que foi se fortalecendo com a permanência dos padres jesuítas e seu projeto pedagógico no Brasil colonial. Marca também o início gradativo do processo sistemático de exclusão da maioria povo do acesso à cultura, aumentando o número de pessoas analfabetas no país.

Para catequizar os índios, os padres teriam que fazer algo para melhorar a comunicação entre essas duas culturas, os índios falavam o guarani e os portugueses a língua portuguesa, surge então um homem que dominou a língua dos indígenas o padre José de Anchieta, homem inteligente que sistematizou uma gramática bilíngue para os índios aprenderem o português, pela qual se tornaria mais fácil seu trabalho catequético de

conversão, talvez um evangelismo de segunda linha, explicitava uma visão de evangelizar para em seguida sobrepor toda sua cultura aos nativos. Fausto, (2009, p.50) explica que: “Com o passar dos anos os índios foram morrendo ou por doenças trazidas pelos portugueses ou porque acabaram por serem exterminados pelos “civilizados homens brancos superiores”. Assim os homens brancos liquidaram milhares de índios”.

Os índios aos poucos foram sendo exterminados, os nativos não tinham defensores, mas, sim, somente opressores, que impunham a cultura europeia de maneira a garantir seus interesses, formando desde o início um sistema de educação para poucos, excluindo do direito ao ensino a maioria da população. Fazendo com que o acesso ao conhecimento se desse de forma seletiva, o que deixa evidente, desde o início da formação da sociedade brasileira o processo cultural se dava de forma seletiva, reproduzindo até hoje uma divisão social, com uma elite dominante, que nega os direitos sociais aos demais.

Ao findar o período colonial, a sociedade brasileira era formada por uma maioria de gente ignorante e analfabeta dominada culturalmente por uma minoria, que era formada por pessoas que tinham educação de nível superior. Esse contingente populacional formava a elite pensante que manipulava a maioria da população, e se preparava cada vez mais para perpetuar e solidificar seus interesses de geração a geração. A formação da elite europeia se concentrava em organizar um sistema de ensino superior com carreira específica para garantir seus interesses e se concentrava nos estudos jurídicos formando assim um núcleo poderoso de conhecimentos e habilidades.

O fracasso do sistema educacional brasileiro é um plano organizado desde o passado, em tempos muito remotos que se perpetua entre nós até hoje, para tanto o povo brasileiro precisa conhecer o início desse processo, para entender melhor esses mecanismos excludentes. Esse legado tem raízes muito profundas no Brasil, mas será que é possível mudar o rumo dessa história? A exclusão da maioria, do acesso à educação e ao conhecimento, será que requer uma melhor organização social para exigir uma educação de qualidade para todos? Durante muitos séculos o país esteve submetido às vontades da minoria, a elite brasileira, que sempre orientou um modelo educacional, que pudesse manter o sistema capitalista mundial em alta, para tanto é necessário reproduzir a excludente divisão social.

1.2.3.2- O golpe militar de 1964 e a educação brasileira

O regime militar não pode ser visto apenas como um período de suspensão de liberdades fundamentais do ser humano. Por trás dessa realidade, existem outros motivos que vão além desses interesses, demonstra na realidade que a principal razão do golpe é instalar o que muitos historiadores chamam de complexo burguês-militar, evidenciando um golpe por motivos econômicos.

Com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, caberia ao vice-presidente assumir, João Goulart (1961–1963) assumiu a presidência do Brasil. Grupos de oposição compostos pelas elites dominantes e forças armadas, não aceitaram que Jango tomasse posse, sob a justificativa de que ele tinha tendências de políticas de esquerda. Os setores da sociedade que apoiavam o presidente Jango, iniciaram um movimento de resistência.

Atos públicos e manifestações de apoio e de oposição se espalham por todo o país, em apoio ao presidente Jango. Uma semana depois a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade” organizada pelos setores da elite, o ponto crítico de oposição ao governo. As forças armadas também foram ideologicamente afetadas pela polarização vivenciada pela sociedade, ocasionando rompimento de hierarquia, por setores subalternos, segundo estudiosos, isso foi que facilitou o golpe.

Castro (2017, p.01) menciona que:

O movimento conspirador depôs Jango da Presidência da República. O golpe reuniu os mais variados setores sociais, as elites industriais e agrárias, empresários e latifundiários, banqueiros, igreja católica, e os próprios militares. Todos temiam que o país caminhasse para um regime socialista.

Segundo estudiosos no assunto as elites permaneceram acumulando poder com o sacrifício do povo, que de agora em diante tem seus direitos restringidos, as liberdades individuais e políticas a censura da opinião pública a imprensa e as artes, criminalizando e torturando opositores.

O sistema Capitalista vigora desde o século XVIII, mas não estava agradando os trabalhadores europeus, porque os capitalistas exploram os trabalhadores, isso fez surgir um sentimento de mudança. Várias nações adotam o sistema socialista de formas diferentes.

As características do Socialismo são diferentes em relação ao Capitalismo, os principais aspectos socialistas:

- 1) Meios de produção socializados: no socialismo toda estrutura produtiva como empresas comerciais, industriais, terras agrícolas, dentre outros são de propriedade da sociedade e gerenciados pelo Estado.
- 2) Toda riqueza gerada pelo processo produtivo é igualmente dividida entre todos.
- 3) Inexistência de uma sociedade dividida em classes. Como os meios de produção pertencem à sociedade, todos trabalham em conjunto para melhorar a sociedade.

Flores et. al (2008, p.5) explica que: No contexto da sociedade de classes, a educação continua transmitindo valores, atitudes, comportamentos, conhecimentos etc. a todos os indivíduos, mas com uma ressalva: essa transmissão é feita de acordo com os interesses da classe dominante.

A educação como função do Estado no regime militar, por causa da ausência de dados, isso consequência das próprias decisões do governo, tem-se dificuldade de ser avaliada em relação à educação nos governos democráticos, pois nesse período o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep) órgão fundado em 1937, teve sua estrutura reduzida pelos militares e os centros regionais de pesquisa foram fechados em 1973, bem como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) fechado em 1976.

Cunha (2018) citando Silvana Souza, com pós-doutorado em política social pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP), explica que “a falta de informação sobre a educação durante a ditadura militar revela a ausência de memória do que realmente ocorreu naquele período no Brasil” esclarece que:

Oferecer uma educação de qualidade e uma gestão democrática da escola, inviabiliza a sustentação do poder amparado pelo Estado Capitalista, a implementação de um processo educacional de fato e não somente de direito, traria conflitos com o Estado enquanto mantenedor dos interesses da elite dominante. A escola que temos pelo Estado não é a escola sonhada e idealizada pelo povo.

Convocação da Assembleia Nacional Constituinte 1985 – A Constituição Cidadã 1988

O Brasil viveu sob uma ditadura militar de 21 anos, seu fim foi marcado pelo movimento das Diretas Já que reuniu milhões de brasileiros de todas as partes do país, que saíram às ruas exigindo eleições para Presidente da República.

A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985, trabalhou durante 20 meses, participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade.

Fausto (2000, p.509) enfatiza:

O movimento pelas Diretas Já foi além das organizações partidárias, convertendo-se em quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro com um entusiasmo raramente visto no país. A Campanha das “Diretas Já” expressava ao mesmo tempo a vitalidade e a manifestação popular e as dificuldades dos partidos para exprimir as reivindicações.

O regime militar instalado com o golpe de 1964 registrou muita violência na nação, o povo brasileiro viu nas eleições diretas a saída para opressão, que não se tolerava mais. Por essa razão instalada a Assembleia Constituinte era fundamental a participação popular nas ruas, que de forma crescente, exigia uma sociedade livre e mais justa, as liberdades políticas e seus direitos individuais, o direito à educação, cujo papel na ideologia capitalista é produzir um “cidadão mínimo” carente de capacidades cívicas.

Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Cidadã que tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. A sociedade brasileira recebia uma Constituição que assegurava a liberdade de pensamento, onde também foram criados mecanismos para evitar o abuso de poder e do Estado, a marca do regime militar.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que hoje há mais crianças alfabetizadas do que na época do regime militar, que no período de maior repressão chamado anos de chumbo 1968 a 1974 24 a cada 100 crianças de 10 a 14 anos não sabiam ler nem escrever, consolidando um contingente de adultos analfabetos e ignorantes até hoje. Durante o período democrático esse quadro mudou, 5 a cada 100 crianças de 10 a 14 anos ainda são analfabetas, dados da estatística do século XX.

O Brasil é um país jovem, marcado do início de sua colonização por um modelo de educação com dependência internacional. De início levou os nativos da terra (os índios), a um processo de exploração até a exaustão causando quase sua total extinção. Iniciado com os europeus portugueses, atores principais no descobrimento do Brasil, com o passar dos tempos foi se fortalecendo uma elite dominante desejosa de manter seus privilégios à custa do sacrifício do povo.

Sempre que se conquistam alguns direitos principalmente a democratização do ensino logo uma conspiração impedia que a maioria tivesse acesso ao conhecimento e a cultura. Uma análise da maldade imposta às nações pelo sistema capitalista só é possível através de uma educação de qualidade.

Um sistema educativo inclusivo é fundamental para libertação da nação da opressão imposta pelo sistema capitalista que controla os investimentos nas áreas sociais do mundo periférico, essa herança do passado nos reporta até os dias atuais uma educação de má qualidade e com um grave aprofundamento da crise não somente na educação dos jovens e adultos, no sistema educativo nacional, como também em todas as áreas sociais.

Alfabetização: os conceitos e as pesquisas nacionais na alfabetização de jovens e adultos
– IBGE

Definição de alfabetização e letramento conceito histórico

Muitos motivos levam pessoas que não sabem ler e escrever a procurar na escola uma oportunidade para melhoria econômica e satisfação pessoal. Os fatores principais são as exigências tecnológicas e a competitividade no mercado de trabalho que criam barreiras para inserção de pessoas não alfabetizadas no cotidiano social.

No Brasil existem muitos homens e mulheres analfabetas que já foram amparadas pela Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, porque garantiu esse direito a todos e todas que não o adquiriram na idade certa. As Pesquisas apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam a redução do analfabetismo no Brasil, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem papel importante nessa tarefa educativa. Resta saber se as pessoas estão sendo alfabetizadas segundo o conceito de alfabetização do órgão oficial brasileiro que é responsável pelas pesquisas nacionais.

É considerado alfabetizado aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), mas não esclarece como é esse bilhete e se esse conceito de alfabetização é brasileiro um conceito universal.

O órgão não deixa claro, como é esse bilhete ficando a critério de cada entidade pesquisadora estabelecer suas idéias ficando algo muito subjetivo. A alfabetização caracteriza uma fase da educação de grande importância e por isso não se pode deixar que o do Brasil negligencie sua responsabilidade em relação a essa etapa educacional, em todas as idades. A definição de sujeito alfabetizado nos dias atuais é essa, porém, nunca se considerou a pessoa que sabe somente escrever o próprio nome ser considerado alfabetizado.

Um dado importante sobre a educação é o percentual de pessoas analfabetas. No Brasil, segundo Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) 2018, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,8% (11,3 milhões de analfabetos) com concentração maior na região nordeste

do Brasil. A taxa de 2017 havia sido 7%, sendo que o número de pessoas de 15 anos ou mais que são alfabetizadas apresentou uma redução de aproximadamente 121 mil pessoas.

No processo do ensino e da aprendizagem chamamos de alfabetização a capacidade adequada de ler e escrever, é um processo de aprendizagem em que os educadores dão mais ênfase, porque entendem que é impossível prosseguir com sucesso as demais etapas educativas sem ter consolidado esse passo fundamental.

Seja na educação do adulto quanto da criança, se realmente existe essa preocupação nacional em ter um Brasil alfabetizado, a primeira medida a ser tomada é esclarecer para a população a verdadeira taxa de analfabetos no país, são constantes as reclamações dos educadores que ficam impossibilitados de prosseguir com os conteúdos das disciplinas educativas por falta de habilidade dos alunos na leitura e na escrita, levando até ter que aprovar alunos incapacitados de prosseguir na série seguinte por não ter sido adequadamente alfabetizado, isso é um ato criminoso contra os pobres alunos da escola pública.

Sabe-se que muitos jovens e adultos, podem até ter conseguido o domínio do código da leitura e da escrita, na aprendizagem de ler e escrever palavras consideradas simples da língua portuguesa, porém pode voltar para condição de escrever somente o próprio nome. Para consolidar essa fase educativa existe a necessidade de um processo continuado e consolidado do ensino. A alfabetização estabelece a união de dois processos, a escrita e a leituras consideradas que são atividades complexas e são complementadas pela fase do letramento, determinantes para um saber organizado e completo elemento mais importante de uma cultura. Mortatti (2013) apud Araújo (2004) apresenta uma evolução de conceito histórico sobre alfabetização:

1918 – Inaugurou-se a palavra alfabetização para designar “oficialmente” o ensino oficial da leitura (e escrita).

1920 – Alfabetização ato ou efeito de alfabetizar, ou seja, ensinar na escola a ler e escrever os analfabetos.

A alfabetização do povo passou a ser entendida em toda a sua força política e potencialmente nacionalizadora, relacionada com a noção de “educação popular” e com necessidade de eficiência da escola e, era medida pelo número de matrículas e aprovações no primeiro ano.

1930 designa um processo de ensino aprendizagem (iniciais) da leitura e da escrita.

1950 – Designa explicitamente um processo escolarizado e cientificamente fundamentado, entendido como meio e instrumento de aquisição individual de cultura e envolvendo ensino e aprendizagem simultâneos da leitura e da escrita.

1951 – A capacidade de uma pessoa que sabe ler e escrever uma declaração curta e simples no seu dia a dia e entende aquilo que leu e escreveu.

1957 – Um continuum de habilidade individual de leitura e escrita, aplicadas a um contexto social.

1962 – O fato de um indivíduo possuir o conhecimento e as habilidades essenciais que o capacitam a engajar-se em todas aquelas atividades necessárias para que ele tenha um funcionamento efetivo em seu grupo e em sua comunidade, e cujas conquistas em leitura, escrita e aritmética tornam-lhe possível fazer uso dessas habilidades em prol de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade.

1978 – A capacidade que uma pessoa tem para engajar-se em todas aquelas atividades em que o [letramento] é necessário para que ela funcione de modo efetivo dentro de seu grupo e comunidade e também para capacitá-la a continuar usando a leitura e a escrita e o cálculo matemático em prol do seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento de sua comunidade.

Nos anos 80 – Do ponto de vista do “construtivismo”, a alfabetização passou a designar a aquisição, por parte das crianças, de lecto escrita, ou seja, da leitura e da escrita simultaneamente.

Do ponto de vista do internacionalismo linguístico, alfabetização designa o processo de ensino aprendizagem da leitura escrita entendidas como atividades linguísticas, ou seja, quando se aprende a ler e escrever. Surgem as primeiras formulações da palavra “letramento” para designar algo mais do que até então se podia designar com a palavra “alfabetização”.

2003 – Alfabetização é uma ferramenta do desenvolvimento que liberta as pessoas da ignorância, incapacidade e exclusão, e as liberta para ação, escolhas e participação.

2004 – Aquisição da tecnologia de ler e escrever. Designa competência ou incompetência em uma área específica.

Alfabetização está proporcionalmente imbuída em uma relação de indivíduo e objeto de conhecimento.

O conceito de alfabetização caminha junto com o conceito de fracasso escolar, ao longo da história do Brasil, a escola tem fracassado em sua tarefa de garantir o direito dos brasileiros à alfabetização. Antes da Constituição de 1988 o acesso à escola não estava assegurado a todos, depois, mesmo com a democratização do acesso à escola não consegue garantir esse direito para todos aprenderam a ler e escrever, principalmente aqueles que vêm de grupos sociais não letrados.

1.3.2- O Brasil alfabetizado nas pesquisas do IBGE

Dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) Brasil (2017), mostra que: a taxa de analfabetismo no país vem caindo consideravelmente nos últimos 15 anos. No entanto, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) mais recente, realizada em 2014 e divulgada em 2015, mostrou, que 13 milhões de brasileiros com mais de 15 anos ainda não sabem ler e escrever.

Para o Brasil, o sujeito alfabetizado deve ser considerado aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Um país para se tornar desenvolvido precisa investir recursos financeiros na sua área educativa, ao decorrer dessa pesquisa iremos verificar se existe disponibilidade financeira para a educação de jovens e adultos, que é a força de trabalho da nação e precisa de uma atenção especial, precisa-se constatar se os sujeitos que entram nessas pesquisas como alfabetizados, sabem ler e escrever ou simplesmente escrevem o próprio nome as vezes até com dificuldade e de difícil identificação, essa reclamação é constante entre os professores da escola pública.

O Ministério da Educação trabalha fortemente para mudar esse cenário de analfabetismo. Por meio do Programa Brasil Alfabetizado, o governo desenvolve, desde 2003, ações para alfabetização de jovens, adultos e idosos. Brasil Ministério da Educação (MEC2017) enfatiza que: “O ciclo atual do programa, iniciado em 2015, apresenta que 167.971 brasileiros estão sendo alfabetizados”.

A mudança do cenário nacional em relação à diminuição do número de analfabetos no Brasil, tem o seu ponto máximo na constituição de 1988, que no seu primeiro plano nacional de educação previa como meta principal no campo educativo erradicar o analfabetismo em 05 anos, essa meta até hoje não foi atingida e ainda existe uma situação ainda mais grave que é considerar nas pesquisas muitos sujeitos analfabetos como alfabetizados, pelo fato de escrever o nome.

A alfabetização não se baseia unicamente no ato de aprender a ler e escrever, ela também é considerada a importância do desenvolvimento da capacidade de compreensão, interpretação e produção do conhecimento.

1.3.3- O Primeiro Plano Nacional de Educação 2001–2010 e a descontinuidade das metas no segundo PNE 2011–2020. Os planos são decenais: um atraso de três anos PNE 2014-2024

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) foi uma conquista do povo brasileira Constituição Cidadã de 1988, mas a educação de jovens e adultos não foi vista como uma necessidade para o desenvolvimento da nação e muito menos como uma dívida social histórica com o povo brasileiro. A subserviência do país, as determinações dos organismos multilaterais, para as políticas públicas dos países periféricos nos faz pensar que esse direito se distancia do povo e fica somente no papel.

Di Pierro (2010, p. 01) esclarece que:

[...] o processo de construção de PNE que resultou na Lei n. 10.172 foi marcado por controvérsias sobre a importância relativa da EJA na agenda de políticas educacionais. Quando dirigimos a atenção para as retóricas educativas, os acordos internacionais e a legislação nacional desse período, somos levados a crer na existência de um amplo consenso em torno de direito humano à educação em qualquer idade e a necessidade de formação continuada ao longo da vida.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), não se constitui prioridade na agenda educacional do país, e a erradicação do analfabetismo como uma necessidade urgente, necessita do empenho dos poderes públicos no nível dos estados, municípios e distrito federal na alocação dos recursos necessários para o desenvolvimento das metas constantes no Plano Nacional de educação.

Di Pierro (2010, p.01) reforça que:

As discussões para construção do PNE 2001-2010 Lei 10.172, direcionou os debates de maneira que a EJA, não seja uma modalidade de ensino que se constitua de importância na agenda nacional. O direito adquirido na constituição de 1988 implica na necessidade de discussão para garantir a aprovação de documentos no executivo que garanta sua execução. Essa garantia de que todos os adultos e jovens que não sabem ler e escrever teria a oportunidade de acesso escolar, sem o devido financiamento se tornou uma tarefa quase impossível, necessitando de mais atenção e um amplo debate nacional. “Entretanto, quando analisamos as políticas educacionais levadas à prática, constatamos a secundarização da EJA, frente a outras modalidades de ensino e grupos de idade”.

Os acordos internacionais são quem direcionam os rumos da educação nos países periféricos. No caso brasileiro, logo após um direito constitucionalmente adquirido em 1988, nos anos 90 acontece o primeiro golpe no setor educacional brasileiro. (A Reforma

Administrativa do Aparelho de Estado), criando o público não estatal isso significa que a educação deixa de ser dever do Estado, repassando essa responsabilidade para sociedade, na prestação de serviços essenciais, a rede pública de ensino cede espaço para ampliação da rede particular que se fortalece com o fracasso evidente da educação pública.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino oferecida para os pobres que fracassaram na continuidade dos estudos ou quem nunca tiveram acesso a ele. Essa oferta educacional não é de interesse da rede particular de ensino. Nessa argumentação percebe-se que a verdadeira situação do fracasso escolar no sistema educacional brasileiro e com destaque para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), está na influência dos organismos multilaterais articuladamente com o poder executivo brasileiro.

O Brasil ao apresentar as pesquisas sobre redução da quantidade de pessoas que estão sendo alfabetizadas, deveria apresentar constatações de critérios que confirmem a inclusão desses sujeitos na fase da aprendizagem do código da leitura e da escrita passando agora a ler e escrever um bilhete simples é o conceito brasileiro para se considerar alfabetizado. O ato de aprendizagem da leitura e da escrita é bastante complexa, portanto, necessita de evidências que possam comprovar o estado de milhões de pessoas que mal fazem o nome e são incluídas nas pesquisas como alfabetizados.

Coelho (2017, p.01) entende que: A alfabetização é uma aprendizagem complexa, que além da aquisição do sistema alfabético de escrita, pressupõe a inserção do sujeito no universo letrado; por isso, é uma ampla meta educativa na constituição cognitiva, social e política.

Existe uma divergência entre o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre sujeito alfabetizado e a vivência no cotidiano com esses sujeitos. O conceito do órgão oficial que executa as pesquisas brasileiras divulga esses índices sistematicamente, informando a redução do número de pessoas analfabetas no Brasil. Durante essas buscas não foi possível localizar de qual órgão oficial brasileiro, ligado à educação fornece essas informações, ficando essa etapa educacional necessária para consolidar uma prática indispensável para continuidade das outras etapas do processo educativo.

1.4- Os atores sociais e seus papéis na educação - políticas educacionais e financiamento na Educação de Jovens e Adultos

1.4.1- Alfabetização e letramento na EJA um fracasso evidente

Entre os direitos básicos do ser humano a educação pode ser considerada fundamental para se conquistar os demais. O homem que estuda e aprende a ler e escrever desperta o interesse para conhecer sua história e contribuir para mudar sua realidade, participa ativamente na sociedade em que vive, reflete em suas ações cotidianas e contribui para o bem comum e o desenvolvimento do país.

UNESCO (2013) reconhece que:

A alfabetização é um direito humano e as bases para aprendizagem ao longo da vida, capacitando indivíduos, famílias, e comunidades e melhora a sua qualidade de vida. Por causa do seu efeito multiplicador, a alfabetização ajuda a erradicar a pobreza, reduzir a mortalidade infantil, conter o crescimento populacional, a alcançar a paz e a democracia.

Muitas sociedades ainda lutam por esse direito básico garantia de cidadania, no Brasil as constituições asseguram esse direito de ser alfabetizado para alguns, mas exclui a maioria do povo seja por omissão no texto constitucional ou por negligência no financiamento, na maioria das vezes o que presenciamos é uma falta de interesse e uma negligência com a educação do povo brasileiro.

A educação se configura, ainda, como um desafio a ser conquistado pela totalidade dos cidadãos brasileiros, direito adquirido ao longo de sua história, reafirmado em meio às suas Constituições Federais e suas leis de Diretrizes e Bases, mesmo assim continua em pauta como objetivo a ser cumprido pelas escolas brasileiras e pelos seus professores, seja nos anos iniciais do ensino fundamental seja no nível da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O sujeito que estuda se insere com mais facilidade no mercado de trabalho, obtém salários e rendimentos melhores, tem maiores possibilidades de mobilidade social rompendo assim com o ciclo da pobreza.

Na perspectiva social, uma nação cuja população tem maior escolaridade se torna mais produtiva no trabalho, gerando maior riqueza e utilizando melhor os recursos da sociedade que dispõe. Já do ponto de vista econômico a maior escolaridade contribui para termos uma sociedade com cidadãos mais conscientes de seu dever cívico, interessados e

engajados em questões políticas, são menos dependentes do Estado e mais preparados para prevenir doenças e acidentes.

Apesar da taxa de analfabetismo da população brasileira com 15 anos ou mais de idade ter caído de 7,2% em 2016 para 7,0% IBGE (2017) informa que: “o índice previsto para 2015 que era de 6,5% não foi atingido segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua”.

A alfabetização, base da aprendizagem é declarada como pré-requisito para paz mundial e a base do sucesso nos demais níveis de ensino, o homem alfabetizado desenvolve o pensar crítico, consegue analisar o contexto social em que vive, compreende os seus deveres e sabe defender os seus direitos na sociedade, por isso se trata de um direito humano que deve ser assegurado para todos.

Os setores da educação do país, reunidos na Conferência Nacional de Educação (CONAD), discutiram intensamente os temas relacionados a ampliação de recursos para melhorar a qualidade da educação brasileira, mas as propostas encaminhadas, dificilmente avançam porque a vinculação Constitucional de recursos para educação é vista de forma negativa pela maioria que compõe o poder executivo, atribuindo o investimento a um “engessamento” do orçamento da União.

Brasil (2010, p.111) recomenda a necessidade de:

Garantir o aumento dos recursos da educação de 18% para, no mínimo, 25% da União e de 25% para, no mínimo, 30% (de estados, DF e municípios) não só da receita de impostos, mas adicionando-se, de forma adequada, percentuais das taxas e contribuições sociais para investimento em manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Os especialistas, estudiosos e pesquisadores na área da educação juntamente com outros representantes da sociedade organizam encontros, conferências, congressos e nesses eventos são discutidas e elaboradas proposições, para melhorar o sistema de ensino no Brasil, entretanto organismos multilaterais que ordenam o modelo educacional destinado aos países periféricos nos impõem um patamar mínimo para o setor, garantindo somente ações educativas mínimas de forma a garantir o lucro do sistema capitalista mundial.

A Democracia é o exercício de ter paciência para dialogar com o máximo de pessoas possíveis interessadas em determinados assuntos. No nosso caso da educação sabemos onde estão os problemas, quando conquistamos alguns avanços, logo ocorre uma intervenção construída de forma paralela as que negam a inscrição dos direitos educacionais do povo na Constituição, nesse sentido: é possível que o Brasil tenha interesse em erradicar o

analfabetismo entre jovens e adultos? Podemos confirmar que existe redução da quantidade de analfabetos no país, sem parâmetros de avaliação? Qual é o conceito brasileiro de sujeito alfabetizado?

1.4.2- Políticas Públicas educacionais

A alfabetização apesar de ser reconhecida como um problema, herança de vários séculos de descaso com a educação do povo, existe pouca discussão por pesquisadores brasileiros. Mesmo sendo a forma mais eficaz de promover o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, até hoje não se configura como tema relevante entre os pesquisadores brasileiros.

Mortatti (2013 p.07) alerta para:

O silenciamento da discussão sobre o conceito restrito e rudimentar de alfabetização é uma das principais lições que ao longo século XX da educação no Brasil ensina a nós pesquisadores, que cientes do compromisso de ofício, não nos conformamos com submissão a urgências e emergências ditadas por interesses internacionais.

A não conformação com as iniciativas de organismos internacionais, requer empenho nas iniciativas por parte do poder público para formular nos seus planos nacionais de educação, e suas leis, metas que visem oferecer uma educação de qualidade e também formular planos eficientes, financiamento garantido caracterizando o interesse do país em reduzir o número de adultos analfabetos entre a população e promover um ensino de qualidade para todos.

A sociedade brasileira também precisa ampliar esse debate, na perspectiva dos benefícios individuais, sociais e do ponto de vista econômico da educação, e que no processo educativo a alfabetização é fundamental para consolidar os demais níveis da aprendizagem ao longo da vida, por essa razão necessita tratar-se de prioridade educacional, na agenda dos governantes da nação, para que os brasileiros de todas as gerações tenham oportunidade de consolidar sua cidadania.

A Constituição tem como objetivo limitar o poder, organizar o Estado e definir direitos e garantias fundamentais. As Constituições do Brasil foram elaboradas visando atender os interesses comuns do povo brasileiro, o tema educação aparece de maneira muito superficial mesmo assim as expectativas não tiveram êxito à medida que visam primeiramente os interesses dos políticos que tornam convenientes de acordo com a visão

individualista de cada um, no momento de atuação da Lei magna do país, os dirigentes da nação elaboram e utilizam de mecanismos e ela deixa de cumprir seu objetivo prioritário que é o bem-comum para atender situações e ordenações para benefício de poucos.

Almeida e Corso (2015), apud Paiva (1987) e Beisegel (1974) comentam:

O período de 1930 é marcado pela estruturação do Brasil urbano-industrial, que se sobrepondo as elites rurais, firmou uma nova configuração da acumulação capitalista no país. Esse processo alterou, significativamente, as exigências referentes à formação, qualificação e diversificação da força de trabalho. Em especial, adaptou-a psíquica e fisicamente as técnicas e a disciplina da fábrica [...] concepção de mundo atrelada às novas exigências da acumulação do capital. Desse modo, cabia a elite brasileira, permitir os patamares mínimos de educação a todos, sem colocar em risco o controle ideológico e o nível de exploração exercido sobre a classe trabalhadora.

O Brasil, apesar da dívida histórica com seu povo no tocante ao analfabetismo não demonstrou interesse em resolver essa questão, segundo os autores o sistema capitalista focado no mundo da exploração do homem utilizando-se de sua força de trabalho, explícita que o intelectual é reservado para uma minoria privilegiada. Sendo assim o mínimo exigível pelos organismos multilaterais que fiscalizam a educação no mundo é o empenho para alfabetização dos povos, visando os benefícios sociais do homem alfabetizado, mesmo assim, essa discussão ainda não se tornou prioridade nacional.

O marco básico de uma intervenção estatal-nacional decisiva nos sistemas de ensino é a Constituição Federal de 1934, 434 anos após o descobrimento do Brasil, já o financiamento da educação, pela via da União, comparece de modo pontual e precário em ordenamentos jurídicos negociados com os estados.

A Carta de 1934, além do determinado pelo artigo 156, determinará no artigo 157: A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte de seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. Parágrafo primeiro - As sobras das dotações orçamentárias, acrescidas de doações, porcentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios recursos para serem aplicados na educação.

Na Constituição de 1934 a educação é um direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (Art. 149), já no Art. 150 Parágrafo Único o Plano Nacional de Educação obedecerá as seguintes normas: ensino primário integral é gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos e pela primeira vez, a vinculação obrigatória de

recursos resultantes de impostos é destinado para manutenção do sistema educacional, porém o golpe de Estado de 1937 pôs fim a vigência da constituição de 1934, antes da votação do Plano Nacional de Educação. A Constituição de 1937 representou um retrocesso em relação à anterior, pois a vinculação obrigatória de recursos para pasta foi extinta e embora fosse obrigatório e gratuito o ensino primário, era cobrada uma taxa mensal para caixa escolar.

Refletindo o pensamento de clássicos como Schmidt e Marshall, (1967, p.85) entendemos que: “a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil e como tal, uma pré-condição do exercício de outros direitos”. Partindo do entendimento destes autores, e como esse estudo não pretende analisar qual o marco na formulação de políticas educacionais para a educação no Brasil, e sim como essa intervenção Estatal, vem se dando na prática educacional levando em consideração, a atuação progressiva do Estado no financiamento e formulação de políticas públicas e o acompanhamento dessa modalidade de ensino em outros setores da educação escolar no Brasil a partir da constituição de 1934, especialmente para alfabetização de jovens e adultos, tema de estudo.

1.4.3- Financiamento da EJA

Jesus, (2013) comenta que:

Para alcançar o sucesso escolar da EJA, é imprescindível que os recursos destinados a essa modalidade sejam suficientes para o seu financiamento e propiciando assim o ingresso, e a permanência de pessoas jovens e adultas da alfabetização à profissionalização respeitando as diversidades de perfis desses sujeitos.

No parecer do Conselho Nacional de Educação (2000), as ações educativas para jovens e adultos, expressam o resgate de uma dívida histórica com o povo brasileiro, herança do período colonial. Nessa época, a ênfase no ensino é indissociável da ação missionária promovida pela Companhia de Jesus, com os missionários jesuítas, que vinham ao país difundir a crença Cristã, através da catequese dos indígenas. Essa herança negativa acentua as desigualdades sociais. Refletindo nessa modalidade de ensino, as ações governamentais para esse público foram tardiamente enxergadas como uma necessidade urgente, um tratamento particular com objetivos definidos que só se deu ao final da década de 1940.

Costa, (2009) comentam que: Em 1947, o Ministério da Educação e Saúde lançou a primeira campanha oficial pela alfabetização, a nível nacional em aulas noturnas e com cartilhas, Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), no governo Eurico

Gaspar Dutra (1946-1950), influenciado, pela criação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que ocorreu em 1945, considerado esse o marco da institucionalização da educação de adultos, por receber financiamento da União por meio do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP).

Coordenada pelo professor Lourenço Filho que tinha em seus pronunciamentos, a visão do analfabeto como um marginal e a educação como arma para arguir esse marginalismo. Conforme Toshie (1983, p.1) a Educação de Jovens e Adultos (EJA) quase sempre foi desenvolvida como campanha, isto é, algo passageiro, sem estrutura definida, momentânea, muitas vezes com uma orientação ruralista em que tendia mais ao equilíbrio eleitoral que apropriar essa modalidade de ensino às autênticas condições da vida rural.

A ideia central do diretor da campanha é de que adulto o analfabeto é um ser marginal. Que não pode estar à corrente da vida nacional. E a ela se associa a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz do que o indivíduo alfabetizado. O analfabeto padeceria de minoridade econômica, política e jurídica: produz pouco é mal remunerado e frequentemente é explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar muitos atos de direitos.

Paiva (2003, p.2012) explica que:

A educação dos adultos teria objetivos de integração do homem marginal nos problemas da vida cívica e de unificar a cultura brasileira. Seus efeitos positivos se fariam sentir nos índices de produção, pois nas regiões mais produtivas segundo Lourenço Filho, há taxas de mais elevadas de cultura popular, com porcentagem maior de letrados. Esta educação, entretanto, deveria ser mais do que a simples alfabetização sendo as aquisições das técnicas da leitura apenas um meio para a atuação positiva, a pura alfabetização levaria os recém-alfabetizados a reabsorção pela incultura ambiente.

Apesar do problema do analfabetismo ser considerado um fator agravante a nível nacional e mundial, necessitando de uma discussão urgente e proposição de metas e medidas para solução, no Brasil, percebe-se que a primeira campanha pela alfabetização de adultos não foi de iniciativa própria dos governantes do país, foram impulsionadas por influência e determinação de organismos multilaterais, que já situavam os problemas causados por uma precária educação e até ausência desta, e pressionava para que a alfabetização se configurasse, como condição para a inclusão do país entre as sociedades letradas.

Costa, (2009) esclarece que: Apesar do número expressivo de ações alfabetizadoras realizadas pelos sucessivos governos e entidades no Brasil, Costa (2009) enfatiza que: “não se obteve resultados satisfatórios, tendo em vista os atuais índices de analfabetismo”.

As transformações sociais são evidentes, e exigem um novo olhar para um problema nacional que já dura mais de quinhentos anos, desde o Brasil colônia até os dias atuais. Os setores educacionais brasileiros necessitam discutir a nível nacional essa temática importante para o desenvolvimento da nação, principalmente tomar decisão em relação a definição do conceito brasileiro de sujeito alfabetizado, levando em consideração a dimensão das diferenças regionais.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), existe a preocupação do poder executivo e outros setores da educação com o planejamento e o financiamento de ações eficazes para resolver a questão do analfabetismo no Brasil? A educação de jovens e adultos pode ser considerada uma política fundamental no combate ao analfabetismo?

Acompanhando os esforços para o cumprimento das metas globais, não menos intensa tem sido a produção acadêmico-científica brasileira sobre a educação e alfabetização. A maioria dos pesquisadores brasileiros envolvidos com o tema, porém, é ainda muito tímida na proporção de outros pontos de vista para abordar os problemas da educação, o da alfabetização.

Mortatti (2013, p.2) explica que: “Observa-se o predomínio e a repetição de discussões e propostas de intervenção, seja em políticas públicas, seja em práticas pedagógicas, alinhadas (muitas vezes de forma pouco consciente ou explícita) aos princípios políticos subjacentes às metas estabelecidas por organismos multilaterais”.

Após longo processo de discussão e tramitação no congresso Nacional, anos de disputa de vários grupos de interesses políticos, ideológicos e econômicos, motivo de amplos debates na sociedade brasileira, com duração de 13 anos exatamente, é aprovada pelo Presidente da República a primeira Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que em seu Artigo 93, opta pela manutenção e desenvolvimento do Sistema Público de Ensino, porém no artigo 95 atende também as iniciativas privadas.

No artigo 27 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1961) reza o seguinte: o ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que iniciarem depois dessa idade, pode ser formado classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

A positivação de um direito, porém, não significa sua imediata concretização e efetivação para os cidadãos. O poder público no caso a União, deve empreender ações e prover a infraestrutura e os serviços necessários para viabilizar tais projetos. O entendimento é que os formuladores das bases legais evoluam para concretização do direito legal à educação, que isso se configure como de grande valia e motive os formuladores de políticas educacionais tanto no setor público como outros setores educacionais da sociedade brasileira, gestores escolares, autoridade políticas do país, professores a entenderem que somente a educação é um instrumento eficaz para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Mortatti (2013 p.4) deixa claro que: Por trás da ruidosa conquista de alguns avanços e dos ruidosos anúncios de resultados de políticas públicas de outro ponto de escuta se pode ouvir o eloquente silêncio de problemas históricos da alfabetização no Brasil. Paulo Freire entendia o analfabetismo não como causa da pobreza, mas consequência de uma sociedade desumana e injusta com profundas desigualdades sociais.

Scortegana e Oliveira (2006 p.15) explicam que:

Freire, trazendo este novo espírito da época acabou por se tornar um marco teórico na educação de adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para Submissão como para libertação do povo.

A Constituição Federal (CF) de 1988, chamada Constituição cidadã, ampliou o rol de direitos sociais, a educação corresponde importante papel na promoção da justiça social e diminuição das desigualdades e constitui eficiente mecanismo de ação política, para (Raposo 2005), a perspectiva política e a natureza pública são destacadas na Constituição de 1988, o artigo 205 dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado. Sua promoção tem como fins o desenvolvimento tanto da pessoa quanto da própria sociedade.

O disposto no inciso I do artigo 208 da Constituição Federal de 1988 deverá seguir, nos termos do Plano Nacional de Educação (PNE), que está referido no Art. 214 da Constituição, e contará com apoio técnico e financeiro da União. Porém o contexto da Reforma do Estado no Brasil dos anos de 1990, evidência que as políticas públicas em educação dessa segunda década do século XXI seguem os princípios ditados pelo capital internacional e seus interesses na manutenção da ordem capitalista. “As reformas instituídas nos anos 90 do século passado pretendiam instaurar um novo modelo de administração

pública, chamada de “administração pública gerencial”, que alterou o modelo de gestão pública e conseqüentemente, de gestão da educação e da escola” (Caetano, 2018, p.4).

Iniciou-se o debate sobre a principal legislação específica para a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). O projeto foi aprovado e encaminhado para votação no Senado, mas devido às orientações políticas dirigidas pelos princípios da Reforma do Estado dos anos 90, sob a estratégia de apresentação constante de emendas e destaques só foi votado em dezembro de 1996, oito anos após. Já o Plano Nacional de Educação (PNE) que deveria ser regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), só foi aprovado em 2001 Lei 10.172/2001 com vigência decenal 2001-2010 (Brasil, 2017).

O Plano Nacional de Educação (PNE) deveria ser elaborado de acordo com os princípios fundamentais da educação brasileira. Segundo (Gomes, 2007) o Plano Nacional de Educação (PNE, em seu item I – sobre a erradicação do analfabetismo, estabeleceu 26 metas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que está inserido no capítulo Modalidade de Ensino, naquele momento histórico, a preocupação maior era com os altos níveis de analfabetismo e com a institucionalização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), para enfrentar esse desafio, a primeira meta do plano para modalidade de educação de jovens e adultos determina o estabelecimento de programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos, e, erradicar o analfabetismo até o fim da década 2001-2010.

A avaliação técnica do Plano Nacional de Educação realizada pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, em 2004, aponta para o não cumprimento de quase todas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse caso, como se trata de um documento de caráter técnico, evidencia que uma análise mais política levará a um diagnóstico educacional muito mais grave do que é apontado e recomenda que essa análise deve ser feita com a participação da sociedade civil.

Di Pierro (2010) informa que:

O PNE previu um mecanismo de monitoramento periódico, mediante divulgação e avaliação bienal dos programas de EJA pelos sistemas de ensino. Essa meta jamais foi tomada em consideração pelos governos, de modo que não há indicadores e relatórios que nos auxiliem a avaliar o grau de cumprimento do plano.

As ações reguladoras do governo brasileiro no que se referem ao sistema educacional, e às políticas educacionais para o setor, seguem às orientações e determinações de

organismos internacionais, que se estabelecem dentro de um contexto de regulação do Estado.

Mesmo com as indicações legais da avaliação do desempenho das metas educacionais, isso tem implicações financeiras, esbarrando nas emendas constitucionais e outros documentos do poder executivo que veta a liberação de recursos financeiros necessários para eficiência do sistema público educacional e parceria com outros setores da educação do país para promoção de um ensino de qualidade.

Di Pierro (2010) denuncia que:

O plano proposto pelo Congresso Nacional de Educação - CONED projetava um investimento crescente em EJA de 0,4 a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) para cobrir um custo aluno-ano estimado e R\$ 1 mil, tais recursos seriam obtidos mediante a inserção da EJA no sistema de financiamento da educação básica.

Di Pierro (2010) adverte que: “foi excluída em virtude do veto presidencial à Lei n. 9.424/1996 que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)”.

As fontes de financiamento para programas de alfabetização incluem governos nacionais, doadores de organizações de assistência, setor privado, fundações, organizações de assistência, sociedade civil, organizações religiosas e doadores individuais. Uma vez que a alfabetização de adultos está interconectada com outros objetivos da educação para todos, Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

Superar a crise é necessário liberá-lo de muitas tarefas. Para a América Latina, a escolha era clara: ou satisfazer às exigências dos atores principais do jogo FMI/Banco Mundial e violenta pressão dos Estados Unidos ou se auto condenavam ao ostracismo. A partir dessa ordenação a Educação Pública brasileira inicia a maior crise de sua história com o fortalecimento da rede privada de ensino e o declínio da escola pública. Os efeitos da crise estrutural do capital atingem as políticas sociais, entre elas a educação no que diz respeito ao financiamento e, como consequência, aos cortes no orçamento para a área.

A proposta de Emenda Constitucional PEC n. 55/2017, ao congelar por vinte anos o investimento público na área social reservando toda a riqueza produzida para ganhos do capital, Motta e Frigotto (2017 pp. 355-372) enfatiza que: “Ela representa, sem dúvida as forças sociais que golpearam a democracia brasileira e constitui-se na maior agressão às conquistas de direito da classe trabalhadora desde o fim da escravidão [...] dessa forma, destrói o Estado como agente de garantia de direitos universais”.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) Conforme Lei que o instituiu, a União repassa a complementação aos estados e respectivos municípios que não alcançam com a própria arrecadação, o valor mínimo nacional por aluno estabelecido em cada ano. Em 2018, esse valor foi de R\$ 3.084,73; em 2019, o valor atinge R\$ 3.238,52. Principal fonte de financiamento da educação básica, o FUNDEB é formado por percentuais de diversos impostos e transferências constitucionais, a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e Imposto sobre propriedade de veículos Automotores (IPVA).

A vigência do FUNDEB, na forma que existe hoje, aproxima-se do fim. De acordo com a Lei 11.494/2007, seus 27 fundos estaduais e do Distrito Federal estarão em vigor até 31 de dezembro de 2020. Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria interministerial 7/2018, com a estimativa da receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para o exercício 2019. A previsão é de uma receita total do FUNDEB neste ano de R\$156,3 bilhões. Esse valor, R\$ 143,4 bilhões corresponde ao total das contribuições de Estados, Distrito Federal e Municípios e 14,3 bilhões à complementação da União ao Fundo.

Os programas de alfabetização de adultos são tocados pelos estados e municípios e esses ao assumirem o compromisso de aderir ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a única coisa com que se compromete em relação a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é manter um programa de Alfabetização de adultos e mesmo assim não são monitorados. Se não cumprem esse compromisso, não são punidos, e continuam recebendo os recursos. Existem municípios que nem existe programa de Alfabetização de adultos e nada acontece.

Em nível nacional os programas de alfabetização de adultos se dão por meio de campanhas breves com recursos humanos despreparados. Cabe ao governo federal o repasse de recursos e mandar consultores aos municípios para assessoria e fiscalização. Os que estudam em regiões mais pobres têm menor probabilidade de serem ensinados por professores mais qualificados, além dos conhecimentos necessários e as teorias educacionais, de cada professor, o ambiente alfabetizador precisa ser modernizado, e ir além do quadro de giz e do caderno.

O Sistema de educação de adultos é de extrema importância para formação de cidadãos, conscientes de seus deveres e direitos e para a economia do país. Essa é uma área em crise. Políticas Públicas inadequadas a começar pelo financiamento. Apesar da EJA está incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é a que menos recebe. Quando se trata de alfabetização de adultos a situação é mais grave. São os jovens e adultos que votam e educam as crianças, e a lógica de investir nas novas gerações e esperar os velhos morrerem é equivocada. Não é possível esperar as crianças crescerem para o país se desenvolver. Di Pierro, (2016) esclarece que: “a educação, estimula a participação efetiva das pessoas na vida política e cultural, incentivam a relação positiva entre as gerações e é especialmente importante para cidadania de uma nação”.

O debate de questões sobre a educação brasileira, seu financiamento através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), se este fundo vai ser renovado ou não, são temas debatidos entre os setores da educação brasileira, mas diante dos impactos da nova reforma fiscal (Emenda Constitucional n. 95/2016) a expectativa é: de como isso vai ocorrer. A qualidade do ensino no país está muito aquém do desejável, e o debate hoje, tanto nas universidades como no âmbito das políticas educacionais tem se voltado para o aperfeiçoamento o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e adaptá-lo ao contexto atual e a relação do fundo e a reforma fiscal, pois esta determina que nos próximos 20 anos, o orçamento federal será restrito ao atual nível de gastos reais, os gastos primários federais só poderão ser corrigidos pela inflação.

Ministro Rodrigues (2019) Audiência Pública/Senado Federal Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez. Veléz foi interrogado sobre o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE). Solicitou-se que o ministro apontasse, entre as metas do documento, quais seriam as consideradas prioritárias pelo Ministério da Educação (MEC) e como se dariam os espaços políticos financeiros e técnicos para o seu cumprimento.

A pergunta, entretanto, não foi respondida. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, responsável entre outras pelas políticas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi fechada pelo Ministério da Educação (MEC).

Brasil (2019) informa que: O congelamento orçamentário de 20 anos definido pela Emenda Constitucional 95 (EC 95) inviabiliza a execução da meta 20 (que trata de financiamento) e tem efeito cascata sobre as outras propostas do plano. Uma Política Nacional de Alfabetização é importante, mas infelizmente o ministro não considera nesta política o elevado contingente de jovens e adultos acima de 14 anos que não sabem ler e escrever menciona apenas as crianças, observa.

O Brasil sempre ofereceu uma educação para uma minoria, enquanto o povo que representa a grande parte da população esteve e ainda continua excluído dos interesses do

poder executivo, que formulam políticas direcionadas a atender as exigências internacionais de um cidadão mínimo com perspectivas limitadas de envolvimento nas ações sociais e políticas do país. Durante todo esse estudo ficou evidente nas Constituições Brasileiras o desinteresse de uma educação de qualidade para todos, exceto a Constituição Cidadã de 1988.

É essencial um projeto educacional com garantia de financiamento pelo poder público, e que seja capaz de oferecer para o povo uma educação inclusiva e de qualidade. Após muitos séculos de exclusão, o povo brasileiro obteve pela primeira vez na história uma Constituição que garantiu esse direito, de todos frequentar a escola logo essa conquista se tornou inviável, as diversas medidas do poder executivo brasileiro articuladamente com os organismos internacionais sistematicamente vem retirando da Carta Magna da nação o financiamento do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis educacionais.

No decorrer dessa pesquisa percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educativa que sempre ocupou um plano secundário desde o início da educação no Brasil Colonial, quando a universalização desse direito chegou aos brasileiros muito tarde 438 anos após o descobrimento do Brasil, o número de pessoas analfabetas já era muito grande, essa conquista não teve garantia de financiamento nas legislações que regulamentavam como dever do Estado.

2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Esta parte da pesquisa descreve o caminho a ser percorrido, detalhando cuidadosamente o método bem como as técnicas e os procedimentos metodológicos que serão utilizados para o estudo.

Uma justificativa é uma das partes mais críticas de um trabalho acadêmico e científico. Esta representa a razão pela qual você está escrevendo sobre determinado assunto e sua finalidade, é precisamente justificar por que esse tópico é relevante para ser estudado.

A justificativa de uma investigação para Lakatos & Marconi (2003, p.219), “consiste numa exposição sucinta, porém, completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importantes a realização da pesquisa”.

Tornam-se constantes as reclamações de educadores e outros profissionais e a sociedade em geral, sobre a deficiência na leitura e na escrita em todas as fases educativas da maioria da população. O contato também com os pais de crianças e adolescentes que residem no município de Passo de Camaragibe/AL local da pesquisa, se queixarem sobre a razão de não estudarem mesmo ainda sendo pessoas adultas jovens. Eles alegam que durante alguns anos participaram de classes de alfabetização de adultos no município e em outros locais, porém desistiram porque sentiam dificuldade de aprender ler e escrever.

Daí surgiu o interesse de pesquisar sobre o tema alfabetização e letramento de jovens e adultos, no programa educacional Educação de Jovens e Adultos (EJA). Primeiro para entender a razão de tantos jovens que ingressaram na escola na idade certa, não terem conseguido êxito no ciclo de alfabetização, daí terem migrado para essa modalidade de ensino, sendo excluídos da educação regular. Segundo o porquê de as pessoas desistirem de ser alfabetizadas e as pesquisas do órgão oficial brasileiro responsável Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgar constantemente redução na taxa do analfabetismo no Brasil e não percebemos mudanças de comportamento dessas pessoas em relação à prática da leitura e da escrita. Terceiro saber o grau de satisfação dos que continuam estudando.

Apesar dos esforços de educadores e educandos para consolidar essa etapa educacional percebemos que o assunto é bastante complexo, e necessita de um amplo debate nacional, principalmente porque o assunto requer uma posição do poder público para

informar qual a postura em relação às divulgações das estatísticas sobre esse tema que diverge da realidade existente no país.

Sabe-se que a concentração do maior número de pessoas analfabetas está na região Nordeste do Brasil, informação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), e necessita-se de alguma providência em relação a isso.

Aprender a ler e escrever é um desejo e necessidade da maioria dos brasileiros, é através da cultura que as pessoas adquirem maiores oportunidades na vida, e a alfabetização faz parte do desenvolvimento pessoal e social de cada um. Um país só pode sair do rol das sociedades subdesenvolvidas e periféricas se prioriza o processo educativo, responsável pelo desenvolvimento da nação, passando essa a integrar as sociedades letradas e oferecendo melhor bem-estar e satisfação para população em geral. Brasil (2017) esclarece que: “A alfabetização não se baseia unicamente no ato de aprender a ler e escrever, ela também considera a importância do desenvolvimento da capacidade de compreensão, interpretação e produção do conhecimento”.

A pretensão deste estudo é motivar outros pesquisadores produzirem mais trabalhos científicos sobre o tema: erradicação do analfabetismo no Brasil, por se tratar de grande importância para o desenvolvimento da nação. Todos querem um país alfabetizado de fato e não somente nos índices estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os graves problemas do país está na baixa escolaridade do povo principalmente na quantidade de pessoas analfabetas ainda existentes, portanto precisa-se de um diagnóstico exato quanto a esse contingente populacional, que retrate a verdadeira realidade do analfabetismo no Brasil.

As iniciativas educacionais sempre ocorreram de maneira negligente desde o início da história da educação do povo brasileiro, as primeiras menções tiveram início 49 anos após o descobrimento do Brasil.

Fundamentação metodológica

Para definir a parte metodológica é necessário descrever algumas informações que possibilitem um melhor entendimento e fornecerão o alicerce ao seu planejamento e a sua organização. O que significa método e metodologia em uma pesquisa? A seguir será apresentada as definições imprescindíveis à essa compreensão. A metodologia é a explicação detalhada exata de toda ação desenvolvida no (caminho) do trabalho da pesquisa. É o campo que é estudado os melhores métodos em determinada área para produção do conhecimento.

Scapens (1990) aponta que: “a utilização de métodos de estudo de caso depende tanto da natureza da pesquisa como da metodologia do pesquisador”. O autor se refere à utilização de métodos de estudo de caso e não do método, subtende-se ele pode ser entendido e aplicado de diversas maneiras, porém de um modo geral entende-se por estudo de caso como um tipo de pesquisa de campo que busca o entendimento da realidade sobre um determinado tema focando uma ou várias unidades de análise, ou seja, o fenômeno ou objeto investigado.

Para Kauark, Manhães & Medeiros (2010, p.60), método é: “um conjunto de etapas ordenadamente dispostas a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim”.

Método é o processo para se atingir um determinado fim ou para chegar o conhecimento. É a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e a explicação de fenômenos.

Vianna, (2001, p.01) enfatiza que: “Método científico pode ser definido como um conjunto de regras básicas para realizar uma experiência, a fim de produzir um novo conhecimento, bem como corrigir e integrar conhecimentos pré-existentes”. No entendimento de Gil (2002, p.17), em uma pesquisa o método é definido como: “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Pode-se chegar à seguinte conclusão: o método e a metodologia se associam com o objetivo de planejar e organizar o estudo, é uma linha de raciocínio capaz de levar o pesquisador a alcançar os objetivos propostos com segurança.

Para Lakatos e Marconi (2003, p.83) “o método científico é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido pelo cientista”. Pode-se afirmar que os métodos científicos são as formas mais eficientes e seguras para se compreender os fatos, a fenomenologia e o movimento das coisas. Uma característica inerente ao estudo de caso é sua capacidade de aprofundamento em relação aos dados, às análises e aos resultados em comparação com outras estratégias de pesquisa.

Em relação à metodologia do estudo de caso, Yin (2010) comenta que o resultado da pesquisa está relacionado às proposições teóricas utilizadas como base, ou seja, o pesquisador parte para a pesquisa de campo munido de proposições e hipóteses extraídas de uma teoria de base.

Nesse sentido o estudo em questão, o objeto investigado será a EJA, um programa educacional para jovens e adultos, pretende-se saber se este tem contribuído para alfabetizar pelo conceito de alfabetização e letramento do IBGE.

Problema da pesquisa

A alfabetização é o caminho de acesso à educação básica, portanto a prática da leitura e da escrita na educação de jovens e adultos é imprescindível para prosseguir com os estudos. Essa fase educacional incorporou toda uma ideologia de interesse internacional, silenciando problemas históricos no Brasil relacionados à alfabetização de jovens e adultos, cuja persistência está em detectá-los, e saudar uma dívida histórica com o povo brasileiro, uma omissão na aprendizagem da leitura e da escrita.

Compreender esses problemas implica na necessidade de discuti-los, efetivar políticas públicas e garantir seu financiamento visando assegurar a esse segmento da sociedade o direito constitucional, que por vários séculos foi omitido, tendo início no país colônia que se desenvolvia até os tempos atuais constituindo uma grande quantidade de pessoas analfabetas e ignorantes. Ser alfabetizado é um direito básico do ser humano, portanto, deve ser garantido para todos.

A última Constituição a ser promulgada e mais abrangente na área educativa foi a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também chamada Cidadã, tinha como objetivo principal na área educacional a erradicação do analfabetismo no Brasil. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), é um programa educacional para atender esse público que por vários séculos foram excluídos do acesso ao ensino regular, ou por não lograr êxito nas etapas ou ciclos de alfabetização, mesmo iniciando os estudos na idade certa.

A Constituição determina que para universalizar o direito a educação para os brasileiros, existe a necessidade de sua regulamentação através da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n. 9394/96 e do Plano Nacional de Educação.

Marconi e Lakatos (2003, p.159) defendem que: “um problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução”.

Foi na década de 1990 a 2000, que teve início às primeiras políticas públicas no país para alfabetização de jovens e adultos de caráter universalizante. Como ponto de partida para essa investigação busca-se um problema, que deve nortear esse trabalho, o tema investigado EJA: um estudo de caso na alfabetização de jovens e adultos, é de grande importância nacional e requer um estudo aprofundado, diz respeito a prática da leitura e da escrita desse grupo populacional.

Mortatti (2013, p.10) enfatiza que:

O silenciamento da discussão sobre o conceito restrito e rudimentar de alfabetização é uma das principais lições que o longo século XX da educação no Brasil ensina a nós, pesquisadores, que cientes do compromisso de ofício, não nos conformamos com a submissão a urgência e emergências ditadas por Interesses internacionais.

A alfabetização de jovens e adultos ainda se constitui como desafio a ser conquistado pelo povo brasileiro, teoricamente ao longo da história educacional no Brasil, esse direito parece ser garantido por meio de suas Constituições federais e suas Leis de Diretrizes e Bases, mas continua como pauta negligenciada, mesmo sendo reconhecido pelas autoridades do país, que se trata de uma dívida histórica com o povo.

Nesse contexto, visando compreender o cenário acerca do tema pesquisado, surgiu a questão investigativa. A família tem contribuído ao longo da história para fortalecer esse vínculo com a escola, contribuindo com a educação brasileira? Quais as metodologias utilizadas para alfabetizar jovens e adultos? Qual a formação necessária para lecionar com as turmas de EJA? O Programa Educacional para Jovens e Adultos tem contribuído para alfabetizar pelo conceito do IBGE na Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e no CRAS?

Objetivos da pesquisa

Os objetivos de uma pesquisa respondem ao problema apresentado. Nesse sentido, os objetivos têm como propósito orientar a trajetória da pesquisa. São as etapas que se constituem nas metas que serão alcançadas no desenrolar da pesquisa, aprimorando os conhecimentos sobre o tema pesquisado.

Objetivo geral

- Analisar a incidência do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas alfabetizadas no conceito de alfabetização e letramento do IBGE.

Objetivos específicos:

1. Descrever o contexto em que ocorre a modalidade da educação de jovens e adultos e sua legislação.

2. Avaliar a metodologia e o material didático utilizado para alfabetizar jovens e adultos.
3. Analisar a influência da família na educação dos educandos.

TABELA Nº 1: Perguntas e Objetivos da investigação

OBJETIVO GERAL: Analisar a incidência do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito de alfabetização e letramento do IBGE.			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES AO PROFESSOR COM EXPERIÊNCIA	QUESTÕES AO EDUCADOR (PROFESSOR REGENTE)	QUESTÕES AOS EDUCANDOS
<p>1. Descrever o contexto em que ocorre a modalidade da educação de jovens e adultos e sua legislação.</p> <p>2. Avaliar a metodologia e o material didático utilizado para alfabetizar jovens e adultos.</p> <p>3. Analisar sobre a influência da família na educação dos educandos</p>	<p>1. Professor, qual é a sua formação?</p> <p>2. Qual é o seu vínculo empregatício com o município?</p> <p>3. Qual o perfil sócio econômico dos educandos da EJA?</p> <p>4. A política salarial para os professores alfabetizadores é a mesma para os demais professores do município?</p> <p>5. Quais as dificuldades encontradas pelos educandos da EJA para aprenderem a ler e escrever?</p> <p>6. Como o senhor avalia a metodologia e o material didático utilizado para alfabetizar jovens e adultos?</p> <p>7. O gestor municipal oferece capacitação continuada para professores alfabetizadores de</p>	<p>1. Professor, qual é a sua formação profissional?</p> <p>2. Como se tornou um professor alfabetizador de adultos?</p> <p>3. Já participou de algum curso de capacitação para alfabetizador de jovens e adultos.</p> <p>4. Qual a metodologia e o material didático utilizados para ensinar a ler e escrever?</p> <p>5. Utiliza algum recurso tecnológico no processo ensino/aprendizagem para alfabetizar?</p> <p>6. Seus pais frequentaram a escola?</p>	<p>1. Qual a idade você iniciou os estudos, e porque parou de estudar?</p> <p>2. Qual sua idade hoje?</p> <p>3. O que gostaria que mudasse na escola para facilitar sua aprendizagem?</p> <p>4. Qual material a professora utiliza para ensinar?</p> <p>5. Consegue ler e escrever um bilhete simples?</p> <p>6. Como sua família contribuiu para sua educação?</p>

	jovens e adultos? 8. O senhor e as professoras participaram do PPP da escola? 9. As salas de aula utilizam recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem? 10. Seus pais sabiam ler e escrever?		
--	--	--	--

Cronograma da Pesquisa

O cronograma da pesquisa se constitui em cada etapa da pesquisa, considerando um período de tempo para realização das atividades/ação.

Na primeira fase, na revisão teórica, em que é construído o marco textual, e o marco metodológico, é definido o desenho da investigação. Na segunda fase, ocorre à aplicação dos instrumentos, coleta de dados e o processamento das informações e a terceira fase ocorre a análise dos dados, discussão e elaboração e dos resultados, ocorre também a redação do informe final, contendo as conclusões das análises a respeito de cada um dos objetivos da investigação, por final apresentamos as propostas.

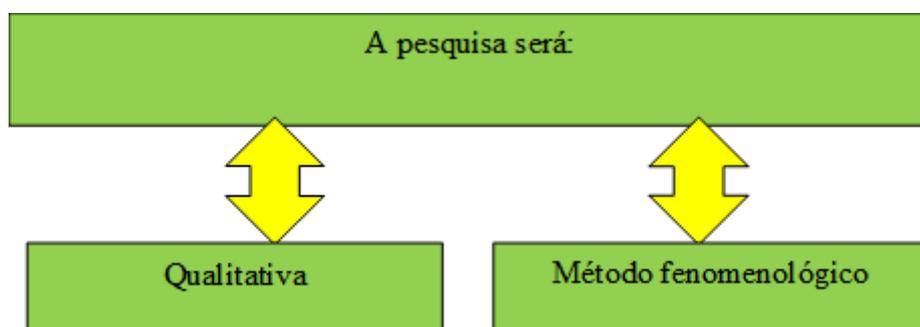
TABELA Nº 2: Programação das ações

Fase	Atividade	Tempo	Meses
Primeira etapa	- Revisão Teórica - Desenho da investigação - Elaboração dos instrumentos - Validação dos	6 Meses	Janeiro Fevereiro Março Abril Maio Junho

	instrumentos - Elaboração Final dos Instrumentos		Julho
Segunda etapa	- Aplicação dos instrumentos - Coleta de dados - Processamento das Informações	3 Meses	Julho Agosto Setembro
Terceira etapa	- Análise dos dados, discussão e elaboração dos resultados. - Redação do informe final - Elaboração das conclusões e propostas	1 Mês	Outubro

Desenho da investigação

FIGURA Nº 11: Esquema do Desenho e Enfoque da Pesquisa



Uma metodologia adequada e eficaz garante ao pesquisador alcançar resultados satisfatórios à pesquisa, que irá dispor de métodos e técnicas para o desenvolvimento do estudo.

Peduzzi e Raicik (2016, p.08) explica que: ter um melhor entendimento da ciência e de seus processos, implica em reconhecê-la não apenas como um corpo de conhecimento bem estruturado, mas como uma maneira de ver, pensar e entender o mundo e seus fenômenos, que influencia e é influenciada pelas tradições de conhecimento e cultura onde ela é praticada.

A pesquisa investiga determinada situação e para se qualificar como científica precisa apresentar resultados que serão possíveis de reproduzir. Não basta que um pesquisador original observe um fenômeno para que fique comprovado: é preciso que a observação passe pela comprovação de um teste ceticismo.

Ander-egg (apud Marconi e Lakatos, 2003) esclarece que “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo de conhecimento”.

A pesquisa cumpre várias etapas, por isso existe a necessidade de se fazer um bom planejamento para alcançar seus objetivos pelos quais foi proposto, daí a necessidade de todo processo da pesquisa ser elaborado de forma que tudo demonstre muita clareza para se obter os resultados com precisão. Um desenho é a maneira mais objetiva de apresentar e ter um trabalho com resultados convincentes.

Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.125) explicam que o desenho se “refere ao plano ou estratégia criada para obter a informação desejada”. O desenho metodológico tem por finalidade responder aos objetivos propostos no estudo, apontando os passos ou etapas a serem a serem realizados ao longo da pesquisa, se “refere ao plano ou estratégias criadas para obter a informação almejada”.

A pesquisa procura coletar dados e informações a respeito de um determinado tema a ser pesquisado para analisá-los. Leão (2016, p.105), define a pesquisa como: “um conjunto de atividades que tem como finalidade descobrir novos caminhos”. A função do pesquisador é coletar informações para produção de novos conhecimentos, podendo ampliar o conhecimento em relação a determinado tema, confrontar ou corrigir, orientado sempre pelos procedimentos do processo investigativo.

André (2011, p.96) adverte que: “a difícil tarefa de conciliar os papéis de ator e pesquisador, buscar o equilíbrio entre ação e a investigação, sem deixar em segundo plano a busca pelo rigor que qualquer pesquisa requer”. O rigor metodológico no estudo de caso é uma questão que vem sendo bastante discutida principalmente no Brasil, pois muitas pesquisas tidas como estudo de caso não apresentam o rigor metodológico que caracterizam esse tipo de pesquisa.

Yin (2010) afirma que talvez a maior preocupação com o estudo de caso seja a falta de rigor nesse tipo de pesquisa. Para que este trabalho se enquadre dentro do rigor de um estudo de caso é necessário observar recomendações de pesquisadores que se dedicam em aprimorar esse tipo de pesquisa, que vem sendo adotadas por muitos pesquisadores necessitando aperfeiçoar seu rigor, para adquirir credibilidade de acordo com os critérios de pesquisa científica.

Marques, Camacho e Alcântara (2015, p.05) enfatizam que uma característica inerente ao estudo de caso é sua capacidade de aprofundamento em relação aos dados, às análises e aos resultados em comparação com outras estratégias de pesquisa. Nesse sentido a pesquisa cujo título é: EJA um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos se propõe observar essas orientações necessárias.

A pesquisa realizar-se-á na Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que, baseada na sua fundamentação teórica, a qual discorre como foi legalizado os processos e cuidados com a educação do povo brasileiro a partir do período colonial fazendo uma longa viagem analisando todas as Constituições brasileiras nos artigos que falam sobre o direito à educação para o povo brasileiro, com ênfase na alfabetização de jovens e adultos.

O método científico são todas as normas que o investigador utiliza para comprovar o que se propõe investigar, sob rigor científico com finalidade de produzir conhecimentos. Gil (2014, p.09) define método científico como “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Os estudos de caso utilizam como método o fenomenológico, que se preocupa em descrever e explicar o fenômeno em seu ambiente natural, no momento da sua ocorrência, buscando compreender as suas características. Nesse estudo busca-se compreender e explicar a prática da leitura e da escrita para jovens e adultos e a sua utilização nos diversos contextos sociais tendo como eixo explicativo a universalização desse direito na Constituição Brasileira de 1988.

Alvarenga (2019, p.51) explica que “as investigações fenomenológicas estudam a maneira como as pessoas experimentam seu mundo, sua vivência, que significados têm para elas e como compreendê-los, de onde o investigador extrai a essência do fenômeno para descrevê-lo”. Essa pesquisa se propõe a analisar o fenômeno da maneira como ele ocorre, e não somente com informações da análise documental e outras informações oficiais sobre o nível de leitura e escrita dos educandos, tendo como critério uma definição de sujeito

alfabetizado pelo órgão oficial e competente para esse fim o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Buendía, Colás y Hernández (1998, p.229) esclarece que “a fenomenologia a partir de uma posição epistemológica enfatiza a volta à reflexão e à intuição para descrever e esclarecer a experiência tal como ela é vivida e se configura como consciência” esse método possibilita reflexão das questões relacionadas com a prática de ler e escrever e utilizá-la na vida social, por se tratar de uma etapa importante da aprendizagem possibilitando prosseguir os demais níveis educacionais, é de grande relevância para o estudo uma atenção mais precisa sobre o fenômeno observado ou vivenciado.

Alvarenga (2019, p.51) explica que o “[...] significado dessas vivências constituem o núcleo central da investigação e são explorados pelos investigadores e os participantes até a luz da interpretação. Deve-se contemplar e entender o contexto social, dentro das quais as ações adquirem sentido”. O fenômeno só pode ser entendido com precisão se estiver inserido no contexto social dos sujeitos participantes da pesquisa, que relatam suas experiências, compreensão e vivência em relação ao fato, possibilitando momentos de reflexão, o que possibilitará uma interpretação precisa sobre o tema pesquisado.

O método fenomenológico é indicado para várias áreas de estudo, inclusive o contexto escolar, permitindo ao investigador estudar os sujeitos com uma maior profundidade, inserindo o fenômeno dentro do contexto teórico e do próprio ambiente natural da realização da pesquisa. Alvarenga (2019) diz que “seu campo de estudo abarca áreas sociais, psicológicas, educativas, antropológicas, culturais, históricas, criminalísticas, saúde, etc.”

Alvarenga (2019, p.55) destaca os meios, as técnicas e procedimentos empregados em uma pesquisa qualitativa:

[...] o registro das manifestações orais, gestuais, documentos escritos, diários pessoais, a história de vida, o estudo de documentos, a participação em longo prazo com os sujeitos investigados, a fim de interpretar e compreender os fenômenos, considerando o contexto que rodeia a problemática estudada. O estudo é de índole interpretativa, trabalha-se com poucas pessoas, ou grupos pequenos, cuja participação é ativa.

Considerando os objetivos da investigação optou-se pela pesquisa qualitativa, que possibilita ao pesquisador compreender informações importantes para o estudo com detalhes e aspectos particulares de cada sujeito pesquisado dentro do seu ambiente natural, cabe ao pesquisador de forma sutil conduzir o sujeito pesquisado a fornecer o máximo que possível as informações necessárias, para enriquecer dos resultados da pesquisa.

Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.10):

Os estudos qualitativos envolvem a coleta de dados utilizando técnicas que não pretendem medir nem associar as medições a números, tais como a observação, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupo, avaliação de experiências pessoais, inspeção de história de vida, análise sistemática e de discursos cotidianos, interação com grupos ou comunidade de introspecção.

A citação acima mencionada apresenta com clareza que a pesquisa qualitativa não se utiliza dados mensuráveis, porém os pesquisadores obtêm uma riqueza de informações, durante toda coleta dos dados os pesquisadores tentam analisar e compreender questões importantes para o estudo que vão surgindo e são relevantes para a história, assim se fundamenta em um processo indutivo que vai do particular para o geral.

Kauark, Manhães e Medeiros (2010) reforça que: na pesquisa qualitativa há uma relação entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa. O trabalho de campo – estudo do caso – deverá ser precedido por um detalhado planejamento, a partir de ensinamentos advindos do referencial teórico e das características próprias do caso (Martins, 2008 p.03).

Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010), o estudo de caso é “quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

É importante ressaltar que uma das principais características do estudo de caso é a utilização de um pequeno grupo de estudo, bem como, o estudo de caso é realizado em seu ambiente natural, proporcionando uma descrição detalhada com uma limitação temporal e espacial, buscando o completo entendimento de sua natureza, suas circunstâncias, seu contexto e suas características para que assim obtenha-se fidedignidade nos dados coletados durante a pesquisa e forneça informações suficientes que contribuam positiva e

satisfatoriamente no entendimento das contribuições da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para erradicar o analfabetismo no Brasil.

Com base nesse pensamento Severino (2007, p.121) destaca que o estudo de caso é “uma pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerando representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Em virtude de se tratar de um caso particular, esse estudo permite a nós pesquisadores apresentar as principais características relacionadas às contribuições da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A coleta dos dados é feita no ambiente natural, isso traz liberdade para o pesquisador deixando-o mais à vontade para analisar os fatos e a interpretação destes, dentro do seu ambiente de ocorrência. Um fenômeno pesquisado requer uma observação cautelosa para atribuir significados reais ao objeto do estudo, de maneira que o pesquisador não interfira direta ou indiretamente nele. Nesse sentido Knechettel (2014, p.18) estaca que as pesquisas qualitativas se preocupam “[...] com o significado dos fenômenos e processos sociais, considerando-se as motivações, as crenças, os valores e as representações que permeiam a rede das relações sociais” Algumas características definem o estudo de caso com maior precisão, podendo destacar algumas relevantes para essa investigação que são: Realiza uma descrição contextualizada do objeto de estudo.

O principal valor de um estudo de caso consiste em desvelar as relações entre uma situação particular e seu contexto; São estudos holísticos. O investigador há de tratar de observar a realidade com uma visão profunda e, assim mesmo, há de tratar de oferecer uma visão total do fenômeno objeto de estudo, reflexionando a complexidade do mesmo; Reflexionam sobre a peculiaridade e a particularidade de cada realidade ou situação através de uma descrição densa e fiel do fenômeno estudado. Álvarez e San Fabian (2012) apud Campoy (2018, p.297).

Essas características são importantes, pois permite a nós investigadores abordar coerentemente o estudo de caso e dar profunda coerência e credibilidade a esse estudo. Bem assim esses mesmos autores atribuem outras características que são importantes e merecem ser destacado, de acordo com esses autores o estudo de caso permite iluminar a compreensão do leitor sobre o fenômeno social como também observar o fenômeno estudado em seu ambiente natural e informar as conclusões obtidas sobre ele.

Nesse sentido, o estudo de caso apresentado visa analisar o fenômeno relacionado a prática da leitura e da escrita que define um sujeito alfabetizado pelo IBGE, e pretende estudar esse fenômeno em profundidade a luz da Constituição de 1988, que garantiu a todos o

direito de estudar e ser alfabetizado. Utilizando-se das condições contextuais no seu ambiente real o pesquisador nunca deve separar o fenômeno do seu contexto natural, nesse caso os ambientes de alfabetização de jovens e adultos do estudo são: a Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a coleta de dados dar-se-á somente através de descrições e observações.

As técnicas para a realização de uma pesquisa qualitativa, são procedimentos fundamentais para que o pesquisador alcance os objetivos propostos no estudo. Algumas das técnicas mais utilizadas em pesquisas qualitativas, de acordo com Alvarenga (2019, p.65) dentre outras são: “descrição através de narrações, entrevistas não estruturadas, entrevistas de grupo focais”. Este estudo de caso escolheu como técnica observação participante.

A pesquisa qualitativa apresenta duas fases, sendo a primeira considerada como a definição do objeto, o contato com os ambientes nesse estudo de caso os ambientes são a Escola de Ensino Mendonça Alves e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e com os participantes da pesquisa que são o professor com experiência, os educadores (professores regentes) e os educandos, a segunda fase é a coleta de dados, utilizando-se os instrumentos selecionados, que para essa investigação são: o guia de entrevista, entrevista e a análise documental.

O tema pretende esclarecer sobre o direito universal adquirido na Constituição de 1988, que tem como prioridade na área educacional, a erradicação do analfabetismo. Com base nas pesquisas do IBGE, sobre a redução do número de analfabetos no Brasil, iremos realizar esse estudo de caso com o objetivo de identificar se os sujeitos analisados estão alfabetizados, porque o órgão responsável define que um sujeito para ser considerado alfabetizado necessita saber ler e escrever um bilhete simples. Todos os sujeitos educandos que vão ser pesquisados já frequentam classes de alfabetização por mais de três anos. O ciclo de alfabetização para crianças consta de três fases que consolida a fase da leitura e da escrita.

No caso da alfabetização de adultos não existe uma determinação oficial nas legislações e documentos que regem a educação brasileira. Porém como as classes de alfabetização de adultos fazem parte da Educação Fundamental do país, entendemos que esses anos de estudo para aprender a ler e escrever vigoram também para o público da alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Uma pesquisa só existe através do levantamento de dúvidas referentes a algum tema que despertou interesse no pesquisador. As suas respostas buscam meios que levam a realizar o seu trabalho científico. Daí porque as grandes invenções e acontecimentos no mundo

através do homem foram concluídos sempre pelo pressuposto de uma pergunta, uma dúvida, sobre algo que gerou análises para se chegar a uma conclusão.

A opção pelo tema alfabetização e letramento de jovens e adultos surgiu pela necessidade de se compreender porque esse público educacional frequente a escola na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas não conseguem êxito nas habilidades de ler e escrever, ou seja, se alfabetizar. No Brasil, só pode ser considerado alfabetizado aquele que consegue ler e escrever um bilhete simples.

São frequentes as queixas dessa deficiência na educação pública, tanto dos professores como de toda sociedade que muitas vezes se deparam com educandos que mesmo na escola ainda não conseguiu desenvolver e superar essa fase que se constitui a base da educação escolar para prosseguir os estudos.

As classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) geralmente chegam no final do ano praticamente esvaziadas, os educandos no decorrer do ano letivo ficam desmotivados pelo estudo, a cada ano que passa eles despertam alguma expectativa de mudança, muitos adultos atribuem essa deficiência por não terem frequentado a escola na idade certa, mas lutam na esperança de aprender ler e escrever algum dia.

Os participantes da pesquisa são educandos e educadores dos dois ambientes alfabetizadores existentes no município. Os educandos jovens e adultos na sua maioria são pessoas esforçadas, que estudam por que vêm na escola e nos estudos uma possibilidade de melhorar de vida. Na maioria são pessoas pobres que sobrevivem de programas de assistencialismo promovido pelo governo federal, além de cultivar pequenas lavouras que ajudam no sustento das famílias, são pequenas terras disponibilizadas pela usina de cana-de-açúcar.

A idealização do desenho metodológico da pesquisa, parte da investigação científica “EJA: um estudo de caso na alfabetização de jovens e adultos”. Para esse fim, o desenho metodológico da investigação tem como propósito responder aos objetivos apresentados na figura no 7, a partir de uma pesquisa qualitativa que utiliza o método fenomenológico.

Nesse sentido a investigação busca descrever o contexto em que ocorre a modalidade de educação jovens e adultos e sua legislação, avaliar a metodologia e o material didático utilizados para alfabetizar jovens e adultos, dissertar a influência da família na educação dos educandos.

A pesquisa tem como contexto a Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e o Conselho de Referência e Assistência Social (CRAS), Passo de Camaragibe/Alagoas, tendo

como eixo a alfabetização e letramento de jovens e adultos, nos parâmetros da universalização desse direito através da Constituição Cidadã de 1988.

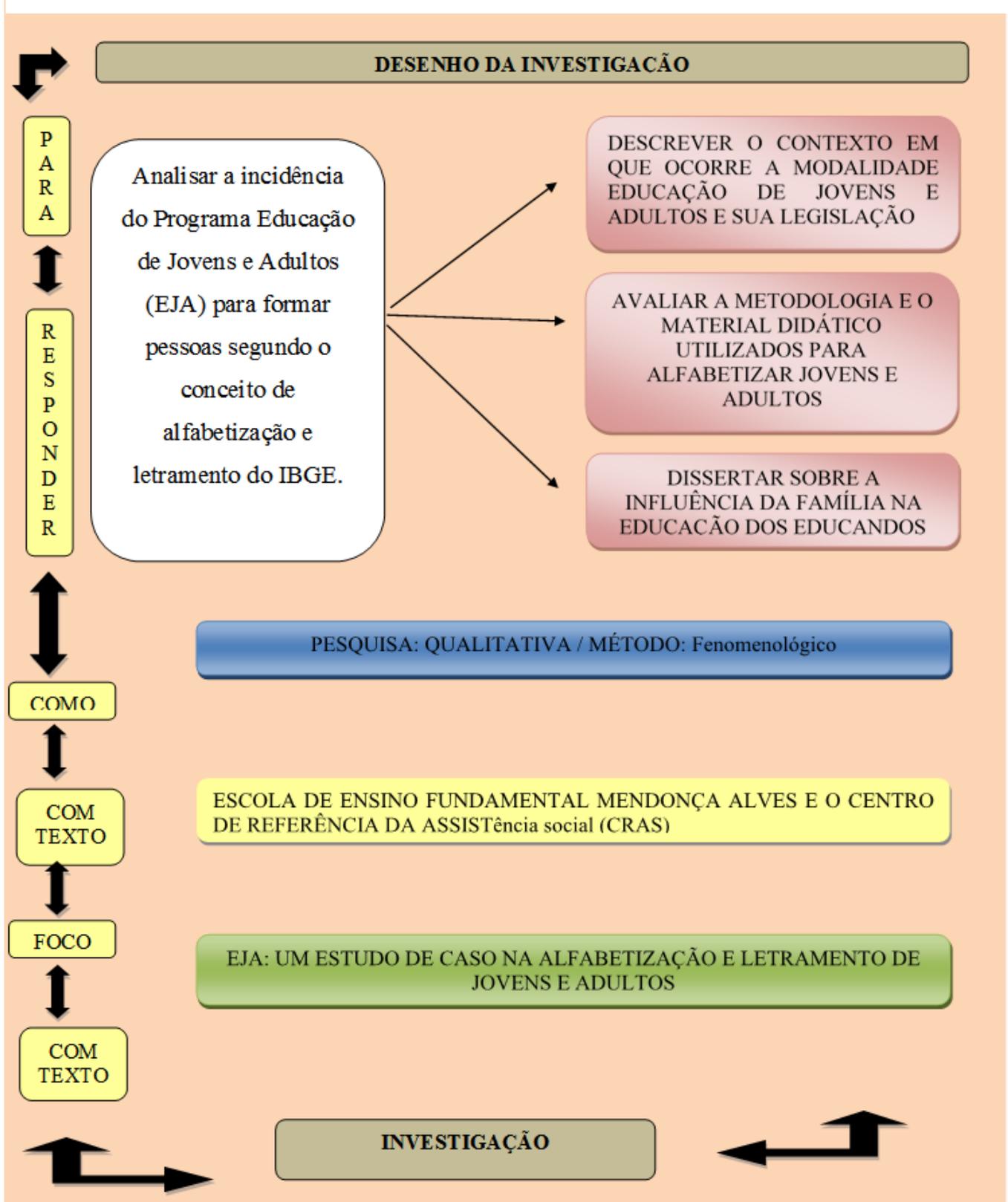
O estudo também se propõe investigar se existe o interesse pelo setor educacional do país, em traçar políticas públicas para esse setor e financiá-las, promovendo uma educação eficiente e de qualidade para esse setor, já que existe o reconhecimento nacional. que se trata de uma dívida histórica com o povo brasileiro.

Será observada a prática educativa nas salas de aula adotada pelos alfabetizadores, não como uma crítica ao modelo pedagógico adotado para o ensino por esses profissionais, mas para apresentar se existe desinteresse e negligência pelos atores sociais responsáveis pela educação no país, impossibilitando as pessoas jovens e adultas serem de fato alfabetizadas pelo conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A região Nordeste do Brasil é onde existe o maior número de pessoas analfabetas, por se tratar da existência de um índice muito alto de pessoas pobres, o analfabetismo está diretamente relacionado com a pobreza, por isso esse estudo também pretende apresentar a influência das famílias na educação dos educandos.

Na figura abaixo está o desenho da investigação com os principais pontos a serem pesquisados.

FIGURA Nº 12: Desenho Metodológico da Investigação



Contexto Espacial e Sócio Econômico da Pesquisa

O Brasil está localizado na América do sul, sendo o maior de todos os outros, também chamado de país continental, sendo o quinto do mundo em extensão territorial. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE 2018), o país possui uma área de 8.514.876.599 Km, com uma população de 208,5 milhões de habitantes, constituídos por uma miscigenação de raças (negros, índios, brancos pardos e amarelos). Seu espaço geográfico é dividido em 26 estados e 01 Distrito Federal. Está distribuído em 5 regiões, Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

O Brasil faz parte da América Latina, possui a maior economia e a sétima maior do mundo, em expansão no mercado nacional e internacional. Faz parte dos BRICs, e participa de diversos blocos econômicos como o MERCOSUL, o G20 e o Grupo de Cains. Tem como moeda oficial o Real (R\$), criada em 1994, a base de suas transações econômica e financeiras que geram o seu desenvolvimento.

FIGURA Nº 13: Localização Geográfica do Brasil



Fonte: mapas.ibge.gov.br/

A República Federativa do Brasil tem como forma de governo a República democrática, com um sistema Presidencialista. É formado pela união indissolúvel dos estados, distrito federal e os municípios, organizada pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, que exercem formas distintas e independente de administrar o Brasil. O idioma oficial do país é o português, língua falada por quase toda população.

O clima do Brasil é tropical, ideal para o desenvolvimento dos diferentes biomas vegetais fornecendo-lhe temperatura, luminosidade e umidade adequada para o seu crescimento.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2017) informa que: No âmbito educacional a taxa de analfabetismo caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, já na faixa de 6 a 14 anos escolarização a taxa de escolarização já estava praticamente alcançada em 2016, com 99,2% de pessoas na escola.

Em 2017, 95,5% das crianças de 6 a 10 anos estavam nos anos iniciais do fundamental, enquanto 85,6% das pessoas de 11 a 14 anos de idade frequentavam os anos finais, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio

FIGURA Nº 14: Localização Geográfica do Estado de Alagoas



Fonte: br.depositoriophotos.com/vetor-imagens/estado-dealagoas.html

O Estado de Alagoas está localizado na região Nordeste do Brasil. A capital é Maceió e a sigla AL. A população do Estado, segundo o IBGE é de 3.340.932 habitantes. A área de Alagoas é de 27,8 mi km quadrados e o estado é dividido em 12 municípios. Faz divisa com Pernambuco ao norte e noroeste, com Sergipe, ao sul, Bahia a sudoeste e o Oceano Atlântico a leste. É dividido em três regiões: o litoral arenoso, a zona da mata e o agreste.

FIGURA N° 15: Bandeira do estado de Alagoas

Fonte: ptwikipedia.org/Alagoas

As principais atividades econômicas de Alagoas são a extração do petróleo, indústria pecuária, agricultura e aquicultura. No estado são produzidos abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, coco, feijão, fumo, mandioca e milho. A atividade pecuária é destacada a criação de bovinos, caprinos, suínos e bubalinos. Também é forte a produção de equinos.

A indústria é mareada pelo processamento de cana-de-açúcar e, por este motivo é importante a participação do estado no fornecimento de açúcar e álcool. Também é destacada a produção de cimento.

O clima, o estado são influenciados pelo clima tropical, com temperatura média de 24 graus centígrados. As chuvas são abundantes na região do litoral Atlântico e ficam escassas na faixa do semiárido. Os rios desembocam no São Francisco e no Atlântico.

A região que hoje é ocupada pelo estado de Alagoas foi alvo de disputa pelos franceses e holandeses.

A autonomia de alagoas ocorreu em 1706, quando dói elevado a Comarca e em 1827, a Capitania. O estado ganhou a primeira constituição em 11 de junho de 1891.

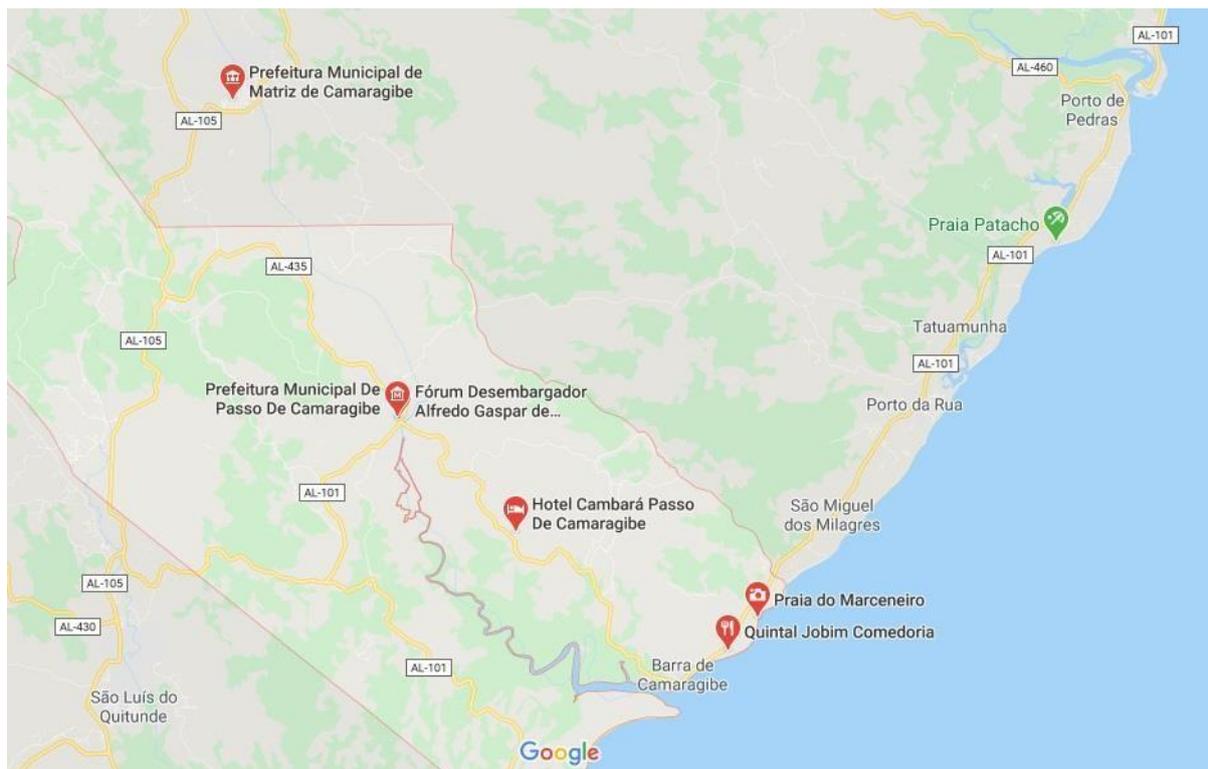
Alagoas foi palco da maior revolta de escravos ocorrida no Brasil em 1630, começou a organização do Quilombo dos Palmares sob s direção de Zumbi, um escravo revoltoso. O quilombo contou com 30.000 habitantes que, cultivaram produtos de subsistência, cana – de – açúcar, milho, mandioca, batata, feijão e banana. O grupo resistiu até 1964, quando o quilombo foi destruído.

A população indígena de alagoas é composta por 5,6 mil indivíduos representantes de oito povos distribuídos em uma área de 18,8 mil hectares. Educação pública de Alagoas

ocupa as piores posições entre os Estados do país. Anuário da educação 2018 mostra que, até quando houve desenvolvimento, Alagoas ficou abaixo da média.

A Educação alagoana, esperança para a população pobre superar desafios que põem em risco a própria sobrevivência, ainda não conseguiu superar seus principais desafios: as estatísticas negativas. A taxa de analfabetismo em Alagoas é a maior do país, 24,6% e o analfabetismo funcional a taxa é de 36,5%.

FIGURA Nº 16: Localização Geográfica do Município de Passo de Camaragibe



Fonte: Google Maps (2019)

O município de Passo de Camaragibe está localizado no estado de Alagoas Nordeste do Brasil. O povoado se formou às margens do rio Camaragibe e em torno de uma igreja. Outro povoado começou a surgir no ponto em que o rio tinha menor profundidade. O movimento intenso por causa dos comerciantes que vinham da capitania de Pernambuco para utilizar os armazéns de embarque conhecido como “passos” fez com que a sede administrativa fosse transferida de Matriz para Barra de Camaragibe.

O município foi criado em 1852 desmembrado de Porto de Pedras, e elevado à cidade em 1880, possui grande potencial turístico por conta da diversidade de eco sistemas: rios, lagoas e manguezais; uma topografia dinâmica com planos, morros e penhascos, além de um mar exuberante, com arrecifes e corais.

Está localizado na região Leste do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com o município de Porto de Pedras, a sul com São Miguel dos Milagres e o Oceano Atlântico, a Leste com Oceano atlântico e a Oeste com São Miguel dos Milagres. O acesso a partir de Maceió capital do estado de Alagoas é feito através de rodovias pavimentadas AL-101, com percurso de torno de 64 quilômetros.

Principais atividades econômicas: Agropecuária e Comércio. Na área agrícola produz banana, laranja, maracujá, batata doce mandioca, milho, o extrativismo produz lenha.

Sua área territorial em 2017 é de 251.669 quilômetros quadrados (Fonte IBGE), sua população é de 15.461 habitantes, possui 22 escolas sendo uma estadual e 21 municipais. Possui um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A cidade tinha um PIB \$8.926,44 em 2016.

Distante a 100 quilômetros de Maceió, está a Praia do Marceneiro e ao lado de São Miguel dos Milagres, integram a rota ecológica Alagoana.

Marceneiro uma das praias mais belas do Brasil integra a pequena cidade de Passo de Camaragibe, o trajeto entre Maceió e Marceneiro é belíssimo observam-se grandes canaviais coqueirais de coco da Bahia e muita vegetação. A pequena cidade é a terra natal de Aurélio Buarque de Holanda, o maior dicionarista do Brasil.

O Município de Passo de Camaragibe possui 3.732 pessoas analfabetas, um percentual de 44,5% da população com 15 anos ou mais de idade.

TABELA Nº 3: Índice de Desenvolvimento Humano Passo de Camaragibe - AL

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,073	0,200	0,421
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	9,05	12,08	26,61
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	15,22	76,83	93,47
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	6,28	14,14	80,78
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	2,62	9,66	26,74
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	1,92	2,29	11,20

Fonte: http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/observatorio/informacoes-socioeconomicas1/dados_pnud/pcamarag/

Delimitação da Pesquisa

A pesquisa será realizada no Brasil estado de Alagoas, município de Passo de Camaragibe na Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). EJA: Um Estudo de Caso na alfabetização de Jovens e Adultos será objeto dessa dissertação de mestrado.

O espaço escolar deve ser acolhedor para todos, no qual o processo de aprendizagem ocorra de modo colaborativo, contínuo e valorize as diferenças humanas, através do respeito às diferenças humanas, através do respeito às diferenças culturais, políticas, etnias, crenças, deficiências físicas e mentais com práticas escolares inclusivas a fim de combater a exclusão educacional e social e responder à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem existentes.

FIGURA Nº 17: Localização Geográfica da Escola Mendonça Alves



Fonte: Google maps : 2019

A Escola municipal Mendonça Alves está localizada na rua Mendonça Alves, 1349 - Centro Passo de Camaragibe/Al, atende a alunos do Ensino Fundamental Supletivo e Ensino Fundamental anos iniciais.

A origem do nome se deu para homenagear um ex-prefeito e juiz de direito cujo nome era Mendonça Alves, foi escolhido devido aos relevantes trabalhos prestados tanto no poder legislativo, como juiz de direito desse município e no poder executivo como prefeito. A clientela atendida nessa unidade escolar vem de várias ruas, loteamentos, conjuntos, travessas e fazendas desse município começando pelas ruas: Mendonça Alves, e as Travessas Mendonça Alves I II e III.

Segundo o Censo/2018, a escola tem a seguinte infraestrutura instalação de ensino, 6 de 5 salas de aula utilizadas; laboratório de informática; banheiro dentro do prédio; sala de secretaria; almoxarifado; água filtrada; esgoto de rede pública; banda larga; 24 funcionários; cozinha; banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro; pátio coberto; sala de diretoria, sala de leitura, dispensa, aparelho de som, projetor multimídia (data show).

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) 2018, são objetivos da escola: Oferecer à comunidade ensino de qualidade que contribua para o exercício da cidadania, realizar a integração com as famílias dos alunos e a comunidade, educar para transformação da realidade social, valorizando a vida e a dignidade humana, orientada pelo conhecimento e pela ética, promover o desenvolver atividades pedagógicas socioculturais, esportivas e de lazer, melhorar a qualidade de ensino, reduzir os índices de violência, proporcionar aos alunos condições justas de disputa na sociedade tornando-os cidadãos dignos e felizes, através da participação da redução da violência e da inclusão social.

O corpo discente da escola, ou seja, o número de educandos matriculados é de 322, distribuídos do primeiro ao quinto ano, porém os educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são apenas 19.

O corpo docente, ou seja, os professores regentes são em número de doze (12), cuja formação é a seguinte: dez (10) tem nível superior completo e dois (02) tem o nível médio completo.

Os horários de funcionamento das aulas são distribuídos por turnos da seguinte forma: 07:30h até 11:30h funciona o turno matutino, das 13:00 às 17:00h funciona o turno vespertino e das 19:00 às 21:00h funciona o turno noturno, com 01 classe de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

FIGURA Nº 18: Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves



FIGURA Nº 19: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)



O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços sócio assistencial de Proteção Social, Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal - DF. O CRAS de Passo de Camaragibe funciona no turno noturno como ambiente

alfabetizador de adultos e está localizado no conjunto João Beda de Mendonça sem número, Passo de Camaragibe/Alagoas/Brasil.

Representa a principal estrutura física para proteção social básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF). Funções principais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS):

- ✓ Ofertar o serviço PAF e outros serviços, programas e projetos sócio assistenciais de proteção social básica, para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- ✓ Articular e fortalecer a rede de Proteção Social básica local;
- ✓ Prevenir as situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

A localização do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é fator determinante para que viabilize, de forma descentralizada o acesso aos direitos sócio assistenciais. O CRAS é uma política nacional orientada para ser instalado, prioritariamente em locais de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, famílias com renda per capita mensal de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com presença significativa de famílias e indivíduos beneficiários dos programas de transferência de renda como Benefício de Proteção Continuada (BPC), bolsa família e outros, conforme indicadores definidos na Norma de Operação Básica NOBSUAS/ 2005.

Participantes da pesquisa

Com o objetivo de iniciar a pesquisa, foi necessário entrar em contato com o Coordenador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Passo de Camaragibe/Al. Os procedimentos das coletas de dados em campo nas classes de alfabetização de jovens e adultos dar-se-ão na Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves que inicialmente era o alvo da pesquisa por ser a escola oficial do município, no entanto surgiram mais 03 (três) classes de alfabetização de jovens e adultos que funcionam no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) situado na cidade de Passo de Camaragibe, AL- Brasil instituições públicas municipais, os únicos espaços onde acontecem classes de alfabetização da EJA no município. Em seguida após 02 anos de funcionamento, a

gestão municipal assumiu o projeto cedendo os espaços do CRAS, situado no Conjunto João Beda de Mendonça, devido à quase totalidade dos educandos residirem nesse local e lá não existir nenhuma escola. O município também arcou com os salários dos educadores, que antes eram voluntários.

Toda pesquisa precisa atender a um público alvo que chamamos população, a população que possui característica que se estuda e que se pode generalizar nos elementos encontrados. Considerando que o estudo de caso é uma pesquisa qualitativa que utiliza o método fenomenológico, Yin (2010) enfatiza que: “o estudo de caso é realizado por meio de uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Kauark, Manhães & Medeiros (2010, p.60) conceituam participantes de uma pesquisa como sendo: “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado”. Os educandos selecionados para investigação da “alfabetização e letramento de jovens e adultos na EJA”. Essa etapa educacional, é considerada a base para se prosseguir os estudos, tanto para jovens e adultos como para crianças, é essencial aprender a ler e escrever para obter sucesso nas demais fases da aprendizagem.

Para atender os objetivos da presente investigação, é essencial os participantes e que se faça um trabalho *in loco*, que segundo o dicionário da língua portuguesa *in loco* significa no lugar ou no próprio lugar expressão do latim Lakatos e Marconi (2011, p.27) define como sendo: “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica comum”.

Os participantes da pesquisa são: 01 (um) professor com experiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), 04 (quatro) educadores (professores regentes) e 21 (vinte e um) educandos. Têm como premissa de análise acertos e erros, a partir das peculiaridades, as várias dimensões e determinações que fazem parte do fenômeno estudado, tornando possível determinar elementos para traçar algumas generalizações, particularidades, características e qualidades.

Torres, Hernández y Barros (2014, p.22) afirmam que: “os participantes da pesquisa são o conjunto de elementos, finito ou infinito, definido por uma ou mais característica, em que todos os elementos em comum que os compõem somente entre eles” sendo assim, os pesquisadores obtêm uma riqueza de informações descritivas e podem se examinar relações entre fenômenos e tendências ao longo do tempo.

Gil (2014, p.105) entende como “o conjunto de elementos que possuem determinadas características”. Essas particularidades em uma esfera direta ou indireta são essenciais para a evolução dos princípios e posicionamentos da investigação, de maneira a compreender seus detalhes e particularidades que são fundamentais para traçar características de grande importância para estruturação do processo de análise dos componentes.

Cervo (2007, p.66) destaca: os componentes de uma investigação “é o conjunto de pessoas, animais ou objetos que representam a realidade de indivíduos que possuam as mesmas características definidas para um estudo”. Para responder os objetivos da investigação em desenvolvimento e para discussão do tema apresentado temos como participantes seguintes indivíduos, jovens e adultos todos residentes no município de Passo de Camaragibe, local da pesquisa.

O professor com experiência

Um (01) professor com experiência com licenciatura em Geografia, atuando como coordenador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município, há oito anos atua nessa modalidade de ensino, mestre em educação é possuidor de experiências nas dificuldades enfrentadas pelos adultos, jovens e crianças residentes em periferias que por fazer parte dos habitantes residentes nesse município, compreende as necessidades das famílias pobres e a negligência em relação a escola pública no país, principalmente nos municípios da região nordeste do Brasil. Morou um tempo na cidade de São Paulo região sudeste do Brasil, onde geralmente os nordestinos se deslocam para as regiões brasileiras mais desenvolvidas a procura de emprego.

Os educadores (Professores regentes)

A pesquisa contou com a participação dos (04) educadores (professores regentes) contratados pelo município, para alfabetizar jovens e adultos. São as peças fundamentais e responsáveis pelo processo de alfabetização de jovens e adultos pelo conceito de sujeito alfabetizado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses professores são moradores do município e no decorrer dessa pesquisa destacamos aspectos importantes de suas práticas pedagógicas, que demonstrarão suas experiências para essa modalidade de ensino.

É também de fundamental importância, para esse estudo a participação efetiva dos gestores municipais na assistência, identificando a eficiência ou não no desenvolvimento das práticas pedagógicas adotadas para o ensino, por se tratar de um público com defasagem educacional necessitando de uma atenção especial na sua aprendizagem, que lhe garanta sucesso educacional. Flick, (2009, p.43) esclarece que: “A realidade construída pela pesquisa qualitativa, não é uma realidade determinada, mas é construída por diferentes atores” nesse sentido para responder ao problema da pesquisa necessita a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo educacional dessas classes de alfabetização e letramento de jovens e adultos.

Os educandos da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves

Os educandos da Escola de ensino Fundamental Mendonça Alves, foram 06 (seis), entre eles existia um adolescente menor de 18 (dezoito) anos. O adolescente tem 15 (anos), mas no decorrer do estudo completa 16 (dezesesseis) anos, a participação desse educando na classe de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) reforça que a educação regular está produzindo mais pessoas analfabetas, provavelmente esse adolescente não conseguiu êxito no ciclo de alfabetização. A obrigatoriedade das crianças frequentarem a escola, é uma exigência para receber o benefício social do governo federal, o “bolsa família”. O número de educandos nessa classe são de 18 (dezoito) educandos. O critério para participar da pesquisa é ter estudado mais de 03 (três) anos em classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou no ensino regular.

Esse ambiente alfabetizador fica quase no centro da cidade, mesmo assim, existe vários pontos de drogas e alto índice de alcoolismo, pelo fato de grande parte dos moradores ser desempregado. Também não existe incentivo por parte do município para as pessoas estudarem, principalmente os jovens. Para motivar a frequência escolar, é necessário que os educandos percebam mudanças na vida daquelas pessoas que estudam, dando credibilidade a ideia de “quem estuda tem mais oportunidades na vida”.

Os educandos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

Foram 15 (quinze) educandos das 03 (três) classes de alfabetização da EJA, que funcionam no CRAS, sendo cinco educandos de cada classe, esses se apresentaram para participar da pesquisa, após entenderem o objetivo da pesquisa e atenderem aos critérios

estabelecidos para participar. O número de educandos por classe é o seguinte: Uma tem 19 (dezenove educandos) matriculados, as outras duas classes têm 18 (dezoito) cada uma. O critério para participar da pesquisa é ter estudado mais de 03 (três) anos em classes de alfabetização da EJA, ou do ensino regular, o ciclo de alfabetização são de 03 (três) anos.

Os educandos desse ambiente alfabetizador são provenientes da periferia do município, um conjunto residencial bem próximo ao centro da cidade, com alto índice de alcoolismo, drogas e violência, sua população tem baixo índice de escolarização. Existe ali grande quantidade de crianças que estão na escola na idade certa, porém a família sobrevive de ajuda através de programas assistencialistas do governo federal, explicou o coordenador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município.

TABELA Nº 4: Participantes da pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA	
Professor com Experiência	01
Educadores (Professores Regentes)	04
Educandos	21

Técnicas e instrumentos para coleta de dados

Para realização da coleta dos dados nesta investigação, que tem como objetivo analisar a incidência do Programa Educacional Jovens Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Passo de Camaragibe/AL, considerando que os dados não são passíveis de quantificação e referem-se as observações realizadas pelo pesquisador. Será utilizada a técnica da observação participante, guia de entrevista, entrevista e análise documental. Assim o uso dessa técnica e dos instrumentos torna possível o estudo do fenômeno em questão.

Observação participante

Observação é a “utilização dos sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos” (Marconi & Lakatos, 1999, p.90).

Observação participante consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. A forma de observação consiste onde no observador integra-se ao grupo com a finalidade de obter as informações.

Nessa pesquisa a observação vai ser de forma detalhada porque todos os aspectos observados vão contribuir para analisar o ambiente alfabetizador de jovens e adultos, se sofreu modernização para atender a esse público que tem uma história e experiência de vida diferente, por isso necessita se adequar as necessidades do educando ao contexto educacional, para uma aprendizagem motivadora e que desperte o desejo de progredir nas demais etapas educativas.

A observação participante na presente pesquisa tem por finalidade as questões listadas nos objetivos específicos, que se relacionam com o contexto educativo e as atitudes governamentais na formulação de mecanismos que apresentem preocupação em resolver a questão do analfabetismo entre os jovens e adultos, já que essa pública durante a história educacional brasileira, sempre foi excluído das prioridades nacionais.

Somente após 380 anos é que surge uma demonstração oficial através de um texto constitucional apresentando propostas para o tema alfabetização de jovens e adultos, uma grande necessidade para o desenvolvimento da nação. É uma garantia em Lei pela Constituição de 1988. Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p.17) adverte que: “Parecia ao governo que, uma vez equacionados no âmbito da legislação, os problemas educacionais encontram solução real, como decorrência natural da lei bem formulada”.

A pesquisa EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos necessita de uma análise cuidadosa para se chegar a conclusões acertadas, por isso que seja realizada uma observação muito detalhada por se tratar de um tema que não é assunto que diz respeito a algumas legislações em determinados momentos da história do Brasil, mas trata de um assunto que se desenvolve em um contexto desde o início da educação brasileira, com reflexos negativos nos dias atuais.

Para que observar – mesmo com uma garantia Constitucional, precisa ser observado se a educação a partir daquele momento, marco, que inclui uma numerosa população excluída anteriormente, qual o grau de interesse da sociedade e do governo em reconhecer esse direito e investir nos meios necessários para que mais pessoas não venham sendo excluídas mesmo

com um direito já adquirido. Com uma Lei bem formulada cabe agora um Estado responsável cumprir esse dever para satisfação de todos.

Como observar – Para se observar uma determinada realidade é necessário chegar junto a essa comunidade que vamos estudar e pesquisar em uma amostra dessa população, em um determinado espaço físico. Observando os pontos necessários para que ocorra o fenômeno educativo, de forma que venha ocasionando transformações visíveis nas vidas desses sujeitos observados, e a satisfação desses em continuar os estudos.

O Que Observar – O processo educativo é dinâmico e precisa acompanhar as mudanças e transformações decorrentes das necessidades do mundo, e para se enquadrar nas modernidades existentes, e a educação deve ser o carro chefe para que isso ocorra de forma eficiente. Tem-se que observar os recursos humanos do processo educativo, o educador e o educando e também os atores políticos responsáveis para ocorra essa transformação. Muitos séculos se passaram, cada sujeito tem sua história, na trajetória educativa e o país também deve construir sua história, não para impressionar outras nações, mas as mudanças possam demonstrar para no próprio povo da nação que vem ocorrendo uma grande transformação.

Quem Observar – O educando é o resultado do processo educativo e deve ter como produto um homem ou uma mulher que desenvolveu seu pensar crítico e o seu desenvolvimento social, político e econômico por isso eles devem ser observados juntamente com seu contexto social.

Lakatos e Marconi (2003, p.193) destacam que: “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”. É de fundamental importância fazer as anotações para que as informações não fujam ao controle, dentro de um planejamento prévio, observando os critérios de clareza e exatidão. O roteiro da observação se encontra no apêndice VIII.

A análise será feita no estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos da Escola de ensino Fundamental Mendonça Alves e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Guia de Entrevista

O guia de entrevista é um instrumento utilizado na pesquisa e equivale a um desdobramento dos objetivos específicos da pesquisa, na condição de perguntas ordenadas a serem respondidas pelos entrevistados.

Para Toledo e Gonzaga (2011, p.181). [...] “deve-se tomar especial cuidado no momento da seleção dos entrevistados, certificando-se de que de fato sejam indivíduos com condições de fornecer as informações buscadas”. Sendo composto por questões abertas de fácil entendimento por se tratar de pessoas, mesmo sendo normais tem muita dificuldade de entender. Manhães, Kauark e Medeiros (2010) “os respondentes ficam livres para responderem com as próprias palavras, sem de limitarem à escolha entre um rol de alternativas”.

O instrumento será aplicado com o professor com experiência, educadores (professores regentes) e os educandos, que responderão espontaneamente, com liberdade de expor suas angústias ou satisfação com a aprendizagem oferecida pela escola, local em que ocorre a pesquisa.

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa que exige tempo dedicação e alguns cuidados, principalmente quando se trata de pessoas que não sabem ler e escrever, deve-se fazer o planejamento da entrevista, que deve obedecer aos objetivos a serem alcançados, a escolha dos entrevistados, que nesse caso são o professor com experiência, os educadores (professores regentes) e os educandos, que terão preservadas a sua identidade e o sigilo de suas confidências, finalizando com a confecção de um guia com as questões importantes à pesquisa.

Entrevista

A entrevista é um dos instrumentos utilizados para a coleta de dados na pesquisa qualitativa, indicada para os tipos de pesquisa na área de ciências sociais, devendo estar atento a interação que acontece entre o entrevistado e o entrevistador. Deve conter perguntas abertas e objetivas para um bom entendimento e uma resposta precisa, que devem ser respondidas como se fosse uma conversa de maneira bem descontraída, de maneira que através dessa coleta de dados se encontre resposta para o fenômeno pesquisado.

Marconi e Lakatos (2011, p.80) explica que, na entrevista acontece “um contato entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” a entrevista deve ser amigável, as

pessoas a serem entrevistadas devem aceitar o convite naturalmente e se dispor a fornecer as informações solicitadas, se desejar complementar mais algum assunto, deve-se deixar bem a vontade, não permitindo porém que se desvie da sequência do raciocínio sobre o tema pesquisado.

Mascarenhas (2012, p. 69), esclarece que: “a entrevista não é apenas um bate-papo, é uma conversa que tem objetivo de obter dados para a pesquisa. [...] serve para levantar informações que não encontramos em fontes bibliográficas, mas podemos obter conversando com as pessoas”. Portanto, a entrevista será aberta possibilitando que o entrevistador se sinta à vontade e livre para falar sobre o assunto pesquisado e obter as informações mais relevantes possíveis, de forma que enriqueça o trabalho sobre o tema pesquisado. Essa liberdade entre o pesquisador e o sujeito, podemos obter informações mais detalhadas, e esclarecedoras.

Torres, Hernandez e Barros, (2014) consideram que nesse tipo de pesquisa a entrevista “é mais flexível e aberta. No entanto devem responder os objetivos da pesquisa”. Apesar da entrevista, ser um diálogo entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, e o instrumento que melhor se adequar a essa pesquisa, EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos. Deve-se manter rigor quanto às características que lhe são inerentes como a liberdade, a flexibilidade e a informalidade.

Como uma característica inerente ao estudo de caso é sua capacidade de aprofundamento em relação aos dados, às análises e seus resultados, é muito importante que o pesquisador seja perspicaz em buscar as maneiras mais inteligentes e inovadoras de manter esse diálogo, que pode se prolongar dependendo da importância para o estudo as informações que estão sendo apresentadas pelo sujeito, os participantes da pesquisa devem ser entrevistados individualmente.

Análise documental

A pesquisa documental apresenta-se como uma fonte de relevante importância para o fenômeno pesquisado. Os dados nesse tipo de informação não sofrem nenhum tipo de interferência.

Kripka,, Scheller e Bonotto (2015, p.58) esclarecem que: “ a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão e análise dos documentos dos mais variados tipos”. A análise documental, o pesquisador deve fazer uma leitura dos

conteúdos e resumir ou interpretar de maneira que não venha alterar o texto original, e o que o autor ou documento expressa na sua íntegra, podendo de forma sintetizada aprestar o assunto registrado.

Bardin (2011, p.47) destaca que analisar os conteúdos se resume no seguinte: Um conjunto de técnicas de comunicações visando a obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Os conteúdos que serão submetidos à análise são documentos do poder executivo brasileiro, e não é possível somente transcrever o que está escrito, mas compreender o seu significado político e os impactos desses documentos no setor da educação do povo principalmente a escola pública. Flick (2009, p.291), referenda que a análise de conteúdos que estão registrados nos mais diversos documentos.

A análise documental examinará a Constituição de 1988, e os direitos do povo a aprender a ler e escrever que passou a ser universal, regulamentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e nos Planos Nacionais de Educação (PNE).

Plano anual de ensino

O plano de ensino prevê os conteúdos que serão desenvolvidos ao longo do ano. Nesse entendimento, o planejamento assume vital importância e se constitui como peça essencial para orientar, sistematicamente o processo da aprendizagem, desenvolvido através de ações docentes. Para Gil (2012, p.34) envolve “decidir acerca dos objetivos a serem alcançados pelos alunos, conteúdo programático adequado para o alcance dos objetivos, estratégias e recursos que vão facilitar a aprendizagem, critérios de avaliação etc”.

Com o plano anual de ensino, o próximo passo é construir os planos mensal, bimestral, semestral etc. de acordo com a organização de cada escola. O mais importante é a possibilidade de se construir e fazer os planos de aula, essencial, indispensável para a organização dos conteúdos em seus detalhamentos.

Nas classes de alfabetização de jovens e adultos das Escolas alvo da pesquisa, os planos de aula são construídos levando em consideração a aprendizagem, uma vez que são educandos com defasagem idade série e um público bastante heterogêneo. O plano de aula base dessas classes é identificar se os educandos já dominam as letras do alfabeto da língua portuguesa essencial para desenvolver outros conteúdos na aprendizagem. Gil (2012, p. 39)

explica que “o que difere o plano de ensino do plano de aula é a especificidade com conteúdo pormenorizados e objetivos mais operacionais”.

O plano de ensino pode prevê um sistema de aplicação de conteúdos diversificados necessários para dar continuidade ao ensino, mas se for assim muitos educandos não conseguem acompanhar o conteúdo ensinado e vão ficando desmotivados, e acabam por abandonar os estudos, mesmo com essa, cautela é o que sempre a cada ano vem acontecendo.

Libâneo (1993) esclarece que: “os professores devem levar em consideração as suas fases: preparação e apresentação de objetivos, conteúdos e tarefas, desenvolvimento da matéria nova, consolidação (fixação de exercícios, recapitulação sistematização), aplicação e avaliação”.

Nas escolas públicas geralmente o planejamento escolar leva a rigor apresentação dos conteúdos exigidos que na maioria das vezes se caracteriza como um acúmulo teorias de e pouca aprendizagem. A deficiência de cada educando deve ser levada em consideração para a organização das classes, para isso é necessária uma gestão escolar comprometida com a aprendizagem dos educandos. Observar as realidades regionais e as necessidades de cada educando requer um amplo debate na escola principalmente nas classes de alfabetização tanto dos que ingressaram na escola na idade certa como aqueles que já foram excluídos por não adquirir o domínio na prática da leitura e da escrita migrando para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 garantiu a educação como direito de todos e dever do Estado e esclarece que: o ensino será ministrado nos seguintes princípios, o princípio I estabelece o seguinte: igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, isso se traduz em que a escola deve propiciar meios para que o aluno permaneça estudando até concluir suas etapas educacionais.

Projeto político pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é produto da ação conjunta dos professores, coordenadores, diretores e a comunidade escolar, tendo por base a realidade da escola, é o documento mais importante da instituição. Vasconcelos (2012, p. 95) menciona que: “trata-se do que se chama Projeto Político Pedagógico (PPP) (ou Projeto Educativo), sendo na verdade a identidade da escola. deve ser construído coletivamente, envolvendo diretores, professores, especialistas, pais e alunos da escola”.

Esses atores que são os responsáveis na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) representam a comunidade escolar e a sociedade, se há deficiência nas políticas educacionais do país não tem como construir um Projeto Político Pedagógico (PPP), que garanta o sucesso na aprendizagem. Primeiro pela falta de participação daqueles que poderiam dar idéias e participar das iniciativas que pudessem exigir mudanças na escola e na educação do país.

Gadotti, (2012, p.27) explica: “a escola está mergulhada na sociedade. São os sistemas sociais, políticos, econômicos que determinam os sistemas educativos e são esses sistemas que se exprimem através dos educandos”.

A sociedade e a escola andam juntas, se há deficiência na escola é porque a sociedade impõe um padrão curricular de acordo com seus interesses, não tem como objetivo a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos, aqueles que conseguem êxito geralmente reproduz o que o sistema deseja e quer, cabe a sociedade participar e atuar para que a educação possa tomar novos rumos com uma inclusão social.

Nesse contexto a Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves, tem o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), muito superficial, as informações contidas dizem respeito à estrutura da escola, corpo de recursos humanos e outras que não tem relevância quando a aprendizagem não aparece com nenhuma informação relevante e tomadas de decisões sobre a parte educativa. No que se refere a Educação de Jovens e Adultos (EJA), superficialmente informa que no noturno existe uma classe de alfabetização de jovens e adultos.

No Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), não existe Projeto Político Pedagógico (PPP), pois ali não é uma escola, fica tudo por conta dos educadores e do coordenador da EJA, que ocupam o espaço para alfabetização de adultos no noturno.

Currículo do professor

O currículo do professor é o documento que possibilita o modelo de aula que vai sendo aplicado, nele está contida a formação acadêmica do professor e de outros profissionais da educação que atuam na escola, e as suas experiências e saberes ao longo de sua vida. Libâneo (1998) explica que o currículo é “como ponte entre teoria e prática”.

O profissional que tem um bom currículo, com muitas experiências, no caso desse estudo o professor, tem condições de desenvolver um trabalho em sala de aula, mais modernizado com práticas educativas e conteúdos apresentados de maneira mais inovadora,

do que um professor, que não passou por muitas experiências e seus métodos não se modernizaram, uma vez que o processo educativo é dinâmico e requer sempre novas experiências para motivar o ensino e a sala de aula.

Veiga (2002, p.07) define que o Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.

TABELA Nº 5: Técnicas utilizadas na pesquisa

Objetivos da investigação	Técnicas / instrumento	Fonte de Informação
Descrever o contexto em que ocorre a modalidade da educação de jovens e adultos e sua legislação.	Observação Participante Análise documental Guia de entrevista	Professor com experiência Educadores (professores regentes) Educandos
Avaliar a metodologia e o material didático utilizado para alfabetizar jovens e adultos.	Observação participante Guia de entrevista	Professor com experiência Educadores (professores regentes) Educandos
Determinar a influência da família na educação dos educandos.	Observação participante Guia de entrevista Entrevista	Professor com experiência Educadores (professores regentes) Educandos

Aspectos éticos: Caminho percorrido para aprovação na Plataforma Brasil

Para garantir a validade de uma pesquisa com seres humanos, é necessário sua submissão ao Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em pesquisa (CEP/CONEP) através da Plataforma Brasil, na qual deve ser analisados o problema da pesquisa, métodos e os instrumentos utilizados para atingir os objetivos propostos; referendando assim os resultados apresentados, e a coerência entre eles. Souza (2005, p.193) recomenda a seguinte necessidade: “quatro ou cinco professores da área disciplinar da

investigação, para fazerem apreciação sobre a pertinência das perguntas de um teste é um bom procedimento”.

Esse procedimento é fundamental, e têm por objetivo adequar as perguntas no sentido de garantir clareza, simplicidade, objetividade e que sejam adequadas ao problema da pesquisa, portanto doutores com experiência na área acadêmica e científica devem verificar se as perguntas atendem a necessidade da investigação. Para as pesquisas submetidas a Plataforma Brasil, o Comitê de Ética é o responsável para analisar e validar o instrumento para a pesquisa de campo, nesse sentido a pesquisa, EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos, necessita da aprovação dessa conceituada instituição brasileira, responsável pelas pesquisas em nosso país.

Os instrumentos apresentados para a coleta dos dados e sua validação pelo Comitê de Ética, devem garantir que ao final do trabalho os resultados apresentados ao problema da pesquisa possam contribuir para identificar como ocorre a alfabetização e letramento de jovens e adultos após a universalização desse direito pela Constituição Brasileira de 1988, também chamada “Cidadã”. Campoy (2016, p.89) explica que: “a respeito da validade das técnicas, se entende que a validação é um processo contínuo que inclui procedimentos diferentes para comprovar se uma entrevista mede o que disse realmente medir”.

Esses instrumentos apresentados para realização da pesquisa necessitam ser validados, o que lhe proporciona a credibilidade de que se encontram de acordo com o que se deseja pesquisar, nesse sentido o projeto de pesquisa foi apresentado e submetido ao Comitê de Ética em pesquisa da UFAL, (CEP/UFAL) em 08/2019, o projeto da pesquisa e nele continha os guias de entrevista dos participantes da pesquisa, professor com experiência na EJA, educadores (professores regentes) e educandos todos residentes na cidade de Passo de Camaragibe, e que irão responder os guias de entrevista, entrevista sobre alfabetização e letramento nos ambientes alfabetizadores da pesquisa.

Aspectos éticos da pesquisa: as etapas para chegar à Plataforma Brasil

Nesta pesquisa um estudo de caso na alfabetização e letramento na educação de jovens e adultos (EJA), considera-se aspectos éticos os riscos e benefícios e a relevada importância do tema na área educacional e social, uma vez que todo cidadão adquiriu o direito de aprender a ler e escrever, sendo considerada uma necessidade básica do ser humano. Portanto nesse estudo serão assegurados os direitos de todos os participantes da

pesquisa. A escola tem sua função social e necessita ser sempre pesquisada na sua prática educativa, para garantir os direitos assegurados aos educandos e professores nas legislações da educação do país com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos. É de fundamental importância para pesquisa com seres humanos no Brasil a submissão do projeto ao Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP).

Diante disso, o projeto apresentado no Comitê de Ética foi acolhido e aprovado com o parecer substanciado CAAE 2869491940000-5013 e CEP 3.938.526. As investigações que envolvem seres humanos devem atender as exigências do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que orienta seguir as resoluções números 466/2012 e 510/2016, (APÊNDICE 4) e (APÊNDICE 5), comprometendo-se pelo desenvolvimento andamento e encerramento da pesquisa. Após a primeira submissão o projeto foi devolvido para complementação documental e análise de mais algumas sugestões o que foram solucionadas.

O respeito devido a dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si ou por seus representantes legais manifestem sua anuência a participação na pesquisa, por esse motivo todos os participantes foram consultados com linguagem acessível ao seu grau de entendimento estes concordaram e a pesquisa foi autorizada pelo coordenador pedagógico do município, (APÊNDICE 7), todos entenderam que se trata de um benefício social na área educativa e beneficiará o município estudado nas classes de alfabetização de jovens e adultos e pode alcançar toda uma comunidade, nessa área educativa.

Os riscos

Os desconfortos e riscos possíveis esperados é a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural entre outros no ser humano em qualquer fase de uma pesquisa, isso indica que a garantia de que todos os participantes sejam respeitados ao longo do processo de pesquisa e que suas informações pessoais sejam protegidas de forma eficaz (confiabilidade). Aorons (2017, p.3) adverte que: “risco em pesquisa é a possibilidade de dano, prejuízo, lesão ou outra consequência adversa as pessoas como resultado de sua participação no estudo”. Os riscos considerados nessa pesquisa são mínimos, porque não existe em pesquisa a categoria “sem risco” as entrevistas ocorrem de forma reservada e individual.

Benefícios

Os benefícios da pesquisa são analisados de acordo com a relevância do tema, e sua importância social. Nesse estudo, o tema alfabetização e letramento de jovens e adultos é considerado relevante na área educativa, por se tratar da inclusão de pessoas que foram excluídas por muitos séculos das iniciativas educacionais da nação. Esses benefícios podem ocorrer para os participantes da pesquisa, para outras pessoas ou para gerações futuras.

A resolução CNS 466/2012, traz uma definição para o fator benefícios, significa:” [...] proveito direto ou indireto, imediato ou posterior auferido pelo participante e ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa”. Os educandos participaram da pesquisa e contribuirão para que o estudo confirme se os educandos das classes de alfabetização da EJA estão formando educandos pelo conceito do IBGE, que considera alfabetizado o sujeito que sabe ler e escrever um bilhete simples. Nesse sentido a pesquisa vai contribuir para melhoria.

O respeito ao ser humano passa pelo oferecimento a todos os cidadãos de direitos básicos, e a educação na Constituição de 1988, recomenda e estabelece legislações que visam a oferta educativa como um dever do Estado e que deve ser garantido para todos os brasileiros, inclusive aqueles que não frequentaram a escola na idade certa. Conforme a Resolução 510/2016 os benefícios em pesquisa podem ser definidos da seguinte forma:

[...] “Contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

A EJA é uma modalidade educativa oferecida quase que exclusivamente pela rede pública de ensino, mas a Constituição de 1988 considerou a alfabetização de jovens e adultos como prioridade nacional na área educativa, e estabeleceu uma legislação específica para os educandos e educadores, cabe ao Estado valorizar essa etapa educacional por se tratar de base para prosseguir os estudos.

Elaboração e validação dos instrumentos

Para garantir validade de conteúdo a um instrumento de pesquisa, é necessária a submissão dos conteúdos aos professores doutores da área Educação. Souza (2005, p.196) destaca ser indispensável que “quatro ou cinco professores da área disciplinar em que se

situa a investigação, para fazerem apreciação sobre a pertinência das perguntas de um teste “É bom procedimento”. É necessário que se faça essa verificação para analisar a adequação e clareza do material utilizado.

Foram formuladas perguntas abertas simples, levando em consideração o grau de desenvolvimento das categorias, dos sujeitos pesquisados, professor com experiência, educadores e educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que deve estar em adequação com os objetivos gerais e específicos existentes na pesquisa.

Em seguida, esses instrumentos de coleta de dados foram encaminhados para especialistas com o objetivo de serem analisados e verificar a existência de coerência com o tema da pesquisa e os objetivos propostos. Um dos doutores solicitou uma alternância na ordem e isso foi realizado, tornando qualificado para esse estudo de caso de relevância na área educativa alfabetização de jovens e adultos, por se tratar de uma fase educativa essencial para se prosseguir os estudos.

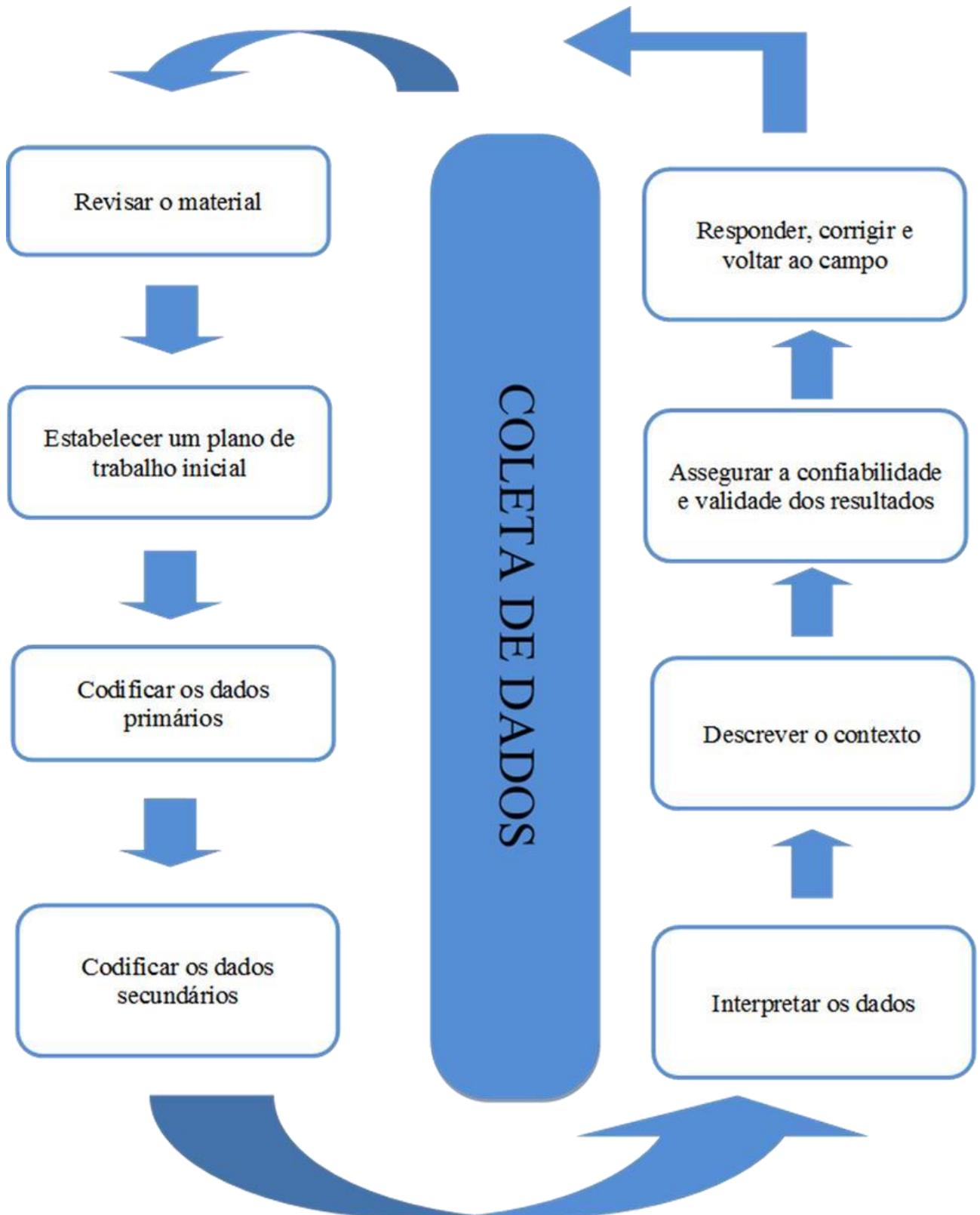
A elaboração dos instrumentos e sua validação garantem a possibilidade de coletar dados objetivos que se constituam em evidências científicas que conduzam a mudanças nas práticas educativas no sistema educacional brasileiro, devido a uma pressão da sociedade.

As perguntas foram validadas e se constituíram instrumentos de coleta de dados, com questões de fácil entendimento para os grupos participantes da pesquisa: professor com experiência, educadores (professores regentes) e educandos.

É necessário que, para a privacidade e confiabilidade sejam respeitados os pesquisadores devem fazer um esforço para garantir na pesquisa esses aspectos éticos que é de muita importância para o estudo. Araújo, Silva e Nascimento (2017, p. 02) adverte que: “manter a privacidade e confiabilidade das informações adquiridas se configura como virtude ética, que se revela apenas quando alguém a exercita cotidianamente”. Portanto para assegurar o sigilo e privacidade dos participantes da pesquisa delimitou-se chamá-los pelas letras conforme o que segue, para o professor com experiência “PE” para os educadores (professores regente) letra “P” (P1, P2, P3 P4) para os educandos utilizamos a letra “E” (E1, E2, E3, E4, e5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19, E20, E21)

Técnicas de análise e interpretação dos dados

FIGURA Nº 20: Esquema da Análise e Interpretação dos dados



O procedimento de análise e interpretação, tem como objetivo, pormenorizar o material colhido, demonstrando seus significados em sintonia com o tema e os objetivos da pesquisa. Ocorrida a coleta dos dados, ocorre o momento da organização de todo material colhido e necessário para o estudo da investigação.

Marconi e Lakatos (2003, p.67) explicam que: “a análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estritamente relacionadas e, como processo, envolve duas operações analisar e interpretar os fatos apurados na coleta de dados”. Análise e interpretação apesar de serem atividades distintas como afirmam os dois autores acima, ligam o problema a sua amplitude relacionando-os a outros conhecimentos, principalmente do cotidiano das pessoas.

O fenômeno ao ser submetido ao processo de análise a sua ocorrência e suas relações com outros passa a ser objeto de mensuração. Mascarenhas (2012, p.48) menciona que o “objetivo da análise é medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles”. Para compreender e interpretar o fenômeno, é necessário que seja feita uma análise bastante detalhada do mesmo no seu ambiente natural.

Gil (2014, p.165) esclarece o seguinte: a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo, a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos.

A interpretação tem como objetivo organizar e sequenciar os fatos coletados de maneira a dar sentido de maneira a aumentar a esfera de conhecimento que se tem em relação ao fenômeno pesquisado. Lakatos e Marconi (2003, p.168) destacam que a interpretação “é a atividade intelectual que procura dar significados mais amplos às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”. A interpretação ocorre ao longo do processo da investigação, sendo diferente da análise que ocorre em um determinado momento após a coleta dos dados, portanto Ludke e André (2014, p.56) esclarecem que a interpretação dos dados está “presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o processo cauteloso que concluiu a investigação”.

Esta pesquisa intitulada, EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos não tem como objetivo enumerar e/ou medir os eventos nos ambientes alfabetizadores, nem se vale de instrumentos estatísticos na análise dos dados necessita de dados detalhados sobre as pessoas, lugares e processos interativos que acontece pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, procurando compreendê-lo, segundo perspectiva dos sujeitos, por se tratar de um estudo de caso, uma pesquisa qualitativa.

Minayo (2018, p. 22) descreve a pesquisa qualitativa como sendo a que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, com valores, crenças, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalidade de variáveis”. Os significados é a parte mais importante nesse momento, deve o pesquisador cuidadosamente, relacioná-los ao contexto da pesquisa com reflexões profundas para não separar as informações do ambiente em que elas ocorrem, mesmo sendo dissertativa ela deve adquirir vida, nesse estudo de caso sobre a alfabetização e letramento de jovens e adultos deve-se procurar interagir a educação com o contexto onde ela era oferecida antes e depois dessa conquista universal da Constituição Cidadã.

Godoy (2015, p.58) chama a atenção para características da pesquisa qualitativa: Considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e individualmente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos e por fim teve como preocupação maior a interpretação do fenômeno e a atribuição de resultados.

O processo na investigação nesse caso é o principal foco de abordagem, porque é dependendo das informações coletadas no decorrer do trabalho, observando os passo a passo com cautela, pelo pesquisador encontrará coerência entre o fenômeno pesquisado e as respostas dos sujeitos, uma vez que o trabalho de coleta ocorre individualmente e o resultado deve adquirir credibilidade.

Alves e Mazotti (2006) argumentam que: a validação do conhecimento gerado pela pesquisa de estudo de caso e a aprovação de sua confiabilidade e relevância pela comunidade acadêmica exigem que o pesquisador se mostre familiarizado com o estado atual do conhecimento sobre a temática focalizada, de modo que ele possa, de modo que ele possa, de alguma maneira, inserir sua pesquisa no processo coletivo do conhecimento.

Nesse sentido esse tema de pesquisa EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos não tem por objetivo, analisar estaticamente a quantidade de pessoas analfabetas existentes no país, mas sim, entender porque após a Constituição Brasileira de 1988, que universalizou o direito à educação, se o país ainda continua através de seu sistema oficial educativo, produzindo pessoas analfabetas.

A presente pesquisa analisará e interpretará os dados que vão ser coletados nos guias de entrevista, nas entrevistas, e na análise documental pretendendo conhecer entender a relação entre eles, a fim de responder ao problema levantado e a realidade dos fenômenos em seu contexto. Sendo assim com base nas fundamentações adquiridas, elegeram-se por analisar e

interpretar os dados através do desenho coreográfico descrito por Sampieri, Colado e Lúcio (2006, p. 492), definido por esses autores como: Revisar o material; estabelecer um plano de trabalho inicial, codificar os dados em segundo nível ou plano, também chamado de codificação secundária, interpretar os dados, descrever contexto; assegurar a confiabilidade e validade dos resultados; responder corrigir e voltar ao campo.

O procedimento para análise e interpretação dos dados coletados nessa pesquisa segue a seguinte ordem:

Revisar do material

A análise começa com a revisão do material coletado, relacionando as respostas ao tema para atingir os objetivos da pesquisa. Revendo o material coletado e sua adequação temos que certificar do sucesso da pesquisa, analisando Para isso é importante colocá-los em ordem de acordo com seus significados para uma posterior interpretação, lê cautelosamente as anotações registradas no diário de campo.

Na revisão do material Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.491) alertam que: “a importância de revisar o material (dados coletados) para posterior análise, verificando se estão legíveis, visíveis e completos, isso vai facilitar no momento das análises”.

Estabelecer um plano inicial de trabalho

Na análise qualitativa o pesquisador possui liberdade para manusear os dados, mesmo assim é necessário um planejamento para facilitar a organização do material coletado com o objetivo de interpretá-lo adotando o seguinte sistema:

- Leitura minuciosa do material relacionando as perguntas do guia de entrevista com as propostas. Fazer uma nova observação do ambiente alfabetizador para ver se houve alguma mudança referente ao que foi relatado no momento da pesquisa.
- Definir uma metodologia para análise das informações dos educandos, educadores (professores regentes) e professor com experiência na EJA.
- Buscar auxílio na tecnologia como forma de apresentar os resultados de forma mais interessante e moderna.

A codificação dos dados com o objetivo de garantir a confiabilidade da população que participou da pesquisa procurando não a expor.

De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio, o pesquisador deverá:

[...] revisar o registro elaborado durante a etapa da coleta de dados [...] estabelecer um sistema de codificação de dados, definir o método para analisar os dados, definir os programas de computador de análise que serão utilizados [...] estabelecer datas prévias para realização das análises.

É essencial que se determine um plano de trabalho inicial para que tudo transcorra de forma ordenada, organizada e apresente uma sequência coerente dos fatos dos fenômenos.

Codificar os dados primários

Nesse primeiro momento, é necessário que os dados sejam codificados de acordo com cada categoria a ser analisada. Essa codificação consiste em separar cada segmento pesquisado para facilitar relacionar a ordem das perguntas com os objetivos específicos da pesquisa. Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.494): “esse registro de análise será um instrumento incalculável para validade e confiabilidade da análise”.

Considerando os critérios de precisão e rigorosidade exigidos nessa fase de codificação, Barros (2007, p.110) destaca que a classificação é “a divisão dos dados em partes, dando-lhes ordem [...] a classificação portanto, consiste em uma maneira de distribuir e selecionar os dados obtidos [...] reunindo-os em classes ou grupos”. Ainda Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.494) colocam que nessa etapa “codificam-se as unidades para as categorias de análise [...]”.

As categorias de análise do presente estudo de caso são: O professor com experiência, os educadores (professores regentes) e educandos.

Codificar os dados secundários

Os dados secundários são aqueles que serão coletados, ordenados segundo a unidade de análise e às vezes podem ser analisados com o objetivo de atender as necessidades da pesquisa em andamento, serão interpretados e separados em categoria. É nessa etapa da pesquisa que se processa a análise dos dados obtidos.

Para Grinnel (1997), apud Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.503) “codificação dos dados em segundo plano implica refinar a codificação e envolve a interpretação de significados das categorias obtidas no primeiro nível”.

As entrevistas serão catalogadas e classificadas pelos participantes da pesquisa, que devem ser organizadas e separadas de acordo com as respostas dos participantes. A

codificação dos dados deve garantir o sigilo da sua identidade, ser de acordo com a função do participante dando garantia na viabilidade a interpretação dos dados analisados.

A organização da codificação segue o critério da ordem alfabética, onde cada categoria é destacada pela letra inicial da função, acrescentando-lhe ordem numérica crescente para a quantidade de participantes. Por exemplo: Os educandos serão representados pela letra E e os representantes seguirão a sequência numérica, ficando E1, E2, E3 e assim sucessivamente, o professor com experiência será representado pela letra P e as educadoras (professoras regentes) pela letra E.

Nesse momento, foi feita a codificação da população participante organizada por segmento: educandos E1, E2. Professores Regentes P1, P2 e Professor com experiência PE, cada código é analisado com a interpretação das perguntas contidas nos guias de entrevista.

Interpretar os dados

Interpretar os dados consiste em examinar o material coletados, verificando possíveis erros, ou dúvidas para posterior exposição dos significados encontrados ao longo do estudo. Lakatos e Marconi (2003, p.168) definem a interpretação de dados afirmando que: “é uma atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculadas a outros conhecimentos”. Em resumo a interpretação significa dar significado ao material apresentado em relação aos objetivos propostos referente a temática.

Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.507) afirmam que; “a atividade na qual se retomam as anotações, os memorandos e o registro de campo, obtidos durante a coleta de dados é o enquadramento das análises ao contexto das coletas de dado”.

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.504): “na análise qualitativa é fundamental dá sentido as descrições, aos significados, a presença de cada categoria e as relações de cada categoria”. Nesse momento a junção dos participantes e as interpretações de todo material relacionando as respostas dos sujeitos com o contexto geral, respostas semelhantes e respostas diferentes é fundamental.

Gil (2008, p. 178) defende que o pesquisador ao interpretar os dados deve: [...] ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos questões abordadas. Daí a importância da revisão da literatura, ainda na etapa do planejamento da pesquisa. Essa bagagem de informações, que contribuiu para o pesquisador formular e delimitar o problema e

construir as hipóteses, que auxilia na etapa de análise e interpretação para conferir significados aos dados.

Nesta fase, os dados serão interpretados de acordo com as respostas, procurando estabelecer os melhores parâmetro são fenômeno pesquisado, construindo as sintonias como marco teórico e os objetivos elaborados para a investigação. Portanto a interpretação, de dados desse estudo de caso terá uma síntese, estabelecendo uma compreensão dos dados coletados, confirmando ou não os pressupostos da pesquisa que poderá ou não, responder as questões formuladas.

Descrever contextos

As observações, as anotações de campo e os registros que escrevemos são transformados em peças valiosas, ao passar do tempo podemos relembrar contextos que se perderam no passar do tempo. Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.507) descreve o seguinte: “é a atividade na qual se retornam as anotações os memorandos e o registro de campo, obtidos durante a coleta de dados”.

Os contextos alfabetizadores de jovens e adultos atualmente é de fundamental importância apresentar com riqueza de detalhes, porque nesse estudo de caso podemos ter a oportunidade de analisar os contextos alfabetizadores e importância dessa modalidade de ensino após uma conquista em Lei fazendo comparação quando não existia no país, uma regulamentação estabelecendo a obrigatoriedade de oferecer a esse público o direito universal de aprender a ler e escrever. Por muitos séculos essa parcela da sociedade foi excluída das políticas educacionais do país ou ofereceram políticas muito precárias e negligenciadas.

Assegurar a confiabilidade e a validade dos resultados

A questão da generalização dos resultados do estudo de caso é um tema recorrente devido ao fato de que essa estratégia trata de realidades específicas e não de amostra de realidades. Para garantir credibilidade aos dados na pesquisa, faz-se necessário uma maior confiabilidade e validade ao que será colhido na pesquisa.

Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.510) esclarecem que: “é importante assegurar a confiabilidade de nossa análise, perante nós mesmos e perante os usuários dos estudos”. A temática focalizada, de alguma maneira, possa inserir sua pesquisa no processo de produção coletiva do conhecimento. Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.510-511) esclarecem que: Em

1º lugar devemos “avaliar se obtivemos suficiente informação de acordo com nossa apresentação do problema, [...] em 2º lugar é recomendável realizar o exercício de triangulação da análise, [...] e em 3º lugar consiste em obter retroalimentação direta dos indivíduos da pesquisa (pelo menos uma amostra deles), o que significa pedir-lhe que confiem ou contestem interpretações e ver se capturamos os significados que eles tentaram transmitir”.

É importante verificar a regularidade nos procedimentos da análise, com a intenção de assegurar a confiabilidade do estudo de caso que Yin (2010) sugere a utilização de um protocolo de estudo de caso para garantir que a pesquisa ou um dos seus procedimentos possam ser repetidos; o protocolo consiste em documentação detalhada dos procedimentos seguidos na pesquisa, de forma que esse registro aumente a confiabilidade do método.

Isso significa dar mais confiabilidade ao fenômeno pesquisado, uma vez que estudo de caso não generaliza, mas pode demonstrar a realidade de um determinado local. Despertando em outros pesquisadores o desejo de continuar as pesquisas sobre o tema abordado na pesquisa.

Responder, corrigir e voltar ao campo

Essa etapa objetiva o aperfeiçoamento dos dados obtidos, nessa fase é necessário recorrer ao material arquivado e aos objetivos iniciais; para analisar e interpretar o resultado da coleta.

Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.511) salientam que nessa etapa final: as conclusões respondem à apresentação do problema inicial ou nos ajudam a modificá-lo, mas com o objetivo de conseguir um avanço no conhecimento [...] nesses momentos devemos fazer “uma parada no caminho” (metáfora), parar e avaliar nossas metas ou quais obstáculos tivemos.

Posteriormente, se deve retornar ao quais ao campo para relatar os fatos, os objetivos e os resultados encontrados.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo refere-se aos resultados obtidos na investigação EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos a partir dos instrumentos de coleta de dados aplicado junto, ao professor com experiência, os educadores (professores regentes) e educandos, também estão presentes a interpretação e análise dos dados produzidos e coletados durante a pesquisa na Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que irão responder o objetivo geral da pesquisa e os objetivos específicos.

Os dados foram coletados mediante instrumentos que foram aplicados seguindo a metodologia apresentada no capítulo anterior, que representa o essencial para detalhar o objeto de estudo da presente pesquisa, estando coerente com cada objetivo apresentado na pesquisa que possibilitam as interpretações e reflexões sobre a temática apresentada.

Durante a análise, o procedimento seguiu os seguintes passos:

- a) A análise entre o que dizem os documentos oficiais no que se refere a modalidade EJA, em relação à alfabetização e letramento de jovens e adultos levando em consideração a realidade que acontece na escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) situados no município de Passo de Camaragibe/AL;
- b) A relação entre a teoria apresentada por autores que tratam sobre o tema, Educação de Jovens e Adultos EJA, cuja Base Legal são: a Constituição Federal de 1988, Lei No 9.304/96, Resolução CNE/CEB No 01 de julho/2000, Resolução CNE/CEB No 01, 02/2016 com destaque na fase de alfabetização e letramento dos educandos pesquisados.
- c) As informações contidas nos relatórios da observação participante durante o período de 26 de julho a 19 de agosto nos dois ambientes alfabetizadores.
- d) Os dados contidos nas guias de entrevistas e nas entrevistas realizadas com os participantes (professor com experiência, educadores (professores regentes), e educandos.

Os dados coletados na presente pesquisa serão analisados seguindo a organização abaixo apresentada:

- Análise das respostas do 1º objetivo, segundo os participantes;
- Análise das respostas do 2º objetivo, segundo os participantes;
- Análise das respostas do 3º objetivo, segundo os participantes.

Descrever o contexto em que ocorre a modalidade educação de Jovens e Adultos e sua Legislação

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que tem como objetivo transformar a realidade dos adultos que não estudaram na idade certa e jovens que foram excluídos de educação regular por não obter êxito no ciclo de alfabetização, portanto com um futuro comprometido.

A erradicação do analfabetismo, apesar de aparecer como prioridade nas metas educacionais do país, por se tratar de uma dívida histórica com os brasileiros, percebe-se o desinteresse do poder público, deixando um vácuo entre o direito legalmente conquistado e o desinteresse em torná-lo uma realidade.

Brasil (1988) elenca e estabelece oito princípios que irão nortear uma educação inclusiva e de qualidade, porém dentro dos padrões do Estado reformado isso se torna quase insuportável, confirmando que a educação no Brasil foi sempre privilégio de uma minoria.

Nesta parte do trabalho tratamos de descrever o contexto em que ocorre a educação de jovens e adultos e sua legislação, serão analisadas as respostas do professor com experiência PE, os educadores (professores regentes) P e os educandos E.

Pergunta 1: Professor qual é a sua formação?

“Eu sou licenciado em Geografia (Licenciatura Plena) e Mestre em educação”
PE.

3.1.1- O que diz o professor com experiência sobre a sua formação.

O primeiro objetivo trata de identificar o contexto em que ocorre a EJA, essa pergunta pretende identificar se os profissionais que trabalham com essa modalidade de educação estão preparados e habilitados para lidar com o tema, esse é um dos principais pontos a ser pesquisado nesse estudo.

A EJA é uma modalidade de ensino que necessita um trato muito especial quanto aos profissionais que atuam nessa área, por se tratar de educandos com certo grau de complexidade. Uns nunca estudaram, outros foram excluídos do ensino regular por não obterem êxito no ciclo da alfabetização, cada um tem seus saberes, que precisam ser identificados, e trabalhados na aprendizagem desses educandos de acordo com Brasil (2000) no parecer CNE/CNB de 11/2000 consta que “a EJA é uma modalidade de educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, com especificidade própria e tratamento adequado. Trata também a formação dos professores traçando princípios para o desenvolvimento da formação inicial dos profissionais da educação de adultos”.

Brasil (2000) Art.17 recomenda que: A formação inicial e continuada de profissionais para a educação de jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores apoiada em:

- I. Ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II. Investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer solução teoricamente e socialmente contextualizada;
- III. Desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;
- IV. Utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriadas às situações específicas de aprendizagem.

Analisando a formação do professor com experiência na EJA, percebe-se que este tem os requisitos para educador conforme as exigências normais graduação e pós graduação, exigidas para o ensino nacional regular, mas para ensinar a esse público, não basta somente isso, muito menos somente experiência do cotidiano educacional. As legislações recomendam uma preparação específica para trabalhar com esses educandos, e isso deve acarretar em elaboração de políticas públicas, para formação de professores para essa área educacional específica.

Segundo Farias (2016, p.29):

[...] Valorizar a EJA enquanto campo de estudo é afirmar sua importância enquanto modalidade e espaço de prática educativa é potencializá-la e, para nós, pesquisar a formação do professor que vai lidar com todas as dificuldades que a EJA abrange é fundamental, uma vez que não há definição de prática de formação para este profissional que o prepare efetivamente para ensinar jovens e adultos.

De acordo com o relatório da observação participante esse professor, tem experiência em identificar alguns problemas estruturais dessa modalidade de ensino. Mas a formação adequada para entender a questão pedagógica da educação de adultos, é necessária uma preparação direcionada pelos atores sociais responsáveis pelo sistema educacional brasileiro, fazer com que o direito adquirido por esses educandos não fique somente na teoria, mas se torne em prática, para aqueles que, por muitos séculos foram excluídos da cultura do país.

O professor com experiência informa que é “Graduado em Geografia, Licenciatura Plena e Mestre em educação. Apesar de ser um professor preparado na área educacional, a legislação brasileira para essa modalidade de ensino recomenda que somente isso não é o suficiente para entender a realidade desses educandos, necessitando de iniciativas públicas que capacite esses professores de acordo com a formulação recomendada nos documentos do poder executivo brasileiro para EJA.

Pergunta n° 2: Qual o seu vínculo empregatício com o município?

“Eu sou professor concursado, para ensinar em qualquer nível de educação no município, mas há mais de 8 anos que coordeno a educação de adultos que é um cargo político que geralmente é indicação dos gestores”. PE

3.1.2-O que diz o professor com experiência sobre o vínculo dele com o município.

É uma necessidade essa informação, porque a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma educação que necessita também colocar em prática as exigências legais para o ensino brasileiro, principalmente por se tratar nesse estudo de alfabetização de adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) faz parte do Ensino Fundamental e da Educação Básica, e para ensinar nessa modalidade é necessário cumprir a legislação para o setor conforme recomenda a Lei 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Art. 62 “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida como formação mínima para exercício do magistério na educação infantil, e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal”.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu Art. 206 recomenda que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por

concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (Redação dada pela EC no 53/2006).

O professor foi admitido no município conforme o que recomenda a legislação do país para a educação pública brasileira, mas para assumir o comando da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ele foi admitido em um cargo político que lhe atribuiu experiências por conviver com as necessidades desses educandos. Porém a Legislação exige uma formação específica que o prepare e capacite para reconhecer os problemas desse público educacional isso para ser efetivado necessita de um debate ampliado com especialistas do país, se é que existe interesse em cumprir o determina a legislação.

As instituições de ensino brasileiro também não mostram nenhuma iniciativa para oferecer cursos de formação superior para atender as necessidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e não existe nenhuma obrigatoriedade por parte dos atores responsáveis pelo ensino no país. Os educadores que desenvolvem suas atividades docentes com esse público, ou é por conveniência dos gestores das esferas nacionais ou por necessidade pessoal. Essa modalidade de ensino é oferecida para pessoas pobres e é majoritariamente pública.

Marques e Rúbio (2012) explicam que: Dos 1.698 cursos de pedagogia mantidos por 612 instituições de ensino superior no Brasil, somente 15 delas ofereciam 27 cursos com habilitação específica para o ensino de jovens e adultos.

Nesse sentido os alfabetizadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido nomeados de várias formas: educadores populares, monitores, facilitadores, capacitadores alfabetizadores, professores, formadores de adultos, agentes sociais entre outros, e isso demonstra que existe a necessidade de apresentar para os organismos multilaterais responsáveis por fiscalizar a educação nos países periféricos, principalmente na área da universalização da alfabetização que as classes de alfabetização de jovens e adultos existem, mas que funcionam de qualquer maneira, isso é a realidade.

Marque e Rúbio (2012, p.16) explica que:

Outra problemática que diz respeito à habilitação específica para a docência, é que afeta a qualidade da educação de jovens e adultos, nas redes públicas de ensino, e especialmente nas escolas de campo, e nos programas organizados por movimentos sociais e igrejas que ainda atuam na alfabetização de jovens e adultos. Essa habilitação não é só uma questão pedagógica, mas uma exigência jurídica da Lei n. 9.394/1996.

O preparo para ensinar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas classes de alfabetização exige um preparo conforme recomenda o poder executivo brasileiro, porém não

fica claro quem deve se responsabilizar por essas ações e também a fiscalização e avaliações dessas aprendizagens. Porque não é suficiente as classes de alfabetização de adultos existirem, precisa provar que os educandos estão aprendendo a ler e escrever, e que existe uma real redução no número de analfabetos entre jovens e adultos no país.

Em relação ao relatório da observação participante, o professor com experiência entende que o maior problema das classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), está relacionada a gestão municipal, porque recebe a verba dos educandos pelo FUNDEB, e não apóiam essa aprendizagem, nem procura saber suas necessidades exemplo disso é que no projeto político pedagógico da escola onde funciona uma classe de alfabetização de adultos, apenas faz menção de que no local existe essa classe e funciona no noturno e apenas cita a legislação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas não apresenta nenhum planejamento para essa área educacional. O professor com experiência enfatiza: “Já convidei por várias vezes o secretário municipal de educação para visitar as classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e ele nunca deu importância”.

O professor com experiência afirma que “ocupo cargo político para coordenar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas sou professor concursado”. Está dentro das exigências legais para educação pública nacional, mas lhe falta o preparo específico para trabalhar com essa modalidade de ensino conforme recomenda as legislações para o setor, o que vem sendo negligenciado pelo poder público educacional, impossibilitando o desenvolvimento desses educandos nas habilidades da leitura e da escrita.

Pergunta nº 3: Qual o perfil sócio econômico dos educandos da EJA?

“A EJA, é formada por dois públicos, adultos pessoas excluídas, idosos que viveram em época difícil de estudar principalmente na zona rural, e pessoas com fracasso escolar, por sucessivas reprovações”. PE

3.1.3- O que diz o professor com experiência em relação ao perfil sócio econômico dos educandos da EJA.

Os educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), são pessoas pobres que viveram situações econômicas difíceis, por isso não estudaram, geralmente moram nas periferias, trabalham em serviços penosos, os pais eram pessoas analfabetas e ignorantes, que

além da pobreza ainda existia outra agravante, não reconheciam na educação a oportunidade de mudarem de vida, esse perfil dos adultos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é carregado de traumas, quando eles relacionam seu fracasso social, com a falta de oportunidade de estudar.

O art. 208 da Constituição Federal (Brasil, 1988) parágrafo 1º “é uma norma para efetivação dos direitos fundamentais para uma existência com dignidade do ser humano, cabendo ao Estado fornecê-los a todos para uma existência com dignidade para o ser humano”.

As pessoas pobres demais geralmente não veem a educação como um bem social, visa somente o trabalho para o sustento da família, também existe por parte do Estado falta incentivo para estudar, e o esclarecimento de que homens e mulheres adultos alfabetizados afetam o desenvolvimento econômico da nação e torna essas pessoas seres margina

Funis, Costa e Lopes (2015) esclarecem que: Os jovens e adultos que retornam à escola são, na maioria das vezes evadidos ou excluídos e, portanto, portadores de trajetórias de vida recortada, carregada de exclusão social e negação dos direitos básicos.

A educação faz parte do rol dos direitos básicos do ser humano, e deve ser garantida pelo Estado para todos, como um dever, isso está referendado na Constituição Federal de 1988. Shiroma, (2007, p.17) chama a atenção para o seguinte: “parecia ao governo que, uma vez equacionados no âmbito da legislação, os problemas educacionais encontrariam solução real, como decorrência natural da lei bem formulada”.

Apesar da garantia legal constitucional, ainda existia a necessidade de formulação de outras legislações, nesse caso educacional foram aprovados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) uma política pública para o setor aprovado somente em 2001, mas que necessitava garantia de financiamento.

Os relatos obtidos na observação participativa, foi avaliado todo o contexto onde está inseridas as escolas que funcionam as classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Um local muito desfavorecido, onde a maioria dos jovens e adultos vive sem emprego e sustentam sua família com auxílio recebido do governo federal. As residências são humildes e a escola parece sem sentido para a população. Muitos jovens e adultos que deveriam estar na sala de aula no momento da observação participante, estavam sentados nas praças jogando “baralho” outros jogando futebol e a maioria vendo o tempo passar.

Eles parecem que não encontram na educação o essencial para mudar sua vida e melhorar a situação econômica da família, recorrem as vendas e tráficos de drogas, como se aquela situação representasse para os jovens e muitos adultos um posto de emprego, para

peessoas pobres e marginalizadas. Além de muitos pontos dispersos com pessoas reunidas, ingerindo bebidas alcoólicas.

O professor com experiência entende que o público da EJA, são pessoas que desde o início da educação brasileira foram excluídos socialmente, e isso ao longo dos séculos formou-se uma multidão de ignorantes que não sabem ler e escrever e não encontram sentido para suas vidas. Nesse entendimento nacional os setores mais progressistas da sociedade, lutaram pelo direito universal de todos terem acesso a escola, mas não existe um empenho por parte dos órgãos governamentais do país, para que a educação do povo se tornar realidade.

Pergunta nº 4: A política salarial para os professores alfabetizadores é a mesma para os demais professores alfabetizadores do município?

“Os professores alfabetizadores de jovens e adultos não tem nenhum vínculo empregatício com o município, são indicações e contratados”. PE

3.1.4- O que diz o professor com experiência sobre a política salarial para os professores alfabetizadores.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, muitos documentos dentro do poder executivo brasileiro foram elaborados e aprovados para que se cumprisse o preceito constitucional em relação a prioridade, educacional referendada na Lei, que era erradicar o analfabetismo entre as pessoas jovens e adultos.

A lei do PNE 10.172 (2001–2010) que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionada com 09 vetos, que procuravam evitar que se gerassem algumas obrigações jurídicas, principalmente relacionadas à garantia de instrumentos de financiamento. É certo que eles enfraqueceram o plano, entretanto, o que se retirou foram (importantes) instrumentos, mas não as obrigações e sua validade jurídica.

Os professores alfabetizadores de adultos, por serem profissionais indicados, sem obedecer a nenhuma recomendação legal para o ingresso no serviço público, são pessoas geralmente sem preparo para a docência com formação inadequada e sem garantias empregatícias. A política salarial adotada para esses profissionais que não são concursados, ficam vulneráveis a submeter-se a política empregatícia oferecida pelos gestores municipais, e

como são pessoas necessitadas esses profissionais aceitam para garantir, não um ensino adequado para os que não sabem ler e escrever, mas uma forma de garantir seu sustento.

Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (Redação pela EC no 53/2006).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) foi criado para garantir o financiamento da educação básica uma conquista na área educacional através da Constituição Cidadã.

Os professores alfabetizadores de jovens e adultos, necessitam tratamento igual aos outros educadores concursados do município, em primeiro lugar eles ensinam pessoas que chegam a sala de aula provindas de um contexto social difícil, e pessoas despreparadas não tem condições de alfabetizar esse público, que retornaram a sala de aula mas carregam saberes, resultado do cotidiano da sua vivência, em seu ambiente natural.

Machado, (2018, p.02) enfatiza que:

Fica evidente a necessidade de investir em Educação de Jovens e Adultos, em todo o país, com maior ênfase nas regiões Nordeste e Norte, juntamente as populações de baixa renda, para gerar incentivo à qualificação profissional e mesmo cidadã dessas pessoas.

Como o município não valoriza essa aprendizagem, contrata qualquer pessoa para atuar como professor alfabetizador de jovens e adultos, que preferem receber salários abaixo do que é recomendado pela Lei de Diretrizes e Base (LDB), e as determinações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a ficarem desempregados.

Na observação participante os professores não têm motivação para ensinar nem de se prepararem profissionalmente, porque o município deixa transparecer para esses profissionais que aquela modalidade de ensino não representa interesse nem importância nacional nem municipal. Desenvolvendo uma tarefa apenas para garantia salarial, os profissionais ensinam o que é conveniente, e não atendem as necessidades dos educandos que estão ali para aprender a ler e escrever. Além disso, uma das professoras, que apresentou o ambiente alfabetizador do Conselho de referência em Assistência Social (CRAS), informou “a gente há três meses não recebe salário e se reclamar, a prefeitura coloca para fora, também a senhora apresse essa pesquisa porque eles dão férias antecipadas, porque quando a gente fica de férias não recebe salário”.

A resposta do professor com experiência que afirma ser aqueles profissionais alfabetizadores de jovens e adultos, indicados pelos gestores municipais, provavelmente são pessoas comprometidas politicamente com a gestão municipal e receberam como recompensa esse emprego, geralmente sem nenhum preparo para o ensino, acarretando mais dificuldades para o contexto da Educação de jovens e Adultos (EJA).

Pergunta nº 5: Quais as dificuldades encontradas pelos educandos da EJA, para aprenderem a ler e escrever? PE

“A maior dificuldade desses educandos está na aprendizagem, eles enfrentam barreiras, para chegar até a escola, mas se decepcionam porque não aprendem” PE.

3.1.5- O que diz o professor com experiência sobre as dificuldades encontradas pelos educandos da EJA, para aprender a ler e escrever.

Quando se é criança geralmente são os pais que tomam a iniciativa de colocar para estudar, uns porque compreendem a importância da educação nas vidas das pessoas futuramente quando chegam na idade de jovens e adultos e os prejuízos, outros porque são obrigados pois dependem de ajuda do governo para sustentar a família. Nos dois casos existe um incentivo para se chegar até a escola, uma obrigatoriedade atribuída pela família.

No caso das pessoas adultas a situação é diferente, eles sentem na própria vida as consequências da exclusão social quando não se estuda, e muitos tentam recuperar o tempo perdido, e alimentam a esperança da aprendizagem, uma vez garantida na Constituição Cidadã.

(Brasil, 1988), Art. 205. Determina que: “a educação, direito de todos e dever do Estado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo a educação dever do Estado cabe a este oferecê-la para todos e com qualidade, agora é Lei.

No entanto com a Reforma Administrativa do Estado brasileiro, nos anos 90 esse direito constitucional adquirido em 1988, na promulgação da Constituição Cidadã, são atingidos pelas diversas Emendas Constitucionais (EC) que impossibilitam o financiamento

das políticas públicas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como prioridade a erradicação do analfabetismo.

Porém nos anos de 1990, logo em seguida a universalização dos direitos sociais para os brasileiros, acontece A Reforma do Estado: Lógica e Mecanismo de Controles. Cunill (1955) adverte: “A privatização é uma alternativa adequada quando a instituição pode gerar as suas receitas da venda de seus produtos e serviços, e o mercado tem condições de assumir a coordenação de suas atividades”

No contexto da Reforma do Estado a educação dos brasileiros deixa de ser um dever do Estado, e passa a ser de responsabilidade da família e da sociedade e as fontes de financiamento para programas de alfabetização incluem governos nacionais, doadores de organizações de assistência da sociedade civil, setor privado, fundações, organizações religiosas e doadores individuais, uma vez que a alfabetização de adultos está interconectada com outros objetivos da educação para todos e dos Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio.

A educação como função do Estado é um fenômeno histórico e político. A escola pública que temos é a escola pública que o Estado nos quer contemplar, este é o objetivo da dominação ideológica e da manutenção da ordem social. A escola que queremos não é aquela que o Estado capitalista quer, contextualizada para produzir um cidadão mínimo carentes de direitos cívicos.

Na observação participante, podemos dizer que as dificuldades enfrentadas pelos educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é de ordem institucional, os professores e coordenadores, não tem como solucionar os diversos problemas observados que vão desde a maneira de se convocar esse público para estudar e que foram excluídos por muitos séculos do sistema educacional brasileiro, até a sala de aula inadequada e profissionais despreparados para o cargo.

O coordenador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) informa que faz um censo, indo nas casas das pessoas chamamento individual, com os profissionais que foram indicados para o cargo: assumir uma classe de alfabetização de jovens e adultos. Muitas vezes isso significa uma forma de se conseguir um posto de emprego do que mesmo alfabetizar, pois devem reconhecer que são incapacitados para a função, aceitam por conveniência pessoal, não exige o cumprimento da determinação legal nem fiscalização governamental, sobre o cumprimento da legislação que apresenta pontos de relevada importância para essa educação no país.

Não existe a possibilidade de aprendizagem sem o devido empenho dos atores sociais responsáveis pela educação no país. Apesar da universalização do direito de estudar em qualquer idade, fica evidenciado que é um público sem importância para o sistema educacional brasileiro. As esferas estaduais e municipais, como não se exige nada para comprovar que os educandos estão lendo e escrevendo, continuam recebendo a verba do FUNDEB por aluno matriculado na EJA, e nada acontece, pois a realidade de se ter um Brasil alfabetizado é apenas uma satisfação para as exigências internacionais.

Pergunta 1: Professor qual é a sua formação?

“Superior incompleto, cursando Letras em Educação à Distância – EAD”. P1

“Estou cursando segunda fase na EJA, no horário da tarde e ensino à noite”.

P2

“Tenho superior completo licenciatura em geografia, estou ensinando alfabetização porque na minha disciplina fizeram uma proposta salarial muito baixa, é por hora/aula”. P3

“Eu tenho o segundo grau completo”. P4

3.1.6- O que dizem os professores alfabetizadores quanto a sua formação?

A formação dos professores alfabetizadores de jovens e adultos deve seguir os preceitos legais determinados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira LDB/1996. Essa fase da educação tanto da criança com dos jovens e adultos faz parte do ensino Fundamental, e deve ser uma exigência legal para o ensino público brasileiro.

Brasil, Art. 62 (1996) determina que: A formação de docentes para atuar na Educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida como formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio em modalidade normal.

Para ensinar na rede pública de ensino, a educação básica que abrange o ensino fundamental e médio, os professores devem estar de acordo com as recomendações legais previstas na Lei 9.494/1996, uma exigência da Constituição Brasileira de 1988. Brasil (2018)

esclarece que: “O Programa Brasil Alfabetizado, promove a superação do analfabetismo entre jovens e adultos a partir de 15 anos, adultos e idosos”. Desde a sua criação, já atingiu mais de quatro mil municípios e dezesseis milhões de matrículas. O Ministério da Educação (MEC) presta assistência técnica e financeira aos estados e municípios.

Para promover a superação do analfabetismo no Brasil, a formação dos professores alfabetizadores exigida pela LDB/1996, é uma determinação da Constituição Federal de 1988, para os educadores da rede pública do ensino brasileiro. Brasil (1996) esclarece que: “A EJA é regulamentada pela LDB/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da educação de jovens e adultos, como modalidade da educação básica”.

Brasil /MEC (2003) enfatiza que: “O quadro de alfabetizadores deve ser composto por professores da rede pública [...] mas qualquer cidadão de nível médio completo pode se tornar um alfabetizador da EJA, onde receberá formação adequada e uma bolsa de quatrocentos reais”. Os educandos das classes de alfabetização dessa modalidade são pessoas excluídas da educação regular, por sucessivas repetências no ciclo da alfabetização e adultos que não frequentaram a escola na idade certa, e por vários séculos foi negligenciado o direito dessas pessoas estudarem.

Para avançar para outros níveis educacionais o educando necessita está alfabetizado, ou seja, ter o domínio da leitura e da escrita, e utilizar nas diversas práticas sociais que compreende a fase do letramento. Frade (2005, p.42) enfatiza que: “A alfabetização escolarizada passou a ser o início ou via única para o acesso à educação básica, a formação dos profissionais, à cultura escrita e aos seus benefícios. Diferenciada dos usos rotineiros da leitura e da escrita, a alfabetização torna-se objeto de um campo específico de estudos da educação que delineou e uniformizou seus métodos, processos, resultados, por meio de currículos organizados para esse fim”.

A alfabetização de jovens e adultos é um campo de aprendizagem que, devido aos seus níveis de complexidade, necessita de professores preparados. Isso exige também uma remuneração digna, muitos educadores preparados para enfrentar uma classe de alfabetização da EJA, não aceitam ser professores pelo nível de salários ofertados.

Farias (2016, p.29) Esclarece que: “[...] Valorizar a EJA enquanto campo de estudo é afirmar sua importância enquanto modalidade e espaço de prática educativa é potencializá-la e, para nós, pesquisar a formação do professor que vai lidar com todas as dificuldades que a EJA abrange é fundamental, uma vez que não há uma definição de prática de formação para este profissional que o prepare efetivamente para ensinar jovens e adultos”.

A LDB/96 determina um preparo para professores que trabalham com a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), é um campo de estudo, que não existe uma determinação a ser cumprida com rigor, esse público necessita de uma definição para se tornar um ensino com o compromisso social para o qual foi criado. Além dos excluídos durante muitos séculos do acesso à cultura.

Na observação participante percebeu-se que em uma das classes de alfabetização havia duas professoras, ela auxiliava uma das professoras regentes de uma das classes de alfabetização que funciona no Conselho Regional em Assistência Social (CRAS), porque ela não tinha o domínio da leitura e da escrita e está cursando a segunda fase da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno vespertino, o que corresponde está concluindo o ensino médio. Essa pessoa não foi pesquisada porque não mantinha nenhum vínculo empregatício com o município. Ela recebia uma gratificação, cada professora que foi contratada para alfabetizar disponibilizava do seu salário uma quantia para essa professora, que segundo o coordenador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) essa havia concluído o nível superior. Os ambientes alfabetizadores dessa pesquisa são identificados como A1, que é o ambiente da Escola de Ensino fundamental Mendonça Alves, e os ambientes alfabetizadores do Conselho Regional em Assistência Social (CRAS), são os A2, A3, e o A4. Portanto essa observação se refere especificamente a um relato de uma das classes do Conselho Regional em Assistência Social (CRAS). Nas demais classes desses ambientes alfabetizadores só existiam um professor regente.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sua legislação específica são as recomendações legais determinadas pela LDB e pelo parecer 11/ 2000, o descumprimento dessas orientações legais, implica em uma educação precária para esse público educacional. O preparo profissional para esses educadores é uma exigência da Constituição Cidadã. Fica evidente que os educadores, professores regentes dessas classes não têm os requisitos necessários para ensinar jovens e adultos.

A alfabetização é considerada a etapa mais importante da educação escolar de um educando. Porque sem sucesso nessa fase, não existe a possibilidade de avançar nos outros níveis educacionais, e os educandos vão permanecer somente lutando para aprender a ler e escrever. Enquanto o tempo legal determinado para se alfabetizar ou seja concluir o ciclo da alfabetização tanto para a criança quanto para o jovem e adultos são de três anos, quando o educando é do ensino regular, após sucessivas reprovações é excluído e migra para EJA, portanto lhe é oferecida uma segunda oportunidade, mas nos caso das pessoas adultas que

nunca estudaram resta a conformação com o fracasso escolar, devido a um ensino precário oferecido no país.

Pergunta 2: Como se tornou um professor alfabetizador?

“Fui convidada, para ensinar no município, fazia parte de um projeto de alfabetização como voluntária”. P1

“Fui convidada para alfabetizar, mas precisava concluir os estudos aí me matriculei em uma classe da EJA, segunda fase”. P2

“Era professora de geografia do município, mas reduziram minha carga horária e o meu salário ficou muito baixo porque recebia por horas dadas. Preferi assumir uma classe de alfabetização porque ganhava mais”. P3

“Fui convidada para ensinar na classe de alfabetização de jovens e adultos”. P4

3.1.7- O que dizem os professores da Escola de Ensino fundamental Mendonça Alves e do CRAS, sobre como se tornou professor alfabetizador de jovens e adultos.

A Constituição Cidadã de 1988 universalizou direitos sociais, com garantias não visto até então para o povo brasileiro, entre elas o direito a uma educação de qualidade estabelecendo algumas legislações que legitimariam a educação do povo brasileiro a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996) e o Plano Nacional E PNE (2001-2010).

Brasil (1996) Art. 67 LDB determina que:

São os seguintes direitos assegurados aos docentes do magistério público: a) ingresso, exclusivamente, por concurso de provas e títulos, b) aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, c) piso salarial profissional; d) progressão profissional na titulação ou habilitação, e na avaliação de desempenho; e) período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga horária de trabalho.

Com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade a nova Constituição adotou medidas legais de maneira que garantissem uma inclusão social e um ensino público que possibilite aos brasileiros prosseguirem seus estudos. As regras para contratação de profissionais em educação iriam garantir o sucesso da educação do país, os direitos dos

profissionais desses educandos também foram cuidadosamente planejados, evitando que o trabalhador desse setor fosse explorado no seu campo profissional, é um dever do Estado garantir condições dignas de trabalho para todos.

O ingresso no serviço público através de concurso é a forma mais democrática do Estado oferecer seus serviços para o povo. As pessoas que chegarem a ocupar esses cargos estão preparados para tal, porque o critério para seleção seguiu um trâmite legal, conforme está estabelecido na legislação do poder executivo brasileiro e deve servir como regra a ser cumprida por todas as unidades da federação.

A Lei protege o educador, mas também, estabelece deveres para que esses profissionais ofereçam um ensino que possa capacitar os educandos a obterem sucesso para prosseguir estudando construindo seu futuro, em outros casos oferecê-los através da educação e estudos mais oportunidades na vida. O Projeto Político Pedagógico, (ppp) é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 1996, no seu Artigo 13, o documento referencia pontos essenciais para oferta de um ensino de qualidade. A participação do professor é fundamental para elaboração e execução de um plano de trabalho docente, em contrapartida a Lei estabelece direitos que visam amparar os docentes, evitando distorções salariais entre a categoria.

Quem passou por uma seleção para o ingresso no serviço público supõe-se que, esteja preparado a desenvolver essas determinações que irão organizar o Sistema Educacional brasileiro. Marques e Rúbio (2012 p.16) esclarecem que: “Outra problemática que diz respeito à habilitação específica para a docência, é que afeta a qualidade da educação de jovens e adultos, na redes públicas de ensino, e especialmente nas escolas de campo, e nos programas organizados por movimentos sociais e igrejas que ainda atuam na alfabetização de jovens e adultos. Essa habilitação não é só uma questão pedagógica, mas uma exigência jurídica da Lei no. 9394/1996”.

Na observação participante os professores, estabelecem a metodologia e os recursos que acham convenientes para alfabetizar a esses jovens e adultos. O preparo para exercer essas aprendizagens é fundamental, e somente através de métodos e técnicas planejadas coletivamente é que garante um ensino de acordo com as necessidades desses educandos. Então a Constituição Federal de 1988, também estabeleceu como exigência para as instituições públicas desenvolverem um ensino com qualidade, a elaboração da proposta de Projeto Político Pedagógico para as escolas adotarem.

As salas de aula ou classes de ensino para alfabetização de jovens e adultos, não existe uma uniformização dos conteúdos para os dois ambientes alfabetizadores, a educação para

esses educandos é oferecida de acordo com os critérios estabelecidos pelos próprios professores. Nesse sentido os dois ambientes alfabetizadores funcionam em locais diferentes, e não houve participação no projeto político pedagógico. O ensino oferecido a esses educandos é oferecido de forma muito negligente e precária, uma vez que existe um descumprimento da legislação.

A falta de preparo dos professores é uma das principais características ocorridas nessa área de atuação, fato apontado por pesquisadores da EJA, e especificamente da alfabetização de jovens e adultos. Os profissionais para esse campo educativo além da formação necessária para o ingresso na docência necessitam passar por capacitação para atuarem nesse setor, que necessita de competência e habilidades para compreender as complexidades existentes em cada educando trazendo isso para sala de aula. Foi nesse sentido que é uma exigência legal a preparação específica para assumir essa modalidade de ensino.

Pergunta 3: Já participou de algum curso de capacitação para alfabetizar jovens e adultos?

“Sim. Um dia por semana durante um mês, nas sextas-feiras, mas não tinha muita coisa como ensinar, não”. P1

“Sim, participei o mesmo que as outras professoras”. P2

“Sim. Participei somente um dia porque quando cheguei para ensinar já era a última semana do curso”. P3

“Sim. Participei de um curso que era todas as sextas-feiras durante um mês”. P4

3.1.8- O que dizem os professores alfabetizadores sobre a participação em cursos de capacitação?

As legislações da educação brasileira esclarecem que existe a necessidade de todo educador da modalidade ensino de jovens e adultos, passar obrigatoriamente por um processo de capacitação que irá complementar seus conhecimentos em relação a sua prática pedagógica, trata-se de um público educando diferenciado daqueles que estudam no ensino regular, suas necessidades educacionais exige m mais preparo por parte do educador.

Brasil/MEC (2018) determina que: “Os Cursos de Formação Continuada de aperfeiçoamento deverão ter carga horária, no mínimo, 180h (cento e oitenta horas) presenciais sendo 90 (noventa horas) dedicadas, obrigatoriamente, ao desenvolvimento dos

fundamentos, princípios e estratégias metodológicas da Educação de jovens e adultos [...] contemplando a realidade do contexto no qual atuam os profissionais da educação gestores, professores etc.”.

Existe a determinação de carga horária mínima para essa capacitação de professores que vão atuar como professores na educação de jovens e adultos, que prepara esse profissional para exercer a sala de aula, são requisitos sequenciados e necessários para atender um público com necessidades educativas diferenciadas. As classes de alfabetização principalmente por se tratar da fase inicial do ensino fundamental.

Negligenciar o preparo do professor alfabetizador da EJA significa lhe atribuir um fracasso escolar inicial e que torna irreversível a superação dessa dificuldade durante toda a vida, a não ser que atenda as determinações legais. Costa (2013, p.02) esclarece que:

A formação de professores voltada à EJA visa aperfeiçoar técnicas pedagógicas, metodológicas de ensino que possibilitam a permanência desses educandos na escola, proporcionando-lhes um ensino significativo, que os levem à análise crítica dos fatos abordados em sala de aula e do seu meio social. As vivências dos educandos devem ser observadas em sala de aula por se tratar de pessoas com certa experiência de vida e que resolveram estudar ou prosseguir os estudos motivados por algo superior as suas dificuldades cotidianas.

Na observação participante os professores apresentam dificuldades e até timidez diante de outras pessoas que aparecem no cotidiano da sala de aula, provavelmente reconhece as necessidades dos educandos, mas são despreparados para superar o problema juntos. O silêncio faz parte da falta de motivação tanto do professor como do educando. A tendência é a evasão escolar que frequentemente acontece todos os anos letivos.

O contexto da sala de aula é totalmente desfavorável para aprender, principalmente quem ainda não sabe ler nem escrever. Além de todas as dificuldades enfrentadas pelos educandos que se trata de pessoas pobres, mas com vontade de mudar de vida através dos estudos, nesse contexto educacional apesar de serem analfabetos entendem que existe necessidade de melhorar a qualidade do ensino, porém não consegue entender os meios.

Outro fator destacado: como geralmente eles não conhecem seus direitos se mantêm conformados e mesmo com o direito adquirido de estudar através da legislação entende isso como um favor do poder público.

No processo da aprendizagem da leitura e da escrita, os educandos precisam construir um conhecimento de natureza conceitual, compreender não só o que a escrita representa

graficamente a linguagem, mas também de que forma ela representa. Portanto a alfabetização não é o desenvolvimento de capacidades relacionadas à percepção, memorização ou ao treino de conjunto de habilidades sensório motoras. É antes de tudo, um processo pelo qual os educandos precisam resolver problemas de natureza lógica até compreenderem de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem para que consigam escrever e ler por conta própria. Isso requer que os professores sejam capacitados para descobrir os métodos e as técnicas apropriadas. A alfabetização Por séculos focou somente nos métodos da leitura e da escrita, que passou por espaços domésticos e por iniciativas informais e sistemas de ensino improvisado para essa prática educativa, pelo que após toda regulamentação estabelecida nas legislações para oferecer a esse público excluído da educação brasileira, uma inclusão social através de uma educação de qualidade, nos deparamos com práticas bem semelhantes as dos séculos passados, professores não atendem os requisitos necessários e não capacitados conforme necessita, para o ensino.

Pergunta 1: Com qual idade você iniciou os estudos e porque parou de estudar?

“Comecei a estudar com 05 anos, parei com 11 anos, minha mãe não mandava prá escola porque não tinha comida, ela não queria que a gente fosse com fome. Tive 03 filhos voltei a estudar com 24 anos. Foram me chamar em casa, eu sei que estudando posso conseguir alguma coisa na vida”. E1

“Comecei a estudar com 10 anos, parei com 15 anos, a escola era longe, eu morava na usina, a gente não tinha comida e andava muito para chegar na escola, não aguentava, retornei com 24 anos tenho 03 filhos. Eu queria aprender a ler para ensinar outras pessoas”. E2

“Eu fui para escola com 05 anos, meu pai não parava de se mudar, procurando trabalho por isso saí da escola, trabalhei de agricultura com meu pai, retornei com 43 anos, queria estudar mais e ter livros para levar para cãs aproveitar o tempo que não estudei, fico triste, ainda não sei ler mas conheço uma parte do alfabeto”. E3

“Não tinha mãe, me abandonaram quando eu era criança, fui criado pelo meu tio não sei porque não me colocam na escola, fui logo trabalhar comecei a estudar com 43 anos, hoje tenho 55 anos, mas ainda não sei ler. Só sei fazer meu nome. Eu queria aprender a ler”. E4

“Comecei a estudar com 04 anos, parei os estudos porque não aprendia nada, com 12 anos não fui mais para a escola”. E5

“Comecei a estudar com 12 anos, não aprendi a ler, nem escrever nem fazer meu nome, saí acho com 14 anos”. E6

“Comecei a estudar no MOBREAL, com 20 anos, não aprendi a ler nem escrever, nem fazer meu nome, retornei há 05 anos”. E7

“Comecei a estudar com 05 anos, retornei com 43, parei com 12 anos não tinha comida, não aprendia, só sei fazer meu nome”. E8

“Comecei a estudar com 07 anos, engravidei com 15, tive 03 filhos retornei com 33 anos”. E9

“Comecei a estudar com 51 anos, tenho 56 só aprendi a fazer meu nome”. E10

“Comecei a estudar com 26 anos, não tinha mãe nem pai fui criada por um tio, nunca me colocaram na escola, nunca saí da escola, mas só sei escrever meu nome”. E11

“Comecei a estudar com 20 anos, parei de estudar porque não aprendo, mas a professora vai me chamar em casa”. E12

“Comecei a estudar com 07 anos, morava longe da escola, parei com 13 anos não sei fazer o nome completo às vezes falta alguma letra”. E13

“Comecei a estudar com 10 anos, saí da escola com 15, mas não sei ler nem escrever”. E14

“Comecei a estudar com 21 anos, continuo estudando, mas não aprendi a ler nem escrever, faço meu nome”. E 15

“Comecei a estudar com 10 anos parei com 15, agora retornei faz 04 anos, não sei ler nem escrever”. E16

“Comecei a estudar com 11 anos, completei 15 anos, vim prá EJA, só aprendi a fazer o nome”. E17

“Comecei a estudar com 28 anos, não conheço as letras, não sei ler, e faço meu nome”. E18

“Comecei a estudar com 08 anos, morava em um sítio na fazenda, a escola era longe, parei com 12 anos, só sei fazer meu nome”. E19

“Comecei a estudar com 06 anos parei com 15 anos retornei com 29, não sei ler, nem escrever, aprendi a fazer o nome”. E20

“Comecei a estudar com 07 anos parei com 13 anos para ajudar minha mãe retornei com 30 anos, quem estuda consegue mais coisa na vida”. E21

3.1.9- O que dizem os educandos sobre a idade que iniciou os estudos e porque parou.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 é conhecida por “Constituição cidadã” porque apresenta diversos avanços na garantia de direitos sociais em relação às Constituições anteriores da história do Brasil. Em relação ao sistema educacional brasileiro, a educação básica passa a ser obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos o que a ela não tiveram acesso na idade certa. Brasil (1988) “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria [...] VII atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde [...] parágrafo primeiro, o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”.

A educação básica compreende o ensino fundamental e médio, nesse sentido a Constituição estabelece um início de idade para a criança estudar e um limite, para que o educando conclua o ensino médio encerrando assim o ciclo da educação básica. A alfabetização é a etapa fundamental para assegurar a continuidade dos estudos e a conclusão com sucesso desse ciclo educacional.

Pereira (2017, p.4) esclarece que:

O grande problema da educação básica que enfrentamos é que, com o término do ciclo de alfabetização ao 3º ano, temos aumentado significativamente o número de analfabetos funcionais, pois as avaliações têm demonstrado que aproximadamente 50% dos nossos estudantes chegam ao quinto ano do ensino fundamental sem conseguir ler um texto de cinco linhas e contar o que entendeu. Aí residem as consequências dessa decisão de se deixar para depois, de empurrar todas as crianças para as séries seguintes, mesmo que sem condições e despreparadas para assumir a nova fase escolar.

Na “Constituição Cidadã” o ciclo da alfabetização está previsto para ser concluído em três anos, também garante todos os níveis de assistência necessária para que os educandos concluam com proveito a educação básica.

Na observação participante nas classes de alfabetização de jovens e adultos da Escola de Ensino Fundamental e do Conselho Regional em Assistência Social (CRAS), existe a predominância de adultos jovens, que iniciaram os estudos na idade certa, mas não consolidaram a fase da alfabetização quando eram criança, ou juvenil, e o tempo que permaneceram estudando era o suficiente para terem sido alfabetizados, além disso todos os educandos pesquisados há mais de três anos frequentam classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e não sabe ler nem escrever. O ciclo da alfabetização é de três anos.

Os educandos são pessoas muito pobres, por isso a Constituição de 1988, garantiu que, para os educandos permanecerem na escola, era necessária uma total assistência por parte do Estado como provedor da educação para o povo. Em uma das classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pesquisada, existia um adolescente de 12 anos que permaneceu de cabeça baixa enquanto os outros copiavam o que havia escrito no quadro. No momento do intervalo que serviu a merende ele se alimentou e foi embora. A idade daquele educando ainda era para permanecer no ensino regular.

A maioria dos educandos interromperam os estudos por dificuldade diversas financeiras, a falta de alimento para a família, a escola que era longe do local que morava, a falta de estímulo por não estarem avançando na aprendizagem, e também a constituição de família, é por esses motivos que o Estado teria que suprir todas as necessidades dos educandos na fase escolar idade certa como é chamada na Constituição Brasileira, isso era obrigatoriedade, estabelecendo até punição caso negligenciassem essa fase educacional no país, a educação básica.

Os educandos ao migrarem para Educação de Jovens e Adultos (EJA) ficam necessitando agora de política pública local para o setor educacional, que deveriam ser acompanhadas pelos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal. A política pública nacional que é o Plano Nacional de Educação de duração decenal estabelece metas educativas para todos os setores da educação brasileira, mas não existe uma política de avaliação e acompanhamento como os gestores das três esferas como esse ensino está sendo ofertado para EJA.

Pergunta 2: Qual a sua idade hoje?

- “Tenho 29 anos”*. E1
- “Tenho 32 anos”*. E2
- “Tenho 51 anos”*. E3
- “Tenho 55 anos”*. E4
- “Tenho 24 anos”*. E5
- “Tenho 26 anos”*. E6
- “Tenho 55 anos”*. E7
- “Tenho 50 anos”*. E8
- “Tenho 37 anos”*. E9
- “Tenho 56 anos”*. E10
- “Tenho 40 anos”*. E11
- “Tenho 32 anos”*. E12
- “Tenho 29 anos”*. E13
- “Tenho 26 anos”*. E14
- “Tenho 28 anos”*. E15
- “Tenho 19 anos”*. E16
- “Tenho 15 anos”*. E17
- “Tenho 34 anos”*. E18
- “Tenho 32 anos”*. E19
- “Tenho 39 anos”*. E20
- “Tenho 38 anos”*. E21

3.1.10- O que dizem os educandos sobre as suas idades.

As idades dos educandos dessa pesquisa variam entre 15 a 55 anos de idade, e a predominância é de adultos jovens, (dezesesseis educandos) e cinco adultos maduros. Os adultos jovens todos iniciaram os estudos na idade certa. A Constituição Brasileira de 1988, prevê para esses grupo populacional que faz parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que se estabeleça as determinações legais que visam reparar o tempo que a sua educação foi negligenciada pelo país, promete um ensino que promova a erradicação do analfabetismo, com a inclusão social desses educandos.

Brasil/MARE (1990) estabelece que: “A Reforma de Estado nos anos 90 é uma reforma que pressupõe cidadãos e para eles está voltada. Cidadãos menos protegidos ou tutelados pelo Estado, porém mais livres, na medida em que o Estado reduz sua face paternalista, torna-se ele próprio competitivo e assim requer cidadãos mais maduros politicamente.” Em seguida a universalização dos direitos sociais básicos, acontece a Reforma do Aparelho do Estado, promovida pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, onde a educação deixa de ser dever do Estado para ser dever da sociedade e da família, criando assim o serviço público não-estatal, teve início no país, a expansão da escola particular e a precarização do ensino público.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino basicamente ofertada pela rede pública educacional, um ensino voltado para pessoas pobres e excluídas socialmente. A Constituição enfatiza que só há desenvolvimento da nação, quando o povo estiver culturalmente bem, por isso o mínimo que se deve garantir são pessoas alfabetizadas, sendo assim temos homens e mulheres capazes de intervir politicamente no crescimento do país.

A Constituição Brasileira de 1988, considerada “Constituição Cidadã” por garantir para uma grande maioria do povo brasileiro, direitos sociais básicos, saúde, educação, seguridade social entre outros. Por muitos séculos a sonicação desses direitos, com destaque o acesso à educação, construiu ao longo do tempo, uma sociedade de pessoas ignorantes, que não sabiam ler nem escrever, o que impossibilitava a intervirem na sua história. Exigir direitos essenciais e básicos do ser humano, é um ato necessário para construção da cidadania, enquanto que o Estado tem por obrigação garanti-los para todos.

Negar os avanços conquistados, é desconstruir uma luta pela redemocratização do país e expressar, o desinteresse da nação com à cultura para o povo historicamente excluído das iniciativas educacionais da nação. Nesse sentido Haddad e Di Pierro (2000), alerta que:” A reforma educacional iniciada em 1995, veio sendo implementada sob o imperativo de restrição de gastos públicos, de modo a cooperar com o modelo de ajuste estrutural e a política de estabilização econômica adotados pelo governo federal. Tem por objetivo descentralizar os encargos financeiros com a educação, racionalizando e redistribuindo o gasto público em favor do ensino fundamental obrigatório. Essas diretrizes de reforma educacional implicaram para que o Ministério da Educação (MEC) mantivesse a educação básica de jovens e adultos na posição marginal que ela já ocupava nas políticas públicas de âmbito nacional, reforçando as tendências à descentralização do financiamento e da produção de serviços”.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), sempre ocupou plano secundário em relação a outros níveis educacionais, e quando pela primeira vez na história da educação brasileira a alfabetização de jovens e adultos, representa prioridade no âmbito nacional vêm às reformas educativas e essa modalidade de ensino, continua sem importância para o sistema educacional brasileiro. Cunill (1995) esclarecem que: “A privatização é uma alternativa adequada quando a instituição pode gerar as suas receitas da venda de seus produtos e serviços, e o mercado tem condições de assumir a coordenação de suas atividades”. De agora em diante as sucessivas emendas na “Constituição Cidadã”, vai ocupando os espaços democráticos e desmontando as conquistas e a garantia dos direitos básicos para o povo.

Na observação participante, as classes de alfabetização de jovens e adultos, da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves, e do CRAS são formadas por jovens e adultos com idades diferenciadas, existindo a predominância de adultos jovens, todos frequentaram a escola na idade certa, mas não foram alfabetizados migrando para Educação de Jovens e Adultos (EJA). As características de um adulto jovem são: estrutura psíquica mais definida, a saída do lar, desenvolvimento ocupacional, ingresso no mercado de trabalho e geralmente construindo uma família. Essas características implicam em construção da independência do sujeito.

Os educandos participantes da pesquisa são dependentes do Estado, dois aposentados e um trabalho como motorista no serviço público, outros cultivam pequenas agriculturas que não garantem o sustento da família, necessitando da ajuda financeira do Estado por meio de programas assistencialistas, como bolsa família e outros programas precários de inclusão social para o trabalho jovem.

As salas de aula são muito heterogêneas, e aqueles jovens que frequentaram a escola na idade certa, alguns deles apresentam alguma facilidade em determinados momentos da aprendizagem constringendo os adultos maduros cuja idades variam entre quarenta e dois anos a cinquenta e seis anos de idade, e isso é um estímulo negativo para eles continuarem na escola.

A Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, não pressupõe cidadãos livres e sim pessoas mais dependentes do Estado. A pessoas que não sabe ler nem escrever dificilmente tem maturidade política e se tornam, livres e maduros politicamente. As reformas que tiveram início nos anos 90, tinha como eixo repassar para iniciativa privada serviços básicos do ser humano, teve início a partir daí o sucateamento da escola pública, oferecendo para os pobres uma educação de má qualidade.

O Estado, propõe na sua reforma administrativa, que pessoas que não tiveram acesso à cultura ou a uma educação de qualidade sejam independentes do Estado e maduros politicamente, tentando ignorar o descaso existente no país com a educação do povo que por muitos séculos foram marginalizados, não tendo assistência educacional para estudar e superar a pobreza.

Pergunta 3: O que gostaria que mudasse na escola para facilitar sua aprendizagem?

“Devia ter bancas pra gente sentar, as mesas balançam, quando alguém está apagando no caderno, a gente tem que parar de escrever pelo quadro, queria um livro queria aprender a ler”. E1-E4

“Querida bancas para sentar, um livro e aprender a ler era bom que tivesse material para a gente estudar em casa”. E5-10

“Querida bancas, um livro, a professora é boa, um quadro a professora escreve no caderno porque o quadro é muito sujo, mas material para estudar em casa, queria aprender a ler e escrever”. E11-E16

“Não sei, queria nada!”. E17

“Querida mesas melhores, mesas porque essas balançam e mais lâmpadas na classe”. E18-E20

“Bancas para adultos, meu amigo desistiu, porque essas bancas “não davam ele ficava com a coluna doendo”. E21

3.1.11-O que dizem os educandos sobre o que gostariam que mudasse na escola para melhorar a sua aprendizagem.

A aprendizagem para os educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é ofertada de forma muito precária. Em um ambiente alfabetizador encontramos ali pessoas com anseio de aprender a ler e escrever e com o passar dos anos e nada acontece, a escola para esses educandos como um ambiente frustrante, sua expectativa não foi alcançada. Brasil (2019) menciona que:

O PDE Plano de desenvolvimento da Escola (PDE - Escola) é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante

mudança. É considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

A garantia de uma educação onde ocorra mudanças nas pessoas, necessita cumprir as determinações estabelecidas, e o seu financiamento e fiscalização por parte dos gestores das três esferas é fundamental. Brasil (2007) estabelece que: “O fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de valorização dos profissionais da Educação FUNDEB, instituído pela Lei 14.494/2007”. Principal fonte de financiamento da Educação Básica, é formado por percentuais de diversos impostos e transferências constitucionais.

Os debates políticos sobre o financiamento da EJA, não desperta preocupação por parte do poder executivo brasileiro. A insistência dessa discussão por estudiosos, dessa modalidade de ensino torna-se para nação brasileira e seu sistema educacional algo de pouca importância.

Brasil/MEC (2019)” O congelamento orçamentário de 20 anos definido pela emenda Constitucional 95 (EC 95) inviabiliza a execução da meta 20 do PNE (que trata de financiamento) e tem efeito cascata sobre as outras propostas do Plano Nacional de Educação. Uma Política Nacional de Alfabetização é importante, mas infelizmente o ministro da educação, desconsidera o contingente de jovens e adultos acima de 14 anos que não sabem ler e escrever, em sua entrevista se refere apenas as crianças”.

Quando se trata de alfabetização de adultos a situação é mais grave. São os jovens e adultos que educam as crianças, e a lógica de investir nas novas gerações esperar os velhos morrerem é equivocada. Não é possível esperar as crianças morrerem para o país se desenvolver. Di Pierro (2016) enfatiza que: a educação estimula a participação efetiva das pessoas na vida política e cultural, incentivam a relação positiva entre as gerações e é especialmente importante para cidadania de uma nação.

O Brasil não admite ser tratado como país periférico e insiste em encontrar outros termos, para esconder uma realidade visível a quantidade de analfabetos existentes no país, pessoas jovens e adultas que são ignorados como necessitados de cidadania.

Caetano (2018) adverte que: As reformas instituídas nos anos 90 do século passado pretendiam instaurar um novo modelo de administração pública, chamada de “administração pública gerencial” que alterou o modelo de gestão pública e conseqüentemente, de gestão da educação e da escola”.

Na observação participante, os educandos participam as aulas de alfabetização em ambientes improvisados e sem condições para o ensino aprendizagem. Além da pouca

preparação do educador, eles enfrentam um ambiente negligenciado para o ensino. Sentam em cadeiras e mesas de plástico bastante riscadas e sujas, bambas e quebradas nas bordas. A sala de aula é pouco iluminada, utiliza para o ensino o quadro e o giz material utilizados pela professora e os educandos o caderno, lápis e a borracha.

Na escola de ensino fundamental Mendonça Alves as bancas é para sentar crianças, a duração da aula é poucas duas horas, e nesse ambiente quando não tem merenda as aulas são suspensas. Não existe alternativa, a rotina diária da sala de aula é escrever pelo quadro lanchar e ir para casa. Eles desejam um livro, a lição diária é negligenciada e a tarefa do quadro não é corrigida.

A reforma do sistema educacional brasileiro impulsionada pela Reforma do Estado dos anos 90, trouxe para as escolas públicas um olhar diferente, cortes no orçamento e descaso com os educandos da EJA. As privatizações foram aceleradas e a escola pública entrou na sua maior crise, liquidando um sistema educacional que sempre foi excludente, para a maioria da população do país, e agora chegou sua liquidação.

As ações reguladoras do governo brasileiro no que se referem ao sistema educacional e as políticas públicas para o setor seguem as orientações e determinações de organismos internacionais, que se estabelecem dentro de um contexto de regulação do Estado.

- Avaliar a metodologia e o material didático utilizados para alfabetizar jovens e adultos Decorridos 31 anos da constituição de 1988, ainda não foi consolidado a universalização do direito de aprender a ler e escrever, além da necessidade da fase do letramento, para que isso ocorra é necessário uma metodologia adequada e práticas pedagógicas que atendam a necessidade desses educandos, com características diferentes da educação infantil.

CNE / CEB (2000) enfatiza que: A EJA é uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio [...] terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

- I. Ambiente institucional com organização adequada a proposta pedagógica;
- II. Investigação dos problemas dessa modalidade de educação buscando oferecer soluções teoricamente fundamentada e socialmente contextualizadas;
- III. Desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem códigos e linguagem apropriadas as situações específicas da aprendizagem;
- IV. Utilização de métodos e técnicas adequadas as situações dos educandos.

A formação do professor para EJA é uma determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) que também estabelecem diretrizes para o ensino, visando uma educação de qualidade. Nesse sentido esse item do trabalho de pesquisa visa avaliar a metodologia e o material didáticos utilizados para alfabetização na EJA.

O analfabetismo é bem mais acentuado nas regiões mais pobres do país a Norte e a Nordeste e a taxa de analfabetismo entre as faixas etárias mais altas é maior porém o sistema educacional brasileiro continua a cada ano excluindo educandos do ensino regular, para se integrarem à educação de jovens e adultos, ou ficarem abandonados ao seu destino.

Pergunta 6: Como o senhor avalia a metodologia e o material didático utilizados para alfabetizar jovens e adultos?

“É inadequado, mas é o que o município oferece para ensinar alfabetizando, tinha um livro, mas não servia, estava acima do nível de entendimento dos alunos, o município só gastava dinheiro aí suspenderam”. PE

3.2.1-O que diz o professor com experiência sobre a metodologia e o material didático utilizados para alfabetizar jovens e adultos.

Uma metodologia inadequada como respondeu o professor com experiência, representa o fracasso da alfabetização dos jovens e adultos. É necessário, para alfabetizar jovens e adultos utilizar os métodos adequados, que deve ser diferente da metodologia para alfabetizar crianças, exige uma formação, um preparo profissional para se tornar habilitado para ensinar nesse setor, não basta somente ser graduado.

Como não existe um critério para selecionar esses professores alfabetizadores de adultos, cada um adota a metodologia que achar adequada, muitas vezes sem noção até do que significa o termo metodologia, no ensino e aprendizagem, cada uma cria sua maneira para alfabetizar... O material didático utilizado são caderno, lápis e borracha, coisa dos tempos remotos para ser adotado como material exclusivo para ensinar no século XXI.

Brasil (2017) reconhece a necessidade de:

[...] identificar falhas nos programas, como uma média de alfabetização de 50%, quando somente 7% dos alfabetizandos continuam na EJA. “O MEC vem discutindo as dificuldades do atual modelo com vários segmentos da sociedade incluindo educadores, gestores, sociedade civil, no sentido de corrigir as falhas da alfabetização, cujo objetivo é promover um combate efetivo ao analfabetismo”.

Os educandos das classes de alfabetização de jovens e adultos necessitam de uma assistência governamental e o envolvimento nacional dos segmentos da sociedade, que são estudiosos no tema educação de jovens e adultos e no combate ao analfabetismo para esse público. Falar em erradicação do analfabetismo não significa apresentar dados estatísticos para promoção dos gestores da nação, mas provar que a população brasileira sabe ler e escrever, o mínimo exigido para consolidar a cidadania, e isso, diz respeito ao desenvolvimento da nação.

A atual SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) será desmontada e em seu lugar surgirá a subpasta Modalidades Especializadas. O jornal Folha (2019) apurou, a iniciativa foi uma manobra para eliminar as temáticas de direitos humanos, de educação étnica-racial e a própria palavra diversidade.

Identificamos uma contradição nas providências governamentais. Enquanto uma análise feita no ano de 2017 por um órgão educativo governamental, conforme o texto acima mencionado aponta, que reconhece o fracasso na alfabetização de jovens e adultos e propõe iniciativas para o problema, em 2019 dois anos após ter sido feito esse diagnóstico, a Secretaria Nacional que é responsável por esse ato educativo a (SECAD) é extinta, criando-se um setor inferior para ficar responsável por uma modalidade de educação que exige uma atenção especializada.

Esse Fato demonstra que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma modalidade de ensino sem importância no âmbito educacional do país. E a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil, não pode se tornar realidade, porque não existe interesse nacional com esse público, que mesmo com um direito conquistado continua excluído da cultura da nação.

Na observação participante, confirma os conteúdos dos documentos acima. Os educandos chegam a sala de aula apenas com um caderno, lápis e borracha para estudar, um grande silêncio, e o uso do quadro para reproduzir para o caderno. O conteúdo fica a critério de cada educador, porque não existe, um planejamento que determine uma metodologia com

estratégias de ensino e uniformização dos conteúdos aplicados nessa etapa educacional que é fundamental para prosseguir com os estudos.

Além da falta de metodologia para esse ensino e material didático precário e inadequado, os educandos ainda estudam em um ambiente cuja iluminação é deficiente, dificultando aqueles educandos que necessitam de óculos, visualizar o que se escreve no quadro.

O professor ao responder como considera a metodologia e o material didático utilizados para alfabetizar jovens e adultos é inadequado, mas é o que o município oferece para os educandos, sendo isso uma vergonha nacional, mas o maior agravante é a desqualificação dos profissionais alfabetizadores de jovens e adultos. Confirma-se que existe uma total negligência com as pessoas analfabetas existentes no país, o que impossibilita a redução do número de jovens e adultos analfabetos.

Conforme o que determina o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma pessoa é considerada alfabetizada, se souber ler e escrever um bilhete simples, mas com o ensino aplicado esse sonho está muito distante daqueles, que por muitos séculos foram excluídos do projeto educativo da nação e continua na precariedade educacional até os dias atuais.

Pergunta 7: O gestor municipal oferece capacitação continuada para professores alfabetizadores de jovens e adultos?

“Quando eles são convocados para ensinar, a Secretaria de Educação faz um curso, uma vez por semana, durante um mês”.

3.2.2-O que diz professor com experiência em relação a capacitação dos professores alfabetizadores de jovens e adultos.

O Art. 214 da Constituição de 1988 prevê a criação do Plano Nacional de Educação e diz que: A Lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégia de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas a: (Redação dada pela

emenda Constitucional nº 59, de 2009.) [...] I – erradicação do analfabetismo [...] VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela emenda constitucional nº 59, de 2009).

A Constituição de 1988 e a LDB/1996, tratam da criação do PNE, que irá articular os três poderes públicos das esferas, federal, estadual e municipal e vai traçar metas e estratégias para assegurar o desenvolvimento do ensino. No entanto as Emendas Constitucionais alteram a redação original do texto constitucional de maneira a retirar recursos da educação previstos nas legislações, o que vem inviabilizando até os dias atuais, a erradicação do analfabetismo e os demais níveis educacionais.

Brasil (2003), esclarece que O Programa Brasil alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens e adultos e idosos, é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. Seu objetivo é promover a superação do analfabetismo entre jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo da vida.

O quadro de professores alfabetizadores do país, Ministério da Educação (MEC 2003) é composto por qualquer cidadão, com nível médio. Esse pode se tornar um alfabetizador do programa Brasil Alfabetizado, receberá formação adequada e uma bolsa de \$ 400,00 (quatrocentos reais) para alfabetizar jovens e adultos.

A legislação sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que faz parte do ensino fundamental, educação básica, exige que todo educador tenha curso de graduação e submeta-se a concurso público de provas e títulos. Não se admite que para ser um alfabetizador de adultos se expressa claramente que não existe essa necessidade, mesmo reconhecendo que está transgredindo uma legislação do país.

Fica evidente que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que é praticamente oferecida pela rede pública de ensino, e não existe interesse da nação pela educação desse público. No caso da alfabetização de jovens e adultos a situação fica mais grave, são pessoas que estudam, mas ainda não aprenderam a ler e escrever necessitando de um professor qualificado e um ambiente apropriado.

A prática secular de improvisação de professores de jovens e adultos, principalmente no que se refere a alfabetização, é resultante do que nos explica Torres (1990, p.05), a verdade qualquer pessoas que saiba ler e escrever pode se converter em alfabetizador, assim como a ideia de qualquer

alfabetizador o é automaticamente – pelo fato de sê-lo um educador de adultos. É típico que se passe a ver o professor da escola como depositário natural da tarefa de alfabetizar adultos.

Na observação participante percebe-se a desmotivação dos educandos nas salas de aula, a aprendizagem para esses educandos não tem muito sentido, a oferta de estudo, o ambiente é desfavorável e os educadores despreparados para o ensino.

Professor alfabetizador de jovens e adultos deveria ser uma pessoa preparada para essa modalidade de ensino, uma vez que o próprio poder executivo brasileiro reconhece que esses educandos das classes de alfabetização de adultos têm necessidades diferenciadas das classes de alfabetizar crianças, são pessoas que carregam traumas, e outras dificuldades no seu cotidiano, mesmo assim se dispões a estudar, honrado um direito conquistado e que lhe foi negado ao longo da história do país.

Existe a necessidade de rever essa educação no país, não é lícito os diversos órgãos do governo responsável pela educação dos jovens e adultos fornecer dados informativos e animadores em relação às iniciativas do governo para consolidar a cidadania para esse público. Mas percorrendo os diversos documentos do poder executivo brasileiro e o sistema adotado nas diversas esferas governamentais, não encontramos fatos cotidianos concretos em relação a alfabetização de jovens e adultos.

Pergunta 8: O Senhor e as professoras participam do PPP da escola?

“A Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves nunca fez PPP, agora pediram para eu fazer, mas fiz baseado somente em documentos”.

3.2.3-O que diz o professor com experiência sobre a participação dos professores no PPP da escola.

O PPP define a identidade da escola e propõe os caminhos para um ensino de qualidade. Toda escola tem objetivos que deseja alcançar e metas a cumprir. Reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo; ele é político porque considera a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. O nome pedagógico significa que ele define e organiza as atividades e os projetos

educativos necessários ao processo do ensino aprendizagem, ele indica a direção que deve seguir para os gestores, professores, funcionários e famílias

Brasil (1988) A elaboração do PPP é uma exigência legal prevista na LDB Art. 12 e recomenda que: “Os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. A escola tem autonomia para elaborar o seu projeto político pedagógico a partir do desenvolvimento e da participação de todos os profissionais da escola. Apesar das determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo nos âmbitos do sistema de ensino válidos para todas as escolas sobre o que ensinar, há um espaço para tomada de decisões em cada localidade considerando a pluralidade cultural.

Malvani (2010) explica que: “Por meio do PPP, o gestor reconhece e concretiza a participação de todos na definição de metas e na implementação de ações. Além disso, a equipe assume a responsabilidade de cumprir os combinados e estar aberta a mudanças”.

A participação de toda comunidade onde está localizada a escola através de seus representantes (a família), além de todo segmento que compõe escola forma um conjunto de pessoas cujo objetivo é traçar diretrizes rumo a uma educação democrática e libertadora e com inclusão social.

Na constituição de 1988, a construção do PPP foi um avanço para as escolas brasileiras, que terá oportunidade de ouvir propostas, discutir problemas e elaborar um projeto que contemple as necessidades dos educandos e de toda comunidade escolar.

Libâneo e Oliveira (2005) enfatiza que: “O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê ações, institui procedimentos e instrumentos de ação”. Como instrumento de ação está a discussão para elaborar um plano que atenda as necessidades locais e regionais, para adequar o ensino a realidade existente.

O Plano Político Pedagógico (PPP) significa para a escola sua emancipação, que por vários séculos funcionaram sem autonomia. Uma gestão democrática é de vital importância para um ensino de qualidade, por isso a necessidade do envolvimento de todos.

A observação participante mostra que o Plano Político Pedagógico (PPP) é fundamental para nortear o ensino, nas atividades do cotidiano da escola, na ausência do projeto a escola fica sem sentido. Devido ao seu caráter também político. Na LDB/1996, existe a possibilidade de despertar na comunidade de que a escola é do povo e é importante para o povo.

Cada professor deve ser levado a entender a importância do Plano Político Pedagógico (PPP) para a escola porque é nela que se constrói conhecimento e se universaliza

o saber, portanto nessa construção, a iniciativa dos gestores, representa seu entendimento em relação a construção desse protocolo de relevância para o ensino aprendizagem.

O texto constitucional de 1988, é uma carta perfeita a ser seguida, na consolidação dos direitos sociais. No setor educacional nunca existiu tanto empenho para garantir a educação para todos e com qualidade. Uma nação que não cuida da educação do seu povo, e evita a construção da cidadania para todos, está “fadada” manter-se como subdesenvolvida, não existe desenvolvimento econômico sem cidadãos conscientes e politicamente preparados para compreender deveres e defender seus direitos, isso se inicia na família e se consolida na escola.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional prevê que a escola seja o local para a construção da cidadania e a formação de pessoas capazes de construir o progresso do país. O PPP das escolas pesquisadas nunca existiu, e ao ser construído por solicitação dos gestores educacional, limitou-se a análise documental, aprofundando o descaso e a crise da escola pública, o que inviabiliza um ensino de qualidade.

Pergunta 9: As salas de aula utilizam algum recurso tecnológico no processo ensino/aprendizagem?

“Não. Na secretaria da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves, tem um projetor na secretaria, mas a noite ela está fechada, mas se pedir para usar acho que eles dão. No CRAS, não tem projetor”. PE

3.2.4- O que diz o professor com experiência sobre o uso de recursos tecnológicos na sala de aula no processo de ensino aprendizagem.

Na era da tecnologia e do conhecimento digital, qualquer nível educacional hoje principalmente na educação básica, é imprescindível que se atente para utilização deste recurso no processo ensino aprendizagem. Na alfabetização tanto de adultos como de crianças, não se pode negligenciar os recursos tecnológicos na sala de aula, porque esta etapa educacional garante o sucesso nos demais níveis educacionais. Caso esta fase inicial da educação seja eficiente, incluindo a capacitação dos educandos, para o conhecimento dos recursos tecnológicos estes não vão sentir dificuldades nas próximas etapas educacionais, quanto a esta necessidade.

Brasil (2008) destaca que: [...] São mais de quarenta ações de diferentes amplitudes, convergindo para a melhoria da educação básica, cada uma delas se desdobram em outras tantas iniciativas. É nesse conjunto de esforços que se inscreve o Guia de Tecnologias Educacionais. Com ele o Ministério da Educação busca oferecer aos sistemas de ensino uma ferramenta a mais que os auxilie na decisão sobre a aquisição de materiais e tecnologias para uso nas escolas brasileiras de educação básica.

A EJA faz parte da educação básica, portanto, a necessidade de utilização desse recurso nas classes de alfabetização de jovens e adultos também é fundamental. UNESCO (2017) enfatiza que: “Tradicionalmente, tem-se considerado a alfabetização como um conjunto de habilidades de ler, escrever e contar, aplicadas em um determinado contexto. As sociedades do conhecimento intermediadas digitalmente estão transformando mais e melhores habilidades de alfabetização. Ao mesmo tempo, em troca disso, a tecnologia pode servir para aprimorar o desenvolvimento da alfabetização”.

A construção da democracia começa pela alfabetização de uma sociedade. O analfabetismo no Brasil dificulta a participação ativa do povo na defesa de uma sociedade mais democrática, justa, plural e sustentável. Ela é uma condição necessária para garantia dos direitos sociais de um povo começando pelo direito a educação que consolida a cidadania.

Santos (2019, p.01) adverte que: A reordenação do sistema capitalista mundial, representada pela defesa dos grandes conglomerados econômicos e instituições financeiras, consolidou o poder de organismos internacionais enquanto responsáveis pelo gerenciamento da economia capitalista global.

Com a implementação das políticas adotadas pelo Banco Mundial no Brasil, nota-se que, a crise no sistema educacional brasileiro é resultado das transformações decorrentes dos processos de reestruturação e manutenção do sistema capitalista mundial, privilegiando as relações de mercado em detrimento da vida humana e seus direitos sociais, principalmente das necessidades básicas da população pobre. A minimização do papel do Estado é uma determinação dessas entidades internacionais. Freire (2002, p.72) enfatiza que: “A alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler”.

Na observação participante fica evidente que nas classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), não existe nenhum equipamento tecnológico para o processo ensino e aprendizagem do educando, utilizando somente o uso do caderno, lápis e borracha para reproduzirem no caderno o que se encontra escrito no quadro.

A educação de jovens e adultos não é considerada como modalidade educacional de importância nacional, representa somente o cumprimento da exigência da lei, mas produzir

educandos capazes de superar dificuldades de um passado por ter oportunidade de estudar ou por ter sido excluído por sucessivas reprovações requer cuidados especiais, com a seleção dos métodos para o ensino e materiais adequados para o ensino além dos utilizados.

O cotidiano da sala de aula é sem sentido, mas os educandos alimentam a esperança de uma educação melhor com outros ingredientes na aprendizagem, que não se limite a material didático deslocado do contexto educacional atual. Dessa maneira fica difícil desenvolver nesses educandos a prática da leitura e da escrita. O silêncio na sala representa a falta de alternativa para aprender.

A educação no seu sentido mais amplo deve possibilitar ao educando a leitura crítica do mundo, possibilitando ao educando a transformação e a mudança radical de sua realidade, cada homem e cada mulher possam ser vistos como sujeitos de sua história, conceber o mundo em que vive e ser transformados em sujeitos do seu próprio destino.

Pergunta 1: Qual a metodologia e os materiais didáticos utilizados para ensinar a ler e escrever?

“Não tem livros, então as pessoas de Maceió, mandam livros para doar, aí eu retiro as coisas que eu acho que é bom para alfabetizar, eles têm caderno, lápis e borracha”. P1

“Eu pego de alguém, não tem livros, eu e a P1 fazemos a mesma aula, eles ganharam, caderno, lápis e borracha”. P2

“Eu aproveito os livros dos meus meninos, e faço as aulas. A gente não tem nada para ensinar! Eles têm lápis, borracha e caderno”. P3

“Eu procuro em casa alguma coisa que é bom para eles aprenderem, tinha um livro, mas é difícil, nem dá para tirar nada dele”. P4

3.2.5-O que dizem os professores sobre a metodologia e o material didáticos utilizados para ensinar a ler e escreve

A legislação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelece um rol de responsabilidades, para a oferta de um ensino de qualidade. Brasil (2000) enfatiza que: O Parecer CNE/CNB no 11/2000 consta que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio com

especificidade própria e tratamento adequado “[...] III desenvolvimento de práticas educativas que correlacionarem teoria e prática; IV utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados as situações específicas de aprendizagem.”

O Parecer especifica o desenvolvimento de práticas educativas, e para fazer essa tarefa o professor deve ser preparado, por isso a legislação determina que haja cursos de capacitação para adequação desses profissionais as necessidades dos educandos, é uma aprendizagem apropriada. Brasil/MEC (2017) explica que: O Programa de Nacional do Livro Didático para Educação de jovens e adultos PNL – EJA tem como objetivo promover as entidades parceiras do Programa Brasil alfabetizado (PBA) e as redes públicas que tenham turmas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), coleções didáticas de alfabetização e coleções didáticas para o ensino fundamental (primeiro e segundo segmento) e o ensino médio na modalidade EJA.

O livro didático preparados para Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem o objetivo de oferecer material didático para o ensino, o livro da alfabetização de ver atender as necessidades dos educandos e contribuir para avançar na aprendizagem. O público atendido por essa modalidade de ensino necessita de atendimento diferenciado de acordo com as dificuldades regionais.

A educação deve ser entendida como um ato revolucionário na mente desse educando que ao descobrir que aprendeu a ler e escrever ele pode descobrir o mundo e seus significados, podendo de agora em diante interferir na sociedade em que vive de maneira significativa encorajando outras pessoas analfabetas a descobrirem sua história de exclusão social.

Freire (1989, p.19) esclarece que: “Antes a alfabetização de adultos era tratada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora ao contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um espaço de leitura do mundo e da palavra”.

O texto escrito por Paulo Freire considerado como o ícone da educação brasileira enfatiza fatores relevantes de práticas educativas existentes no passado e que devem ser abolidas na educação hoje. O educador fala do conhecimento como ato criador e como ato político, para ensinar a ler o mundo o educador necessita aprender ler primeiro, daí a necessidade da capacitação dos educadores, não somente da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas todo ser que abraça esse ofício de muita responsabilidade com o futuro do outro.

Práticas metodológicas simples podem descobrir e revolucionar maneiras de aprender, através do diálogo na sala de aula, pode descobrir idéias que podem auxiliar na prática pedagógica, tudo passa pelo preparo profissional e o interesse pela aprendizagem dos educandos nesse sentido, Paiva (2016, p.19) explica que: “O diálogo é a base do processo ensino aprendizagem na educação de jovens e adultos. É através do diálogo que vai ocorrer a troca entre aluno e professor, é nessa troca que ambos vão aprendendo um com o outro. O diálogo é de grande valor para o ensino aprendizagem, pois é na escuta que a mesma acontece”. Os educandos da EJA, necessitam dialogar na sala de aula, o silêncio pode representar insatisfação com o ensino oferecido, e o diálogo pode ser o início de um ato revolucionário que prioriza as trocas de idéias entre educador e educando, na construção de novos conhecimentos, que facilitem na aprendizagem.

Na observação participante a metodologia utilizada para alfabetização dos adultos fica a critério do entendimento de cada professor, como eles consideram e acham que é a melhor e mais indicada para aplicar na sala de aula, não existe o plano de aula. O uso do caderno é o principal recurso utilizado na sala, bem como, o lápis e a borracha. Não existe, nenhuma reunião para alinhar os conteúdos em todas as classes de alfabetização, percebe-se que é um ensino sem comando, aparenta que ali os educadores estão somente para garantir o emprego.

Um fato observado também é a ausência de práticas avaliativas sobre o nível de aprendizagem da leitura, visto que a maioria dos educandos, não tem domínio das letras do alfabeto brasileiro, percebe-se no momento que o educando está copiando o que está escrito no quadro. Como eles não conseguem ler a palavra vão escrevendo letra por letra, e não é feita a revisão no caderno dos educandos, se eles copiaram palavras erradas, ou faltando letras. O Coordenador da EJA no município demonstrou insatisfação com o ensino, esclareceu que é um ensino muito difícil, porque não representa nível de importância educativa, para os gestores municipais.

Os documentos analisados são do poder executivo brasileiro, que deixou a educação brasileira com responsabilidades das esferas estaduais, municipais e do Distrito Federal, não existe fiscalização por parte do Ministério da Educação como a EJA está sendo oferecida e se está adequada com as determinações legais para essa modalidade educativa. Como pode ser oferecido um ensino de qualidade se os profissionais são deixados a vontade para aplicar o que bem quer na sala de aula. Outra problemática é que existe um plano nacional de valorização do magistério, com piso salarial nacional e tabelas de vencimentos, o que também não é cumprida pelos gestores, que pagam aos educadores o salário que lhe é conveniente.

O próprio poder executivo brasileiro, incentiva ao descumprimento da legislação educacional do país, quando oficializa a oferta de bolsas para quem quiser alfabetizar jovens e adultos; basta ter o ensino médio e passar por uma capacitação, não informando esse período, enquanto a legislação recomenda que seja de no mínimo cento e oitenta dias além da investidura ser através de concurso público de provas e títulos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) também não consegue cumprir suas metas previstas para alfabetização de jovens e adultos, por falta de um financiamento definido e as responsabilidades atribuídas, pelo Ministério da Educação (MEC), para fiscalizar a aprendizagem desses educandos. Após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, o primeiro plano educacional brasileiro previsto para nortear o sistema educacional do país, só foi aprovado em 2001, portanto doze anos após, mas com profundas mudanças no seu financiamento, o que inviabiliza uma educação de qualidade.

Pergunta 2: Utiliza algum recurso tecnológico no processo ensino aprendizagem?

“Não, somente utilizamos lápis, caderno e borracha e o quadro as vezes eu tenho algumas idéias para pensar em alguma coisa diferente”. P1

“Não, somente utilizo, caderno, lápis e borracha para ensinar, e o que é isso?”. P2

“Não, a gente utiliza somente caderno, para eles escreverem, que ganharam da prefeitura, senão acho que nem isso tinha, eu não entendo muito de tecnologia, mas se a gente fosse treinado aprendia”. P3

“Não, eu só uso para o ensino caderno lápis e borracha”. P4

3.2.6-O que dizem os professores sobre o uso de recursos tecnológicos no processo ensino aprendizagem das classes de alfabetização da EJA?

O avanço tecnológico possibilitou a criação de ferramentas que podem ser utilizadas em sala de aula, porém a tecnologia não substitui o papel dos professores na educação, mas são de grande importância para dinamizar o ensino. O uso da tecnologia em sala de aula torna as aulas mais atrativas e despertam curiosidade nos educandos, que ficam prestando mais atenção nas aulas e o conteúdo apresentado, de uma forma mais criativa envolvendo recursos

que não se usava no passado, com isso melhora a produtividade e os educadores tornam suas aulas mais dinâmicas.

Brasil/MEC (2018) esclarece que: "O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na leva a escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais". Em contrapartida estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

O Sistema educacional brasileiro, admite que a escola precisa se enquadrar no ritmo tecnológico das sociedades, e cria programas de assistência tecnológica para as escolas de maneira a enquadrar a educação no contexto da modernidade educacional necessárias às transformações ocorridas no mundo.

Silva e Yabuta (2015) mencionam que: "A sala de aula é o ambiente de maior frequência dos alunos nas escolas, é o lócus da busca diária por novos conhecimentos. Diante dessa realidade, há uma necessidade de atualização metodológica, a fim de desconstruir a sala de aula como local de depósito de saberes docente em que é preconizada a "educação bancária". A inovação nos métodos utilizados neste espaço vem acontecendo lenta e constantemente, seja por meios de alunos que, rodeados de diversas mídias não se sentem satisfeitos diante de aulas informativas e tradicional, ou pelo professor que percebe que já não é suficiente apenas o livro didático, quadro e giz. As inovações estão crescendo a cada dia e a escola precisa acompanhar essa evolução para tornar-se atrativa aos alunos na direção de auxiliá-los na construção de aprendizagens significativas.

Os computadores colocados na escola, visa atender uma proposta de mudança pedagógica, cujo objetivo é auxiliar os professores no desenvolvimento de novos conhecimentos para a aprendizagem, portanto se não capacitar os professores para usar os computadores e outras ferramentas tecnológicas na prática do ensino, suas limitações nesse campo do conhecimento pode inviabilizar a introdução da modernidade na sala de aula. Nesse sentido, Machado (2018, p.02) adverte que: [...] o olhar para os brasileiros que padecem da chaga do analfabetismo, a definição é bem clara, ou seja, refere-se as pessoas que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Isso em pleno século XXI, quando discutem-se questões relacionadas a alfabetização e/ ou letramento digital como base formativa já para as crianças nos níveis mais elementares e iniciais da educação.

O ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é considera é considera secundário diante dos outras modalidades, por isso não representa de importância nacional. Uma sala de alfabetização que utiliza métodos exclusivamente tradicionais, não era para ser admitido

como recuso exclusivo para o ensino aprendizagem, isso ocorre nas classes de alfabetização da Escola de Ensino fundamental Mendonça Alves e no Conselho Regional em Assistência Social (CRAS), o uso somente do lápis, caderno, borracha e quadro de giz.

Esse cotidiano da sala de aula, não estabelece um vínculo do educador com o educandos, existe um isolamento entre os atores da sala de aula, além de outros problemas como bancas desconfortáveis e a falta de diálogo, que também inibe o educando de apresentar para o educador sua insatisfação com o ensino, um método ultrapassado com professores despreparados para ensinar na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Apesar de o contexto histórico mostrar o progresso da educação de jovens e adultos desde as primeiras iniciativas, observa-se que essa modalidade educativa ainda possui muitos desafios que estão relacionados com a grade curricular, inadequação de livros, metodologias e despreparação da maioria dos educadores, pela falta de capacitação para atender essa demanda.

A falta de investimento do governo e a dificuldade de acesso, e principalmente a inexistência do uso de novas tecnologias no contexto escolar na maioria das escolas, questões de bastante importância que necessitam ser analisadas, para que haja a oferta de uma educação de qualidade.

Pergunta 1: Qual material o professor utiliza para ensinar?

“A gente escreve pelo quadro no caderno e quando erra apaga, não tem livro”. E1-E17

“A classe da gente não tem quadro, está escrevendo no caderno, a professora escreve e a gente cópia embaixo”. E18-E21

3.2.7-O que dizem os educandos sobre o material didático e a metodologia do professor.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é oferecida a critério dos educadores, ou seja, cada um aplica ou estabelece o método para o ensino que desejar, e o material didático utilizado é exclusivamente o que os educandos recebem dos gestores, não existe nenhum setor responsável, que acompanhe a qualidade da educação que está sendo ofertada para esse público. Brasil (2004) reconhece que:

A avaliação técnica do Plano Nacional de Educação (PNE) realizada pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, em 2004, aponta para o não cumprimento de quase todas as metas do PNE. Nesse caso, como se trata de um documento de caráter técnico, evidencia que uma análise mais profunda e política levará a um diagnóstico educacional muito mais grave do que é apontado e recomenda-se que essa análise deve ser feita com a participação da sociedade civil.

Mesmo com as indicações legais dos gestores apontadas como negativas, descumprimento da constituição de 1988, o desempenho do Plano Nacional de Educação (PNE) conforme previsto na lei não cumpriu com suas determinações, o motivo é que isso implica em alocação de recursos para educação, os vetos de liberação financeira proveniente das Emendas Constitucionais (EC) e outros documentos do poder executivo brasileiro, impossibilitam a aplicação das metas prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) para a educação brasileira.

As dificuldades são muitas para os educandos da EJA, mesmo sem motivação eles vêm estudar porque sentem o desejo de ter mais oportunidades na vida. Não existe material didático específico, utilizando somente caderno, lápis e quadro, além do despreparo dos professores para assumir a posição de professor alfabetizador de adultos.

Para garantir que haja evolução no crescimento da taxa de inclusão dos jovens é preciso que a forma como o conteúdo é passado em sala de aula seja revisto urgentemente, e que novas técnicas de ensino sejam adotadas para garantir o interesse e a permanência dos estudantes em sala de aula Storylling é um termo em inglês que significa “Contaçon de Histórias”. Essa técnica não é somente uma ferramenta, mas sim uma metodologia que abraça diversas técnicas de comunicação que envolvem histórias. Medeiros (2018) fala sobre a importância de contar histórias para revolucionar o ensino. Essa será uma das tendências para 2018. Utilizar recursos como cenas do cotidiano, imagens, vídeos, trilha sonora, infográficos e textos atraentes é uma ótima técnica para atrair a atenção dos alunos e explicar o conteúdo de uma forma prática e memorável.

Para incluir ao ensino dos educandos da alfabetização de jovens e adultos, o professor precisa procurar outros métodos alfabetizadores que possam ir além de escrever textos do quadro para o caderno, mas para que isso ocorra, os educadores, professores devem ter um preparo profissional e ser valorizado como facilitador da aprendizagem da etapa mais importante da educação inicial.

Apesar de muito antiga, a história em quadrinhos constitui um mundo de encanto para as diversas faixas etárias, construindo a linguagem de forma interessante e atraindo a atenção dos educandos. Oliveira (2012, p.8) explica que:

Possuem potencialidades como material pedagógico, pois contribui para o desenvolvimento cognitivo, metacognitivo e sócio interativo dos alunos, além de ser uma narrativa, oriunda da necessidade de os homens estruturarem suas ações no mundo, conta uma história com seu propósito utilizando a imagem e a palavra para fazer uma outra linguagem.

Na observação participante a rotina da metodologia na sala de aula, é o uso do caderno, lápis e quadro, isso vai cansando e desmotivando o educando, que não visualiza nenhuma mudança nas práticas pedagógicas que levem a esses educandos um fio de esperança de melhorar sua aprendizagem.

Além do professor aplicando o seu método ultrapassado os educandos se mantêm em extremo silêncio, para não perderem a concentração no desenhar as palavras escritas no quadro de giz. Além do descaso pelas autoridades do município, conta-se com a desqualificação de toda equipe educadora, que apenas cumpre uma tarefa, que não tem nada a ver com a aprendizagem.

Os gestores municipais recebem recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que deve ser investido na educação básica, o valor por educando da EJA matriculado também chega na receita do município, mas o descaso com essa educação é evidente. O município recebe o valor destinado ao ensino de jovens e adultos correspondente ao ano inteiro, enquanto os educandos vão se evadindo da sala de aula por falta de assistência.

Pergunta 2: Consegue ler e escrever um bilhete simples:

“Só sei fazer meu nome, não conheço o alfabeto”. E1-E5

“Não sei fazer meu nome, falta letras, esqueço”. E6-E7

“Só sei fazer meu nome, mas não sei ler”. E8-E12

“Não sei fazer meu nome”. E13

“Só sabem fazer o nome”. E14-E21

3.2.8-O que diz os educandos sobre a capacidade de ler e escrever um bilhete simples.

Os educandos pesquisados ainda não têm o domínio das letras do alfabeto brasileiro mesmo todos permanecendo mais de três anos na classe de alfabetização do EJA. O ciclo de alfabetização proposto pela LDB / 1996 é de três anos, tempo considerado suficiente para o educando aprender a ler e escrever. IBGE | PENAD | 2000 estabelece que: “é considerada alfabetizada a pessoa de cinco anos ou mais que é capaz de escrever um bilhete simples. Quem sabe escrever somente o nome, não é considerado alfabetizado”.

A questão de quem é alfabetizado no Brasil é uma descoberta muito complexa, primeiro porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera alfabetizado apenas aquele sujeito que sabe ler e escrever um bilhete simples, em segundo lugar temos que levar em consideração que o nosso documento de identificação nacional, quando a pessoa não consegue assinar o nome é considerado “não alfabetizada” e o seu documento é carimbado com essa expressão. Os educandos do EJA pesquisados só conseguem escrever o nome, isso implica que no seu documento RG, assinado o sujeito não recebe esse carimbo, portanto qualquer pessoa que examinar o RG desse indivíduo deduz que ele seja alfabetizado.

Brasil/MEC (2000) adverte que: “De acordo com a Secretaria de Educação Fundamental do MEC, que orienta os professores e também os cursos de alfabetização de adultos, o conceito alfabetismo ou letramento é mais abrangente”. Esse conceito refere-se não apenas ao saber ler e escrever, mais principalmente ao saber usar a leitura e a escrita. Para passar da condição de analfabeta para a condição de alfabetizada, portanto, a pessoa precisa transformar em alguma medida sua condição, incorporando a linguagem em sua vida.

Para que o educando se torne uma pessoa alfabetizada, vai além do saber somente ler e escrever, quem adquiriu essa habilidade é considerado analfabeto funcional. Brasil (2020) O jornal Correio do Povo em Porto Alegre informa que: Brasil tem cerca de 38 milhões de analfabetos funcionais, grupo tem muita dificuldade de entender e se expressar por meio de letras e números.

O interesse pela educação do país depende de atos políticos, o processo educativo está vinculado a interesses dos dirigentes da nação. Cidadãos que sejam menos dependentes das ações assistencialistas do Estado e mais livres adquirindo capacidade de compreender deveres e defender seus direitos é impossível separar a educação como fazendo parte de uma atitude política e ambas andam juntas na formação de um cidadão crítico.

Cara (2017) Coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito a Educação menciona que: “O número de analfabetos no país é altíssimo”. Ela ressalta que a Constituição de 1988 instituiu que, em dez anos a partir de sua promulgação o analfabetismo teria de ser erradicado. Quase 30 anos depois, essa ação não acontece de forma clara, diz o educador, ressalta que a alfabetização é um direito tão fundamental como a alimentação. A Constituição Brasileira de 1988 completa 32 anos e o índice de analfabetos continua em grande escala no país, visto que o sistema educacional brasileiro continua produzindo analfabetos.

Cara (2017) diretora executiva do Todos pela Educação, enfatiza: “É preciso levar em conta também o analfabetismo presente no ensino fundamental”. O Brasil não tem histórico de ações efetivas contra o analfabetismo de jovens e adultos analfabetos, mas deve fechar a torneira do analfabetismo entre crianças. Mais da metade delas está num período da vida em que já deveriam, estar alfabetizadas e não estão.

Na observação participante os educandos não sabem ler nem escrever, apenas a maioria diz saber escrever o nome, outros não sabem fazer o nome, escreve faltando algumas letras e os que conseguem fazer a forma é muito precária como quem está desenhando, caracterizando 21 participantes da pesquisa analfabetos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2017) divulga resultado de pesquisas sobre a redução da taxa de analfabetos no país, se essa estatística se basear no conceito do próprio órgão que defini como sujeito alfabetizado aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples, o índice de pessoas jovens e adultas analfabetas no país é bem maior do que se apresentam estatisticamente.

3.3- Dissertar sobre a influência da família na vida dos educandos

Todo ser humano nasce de uma família e esta é um bem para sociedade, porque é ali que nascem e crescem os futuros membros de uma sociedade, daí a sua importância e a influência. A família é o primeiro laço de transmissão de cultura e esse papel é insubstituível, mas dentro da família a educação pode levar a criança adquirir práticas tanto libertadoras quanto alienadoras.

Brasil (1988) o artigo 205 da constituição federal de 1988 enfatiza que: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A família é fundamental para a formação e educação da criança, o ideal é que tanto a família como a escola tenham o interesse de preparar a criança para se inserir na sociedade e participar de suas decisões. Uma família escolarizada entende melhor a importância da educação nesse preparo do indivíduo para o mundo.

Ambas as instituições família e escola tem suas particularidades, mas as duas devem visar o bem comum dos educandos. Nesse sentido Alves 1873, citado em Silva (2000 p.42) menciona que: “O escravo que frequenta a escola, que aprende a ler, que fica com consciência dos seus direitos, não pode ser mais escravo, há neste procedimento uma contradição relevante senão absurda”.

A escola pública tem regras que também alcançam toda a educação brasileira, a LDB/1996, é um documento do poder executivo muito rico em orientações para promoção de uma educação inclusiva e libertadora, um documento (Lei) construída com a participação da sociedade.

Pergunta 9: Seus pais sabiam ler e escrever?

“Não. Tanto meu pai como minha mãe são analfabetos”. PE

3.3.1- O que diz o professor com experiência sobre a escolaridade de seus pais, se eles frequentaram a escola.

Nas Constituições Brasileiras, a educação além do Estado também é dever da família. As famílias cujos pais são analfabetos, os filhos têm mais dificuldade de serem incentivados para estudar. Geralmente essas pessoas se preocupam mais com o sustento da família, e não vêem a educação como um bem social. Universalizado esse direito, na Constituição Cidadã, muitos brasileiros que eram analfabetos, perceberam que o homem ou mulher que estuda tem mais oportunidade na vida.

Brasil (1988) informa que: A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no seu Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I Da Educação Art. 205. A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição mais democrática do país, que garantiu direitos sociais universais e básicos para o povo brasileiro, também consolidou essa conquista na educação com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE), e a garantia do financiamento da educação básica para todos inclusive aqueles que não tiveram oportunidade de estudar ou foram excluídos do ensino regular por não consolidar o ciclo de alfabetização.

O Brasil já contava com inúmeras pessoas jovens e adultas que eram analfabetas agora era uma exigência das sociedades letradas do mundo, para erradicação do analfabetismo, por se tratar de um direito básico do ser humano. Antes da Constituição Federal de 1988, existiram algumas tentativas de educar o povo na constituição Federal de 1946, com destaque neste contexto do educador Paulo Freire, mas logo sofreu Golpe Militar em 1964.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2017) informa que: cinquenta milhões de brasileiros, vivem na linha de pobreza e tem renda familiar equivalente a trezentos e oitenta e sete reais e sete centavos ou cinco e meio dólar por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre. Ela indica ainda que o maior índice de pobreza está na Região Norte e Nordeste do País, e os estados mais pobres do Nordeste são Maranhão, Alagoas e Piauí.

O Brasil conta com um grande número de pessoas ignorantes e analfabetas, que se formou desde o período colonial até os dias atuais. A educação brasileira sempre foi privilégio de uma elite que se formou projeto educacional da colônia portuguesa. Machado (2016) esclarece que: “o fim da escravidão no Brasil não foi acompanhado de políticas públicas e mudanças estruturais para inclusão dos trabalhadores, por isso, os escravos modernos são herdeiros dos que foram libertos em 1888”.

As pessoas analfabetas continuaram escravas agora do sistema capitalista que através de ações estratégicas e atuantes dos organismos multilaterais, nos países periféricos, adotam medidas de controle para financiamento de políticas públicas universais. Costa (2009) esclarece que: apesar do número excessivo de ações alfabetizadoras realizadas pelos sucessivos governos e entidades no Brasil, não se obteve resultados satisfatórios, tendo em vista os atuais índices de analfabetismo.

Políticas públicas de cunho universalizantes, somente aconteceu na Constituição Federal de 1988, porém as medidas adotadas pelo poder executivo brasileiro, alinhado com os interesses internacionais fragilizam o seu financiamento, preconizando todo o sistema educacional brasileiro e inviabilizando a erradicar o analfabetismo no país.

A observação participativa reforça a pobreza da região Nordeste do Brasil, porque que a família do professor com experiência, se deslocou para São Paulo, atrás de sobrevivência que geralmente em épocas passadas os nordestinos se deslocavam para região Sudeste do País a procura de sobrevivência e nesse novo contexto eles conseguem alguma prosperidade, mesmo os pais sendo analfabetos.

O professor com experiência conta que os pais eram analfabetos, observa-se certa tristeza, a família teve que se deslocar para São Paulo a procura de trabalho. Lá construiu sua vida e do restante da família, estabilizando a situação financeira, mas são pessoas ignorantes e tem dificuldade de interpretar o contexto que vive.

A primeira Constituição Brasileira a Imperial, que deveria libertar o povo do legado negativo da educação jesuítica, que tinha uma metodologia violenta, e um ensino discriminatório, ao contrário reforçou a exclusão social, contribuindo para o aumento do analfabetismo no Brasil Imperial. Uma boa parte da população era excluída dos projetos educativos do país.

A expectativa do povo brasileiro com a primeira Constituição era uma melhoria do sistema educativo do país. Para ser considerado cidadão nesse novo contexto a pessoas teria que ter posse, o que fortaleceu o entendimento de que a educação era desnecessária. Essa situação foi se fortalecendo entre o povo, e aumentando o número de ignorantes que tinha dinheiro, mas não sabia ler nem escrever. Ao final do Império, as escolas públicas eram escombros e os locais de ensino de forma deplorável.

Na Constituição de 1946, pela primeira vez no Brasil houve o interesse de se combater o analfabetismo no país, surge o ícone da educação brasileira o educador Paulo Freire, com um método inovador para alfabetizar adultos houve o envolvimento da sociedade e alocação de recursos financeiros para melhorar o sistema educativo. Logo o golpe militar de 1964, desestabilizou esse projeto. Em 1988 pela primeira vez, foi universalizado esse direito de reparar a situação daqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa, mas a qualidade do ensino deixa a desejar essa aprendizagem.

Pergunta 10: Seus pais frequentaram a escola?

“Não. Meus pais nunca frequentaram a escola, minha mãe faz alfabetização na EJA, mas não sabem ler nem escrever”. P1

“Não. Meus pais nunca foram para escola são analfabetos”. P2

“Não. Minha mãe sabe ler um pouquinho, mas meu pai não sabe ler nem escrever”. P3

“Sim. Meu pai e minha mãe estudaram sabe ler e escrever um pouco”. P4

3.3.2- O que dizem os professores sobre a pergunta dos pais terem frequentado à escola.

Frequentar a escola antes da Constituição de 1988, era participar de programas nacionais de combate ao analfabetismo para jovens e adultos, que na maioria das vezes não tinha objetivos claros, mas eram programas direcionados a esse público, mas com outros interesses e não se constituía uma política de inclusão social. A partir do ano de 1945, quando da criação dos organismos multilaterais, a educação dos países periféricos passou a ser objeto de interesse internacional, monitorizada pela UNESCO, a erradicação do analfabetismo é uma exigência.

PNAD/IBGE (2009) esclarece que: “O analfabetismo é bem mais acentuado na população negra; as regiões menos desenvolvidas, os municípios de pequeno porte e a zona rural apresentam piores índices; o analfabetismo está fortemente concentrado na população de baixa renda; o percentual e a quantidade de analfabetos são maiores na faixa etária mais alta; apesar de existirem ainda analfabetos jovens, o que significa que o sistema educacional continua produzindo analfabetos. Além disso constatou-se que a taxa de analfabetos dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos, ou seja cada geração permanece alheia à melhoria do sistema educacional”.

Ser alfabetizado no Brasil significa atender a uma determinação. IBGE (2017) que explica assim: “Para ser considerado alfabetizado o sujeito necessita saber ler e escrever um bilhete simples”. Esse é o conceito do Instituto oficial de Pesquisa do Brasil, para pessoa ser considerada alfabetizada, mesmo assim não esclarece que tipo de bilhete é esse.

O pior analfabetismo acontece pela omissão da sociedade em oferecer o direito à educação na idade certa por parte dos opressores (classes dominantes) que fazem o sistema de ensino básico ser precário, fazendo com que esses educandos não tenham uma alfabetização adequada. Rebouças (2017, p.1) enfatiza que: “No Brasil, cerca de 90% dos brasileiros não

sabem ler e escrever com total qualidade. Trata-se de uma situação preocupante, com fortes reflexos no mercado de trabalho”.

Após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, a educação passou a ser dever do Estado, são passados 32 anos e são vários os programas apresentados para erradicar o analfabetismo no Brasil, pois se constitui como prioridade no campo educacional. Mortatti (2013, p.4) adverte que: “Por trás da ruidosa conquista de alguns avanços e dos ruidosos anúncios de resultados de políticas públicas de outro ponto de escuta se pode ouvir o eloquente silêncio de problemas históricos da alfabetização no Brasil”.

A alfabetização como direito de todos, necessita uma inclusão não somente teórica conforme recomenda a Constituição, mas que as práticas cotidianas de sala de aula do público que foi excluído da educação por vários séculos, passe a se constituir interesse da nação. Caetano (2019) esclarece que: “As reformas nos anos 90 do século passado pretendiam instaurar um novo modelo de administração pública, chamada de “administração pública gerencial”, que alterou o modelo da gestão pública e conseqüentemente, de gestão da educação e da escola”.

Na observação participante os professores são pessoas sem muita desenvoltura na sala de aula, falam palavras erradas e escrevem também, e ao invés de desenvolver no educando a aprendizagem, muitas vezes, leva seus hábitos por ter sido educado em uma família excluída socialmente da cultura do país, os pais são analfabetos. Os professores não tem segurança do conteúdo apresentado para estudo, não tem condições de desenvolver um debate dentro de um contexto apresentado em sala de aula, para os educandos e ainda conta com práticas pedagógicas ultrapassadas por falta de capacitação.

A positivação de um direito, porém não significa sua imediata concretização e efetivação para os cidadãos. O poder público no caso a União, deve empreender ações e a infraestrutura e os serviços necessários para viabilizar tais projetos. O entendimento é que os formuladores de bases legais evoluam para concretização do direito legal à educação e motive os formuladores de políticas educacionais no setor público e garanta seu financiamento, a educação de qualidade diz respeito ao desenvolvimento da nação.

3.3.3-O que dizem os educandos sobre a influência da família na sua educação.

“Minha mãe mandava pra escola, mas quando não tinha comida a gente não ia ela não queria que a gente fosse com fome para escola, a escola era longe”. E1-E2

“Minha família ninguém sabe ler, são analfabetos por isso também nem me ligou”. E3-E4

“Meus pais são analfabetos, não ajudavam porque não sabiam ler”. E5-E8

“Fui criado por meus tios, eles eram analfabetos e não me colocaram na escola”. E9

“Tive que trabalhar, meus pais eram analfabetos”. E10

“Na minha casa ninguém sabia ler”. E11

“Meu pai e minha mãe eram analfabetos a gente faltava muito na escola e ninguém se importava”. E12-E21

A Constituição Federal (CF) de 1988 e outras legislações que tratam da educação brasileira enfatizam que as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais, para dar ciência do processo pedagógico, bem como de chamá-los para participar das definições das propostas educacionais. A legislação vincula, dessa forma, não só a obrigatoriedade estatal e social, mas também invoca a família como núcleo primeiro na formação do cidadão e, como tal indispensável e insubstituível na missão determinada nas prerrogativas da Carta Magna do país.

Brasil (1988) diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A família como o núcleo primeiro da formação do cidadão tem a responsabilidade de transferir para seus filhos valores sociais positivos, que contribuam para formação do cidadão, a ausência da família na vida escolar da criança deixa a cargo da escola e da sociedade uma tarefa que lhe é insubstituível. As famílias pobres onde geralmente os pais não são escolarizados, não compreendem a importância do binômio família/escola para formação do cidadão.

Melo (2017) enfatiza que:

A escola tem como responsabilidade cumprir a proposta pedagógica apresentada para a família, sendo coerente nos procedimentos e nas atitudes do dia a dia; propiciar ao aluno liberdade para se manifestar na comunidade escolar, de forma que seja considerado como elemento principal do processo educativo [...] de forma a oferecer uma educação de qualidade para os alunos.

Na educação da criança é de grande importância a participação da família no ambiente escolar, participando enquanto representação da sociedade, sendo ela a base da educação e

formação do homem; essa também participa do processo educativo dos filhos na escola, onde a educação pode também beneficiar a família, educando os filhos e também seus pais, e assim a escola pode contribuir para o fortalecimento da sociedade. A escola tem a obrigação de receber todos os educandos pois constitui um direito na Constituição de 1988, mesmo assim, a escola pública recebe a maioria dos seus educandos de ambientes sem estrutura familiar, sendo essas fragilizadas, geralmente pais alcoólatras, usuários de drogas, ambientes violentos e desestabilizados, tendo a escola por obrigação fazer esse trabalho de extensão escolar favorecendo a educação familiar, o que facilitará a melhoria do ensino, consolidando os preceitos constitucionais.

Na observação participante, os educandos das classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), são pessoas jovens e adultas que estão ali por iniciativa própria, sentiram o desejo de estudar, tendo cada um as suas razões, mas geralmente desejam ter mais oportunidade na vida. Ali encontramos pessoas aparentemente ajustadas emocionalmente, porque são livres de vícios, apenas são desfavorecidos por serem pobres e excluídos dos cuidados educativos da nação.

Estudam ali, adultos e jovens se esforçando para aprender a ler e escrever, uma oportunidade de transformar suas vidas. Apesar do ambiente não representar esperança para uma aprendizagem, esses são persistentes e aguardam que haja mudanças e eles possam alcançar o objetivo desejado. O sonho de aprender a ler e escrever é desafiador para esse público da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os educandos reconhecem que não estudaram na idade certa porque eram pobres demais, muitos deles não tinha nem o alimento para fazer as refeições, conforme foi presenciado existe algum interesse pela merenda que a escola, oferece uma conquista da Constituição Cidadã. Apenas a Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves, usufrui desse direito, o Conselho Regional em Assistência Social (CRAS) não, porque lá não é uma escola, mas um ambiente improvisado para alfabetizar jovens e adultos.

Os educandos da escola pública, em geral são provenientes de famílias desestruturadas e analfabetas, são alheios aos direitos constitucionais, principalmente quando se trata de educação escolarizada, que eles não conseguem um retorno financeiro de imediato. Uma educação libertadora deve ser iniciada na família e se consolidar nas futuras gerações, pessoas conscientes politicamente repassam esses valores para a família.

A Constituição Federal (CF) de 1988, garante para todos os brasileiros o direito de estudar e para o grande número de analfabetos existentes no país, a erradicação do analfabetismo, com ações de impacto nacional, nesse sentido os estados, os municípios e o DF, teriam que apresentar para esses educandos, um ambiente modernizado, com práticas pedagógicas eficientes de acordo com as necessidades dos educandos e principalmente com educadores preparados para essa modalidade de ensino, nada disso apresenta-se como realidade, nesses ambientes alfabetizadores observados, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), fortalece o analfabetismo, nesses locais observados.

Triangulação no estudo de caso

Yin (2010) sugere a utilização de um protocolo de estudo de caso para garantir que a pesquisa ou um dos seus procedimentos possam ser repetidos; este consiste na documentação detalhada dos procedimentos seguidos na pesquisa, de forma que esse registro aumente a confiabilidade do método.

Vários autores defendem a indicação de fontes de evidência e a de métodos de coleta, análise de dados como estratégia metodológica para aumentar a compreensão sobre um mesmo fenômeno, também servindo para reforçar a validade da investigação científica.

Segundo Stake (2005, 2011) Triangulação é método que utiliza dados adicionais para validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador, adotando diferentes percepções para esclarecer o significado por meio da repetição das observações ou interpretações.

Para reforçar a validade desse estudo de caso foram coletados dados de em momentos e local distinto ao da pesquisa. Foram entrevistados nove sujeitos provindos de demanda espontânea acolhimento no Centro de Testagem Anônima do Hospital Universitário da UFAL-CTA. Por ser um Hospital Escola, faz-se necessário o fornecimento de informações para o preenchimento de um formulário, no qual uma das perguntas é sobre a escolaridade do paciente. Durante um mês, sempre que algum paciente informava que não sabia ler e escrever era convocado para participar da pesquisa, concordando em dar mais informações pessoais, para colaborar com o estudo, os entrevistados compuseram o grupo de validação deste estudo de caso.

Inicialmente, os sujeitos foram inqueridos se haviam frequentado a escola quando criança, logo iniciavam a discorrer as situações porque não estudaram. Foram estabelecidos para essa pesquisa analisar cinco índices:

- A idade do sujeito, para identificar se esse era adulto jovem ou adulto maduro;
- A procedência, se esses sujeitos mesmo sendo do interior dos estados se moravam na periferia, onde geralmente existe alto índice de droga e alcoolismo e baixa escolarização da população;
- Se frequentaram a escola, justificar o porquê abandonaram os estudos;
- Saber se esses sujeitos trabalham, porque pela baixa escolaridade, eles têm menos oportunidades de conseguir emprego e, por último;
- Se pais desses sujeitos pesquisados são escolarizados, porque as Constituições Brasileiras atribuem a educação como papel da família e da escola.

A População da triangulação

Os nove sujeitos pesquisados são pessoas simples, seis provenientes de cidades do interior do estado de Alagoas, duas são da capital, Maceió. Nessa pesquisa de triangulação os sujeitos estão identificados por adultos jovem de 16 a 40 anos de idade e adultos maduro acima de 40 anos de idade. Aplicamos para identificá-los a letra S seguida de numeração.

Onde nasceram e onde vivem: dois sujeitos são da capital Maceió, um é proveniente de uma cidade do litoral sul Alagoano São Miguel dos Campos, um da zona da Mata, cinco são provenientes da Região Norte de Alagoas e um de Vitória de Santo Antão, interior do estado de Pernambuco. Apesar dos sujeitos terem passado tempo da infância de suas vidas nas cidades onde nasceram, mas a maior parte de suas vidas foi na capital Alagoana, Maceió, onde residem até hoje.

Na análise dos resultados identificou-se que os nove sujeitos da pesquisa são literalmente analfabetos, os que não conhecem as letras do alfabeto são sete que por um período de sua infância frequentaram a escola na idade certa, mas interromperam os estudos por dificuldades financeiras dos pais e, dois nunca frequentaram à escola.

TABELA Nº 6: Análise dos resultados da triangulação dos dados da pesquisa

Nº de sujeitos pesquisados	Idade	Ocupação	Motivo da interrupção dos estudos	Procedência	Escolaridade dos pais
S1 - S7	Adultos jovens	Desempregados	Dificuldades financeiras	Periferia	Analfabetos
S8 – S9	Adultos maduros	Trabalham na agricultura	Nunca frequentou a escola	Periferia	Analfabetos

Fonte: dados da pesquisa (2019)

As falas dos sujeitos:

S1 - Eu estudei quando era pequena, mas a senhora sabe antigamente era muito difícil, minha mãe teve vir para Maceió, aí me casei não estudei mais, tentei voltar estudei alguns meses e não fui mais para estudar.

S2 - Minha mãe tinha nove filhos, eu sou a encostada a mais velha, tenho trinta e cinco anos ninguém na minha casa foi para escola, meu cunhado me ensinou a fazer meu nome.

S4 a S7- A gente era muito pobre quando era pequeno, meus pais vieram para Maceió procurar um emprego, estudamos até 10 - 11 anos e parei.

S8 - Eu estudei o patrão de minha mãe me colocou na escola, eu ia comer a merenda, não aprendi nada não sei fazer meu nome.

S9 - Eu estudei, mas a escola era longe, morava na fazenda meu pai viajava muito para procurar emprego.

Questionados sobre se tinha assinatura no RG as respostas obtidas foram: os sujeitos S1 a S7 - Assinam o nome no RG, enquanto, S8 e S9 - Não assinam o nome no RG.

A pesquisa demonstrou que os nove sujeitos analisados são analfabetos, sete adultos jovens frequentaram a escola na idade certa e abandonaram os estudos entre 10 e 11 anos por dificuldade financeira dos pais. Mesmo tendo frequentado a escola por algum período eles não conhecem as letras do alfabeto, atualmente, não estão matriculados na EJA, seus pais também são analfabetos, convergindo com os resultados obtidos anteriormente, onde o analfabetismo está relacionado a pobreza e vem de geração em geração.

A EJA é uma modalidade de ensino para pessoas que são adultas que não estudaram na idade certa e para jovens que foram excluídos do ensino regular por não haverem obtido êxito no ciclo de alfabetização por diversos motivos. Os educandos adquiriram esse direito somente com a universalização do ensino, uma educação como direito de todos, foi estabelecido na Constituição Cidadã. Mesmo assim, esse direito apesar de ser conquistado, através de grande mobilização da sociedade, continua na prática como um desafio para aqueles que não aprenderam a ler e escrever, se alfabetizar é uma necessidade básica de todo ser humano.

Direito conquistado como uma recompensa pela omissão da nação que por vários séculos, excluiu o povo do acesso à cultura. No entanto, para consolidar e garantir o texto constitucional algumas legislações deveriam ser aprovadas pelo poder executivo brasileiro como parte das iniciativas necessárias. A prioridade do sistema de ensino nacional na carta

magna era erradicar com o analfabetismo entre os jovens e adultos, um avanço para o desenvolvimento da nação e consolidação da cidadania do povo brasileiro.

Somente após oito anos da aprovação do texto constitucional, e depois de árduas batalhas travadas entre a sociedade e o poder executivo brasileiro, foi votada e aprovada a primeira legislação que regulamentava o sistema de ensino no país, estabelece para o povo as orientações necessárias para oferecer ao povo uma educação de qualidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB/1996, de agora em diante a nação podia contar, com um guia completo suprimindo todas as necessidades da educação nacional.

No campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi estabelecida uma legislação específica, por se tratar de um público diferenciado e carente de necessidades que deveriam ser observadas, por isso carecia de uma atenção voltada para essa área de ensino. Aprender a ler e escrever se constitui numa aprendizagem considerada complexa e necessita empenho de todo setor educativo e um apoio da sociedade para consolidar essa fase educacional, finalmente ela é a base do processo educativo. Paiva (2005, pp.202-203) menciona que: “Nenhuma aprendizagem, portanto, pode ser destituída do sentido ético, humano e solidário que justifica a condição de seres humanos, providos de inteligência [...]”. Os seres humanos são providos de inteligência diferenciados dos animais, são capazes de aprenderem em qualquer idade, mas merece um atendimento diferenciado de acordo com suas necessidades.

Uma legislação específica para EJA representa um investimento recomendado pela legislação e pelos formuladores de políticas públicas para esse setor educativo. As necessidades desses educandos devem ser levadas em consideração, necessitam de uma metodologia adequada, professores preparados, ambiente modernizado e respeito como pessoas que tem seus direitos de estudar garantido em lei, esses educandos abandonaram os estudos, outros nunca estudaram, além dos excluídos do ensino regular, reforçando que o analfabetismo está relacionado com a pobreza e da negligência dos governantes.

Di Pierro (2019) adverte que: “Chegar 2a idade adulta na condição de analfabeto numa sociedade letrada predominantemente, grafocêntrica [centrada na escrita] é uma situação que ocorre por processo de exclusão social que são múltiplos, que não estritamente educacionais”. Apesar dos avanços no sistema educacional através da Constituição de 1988, outros problemas como a concentração de renda, entres poucos gera grande pobreza em várias regiões do país, principalmente a norte e a nordeste, onde se concentra a maior pobreza do país.

A parte mais complexa da aprendizagem da aprendizagem da EJA, que é a alfabetização fica por conta do município e não existe um órgão para fiscalizar o ensino nessa

área e verificar o nível da aprendizagem. Machado (2011) esclarece que: “O custeio da EJA, é distribuído pelos sistemas educacionais da seguinte forma: o primeiro segmento, anos iniciais do ensino fundamental, cuja alfabetização é a primeira fase, fica a cargo do município, o segundo segmento anos finais do ensino fundamental, e o terceiro segmento, ensino médio, são de responsabilidades do estado”.

Quanto a realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no município pesquisado nas classes de alfabetização dos ambientes alfabetizadores, estes não contam com o apoio dos gestores municipais, apesar de receber recurso do FUNDEB, pouco se investe na educação desse público.

Como é de responsabilidade municipal a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não existe nenhuma fiscalização por parte da Esfera Federal (EF), cuja representação para esse setor é o Ministério da Educação (MEC), não se verifica se esses educandos das classes de alfabetização estão aprendendo a ler e escrever, conforme determina o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que para o sujeito ser alfabetizado deve saber ler e escrever um bilhete simples e para a fase do letramento, significa usar a leitura e a escrita nas diversas práticas sociais.

Um dos educandos da pesquisa que frequenta as classes de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos há 16 (dezesesseis) anos, ainda não aprendeu a ler e escrever, diz somente fazer o nome, mas que às vezes falta alguma letra, para o Brasil esse educando nacionalmente é alfabetizado, porque na segunda via do seu Registro Geral (RG), esse educando saiu da condição de não alfabetizado porque conseguiu assinar o RG. Mesmo assim relata que ainda errou 03 (três) vezes, diz está “muito nervosa” se justificou relatando um caso de outra pessoa de outro município do estado, que tentou por diversas vezes fazer o nome, mas não conseguiu, foi orientada a treinar mais vezes. O educando confidenciou, que todo ano tenta desistir, mas a professora vai chamar em sua residência.

Concluiu-se que o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA, no local pesquisado não tem contribuído para formar educandos segundo o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os sujeitos educandos pesquisados são analfabetos porque não sabem ler nem escrever um bilhete simples, impossibilitando a fase do letramento. A falta de conhecimento dos educandos em relação a seus direitos constitucionais leva-os a um grau de acomodação em relação a exigir políticas públicas educacionais para esse setor, durante o estudo nenhum educando questionou o poder público em relação ao descaso com esse grau de ensino, cabendo aos educadores se politizarem para exigir juntamente com os

educandos seus direitos constitucionais e as mudanças ocorridas na educação e no país com o advento da Constituição de 1988.

Mesmo com as diversas emendas na Constituição (EC), mas é o documento maior da nação em vigor, concluiu-se também com a pesquisa da triangulação que o analfabetismo vem de gerações e está relacionado com a pobreza, quase nada tem sido feito para cumprir a existência e as determinações constitucionais, que promete erradicar com o analfabetismo no Brasil.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Neste capítulo serão apresentadas as conclusões obtidas ao finalizar a investigação, e apresentamos também as propostas após analisar esse estudo. A educação de jovens e adultos dentro das metas da Constituição Brasileira, a alfabetização se constitui como prioridade nacional na área educativa do país. Por vários séculos esse público foi excluído das ações e iniciativas da educação nacional. Brasil (2018) esclarece que: “O Programa Brasil alfabetizado [...] promove a superação do analfabetismo entre jovens a partir de 15 anos, adultos e idosos”.

A promulgação da constituição de 1988, estabeleceu a universalização desse direito, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira LDB 9394/1996, as Diretrizes curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos e o Parecer no 11/2000, esta passa a ser considerada como modalidade da educação básica, voltada para o ensino de jovens e adultos que não frequentaram a escola ou não concluíram a educação básica.

As diretrizes do Plano Nacional da Educação – PNE indicam que a educação deve ser continuada ao longo da vida, priorizando o direito a educação de jovens e adultos no ensino público e gratuito. Abreu (2012) menciona que: “[...] destacando o papel essencial da educação o fortalecimento das suas capacidades naturais, e na geração de melhores oportunidades, propomos a criação de um sistema de educação provido pelo Estado com o objetivo de lhes permitir tornarem-se melhores cidadãos, melhores trabalhadores e melhores seres humanos, participantes, livres e plenos da economia e da sociedade”.

Logo após a universalização do direito a educação, a reforma do aparelho do estado brasileiro dos anos 90, estabelece que a educação deixa de ser dever do Estado, para ficar sob a responsabilidade da família e da sociedade. A partir daí, a rede particular de ensino se fortalece enquanto a educação pública fica sem prioridade nacional, contrariando o que foi estabelecido e recomendado no texto constitucional. O declínio da escola pública fortalece a exclusão social por aumentar a quantidade de pessoas jovens e adultas analfabetas excluídas também dos projetos da nação.

Dentro às funções da EJA, está a Reguladora, significa não só a entrada dos direitos civis, pela restauração de um direito negado: o direito a escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Abreu (2012) esclarece que: “[...] sem trabalho nem rendimento, não existem condições objetivas nem subjacentes para acesso à educação e à saúde, mães sub ou mal nutridas e pouco escolarizada

ou analfabeta colocam no mundo crianças com desvantagem a nascença, que irão confrontar-se com os mesmos problemas, muitas vezes mais agravados que os seus progenitores enfrentam e que não terão condições de alterarem seu favor”.

Considerando a importância da alfabetização constituída a base para se prosseguir os estudos, e que essa fase da educação é bastante complexa, principalmente para aqueles que não frequentaram a escola, mantendo contato com esta pela primeira vez, ambiente educativo depois de adulto, prosseguir esses estudos é desafiador. Necessário é que o educando experimente mudanças na prática do seu cotidiano fora da escola e agora no ambiente educativo. Se nada esse educando visualizar como positivo para o seu desenvolvimento, a tendência é o desestímulo com a evasão escolar.

CONCLUSÕES

Após a coleta das respostas do professor com experiência, os educadores (professores regentes) e os educandos através da guia de entrevista, entrevista foi possível iniciar e proceder com a análise dos dados para responderem aos objetivos específicos estabelecidos para a pesquisa. Em relação ao primeiro objetivo específico, descrever o contexto que ocorre a EJA e sua legislação observou-se que: o professor com experiência possui formação compatível com o cargo exercido e atende as determinações constantes na legislação brasileira, o seu vínculo empregatício com o município também atende as exigências constitucionais.

Ele descreve o perfil sócio econômico dos educandos da EJA, como, provenientes da periferia do município, na sua maioria desempregados, sobrevivem de auxílio do governo, pessoas que tem o desejo de aprender a ler e escrever, mas que o contexto onde ocorre essa educação, não representa importância para os gestores. A escola não apresenta estrutura adequada para o ensino de adultos nos dois ambientes alfabetizadores a escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e o Centro de Referência em Assistência (CRAS). Os professores alfabetizadores de adultos recebem salários menores que os demais do município, enfatizando que essa modalidade de ensino tem menos importância diante dos outros níveis educacionais.

Para o professor com experiência a legislação da EJA, oferece toda assistência necessária para os educandos, contemplando todas suas necessidades educacionais, por se tratar de uma educação que integra o ensino básico, eles recebem recurso do FUNDEB, por educando matriculado, esse fundo financia a educação básica. Todos os alunos matriculados

através de um censo escolar são informados para o Ministério da educação (MEC), e o recurso chega para o ano inteiro. “Os alunos da EJA, só recebem uma camisa. Caderno, lápis e borracha, depois nenhum gestor procura saber como andam as turmas de alfabetização, chamo o secretário de educação, mas não dá importância”.

Segundo o professor com experiência, os educandos encontram muitas dificuldades para estudar, “no CRAS tem dia que levam as cadeiras para alguma atividade na cidade, e eu tenho que ir procurar, quando localizo muitas vezes encerrou o horário da aula”. “Os gestores também não dão importância, os educandos têm muitas necessidades, mas a constituição brasileira estabeleceu uma legislação específica para suprir as necessidades desses educandos”.

Nesse objetivo específico, examinando a formação dos educadores, (professores regentes) nenhum dos quatro educadores é habilitado para o ensino da EJA, e eles informam que são professores da EJA, por convite, geralmente acordos políticos de campanha eleitoral, portanto essas quatro classes de alfabetização dos dois ambientes alfabetizadores, os professores não atendem as exigências da legislação. Outro fato que merece destaque é que tem um dos professores, está estudando na EJA, cursando segunda fase, isso indica que ainda não concluiu o ensino médio, e ensina nas classes de alfabetização de adultos. Três deles informaram que participaram apenas 04 dias para se capacitar como professor alfabetizador, e um só participaram apenas um dia. Enquanto a legislação da EJA recomenda que o tempo para capacitação para ensinar na EJA, seja de no mínimo de 180 dias, isso não foi obedecido.

Os professores são pouco desenvolvidos para responderem as perguntas, e desconhecem a legislação para educação dos jovens e adultos, e por não existir, nenhum mecanismo de avaliação e fiscalização para esse nível educacional, cada educador estabelece o que entende, e tentam com seus recursos suprir algumas necessidades dos ambientes, para manterem as classes de alfabetização funcionando.

Quanto às respostas dos educandos para o primeiro objetivo específico, percebe-se que a maioria é adulto jovem e que iniciaram os estudos na idade certa, porem as dificuldades financeiras da família, como falta de alimento, a distância da escola, e o desinteresse da família fez com que eles abandonassem os estudos. Eles apresentam as dificuldades que enfrentam para estudar desde a infra-estrutura, como cadeira quebradas, mesas sujas e bancas para sentar crianças que é o caso da classe de alfabetização da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves, falta de material para estudar, como livros, computadores e outros pontos que possam ajudar na aprendizagem. Eles desejam ter bancas para sentarem, um ambiente

iluminado e mais moderno. Por não conhecerem seus direitos, alguns educandos dizem que “pior se não tivesse nada”.

O segundo objetivo específico, analisar a metodologia e o material didático utilizado para alfabetizar jovens e adultos, o professor com experiência avalia que a metodologia é estabelecida por cada professor, eles adotam o que acham melhor para ensinar. A legislação orienta para os profissionais educadores da EJA, a educação continuada, mas os educandos (professores regentes) participaram de curso de capacitação oferecido pelo município, mas de um tempo mínimo.

Não é adotada uma só metodologia de ensino para os dois ambientes alfabetizadores, cada educador utiliza o que tem acessível para alfabetizar. Quanto ao PPP projeto Político Pedagógico de suma importância para a escola, e uma conquista da Constituição cidadão de 1988, não foi construído na escola, segundo este nunca houve. Pediram para este fizesse, não obedeceu aos princípios recomendados, com a participação de todos os segmentos da escola e representantes da comunidade, esse projeto foi construído baseado em análise documental.

Quanto ao material didático utilizado nos ambientes alfabetizadores para o ensino, só é utilizado quadro e giz, numa era da educação digital. Os educadores não reivindicam do município nada para o ensino, se conformando com o material existente, o motivo é que estes são contratados temporariamente para alfabetizar adultos, enquanto a legislação exige que esses profissionais sejam concursados, com prova e títulos. Esses educadores sentem receio de questionar, por sentirem receio de perderem o emprego.

Os professores utilizam como metodologia para alfabetização escrever textos no quadro e os educandos reproduzem para o caderno, alguns alegam não visualizar bem e necessitam de óculos. Não conhecem a importância do PPP para escola, o município não reconhece que esse projeto é a vida da escola. Os livros adquiridos para alfabetização, de jovens e adultos, um programa do MEC, em três volumes não atendia a necessidade dos educandos, os professores utilizam material para alfabetizar de livros de são doados, para os educadores e eles selecionam matérias que consideram importantes para esse ensino.

Os educandos não se queixam da metodologia aplicada, também eles têm pouca experiência com a modernidade educativa do país. Não tem entendimento para identificar suas necessidades educativas são pessoas que tiveram pouca experiência com a escola. Dizem que utilizam apenas caderno, lápis e borracha, mas gostariam de ter mais material de estudo, aí citam livros para estudarem em casa, e mais horas de aula. Apenas alguns falaram em ter computador para o ensino, já adiantando que não sabia, mas se ensinassem eles podiam aprender.

No ambiente alfabetizador do CRS, estavam articulando servir merenda para os educandos, já que os da Escola de ensino Fundamental Mendonça Alves já recebem. Eles confidenciaram que era melhor que dessem um livro, mas não tem iniciativa de fazer a sua reivindicação ao gestor. Uma situação das pessoas que são analfabetas, e recebem uma educação além de negligente também considerada opressora, tanto para os educandos como para os educadores, que não apresentam um nível de consciência adequado para oferecer um ensino libertador.

Pelo conceito de sujeito alfabetizado do IBGE, todos os educandos pesquisados são analfabetos, a maioria sabe fazer somente o próprio nome com pouca legibilidade. Apesar dos educandos pesquisados terem mais de três anos de estudo ou na EJA, ou na educação regular no caso dos adultos jovens, a maioria não conhece as letras do alfabeto da língua portuguesa. No documento de identificação, aqueles que aprenderam fazer o nome, a maioria tirou uma segunda via, na qual não aparece a expressão “não alfabetizada”. Pelo conceito de sujeito alfabetizado do IBGE, é considerado alfabetizado todo aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples.

O objetivo específico três que é dissertar sobre a influência da família na educação dos educandos, diz respeito a importância da família na educação das crianças, visto que as constituições brasileiras recomendam, que a educação deve ser desenvolvida na família e na escola. Os educandos pesquisados, todos tem os pais analfabetos, os educadores e os professores com experiência também. Pelo quadro apresentado são três gerações de famílias analfabetas, o que fortalece o entendimento de que o analfabetismo está concentrado na população de baixa renda.

A concentração de educandos nesses ambientes alfabetizadores predomina adultos jovens, o que significa que o sistema educacional brasileiro continua produzindo analfabetos, mesmo após a universalização do direito de aprender a ler e escrever para todos. Os educandos não culpam a família por não ter influenciado positivamente na sua educação escolar, relatam com não enviar para escola com fome era mais uma maneira de afeto e proteção. Os que não frequentaram a escola quando criança, nesse caso os adultos maduros relatam não saber o porquê de não terem sido colocados na escola.

Os adultos que têm mais de cinquenta anos, viveram sua infância em um período antes da universalização do direito a estudar, nesse período principalmente a nação não incentivava o povo a estudar, focava no trabalho para sustento da família, também as pessoas analfabetas não compreendem a importância da educação escolar, valorizam o dinheiro ao invés da cultura, um legado negativo do início da educação no Brasil, quando estabeleceu na

primeira Constituição do Brasil, a Imperial, que era considerado cidadão aquele que tivesse posses, aumentando o número de pessoas ignorantes e analfabetas.

Analisadas as respostas dos objetivos específicos, se discorre sobre o objetivo geral que é: analisar a incidência do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito de alfabetização e letramento do IBGE, concluiu-se que todos os educandos são analfabetos porque nenhum sabe ler nem escrever, a maioria não conhece bem as letras do alfabeto, contudo percebe-se também a falta de preparação dos educadores para alfabetizar, pois utilizam como metodologia para o ensino escrever no quadro de giz, para os educandos reproduzirem nos cadernos, sem saber o que estão escrevendo.

Diante do exposto se esses educandos tivessem uma educação de qualidade todos estavam alfabetizados, e já estavam em outro nível do ensino fundamental. A prática do letramento só será possível com o domínio da leitura e da escrita, aplicação dessa aprendizagem nas diversas práticas sociais, alfabetizado pelo IBGE, deve saber ler e escrever um bilhete simples. Pelo exposto, concluímos que a EJA, trabalha a coordenação motora, para os educandos dessas classes de alfabetização da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e no CRAS, já que todos os educandos pelo tempo que estudam deveriam já estar alfabetizados.

Com as respostas apresentadas pelos participantes da pesquisa, concluiu-se que o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), não vem formando os educandos das classes de alfabetização segundo o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que reconhece como sujeito alfabetizado no Brasil, aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples e a fase do letramento é a utilização da leitura e da escrita nas diversas práticas sociais, o que ficou impossibilitado de ser investigado nesse estudo, uma vez que todos os educandos pesquisados são considerados analfabetos pelo conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não sabendo ler e escreve torna-se impossível a fase do letramento.

PROPOSTAS

Diante do exposto, este estudo de caso, tem algumas recomendações para apresentar com o objetivo de contribuir com mais informações sobre como ocorre a prática nas classes de alfabetização de adultos desse município. Nesse sentido, é recomendado que:

1. Que seja estabelecido um conceito brasileiro de sujeito alfabetizado, esse conceito do IBGE, parece ser universal estabelecido pelos organismos multilaterais.

2. Criar um instrumento avaliativo para EJA, para conclusão do ciclo de alfabetização.
3. Rever a postura do Instituto Brasileiro de Identificação que retira do RG, a expressão “não alfabetizado” daqueles que e tiram a segunda via do documento, mas que só fazem o nome, mas não sabem ler nem escrever.
4. Que as Faculdades criem cursos de especialização para atuar como professor alfabetizador, de jovens e adultos.
5. Exigir do gestor municipal que os professores alfabetizadores tenham curso de capacitação continuada e que seus salários sejam iguais aos demais professores do município.
6. Modernizar URGENTE o ambiente alfabetizador, na mobília das salas de aula, na metodologia e no material didático utilizados, para alfabetizar jovens e adultos.

Abaixo se especificam algumas ações necessárias que podem contribuir com as propostas desse estudo.

1. Que seja estabelecido um conceito brasileiro de sujeito alfabetizado, esse conceito do IBGE, parece ser universal estabelecido pelos organismos multilaterais.
 - Pesquisar mais sobre a atuação dos organismos multilaterais na educação dos povos periféricos;
 - Esclarecer para população que quem só assina o nome, é analfabeto;
 - Questionar os índices de redução das taxas de analfabetismo no Brasil, pelo IBGE.
2. Criar um instrumento avaliativo para EJA, para conclusão do ciclo de alfabetização.
 - Que o coordenador da EJA do município, auxilie na educação dos educandos das classes de alfabetização criando um instrumento avaliativo da aprendizagem;
 - Que sejam apresentados os resultados aos gestores municipais, para melhoria do ensino;
 - As classes de alfabetização de jovens e adultos sejam separadas pelo grau de dificuldade dos educandos.
3. Entender a postura do Instituto Brasileiro de Identificação que retira do RG, a expressão “não alfabetizado” daqueles que e tiram a segunda via do documento, mas que só fazem o nome, mas não sabem ler nem escrever.
 - Orientar os educandos nas classes que não adotem essa postura, de segunda via do RG, mas reivindiquem um ensino de qualidade para ser alfabetizado de fato;

- Explicar aos educandos que isso só favorece ao governo que diz trabalhar para ter um Brasil alfabetizado, e não a eles;
 - O coordenador da EJA, estudar e debater com educadores alfabetizadores, a comunidade e os educandos os direitos deles na constituição e na LDB/1996.
4. Que as Faculdades criem cursos de especialização para atuar como professor alfabetizador, de jovens e adultos.
- Encaminhar ao gestor estadual da educação para ser solicitado ao MEC, cursos gratuitos de especialização para atuar com educação de jovens e adultos;
 - Que os professores contratados para ensinar nessa modalidade sejam concursados e especializados nessa área.
5. Exigir do gestor municipal que os professores alfabetizadores tenham cursos de capacitação continuada e que seus salários sejam iguais aos demais professores do município.
- Que o coordenador da EJA, leve ao gestor municipal a necessidade de capacitação para os professores, compatível com a legislação da EJA;
 - Exigir o piso salarial para os professores alfabetizadores, e os mesmos direitos dos demais professores municipais.
6. Modernizar URGENTE o ambiente alfabetizador, na mobília das salas de aula, na metodologia e no material didático utilizados, para alfabetizar jovens e adultos.
- Oficializar em documento ao gestor municipal apresentando todas as necessidades dos educandos da EJA;
 - Pedir para resolver com urgência o problema das cadeiras e das bancas para os educandos estudarem;
 - Utilizar o aparelho de celular para aprendizagem, já que quase todos já usam para outros fins;
 - Orientar os professores a trabalhar com os educandos contextos do cotidiano destes que possam introduzir práticas de alfabetização.

Por meio dessa pesquisa foi possível entender que os educandos, que estudam nas classes de alfabetização da EJA, são deslocados do contexto educacional dos demais educandos do município, em outros níveis de ensino, no entanto percebe-se que a deficiência na aprendizagem é causada pelo descaso com esse programa educativo, que inviabiliza o desenvolvimento da prática da leitura e da escrita e a fase do letramento.

O analfabetismo vem de gerações, e por isso a Constituição Cidadã, considerada uma vitória do povo, reconhece e repara essa situação da educação no país, mesmo assim a insistência e persistência do analfabetismo está relacionada com as negligências da nação na falta de interesse de ter um país alfabetizado. Ainda hoje o sistema educacional brasileiro, produz analfabetos, são pessoas que ingressaram na escola na idade certa, e por receber um ensino de má qualidade, comprometem seu futuro e também o da nação, migrando para EJA, que representa hoje o acúmulo de pessoas das mais diferentes idades que não tiveram sucesso educacional.

A EJA atende educandos que tem deficiência na educação escolarizada, por isso requer um quadro de educadores preparados para atuar nessa modalidade de ensino, de maneira que não venha apenas demonstrar para sociedade que naquele local existem classes de alfabetização da EJA, o ensino objetiva suprir a escolaridade dos educandos e a alfabetização é à base do ensino, esse grupo populacional, não a consolidaram na idade certa, portanto apresentar uma forma educativa em sala de aula, que motive a permanência do educando na escola e a continuação dos estudos, necessita de tomada de decisões e iniciativas importantes para a aprendizagem em qualquer esfera da União.

Ribeiro (2004 p.121) esclarece que: “Se for necessário mudar a escola, o caminho à vista envolve necessária e absolutamente a figura do professor, eixo central dessa necessidade de mudança. E’ por meio dele, em cujas mãos descansam o leme da escola, que a mudança pode tornar-se realidade”.

A formação do professor é fundamental para uma boa aprendizagem, nesse sentido os professores pesquisados não tem a formação exigida para o ensino, nem a capacitação recomendada pela legislação para o ensino no país na modalidade jovens e adultos. Esse investimento na formação de quem trabalha com os educandos da EJA, é de grande importância no cenário nacional, uma educação continuada, o cenário educativo é dinâmico exigindo mudanças nas práticas e nos métodos pedagógicos.

Pacheco (2019) ressalta que: “A falta de formação do professor é o que afeta principalmente a qualidade do ensino, dificultando assim o convívio entre professores e alunos”. A questão financeira, como a falta de recursos para modernização dos ambientes alfabetizadores são apontados como uma dificuldade para o ensino, mas para capacitação de professores, também exige recursos financeiros, e isso deve se constituir como prioridade nesse nível e modalidade de ensino. Esse ambiente escolar defeituoso foi se formatando desde o período colonial, onde existia uma escola mais estruturada para os filhos dos colonos,

e para a outra parcela do povo que constituía a colônia, os locais de ensino eram improvisados com conteúdo diferenciados.

A metodologia para o ensino é ultrapassada porque ainda utiliza somente o quadro de giz. Um método ultrapassado, quando vivenciamos uma educação com enfoques tecnológicos, colocando o ensino e a aprendizagem na era da modernidade digital. Pela exclusão social desses educandos esses valores na aprendizagem, são negligenciados talvez por considerarem esse público incapaz de acompanhar essa aprendizagem.

Fazer a interação desses educandos com as tecnologias da informação e da comunicação digital, incluindo esse público os jovens e adultos, significa valorizá-los perante a sociedade e o mundo do trabalho, a escola tem seu papel importante para proporcionar o acesso e essa interação, permitindo a inclusão educacional desse nível de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. (1998). Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Lua Nova n 45, São Paulo.
- _____. (2010). *A Reforma Educacional na América Latina dos anos 90 – Uma Perspectiva histórico – Sociológica*
- _____. (2013). *Secretaria de Direitos Humanos da Previdência da República - SDHIPR* Brasília. Disponível em: <<https://unesco.unesco.org/ark/48223/pf0000225427>>
- _____. (2015). *Contribuição das Neurociências ao processo de alfabetização e letramento em uma Prática do Projeto Alfabetizar com Sucesso*. Disponível em: <monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/Brasil-colonia.htm> Rev. Bras. Estud. Pedagog. (online), Brasil, v. 96, n.242, p. 26-41/2015.
- _____. (2017). Equipe Educando: *Alfabetização e letramento*. Disponível em: <http://www.equipeducando.com.br/blog/alfabetizacaoletramentocurso-online>.
- _____. (s.d.). *Educação Continuada: Metodologia Científica*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/51806-37562017000000021>
- _____. (s.d.). *O observatório*. Disponível em: www.observatoriodopne.org.br
- _____. (s.d.). *Os Critérios de Inclusão e Exclusão de amostras para uma pesquisa de campo*. Disponível em: <<http://www.abntonvancouver.com.br/2015/03/como-definir-o-tipo-de-pesquisa.html>>
- _____. (1823). *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- _____. (1988). Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- _____. (1995). *Atividade Legislativa*. Aprovado na Comissão de Educação substitutivo. Senado Federal Brasília.
- Abreu, C. (2012). Desigualdade Social e Pobreza: ontem, hoje é (que) amanhã. *Revista Angolana de Sociologia*, 9/2012, 93-111. Disponível em: <<https://jornais.openedition.org/ras/440>; DOI:<https://doi.org/10.4000/ras.446>>
- Almeida, A.; Corso, A.M. (2015). *A Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos e sociais - Congresso Educare*. Recordo, A.M. EDUCARE XXII Congresso Nacional de Educação. P. 78.
- Alvarenga, E.M. de (2019). *Metodologia da Pesquisa quantitativa e qualitativa*. Normas e técnicas de apresentação de trabalhos científicos: versão em português. Cesar A Marília 2ª. ed. p. 51-65. Assunção Paraguai.
- Alves, J.L. (2005). Origens da Escola Moderna no Brasil. *A Contribuição Jesuítica*. Educ. Sociedade. Campinas. V. 26. N 91. p. 635 – 662.

- Alves - Mazzotti, A. J. (2006). *Usos e abusos dos estudos de caso*. Cadernos de Pesquisa, V. 36, n. 129. Fundação Carlos Chagas. São Paulo.
- Ander-egg, E. (2003). *Métodos y técnicas de investigació Social*. Política y tabajo social. *apud* Marconi e Lakatos. Ed. Lumenn.
- André, M. (2011). *Pesquisa sobre formação de professores: tensões e perspectivas do campo*. In: Formação de professores, culturas: desafios e pós graduação em educação e suas múltiplas dimensões/ Helena Amaral da Fontoura e Marcos Silva (orgs.). p. 96. Rio de Janeiro: ANPED Nacional.
- Araújo, A.L. (2004). *Estudos de letramento Estudos de Letramento, Alfabetização parte I Conceito Histórico*. Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva/1963. (v. I e II). p. 02.
- Araújo, J. de L.; Silva, R.T.S.S.; Nascimento, E.G.C do. (2017). *Privacidade e confidencialidade de usuários de um hospital geral*. Ver. Bioet, Vol. 25, n 3. Brasília. Observ. O P 137. 10 – 32.
- Argolo, T.M. Gonçalves, R., & Santos P.M. (2008). Análise dos dados em pesquisa qualitativa: um olhar para a proposta de Morse e field. *Revista da Rede de enfermagem do Nordeste*, 9 (3).
- Arons, D.K.E. (2017). Explorando o balanceamento entre riscos e benefícios em pesquisa biomédica: algumas considerações. *Revista. Bioet.* (onde line). vol. 25, n. 2. p. 3.
- Aureliano, B.E. (1998). *Estado de bem estar social - origens e Desenvolvimento - Dialnet* *apud* Viana, 1998 p.37. Disponível em: <[https://dialnet.unirioja.es art...pdf](https://dialnet.unirioja.es/art...pdf)>
- Baleiro, A. (2012). *Coleções Constituições Brasileiras*, v.2 Ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Bandeira, L.A.M. (2002). *As políticas neoliberais e a crise na América do Sul*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V.45, n2 Brasília
- Barbosa, M.L.F. (2015). *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 20 no 60, p. 09.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições
- Barros, A.J. da S. (2007). *Fundamentos da metodologia científica*. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Beisegel, Cd de R. (1974). *Estado e educação popular: Um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo.
- Bittar, M. (2012). *História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade*. Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 34. 2, p. 157 – 168

- Bittar, M.; e Ferreira A. (2015). *Ativismo pedagógico e princípios da escola do trabalho nos primeiros tempos da educação soviética*. Revista brasileira de educação, v. 61, p.433 – 456
- Bittar, M.; Ferreira, Jr. A. (2000). Educação Jesuítica e crianças negras colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 80, n 196. p. 454.
- Boss, M.O. (1977). O modo de ser esquizofrênico a luz de uma fenomenologia daseinanalítica. *Revista da Associação Brasileira de Daseinsanálise*. V.3. São Paulo.
- Botava, I. (2017). *Brasil precisa ampliar investimento na educação de jovens e adultos alertam especialistas*. Disponível em: <https://NaçõesUnidas.org/brasil-precisa-ampliar-investimentos-na-educacao-de-jovens-e-adultos>
- Brandão, C.R (1984). *A questão política da Educação Popular*. (4ª ed). São Paulo. Editora Brasiliense.
- Brandão, C.R. (1981). *Pesquisa Participante*. p.12. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil, M. (1961). *Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm.
- Brasil, M. (2010). *Estudos O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 – 2010* Campinas Educ. Soc. Vol. 31 n. 112. p. 111.
- Brasil, M. (2012). *Constituição de 1824*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas
- Brasil, M. (2013). Plano Nacional de educação PNE 2001 – 2010: *questões desafiadoras e embates emblemáticos*. Disponível em: <www.portal.inep.gov.br/documentos/186968/484184>.
- Brasil. (2009). *Análise da emenda Constitucional 59 de 2009, EC n.59/09*. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/imagens/stories/2012/analise/ec-5909.pdfm64trabalho.EV117_M01_Sa12IID600410092018174433-pdf.>
- Brasil. (2017). *Atividade legislativa – Plano Nacional de Educação/histórico relatório de atividades da comissão de Educação*, Brasília. Disponível em: <www.camera.leg.br>.
- Brasil. (2018). Art. 214 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <[www.jurisbrasil.com.br/noticias/ busca?q=sendo+a+educacao+direito+de+todos+dever+Estado+-+art.+205+da+CF](http://www.jurisbrasil.com.br/noticias/busca?q=sendo+a+educacao+direito+de+todos+dever+Estado+-+art.+205+da+CF) Jurisbrasil. >.
- Brasil. (2018). PDE. O plano de Desenvolvimento da Educação, Razões, Princípios e Programas. Ministério da Educação, Brasil. Governo Federal. Plano Nacional de Educação 2014 – 2024. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <www.proec.ufpr.br>
- BRASIL. (2019). *O congelamento orçamentário de 20 anos definido pela emenda constitucional nº 95 inexistirá a execução da meta 20 (que trata de financiamento) e tem efeito cascata*. Disponível em: <[http:// blogdadadania.com.br/2019](http://blogdadadania.com.br/2019)>

- Brasil. (2020). *Brasil tem cerca de 38 milhões de analfabetos funcionais*. Disponível em: <<https://correiodopovo.com.br.cdn.ampproject.org/v/s/www.correiodopovo.com.br/not%ADcias/ensino/brasil-tem-ce.>>
- BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Brasília: casa civil. 25 de março de 1824.
- BRASIL. Constituição (1891). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: casa civil. 24 de fevereiro de 1891.
- BRASIL. Constituição (1934). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: casa civil. 16 de julho de 1934.
- BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: casa civil. 10 de novembro de 1937.
- BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: casa civil. 18 de setembro de 1946.
- BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: casa civil, 24 de janeiro de 1967.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: casa civil, 1988.
- Buendia, L.; Colás, M.P.; y Hernández, F. (1998). *Métodos de investigación en psicopedagogia*. México: McGraw-Hill.
- Buffa, E.; Nosella, P. (1991). *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez. Disponível em: <[C:/Users/usuário/Downloads/DislntAReformaEducaionalNaAmericaLatinanosanos90-6494118\(1\) pdf 17/relec/ano 1n.2/2010/INSS 1853-3744/articles](C:/Users/usuário/Downloads/DislntAReformaEducaionalNaAmericaLatinanosanos90-6494118(1) pdf 17/relec/ano 1n.2/2010/INSS 1853-3744/articles)>.
- Caetano, R. (2018). A Educação no contexto de crise do capital e as relações entre estado, mercado e terceiro setor. Leplage em *Revista (Sorocaba)*, Vol.4 n 2 p. 153-158.
- Campoy, A.T.J. (2016). *Metodología de la investigación científica*. Manual para lá elaboración de resistência y trabajos de investigación. Asunción, Py: Marben
- Cara, D. (2017). *Brasil não tem histórico de ações efetivas contra o analfabetismo*. Disponível em: <<https://o globo-globo-com.cdn.ampproject.org/v/s/o globo.com/sociedade/educaçã/>>
- Cardoso, C.M. (2003). *Tolerância e seus limites: um olhar latino americano sobre diversidade e desigualdade*. Editora UNESP. p. 199. São Paulo.
- Carvalho, J.M. (1967). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Marshall, T.H. Rio de Janeiro.

- Castro, C. (2017). *O golpe militar foi recebido com alívio pelo governo americano*. Centro de Pesquisa e Documentação de história contemporânea do Brasil. p. 01. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/fatosimagens/golpe1964>>
- Cervo, A.L. (2007). *Metodologia científica*. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Chizzotti, A. (2003). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Evolução e desafios*. São Paulo Revista Portuguesa de Educação. p.4.
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista portuguesa de Educação*. Universidade do Minho. (Vol. 16, n.2.). Portugal: Braga
- Coelho, S.M.G. (2017). *Definição de Alfabetização é incompatível com referências teóricas de hoje*. p.01. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2017/07/27/definicao-de-alfabetizacao-nacultura-brasileira>>
- Costa, A. (2013). *Formação de professores para educação de jovens e adultos – EJA*. p. 02. Disponível em: <alinecosta3348390.jusbrasil.com.br/artigos/118200815/formacao-de-professores>
- Costa, A.C.M. (2009). *Educação jovens e adultos no Brasil, novos programas, velhos problemas*. Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional, v. 4. P. 64 - 82, Corrigindo: educação.
- Cpdoc/Fgv. (1964). *Centro de Pesquisas e Documentação história Contemporânea do Brasil* Disponível em [https://cpdoc.fv.br/produção/dossiês/FatosImagens/Golpe 1964](https://cpdoc.fv.br/produção/dossiês/FatosImagens/Golpe%201964)>.
- Cunill G.N. (1995). Lá Rearticulación de las Relaciones Estado -Sociedade: en búsqueda de níveis sentidos. *Revista de Clad- Reforma y Democracia*. n 4. p. 31-32.
- Cunha, A.R.; Calcade, P. (2018). *Ais fatos: a educação era melhor na época da ditadura*. Disponível em: <nova.escola.org.br/coteudo/12558/2018>
- Cury, C.R.J. (2014). *Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições*. Belo Horizonte: Mazza edição. p. 25.
- Cruz, A.C. dos S. (2018). EJA: A formação docente e seus desafios na preparação do aluno para o mundo moderno. *Revista científica multidisciplinar do conhecimento*. 3ª ed. 03, p. 3 – 17.
- Damasceno, A. (1988). *A educação como Ato Político Partidário*. São Paulo.
- David, E.A. et al. (2014) *Aspectos de evolução da educação brasileira*. Revista Eletrônica De Educação da Faculdade Araguaia, 5: 184 – 200.
- Delors, J. (2012). *Educação um tesouro a descobrir – Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Editor Cortez, 7ª ed.

- DI Pierro, M.C. (2010). *Balanço e Desafios das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil*: In: Soares, L. et al. (org.) *Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 27-4e.
- Di Pierro, M.C. (2012) *Balanço e desafios das políticas públicas de jovens e adultos no Brasil*. In: Let et al Soares. (Org.) *Convergências e tensões no campo da formação do trabalhador docente: educação de jovens e adultos* Belo Horizonte: Autêntica PP. 23 – 43.
- DI Pierro, M.C. (2016). *Educação de Jovens e Adultos, direito fundamental: possibilidades de emancipação cultural e social*. Palestra proferida no evento científico 20 anos do CMEJA. Jundiaí: SP.
- DI Pierro, M.C. (2019). *Analfabetismo ainda resiste no Brasil e no mundo em pleno século 21*. Disponível em: <<http://www.jornaldefranca.com.br/analfabetismo-ainda-resiste-no-brasil-e-no-m>>
- DI Pierro, M.C. (2010). *Perdemos 3,2 milhões de matrículas na Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/06/maria-clara-di-pierro-perdemos-3,2-milhoes>>
- DI Pierro, M.C. (2010). *Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, desafios e perspectivas*. Introdução Educação e Sociedade. Campinas, v. 31 n. 119.
- Diniz, P.A.O. (2019). *Educação de Jovens e Adultos: Reflexões, Perspectivas e Desafios*. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <monografias.brasilecola.uol.com.br> Acesso em: 15 fev.2020.
- Domingues, J.E. (2017). *A Lucrativa Exploração do pau-brasil na América Portuguesa*. p. 01. Disponível em: <ensinahistoria.com.br> Acesso em: 25 mar. 2019.
- Dubert, F. (2014). *Injustiças. As experiências das desigualdades no trabalho*. Florianópolis. Ed. UFSC.
- Educa Mais Brasil. (2018) . *O supletivo é uma forma de con seguir o diploma do ensino fundamental e ou médio*. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/supletivo:tudooquevoceprecisasaber/e+beducacao/gabrielesilva>>
- Farias, A. (2016). *O Processo de Formação inicial de Professores dos anos iniciais da EJA: Uma análise do Curso de Pedagogia de Universidades Estaduais de São Paulo*. p. 29.
- Fausto, B. (2009). *História do Brasil*. 13ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Fausto, B. (2000). *História do Brasil*. p. 509. São Paulo: Edusp.

- Fávero, O.; Freitas, M. (2011). A Educação de Jovens e adultos: olhar sobre o passado e o presente. INTER-AÇÃO. *Revista da Faculdade de Educação*, Goiânia. v. 36, N. 2 p. 365-392.
- Feitosa, S. (2012). *Das Grades às Matrizes Curriculares Participativas na EJA: os sujeitos na formação da Mandala curricular*. São Paulo: Universidade de São Paulo
- Felipe, J.; Albuquerque, S.S; Vellinho, L.C. (2016). E-Book *Para pensar a educação*. UFGRS.
- Ferrari, (2008). Emília Ferrero: *a estudiosa que revolucionou a alfabetização*. Disponível em salaaberta.com.br/Emilia-ferrero-a-estudiosa-que-revolucionou-a-educacao
- Ferreira, Jr. A. (2010). *História da Educação Brasileira: da colônia ao século XX*. p. 26-27. São Paulo.
- Ferreira, J.J.B. (2005). A colonização Portuguesa no século XIX à luz da estratégia. *Revista militar*. N 2439. p. 4. Abril. Disponível em: <<http://revistamilitar.pt/artigo/103>>.
- Flick, U. (2009). *Introdução a pesquisa qualitativa*. 3ª. Ed. p. 43-291. São Paulo, Brasil. Ed. Artmed.
- Flores, H. de A.; Rabelo, J. Segundo, M. das D. (2008). *O papel da Educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica*. p.05.
- Fonseca, P.R.; & Negri, P. (2017). *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Concepções Sócio Pedagógicas para Educação de Jovens e Adultos*, São Paulo, edição 7, v. 3, PP. 94 – 104.
- Frade, I.C. da S. (2005). *Métodos e didáticas de alfabetização: caderno do professor Isabel Cristina da Silva Frade*. p. 42. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG.
- Freire, P. (1983). *Pedagogia do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. Coleção Polêmica do nosso tempo. 15ª edição. p. 19. Cortez Editora Autores Associados.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 16. ed. Paz e Terra.
- Freire, P. (2002). *Educação e Mudança, Rio de Janeiro*. Editora Paz e Terra 26ª ed. p. 72.
- Freire, P. (2006). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (s.d.). *O partido como educador-educando*. Revista Proposta, (S. l., n. 113).

- Freire, P. (2001). *A educação na cidade*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez.
- Freitas, D. (2014) *O direito a educação nas Constituições brasileiras*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29732/201>>.
- Freitas, E. (2019). *As características do socialismo*. Brasil escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/as-caracteristicas-socialismo.htm>>.
- Freyre, G. (1994). *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- Freyre, G. (2000). *Casa Grande & Sensala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 40. ed. P. 41. São Paulo: Record.
- Fumis, J.; Costa, R.D.A.; Lopes, P.T.C. (2015). Perfil Socioeconômico e educacional dos alunos de EJA EAD: *compreendendo os motivos de seu retorno a sala de aula*.
- Gadotti, M.; Romão, J.E. (2006). *Educação de Jovens e Adultos teoria prática e proposta*. (8ª ed). São Paulo: Cortez.
- Gadotti, M. (2005). *História das ideias pedagógicas*. 8ª ed. São Paulo: Ática. P.662
- Gadotti, M. (2012). Educação popular, educação social, educação comunitária: conceito e prática diversas cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos: pesquisa em extensão Universitária*. Brasília, V. 18 n.1 212. p. 27.
- Gadotti, M.; Romão, J. (2011). Educação de Jovens e Adultos: *teoria, prática e proposta*. p. 36. São Paulo. Editora Cortez.
- Gil, A.C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. ed. p. 17. São Paulo: Atlas S/A.
- Gil, A.C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A.C. (2011). *Metodologia do ensino superior*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A.C. (2012). *Metodologia do ensino superior*. 4ª ed. p. 34. São Paulo: Atlas.
- Gil, A.C. (2014). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 11ª. ed. p. 105-165. São Paulo. Ed. Atlas S.A.
- Gil, A. C. (2014). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo ed. Atlas S.A, 11ª ed. p. 09. São Paulo: Atlas
- Giucci, G. (1991). *A visão inaugural do Brasil: A terra de Santa Cruz*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPU/ Marco Zero, vol.11, n. 21, p.22-35/fev/91
- Godoy, A.S. (2015). *Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo.
- Gomes, A.V.A (2007). *Plano Nacional de Educação - um olhar sobre o cumprimento das metas da educação de jovens de jovens e adultos biblioteca digital da Câmara dos*

deputados - Centro de documentação e informação coordenação de biblioteca. Brasília – DF.

Gomes, S.S. (2012). *Formação de professores e letramento digital*. In: Núcleo Pr@xis. Anais Ciclo de Palestras: Construindo Redes, Educação e Tecnologia. Relatório Procedência UFMG/CAPES. PP.1-10.

Gondra, J.G.; Schucler, A. (2008). bbheb – VI. Pdf. *Educação, Poder e Sociedade no Império brasileiro*. Coleção biblioteca básica de História da Educação, SP: Cortes.

Gotti, A. (2019). *Os desafios da Educação brasileira em 2019: linhas e cores*. Nova Escola. p. 03. Disponível em: <<https://nova-escola.org.br>> Acesso em: 15 fev.2020.

Guedes, I.C. (2016). *Fenomenologia na Pesquisa Científica*. p. 03. Disponível em: <<http://icguedes.pro.br/metodo-fenomenologia/>>

Haddad, S. (2006). *Relatório preliminar de pesquisa*. A situação da educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: mimeo.

Haddad, S.; Di Pierro, M.C. (2000). *Educação de Jovens e Adultos: interfaces Política. História e Pedagogia*. p. 7.

Haddad, S.; Di Pierro, M.C. (2000). Escolarização de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo.

Hermida, J.F. (2006). *Lei no 10.172 de 09 de janeiro de 2001*. Educ. ver., Curitiba, 27

Hilsdorf, M.L.S. (2001). *Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820 – 1860)*, Em: D.G. Vidal, M.L. Hilsdorf (Org.). Tópicos em História da Educação Edusp. São Paulo PP. 67 - 96.

IBGE, (2017). *Pesquisa por amostragem continua -PNAD Contínua / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*.

IBGE. (2017). *Pesquisa Nacional por Amostragem de domicílio Continua - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE*.

Jesus, R. T de. (2013). *Contrariando a SINA - Da educação de jovens e adultos ao ensino superior: Escolaridade exitosas de alunas - trabalhadoras*.

Junior, A.F.; Bittar, M. (1996). Educação Jesuítica e Crianças Negras no Período Colonial. *Revista Brás. Est. Pedag.* Vol. 80, 196. p.04.

Junior, A.P. de A. (1989). *História da instrução pública no Brasil (1500 – 1889)*. Trad. Antonio Chizzolti. Ed. Crítica Maria do Carmo Guedes. ed. 2^a. Brasília: INEP/MEC.

Junior, C.J. (1982). *História e Desenvolvimento In. F. Iglesias, os grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática.

- Kauark, F. da S.; Manhães, F.C. e Medeiros, C.H. (2010). *Metodologia da pesquisa: um guia Prático*. p. 60. Itabuna: Bahia: Literatum editora. Disponível em: <<http://www.vleditora.com.br>>
- Kleiman, A.B.; Vovio, C.L. (2013). *Letramento e Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas: Um balanço de produção Científica, Cadernos Cedes*, Campinas v. 33 no 90 p.01
- Knechettel, M. do R. (2014). *Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. p. 18. Curitiba Inter Saberes.
- Kripka, R.M.L; Scheller, M.; Bonotto, D. de L. (2015). *Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa*.
- Lacerda, C. (2012). *A Educação de Jovens e adultos na Perspectiva das Neurociências*. Psicoped.v.89 São Paulo
- Lakatos, E.M.; Marconi, M. de A. (2001). *Metodologia do Trabalho Científico*. 6ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E.M. Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5ª ed. p. 83. São Paulo: Atlas
- Lakatos, E.M; Marconi, M. de A. (2007). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 6ª. ed. 5ª reimp. São Paulo, Atlas.
- Lakatos, E.M.; Marconi, M. de A. (2011). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise, e interpretação de dados*. 7ª ed. p. 27. São Paulo: Atlas.
- Leão, B.G.; Auxiliadora, M. (2013). *Revista ciências Humanas – UNIT*. Volume 6, número 1, p. 5-17, 2013. Taubaté –SP-Brasil
- Leão, L.M. (2016). *Metodologia do estudo e pesquisa*. Petrópolis RJ: Vozes.
- Libâneo, J. C. (1993). *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa.
- Libâneo, J.C. (1998). *Adeus professor, adeus professor? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo, SP.
- Libâneo, J.C.; Oliveira, J.F de T. (2005). *Educação Escolar: política, estrutura e organização*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez.
- Lima, S.B. et. Al. (1973). *A Constituinte 1823*. Brasília: Senado Federal.
- Lira, B.C. (s.d.). *Prática Pedagógicas para o século XXI: A sócio interação digital e o humanismo ético*. Petrópolis: RJ.
- Lopes, S.P.; Souza, L.S. (2019). *EJA: uma educação possível ou mera utopia*. Disponível em: <

- Lourenço Filho, M.B. (1950). *Fundamentos e Metodologia do Ensino Supletivo: Curso de Orientação Pedagógica de Professores*. Fundação Getúlio Vargas em cooperação com o departamento nacional de Educação. Campanha de Educação de Adultos, Rio de Janeiro: n. 12. p. 49.
- Ludke, M. e André, M.A.S. (2014). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 15ª ed. p. 56. São Paulo: EPU.
- Machado, J.L. de A. (2018). O analfabetismo é a educação de jovens e adultos no Brasil. A importância da Educação de jovens e adultos e o déficit na área educacional. p. 02. Disponível em: <<https://www.planetaeducacao.com.br/portal/jovens-e-adultos/a/119-analfabetismo-e-a>>
- Machado, K. (2018). *O racismo em três séculos de escravidão*. p.26. Disponível em: <http://epjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-racismo-em-tres-seculos-de-es>.
- Machado, L. (2016). *Abolição da escravidão no Brasil*. Disponível em: <https://www.enem.com.br/app/noticias/especiais/educacao/enem/2016/05/13/notica-especial-enem/762306/128-anos-da-abolicao-da-escravidao-nobrasil.shtml>. Acesso em: 30 mar.2019.
- Machado, M.M. (2011). *A Educação de Jovens e Adultos século XXI: da alfabetização ao ensino profissional*. INTER-AÇÃO. Revista Faculdade de Educação. Goiânia, v. 36 nº 2, p. 393-412.
- Malvani, M.M.S. (2010). *O que é o projeto político-pedagógico (ppp)*. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pegagogico-ppp>.
- Marconi, M. de A e Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo. Atlas.
- Marconi, M. de A.; Lakarto, E.M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. p. 67. 5ª ed. São Paulo. Editora. Atlas.
- Marconi, M. de A. Lakarto, E.M. (2011). *Técnicas de pesquisa*. 7ª ed. p. 80. São Paulo: Atlas S.A.
- Marques, B.C.; Rubio, J. de A.S. (2012). O processo de alfabetização de jovens e adultos. *Revista eletrônica Saberes da Educação*. Vol. 3 – nº 1. p. 16. São Roque FAC.
- Marques, K.C.M; Camacho, R.R.; Alcântara, C.C.V. (2015). *Avaliação do rigor metodológico de estudo de caso em contabilidade gerencial publicados em periódicos no Brasil*. Apud Scapens (1990) Ver Cont. Fin. USP. São Paulo. Vol. 26, 67, p. 05.
- Marshall, T.H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martins, A.C. (2002). *Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. Vol. 17. São Paulo.
- Martins, G. A. (2008). *Estudo de Caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil*. p.03. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>.

- Mascarenhas, S. A. (2012). *Metodologia Científica*. p. 48. São Paulo: Pearson. Education no Brasil.
- Mascarenhas, S.A. (2012). *Metodologia científica*. p. 69. São Paulo: Pearson Educacional do Brasil.
- Mattar, J. (2014). *Games em Educação: apostila para o curso de Pós-Graduação em Inovação e Gestão em EaD pela USP*. São Paulo: USP.
- Medeiros, E. (2018). *Contação de histórias leva alunos ao mundo da magia*. Disponível em:<<https://informativo.com.br/variedades/contacao-de-historias-leva-alunos-ao-mundo.>>
- Melo, R.A. (2017). *Família e escola, responsabilidades compartilhadas na garantia de uma educação de qualidade*. Disponível em:<<http://www.plataformadolequalidade.html>.<http://plataformadoletramento.org.br/em-revista-coluna-detalle/1163/familia-e-escola.>>
- Minayo, M.C. de S. (org.) Desmandos, S. F.; Gomes, R. (2018). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 1ª. impressão. Petrópolis RJ: Vozes.
- Minayo, M.C. de S. (org.). Deslandes, S.F., Gomes, R. (2018). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 1ª reimpressão. p. 22. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moacyr, P. (1936). *A instrução e o império-subsídios para a história da Educação no Brasil 1823-1853*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Vol. 1. p.13.
- Monteiro, C. (2017). *Educadores falam sobre a obra do pensador brasileiro Paulo Freire*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/6771/aniversario/aniversario-de-paulo-freire-5-livros-imperdiveis-indicados-por-professores.>>
- Mortatti, M.R. (2013). *Um balanço Crítico da Década da Alfabetização no Brasil*. 33. 89. Campinas.
- Mortatti, M.R.L. (2013). *Um balanço crítico da "Década da alfabetização no Brasil CEDES*. Vol. 33, n 39. Campinas /SP. Disponível em: <<https://www.scielo.br/SciELO.php?script=sci-artex&pid=s0101-326220130001002&Ing.>>
- Mortatti, R. (2004). *Educação e Letramento São – Paulo: UNESP, (Coleção Paradidática)*
- Mortatti. (2013). *Um Balanço Crítico da década da alfabetização no Brasil*. Cad. CEDES vol. 33 p. 89 Campinas.
- Motta, V.C da.; Frigotto, G. (2017). *Porque a urgência da reforma do ensino Médio? Medida provisória 746/3016 (Lei 13.415/2017) Educação e Sociedade*. Campinas. Vol. 38, 139, p. 355-372.
- Negrão, A.M.M. (2000 P. 5). *O método pedagógico dos jesuítas: O Ratio Studiorum. Introdução e Tradução*; apud França, S'. J. L. p.5. Rio de Janeiro
- Nina, C. (2010). *Escravidão ontem e hoje*. *Revista Ratio Jurídica*. Vol. 11. p. 21.

- Oliveira, R.M. (2002). Dificuldades no Desenvolvimento da Leitura e da Escrita nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. *Revista Científica Multidisciplinar. Núcleo do Conhecimento*. (1ª ed, Vol. 15). ed. 1ª. vol.15. pp. 163-168. Disponível em: <educando.com.br/blog/alfabetizaçãoletramentoCurso-online2017> Acesso em: 28 nov.2019.
- Oliveira, Z.R. (2012). (Org.) *O trabalho do professor na educação infantil – 1ª*. p. 8. ed. São Paulo: Biruta.
- Oliveira, R.M. (2017). Dificuldades no Desenvolvimento da Leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Revista científica multidisciplinar do núcleo do conhecimento*. ed. 01, vol. 15. p. 163-168.
- Pavani, M.V.; Pacheco, M.M.D. (2013). Período Imperial Brasileiro e breves considerações acerca do ato adicional de 1834. *Revista Ciências Humanas – UNITAU*. Vol. 6, n 1. Disponível em:<<https://scholar.google.com/scholar?ol=utf-8&gcc=br&ctzn=america0belem&cf=1&v=11.25>>
- Pacheco, A. (2019). *Formação continuada dos professores interfere na qualidade do ensino*. Disponível em: <<https://www-em-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/www.em.com.br/app/noticiasespeciais/e.>>
- Padilha, R.P. (2001). *Planejamento diálogo: como construir o Projeto Político-Pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire.
- Paiva, C.L.C. (2016). *Material didático na educação de jovens e adultos: avaliação dos mediadores da leitura no município de Conde - PB*. p. 19.
- Paiva, J. (2005). *Educação de Jovens e Adultos, concepções e sentidos*. p. 202-203. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense.
- Paiva, V. (2003). *História da educação popular e educação de adultos*. 6ª. ed. p. 212. São Paulo: Edições Loyola.
- Paiva, V.P. (1987). *Educação popular e educação de adultos*. 5ª ed.
- Perboni, F. (2018) *Definições das Políticas Públicas da Educação Básica: entre as determinações do Banco Mundial e as ações dos governos locais*Revista brasileira de história de educação, Campinas v. 9.
- Peduzzi, L.O.Q.; Raick, A.C. (2016). A estrutura Conceitual e epistemológica de uma descoberta científica: reflexões para o ensino de ciências. *Alexandria Revista da Educação em Ciência e Tecnologia*. Santa Catarina. p. 08.
- Peroni, V.M.V.; Caetano, M.R. (2019). O ensino médio na educação brasileira e as relações entre público e privado: o projeto jovem de futuro do instituto Unibanco. *Revista Latino Americana de Políticas y Administración de la Educación*.
- Pereira, A. (2017). *Qual a idade certa para alfabetizar?* p. 4. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opinião/artigos/qual-aidade-certa-para>>

- Pereira, L.C.B. (1990). A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*. p. 45 – 49.
- Perovano, D.G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Curitiba. InterSaberes.
- Pinto, M.J. (2012). *Um breve histórico sobre as Constituições Brasileiras. Conteúdo jurídico*, Brasília DF: 15 mar. Disponível em: <www.sielo.php?Script=sci_arttext&pind=s0102-852920115000200347>.
- Pinto, M.J. (2012). *Um breve histórico sobre as Constituições Brasileiras. Conteúdo Jurídico*. Brasília: DF. Disponível em: <www.conteudojuridico.com.br/artigos&ver=2.36050&seo=17>. Acesso em: 10jun2019.
- Prodanov, C.C.; Freitas, E.C. de. (2013). Metodologia do trabalho científico: *Metodologias e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. p. 30. Novo Amburgo: Rio Grande do Sul.
- Raposo, G.R.A. (2005); *Educação na Constituição Federal de 1988*. n 641. Disponível em: <<http://Jus.com.br/Revista/texto/6574>>
- Rebouças, C. (2017). *Analfabetismo funcional no Brasil*. p. 1. Disponível em: <<https://administradores.com.br>> Acesso em: 25 jan.2020.
- Ribeiro, N. e Raicheles, R. (2012). *Revistando as influências das Agências Internacionais*. Serviço Social & Sociedade nº 109 São Paulo.
- Ribeiro, S.L. (2004). *Espaço escolar um elemento (in) visível no currículo*. Sitientibus. Feira de Santana, n.3, P. 1.
- Rodrigues, R.V. Ministro. (2019). *Responde a parlamentares*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/26velez-rodriquez-diz-ser-contra-pr.senadonoticias>>.
- Rsanvallon, P. (1981). *A Seguridade Social no Plano Beveridge: história e fundamentos que a conformam*. A Nova questão social, Instituto Teotônio Vilela. Brasília- DF.
- Rosavallon, P.A. (1981). *Estado de Bem estar Social - origens e desenvolvimento*. p. 115. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.art.Pdf>> Acesso em: 14 abr.2019.
- Rosavallon, P.A. (1988). *A Nova questão social. Repensar o Estado Providência*. Petrópolis.
- Salla, F. (2012). *Toda atenção para Neurociência*. En: M. Roman, L. B. Consengaguerra (Org.). *Neurociência e Educação: Como o cérebro aprende*. São Paulo: Artmed
- Salle, F.S. (2015). *O papel da ONU e do Banco Mundial na Consolidação do Campo Internacional de Desenvolvimento*
- Salles, F.C. (2015). *O papel da ONU e do Banco Mundial na consolidação do campo internacional de desenvolvimento*. Vol. 37. p. 2. Rio de Janeiro.

- Sampieri, R.H. Collado, C.H., & Lucio, P.B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. Tradução: Murad, F. C. Kassner, M. Ladeira, S. C. D. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill.
- Santana, I.P.; Cavalcante, J.A.; Petta, L.A. (2005) *A Herança Internacional da Educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino*. apud Ferreira p.4.
- Santos, F.R. (2019). *Banco Mundial e Gerenciamento da Educação Brasileira*. Disponível em: <<https://m-meuartigo-brasilecola-uol-com-br>>
- Santos, T.S. (2001). *Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital*.
- Santos, W.G. (1979). *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campinas.
- Saviani, D. (2011). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. p.119. Campinas.
- Saviani, D. (2012). *Escola E Democracia-Comemorativa*. Autores Associados, Campinas.
- Severino, A.J. (2007). Metodologia do Trabalho Científico. *Revista atual*. 23ª ed. p. 121. São Paulo.
- Scapens, R.W. (1990). *Researching management accounting practice: te rolê oficial case study methods*. British accounting review, 22, 259-281.
- Schmidt e Marshall. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro. p. 85.
- Scortegana, P.A; Oliveira, R.C. da S. (2006). A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma análise histórica crítica. *Revista eletrônica de Ciências da Educação*. Campo Largo, v.5 n.2. p.15.
- Shiroma, E.; Moraes, M.; Evangelista, O. (2007). *Política educacional*. Rio de Janeiro, Lamparina. p. 17.
- Silva, A. da C. (2011). *Crise Colonial e Independência, 1808-1830*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Objetiva / Fundação Maphe.
- Silva, A.M.P da. (2000). *Aprenda com a perfeição sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. p. 42. Brasília: Editora Plano.
- Silva, L.C.; Souza, P.H. (2012). O PROEJA e O perfil dos seus alunos no Curso Técnico de Edificações. *Revista Itinerarius Refectionis*. (Vol. 02, 13, pp. 2-15).
- Silva, R.A.; Yatuba, F.O. (2015). *O uso das tecnologias na educação de jovens e adultos: inclusão digital e alfabetização midiática*. João Pessoa-PB.
- Silva, S. (2005). *O Pensar Certo e a educação de Paulo Freire*. PR
- Soares, F.S.G. (2010). *A criação dos Organismos internacionais sob a égide do estado de bemestar social*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 73. 2010

- Soares, M. (2004). Letramento e Escolarização. In V. M. Ribeiro, *Letramento no Brasil*. (287). p. 29. São Paulo: Global.
- Soares, R. (2018). Entrevista com O Ministro da Educação. *O futuro da Educação Pública brasileira*. Disponível em: <www.novaescola.org.br>.
- Souza, A.B. (2005). *Investigação em Educação*. p. 193. Lisboa: Livros Horizonte.
- Souza, E.A. (2018). *Elitismo e exclusão no ensino*. Cadernos de pedagogia. São Carlos, ano 12 v. 12 n. 23
- Sprenger, M. (2008). *Memória: como ensinar para o aluno lembrar*. p.25. Porto Alegre: Artmed
- Stake, R. Case Studies. In Denezim, N. L.T. (2005-2011). *Hanbookof Qualitative Research*. Londres. P. 108-132
- Steiner, G.; Cabral, R.P. (2005). *As Lições dos Mestres* (G. Lisboa, Trad.). p. 10.
- Strelhow, T.B. (2010). *Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil*. Revista Histedbr on-line, 10(38), 49-59
- Tardif, M. (2012). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.
- Vasconcelos, C. dos S. (2012). Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. Ed. 5/22ª ed. São Paulo: Libertad Editora.
- Teixeira, M.A.; Gonçalves, R. (2008). *Análise dos Dados em Pesquisa Qualitativa: um olhar para a proposta de Morse e Field*. Rev. Rene. Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 125-134, jul./set.
- Toledo, C. de A.A. de; Gonzaga, M.T.C. (2011). *Metodologia e Técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas*. p. 81. Edit. Universidade Est. de Maringá – PR
- Torres, J.A.T.; Hernandez, A.H; Barros, C. (2014). Aspectos fundamentais da pesquisa científica. p. 22-36. Paraguay: Asunción. Editora Marben.
- Toshie, I. (1983). *Políticas públicas de Educação de adultos*. p.01, 1ª ed. Disponível em:<[https://m-monografias-brasilecola-uol.com.br/cdn.ampproject.org/V/S/amp/história/a educ](https://m-monografias-brasilecola-uol.com.br/cdn.ampproject.org/V/S/amp/história/a%20educ)>
- UNESCO Digital Library. (2013). *2º Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos: repensando a alfabetização*. Disponível em: <www.unesco.org>
- UNESCO. (2017). *Brasil precisa ampliar investimentos na educação de jovens e adultos, alertar especialistas*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-precisa-ampliar-investimentos-na-educacao-de-jovens-e-adultos>>
- Valleda, L. (2018). *Os 50 anos de Pedagogia do Oprimido e o legado amoroso e libertador de Paulo Freire*. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual/144/os-50-anos-pedagogia-do-oprimido-obra-prima-de-paulo-freire>>.

- Vasconcelos, C. dos S. (2012). *Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*. Ed. 5/22ª ed. São Paulo: Libertad Editora.
- Veiga, N.A. (2002). *Geometrias, currículo e diferenças*: In: Educação e Sociedade, Dossiê diferenças. p. 07.
- Viana, I.O de A. (2001). *Metodologia do Trabalho Científica*. p. 01. São Paulo: EPU.
- Viana, M.I.T.W. (1998). *A americanização (perversa) da seguridade social do Brasil*. Estratégias de Bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revam: UCAM.IUPERJ.
- Vieira, V.L. e Karawczyk, N.R. (2010). A reforma educacional na América Latina nos anos 90. Uma perspectiva histórico-sociológico. p. 01. *Revista Latino Americana de Educação Comparada*.
- Vovio, C.L.; Kleiman, A. B. (2013) *Letramento e Alfabetização de jovens e adultos: um balanço da produção científica*. Vol. 33. p 90. Campinas SP.
- Xavier, R.S.S.F.; Bartholo, T.L. (2017). *Os Impactos do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa*. UNESCO, apud Correia, M. Disponível em: <<https://oglobo-com.cdn.ampproject.org/v/s/oglobo.oglobo.com/economia/brasil-o-10>> Acessado em: Acesso em: 14.
- Yin, R.K. (2010). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 4ª. ed. Porto Alegre. Bookmark.
- Yin, R.K. (2010). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Tradução Ana Thorell: revisão técnica Cláudio Damasceno. 4ª ed. p. 39. Porto Alegre Bookman.

APÊNDICES

APENDICE 1: Autorização do Campo de Pesquisa da Escola



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Vimos por meio desta, apresentar a aluna ESOLANDA PEREIRA SANTANA CPF 129307504-30 RG 220667 SSP/AL, residente na rua João Soriano do Bomfim, 170 Barro Duro, Maceió Alagoas. Devidamente matriculada no curso de mestrado em Ciências da Educação na Universidade Autônoma de Assunção no Paraguai, para realizar o estágio supervisionado na modalidade de Escola para Jovem e Adulto (EJA), cujo objetivo é o desenvolvimento na dissertação, sob a orientação do professor Dr. Daniel Gonzáles, cujo tema é a modalidade de ensino EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de Jovens e Adultos. Para tanto necessito desenvolver pesquisa no local acima mencionado onde funciona com 1 classe de alfabetização no turno da noite, 3 classes funcionam como extensão no Conjunto João Beda, localizado no prédio do Conselho Regional de Assistência Social, nesta cidade. Esse tema é de grande relevância não somente para o município como para o país.

A aluna acima mencionada deverá cumprir o período de estágio sob supervisão e avaliação de um professor da escola.

Maceió 26 de julho de 2019

AGAMEMNON DOS SANTOS ARAÚJO
Professor Coordenador da Escola

Elson Nelson de Lima
Diretor
Mat.4321 CPF.757.721.244-04

Elson Nelson de Lima
Diretor da Escola Municipal Mendonça Alves

APÊNDICE 2: Autorização do Campo de Pesquisa dos pais / responsáveis do aluno menor



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE ASSUNCIÓN
FACULDADE DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRIA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

CNPJ: 31.315.130/0001-71
FACULDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - F.M.E.
Praça Olímpio Zacarias, S/N
Centro CEP 57 930-000
Passo de Camaragibe - AL

Passo de Camaragibe, 23 de janeiro de 2020

Da mestrandia Iolanda Pereira Santana

Para Gestão do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) – Coordenação da EJA
Passo de Camaragibe/AL

Prezado (a) Senhor (a), sou mestrandia da Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai em fase de dissertação para conclusão do curso de mestrado em Ciências da Educação cujo título é: EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos, sob orientação do professor Dr. Daniel González González.

Necessito de uma autorização para realizar uma pesquisa nas três classes de alfabetização da EJA, que funcionam nessa instituição no período noturno. A pesquisa será de grande importância para o município por se tratar de um tema de relevância nacional no campo educativo brasileiro.

A pesquisa dar-se-á em duas etapas, sendo que na primeira haverá o contato com o ambiente alfabetizador e segunda etapa será realizada as entrevistas com os educandos e educadores da EJA. Contamos com a colaboração desse Centro de Referência em Assistência social, no sentido de viabilizar essa pesquisa para conclusão desse trabalho.

Agradecemos antecipadamente e apresentamos nossas cordiais saudações, atenciosamente,

Iolanda Pereira Santana
IOLANDA PEREIRA SANTANA

Autorizo a realização da pesquisa
A GEMEMAN dos Santos Araújo
CPF: 729.609.654-34
COORDENADOR PEDAGÓGICO

APÊNDICE 3: Plataforma Brasil - Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos.

Pesquisador: IOLANDA PEREIRA SANTANA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 28694919.4.0000.5013

Instituição Proponente: Universidade Federal de Alagoas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.938.526

Apresentação do Projeto:

A alfabetização se configura como um desafio a ser conquistado pela totalidade dos cidadãos brasileiros, direito adquirido ao longo de sua história, reafirmado em meio às suas constituições federais e suas leis de Diretrizes e Bases, mesmo assim continua em pauta como objetivo a ser cumprido pelas escolas brasileiras e pelos seus professores seja, nos anos iniciais do ensino fundamental seja, no nível de educação de jovens e adultos (EJA) A alfabetização é o caminho de acesso à educação básica, portanto a leitura e a escrita na Educação de Jovens e Adultos (EJA), incorporou toda uma ideologia de interesse internacional, silenciando problemas históricos no Brasil, cuja persistência está diretamente ligada em detectá-los, compreendê-los e discuti-los objetivando traçar políticas públicas para esse segmento da sociedade, partindo de um modelo para atendimento individualizado e, necessitando para isso, rever suas estruturas curriculares para atender às expectativas dos sujeitos que não adquiriram

habilidades necessárias por não terem acesso a escola na idade certa e ou foram frutos de uma escola de má qualidade. . Foi nas décadas de 1990 a 2000 que teve início no Brasil a implementação de Políticas Públicas para educação e especialmente para alfabetização, com a criação do EJA. O silenciamento da discussão sobre o conceito restrito e rudimentar de alfabetização é uma das principais lições que o longo século XX da educação no Brasil ensina a nós, pesquisadores, que cientes do compromisso de ofício, não nos conformamos com a submissão a urgências e emergências ditadas por interesses internacionais. Neste contexto

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.938.526

questiona-se: O Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vêm contribuindo para formar pessoas alfabetizadas no conceito de alfabetização e letramento do IBGE?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a incidência do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas alfabetizadas no conceito de alfabetização e letramento do IBGE.

Objetivo Secundário:

- Descrever o contexto em que se dá a modalidade de ensino (EJA), e se o sujeito aprendiz é produto de uma escola de má qualidade ou fruto de um direito tardio conquistado.
- Determinar a metodologia e o material didático para alfabetizar Jovens e Adultos são diferenciados dos destinados para alfabetizar na primeira infância, já que se trata de diferentes sujeitos.
- . Verificar a formação dos educadores, a metodologia aplicada ao ensino e o material didático utilizado

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o(a) pesquisador(a):

Riscos:

Constrangimento por parte do aluno que não se dedicou adequadamente a todas as etapas do processo de aprendizagem

Benefícios:

Identificar se os participantes do EJA na região estudada estão obtendo êxito em serem alfabetizados no conceito do IBGE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa sobre as dinâmicas do ensino de Jovens e Adultos na cidade de Passo de Camaragibe-AL.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de

Ausência

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.938.526

TCLEIolanda.pdf

Projeto Detalhado / Brochura Investigador projetoPB.pdf

Declaração de Instituição e Infraestrutura declaracaololanda.pdf

Projeto Detalhado / Brochura Investigador projetoPB.pdf

Outros declaracao.jpg

Folha de Rosto folhaderostoiolanda.pdf

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de

Ausência

TCLEIolanda.pdf

Informações Básicas do Projeto PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1411954.pdf

Declaração de Instituição e Infraestrutura declaracaoinfra.jpg

Projeto Detalhado / Brochura Investigador projetoiolanda.pdf

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de

Ausência

TCLEIolanda.pdf

Informações Básicas do Projeto PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1411954.pdf

Folha de Rosto folhaderostoiolanda.pdf

Projeto Detalhado / Brochura Investigador projetoiolanda.pdf

Informações Básicas do Projeto PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1411954.pdf

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de

Ausência

TCLEIolanda.pdf

Declaração de Instituição e Infraestrutura declaracaololanda.pdf

Outros declaracaopublicizacaore resultados.jpg

Declaração de Instituição e Infraestrutura declaracaololanda.pdf

Declaração de Instituição e Infraestrutura declaracaoinfra.jpg

Outros declaracao.jpg

Folha de Rosto folhaderostoiolanda.pdf

Folha de Rosto folhaderostoiolanda.pdf

Projeto Detalhado / Brochura Investigador projetoiolanda.pdf

Recomendações:

Informamos que, em virtude do atual cenário devido à pandemia da COVID-19, o pesquisador

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL **Município:** MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.938.526

deve se comprometer a modificar seu cronograma para realizar a pesquisa em campo apenas quando possível, respeitando os decretos sobre a pandemia Decretos Estaduais nº 69.529 e 69.530, ambos de 18 de março de 2020 e o Decreto Estadual Nº 69.541, de 19 de março de 2020.

Incluir no TCLE a importância e o papel do Comitê de Ética em Pesquisa e Ensino da UFAL. Texto sugerido: "Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFAL, pelo telefone: (82) 3214- 1041. O CEP trata-se de um grupo de indivíduos com conhecimento científico que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Este papel está baseado nas diretrizes éticas brasileiras (Res. CNS 466/12 e complementares)".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram verificadas as seguintes pendências:

- 1) O projeto não informa qual será o produto da pesquisa (TCC? Dissertação? Tese? Relatório? Artigo? Livro?)
- 2) Ausência de TALE, tendo em vista que a pesquisa se propõe a entrevistar indivíduos menores de idade. ("Serão considerados participantes dessa pesquisa dois grupos de educandos, um denominado de adultos jovens e outro de adultos maduros, ou seja, os adultos jovens são aqueles com idade entre 16 e 40 anos e os adultos maduros são os que apresentarem idade acima de 40 anos". Pg. 9 - Projeto de pesquisa). Incluir TALE para adolescentes de 16 e 17 anos, bem como TCLE para os responsáveis por esses adolescentes);
- 3) Não foi localizada declaração de autorização da escola onde será realizada a pesquisa (incluir).
- 4) No arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1411954%20(1).pdf rever a escrita do item "Riscos": "constrangimento por parte do aluno que não se dedicou adequadamente a todas as etapas do processo de aprendizagem". Padronizar os textos sobre riscos e benefícios.
- 5) Metodologia precisa ser melhor explicitada (especialmente a operacionalização), pois não está

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.938.526

compreensível o suficiente para a análise ética da pesquisa.

6) Incluir informações de como os participantes tomarão conhecimento dos resultados da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo Pendente

Prezado (a) Pesquisador (a), de acordo com as diretrizes para pesquisas definidas pela Res. CNS 466/12 e suas complementares, seu protocolo está PENDENTE e, para que este seja considerado aprovado, deverá resolver todos os questionamentos e sugestões constantes no item CONCLUSÕES OU PENDÊNCIAS E LISTA DE INADEQUAÇÕES deste Parecer Consubstanciado.

Somente após esta reavaliação e possível aprovação é que esta poderá ser iniciada. Além disso, destacamos que:

V.Sª. terá um trâmite conosco de ATÉ 30 DIAS, após a data de emissão deste Parecer Consubstanciado, para resolução de suas pendências, porém, após este prazo, seu protocolo será considerado retirado. No entanto, solicitamos que o envio dos documentos pendentes NÃO ULTRAPASSE PRAZOS MAIORES QUE 15 DIAS CONSECUTIVOS, a fim de que o processo de tramitação possa ser mais rapidamente resolutivo.

Para uma maior agilidade de análise e de retorno, solicitamos responder as pendências apontadas através de carta resposta, descrevendo a pendência e respondendo-a.

Lembramos que algumas adequações devem ser realizadas diretamente no projeto (Ex.: Orçamento e Cronograma) e outras apenas na carta resposta (procedimento, risco, benefício, critérios de interrupção, etc.) e/ou na documentação anexa (Ex.: TCLE, declarações, instrumento de coleta de dados, etc).

Atentar-se aos casos de necessidade de reanexar documentos ausentes e/ou com solicitação de ajustes.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	05/02/2020		Aceito

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

APÊNDICE 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado "EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de Jovens e Adultos", dos pesquisadores Iolanda Pereira Santana e Lenilda Austrilino. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a Analisar a incidência do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito de alfabetização do IBGE
2. A importância deste estudo é a de contribuir para ampliar o conhecimento sobre o tema e auxiliar a traçar políticas públicas para a EJA
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: propor reflexões que auxiliem na tomada de decisões e levam a medidas de melhoramento o programa de educação de jovens e adultos
4. A coleta de dados começará após aprovação do projeto pelo CEP e revogação do Decreto nº 69.541 que dispõe sobre a suspensão das atividades educativas em função da pandemia causada pelo Corona Vírus.
5. O estudo será feito da seguinte maneira, após aprovação do CEP, dar-se-á início à pesquisa, esta será realizada na cidade de Passo de Camaragibe/AL, em dois ambientes alfabetizadores de EJA, os sujeitos serão educandos dessa modalidade de ensino, professores dos dois ambientes alfabetizadores de EJA em Passo de Camaragibe e o coordenador da EJA da referida cidade, estes serão entrevistados após receberem as devidas explicações pertinentes à pesquisa e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
6. A sua participação será nas seguintes etapas: 1º o pesquisador entrará em contato para agendar a entrevista, 2º informará que: a entrevista será gravada e transcrita na íntegra para facilitar a análise; fará a coleta de dados através de entrevista, e para a execução desta usará um roteiro para nortear suas perguntas; 3º o entrevistado será informado também da sua liberdade em se recusar a participar do estudo, bem como retirar seu consentimento a qualquer momento; e, de se negar a responder qualquer pergunta caso se sinta constrangido.
7. Os riscos que poderão ocorrer com os participantes são mínimos podendo ser o constrangimento por parte dos alunos pelo fato deles não terem desempenho adequado em alguma das etapas do processo de aprendizagem. Para evitar constrangimento os participantes serão convidados e darão suas entrevistas em particular. Para minimizar os riscos será mantido sigilo sobre a participação na pesquisa. Serão seguidos todos os padrões éticos indicados pela Resolução 466/2012 e suas complementares.
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: contribuir positivamente para a Educação de Jovens e Adultos, que poderá suscitar reflexões que levem a redução do analfabetismo na faixa etária a que a EJA se destina, bem como rever o conceito de alfabetizado de acordo com o IBGE, auxiliar na tomada de decisão para melhoria dessa modalidade de ensino na cidade de Passo de Camaragibe.
9. Você poderá contar com a seguinte assistência: esclarecimento frente as dúvidas que possam surgir no decorrer da pesquisa, sendo responsável(is) por ela: a pesquisadora Iolanda Pereira Santana.
10. Você será informado(a) do resultado ao final do projeto por meio de reunião agendada com todos os participantes e interessados no tema. Além disso, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo. Os resultados também serão divulgados em eventos sobre o tema e publicados nos meios de comunicação pertinentes.
11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.
14. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).
15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.
16. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante da pesquisa, você poderá contactar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFAL, pelo telefone (82)3214-1041. O CEP trata-se de um grupo de indivíduos com conhecimentos científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Esta função está baseada nas diretrizes éticas brasileiras (Res. CNS 466/12 e complementares).

Eu, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas
 Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n Tabuleiro dos Martins, Maceió, AL
 Complemento:
 Cidade/CEP: 57-72-900
 Telefone: 98807-4084
 Ponto de referência: Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC)
 Campus A. C. Simões Cidade Universitária

Contato de urgência: Sr(a). Iolanda Pereira Santana

Endereço: Dom Adelmo Machado, Barro Duro, 180
 Complemento: Loteamento Murilópolis
 Cidade/CEP: 57036 - 226
 Telefone: 996452538
 Ponto de referência:

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
 Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
 Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.
 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, 04 de abril de 2020

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

APÊNDICE 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais ou Responsáveis

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.) pais ou responsáveis

Você, pai/responsável pelo menor _____, está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de Jovens e Adultos”, dos pesquisadores Iolanda Pereira Santana e Lenilda Austrilino. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a Analisar a incidência do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito de alfabetização do IBGE
2. A importância deste estudo é a de contribuir para ampliar o conhecimento sobre o tema e auxiliar a traçar políticas públicas para a EJA
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: propor reflexões que auxiliem na tomada de decisões e levam a medidas de melhoramento o programa de educação de jovens e adultos
4. A coleta de dados começará após aprovação do projeto pelo CEP e revogação do Decreto nº 69.541 que dispõe sobre a suspensão das atividades educativas em função da pandemia causada pelo Corona Vírus.
5. O estudo será feito da seguinte maneira, após aprovação do CEP, dar-se-á início à pesquisa, esta será realizada na cidade de Passo de Camaragibe/AL, em dois ambientes alfabetizadores de EJA, os sujeitos serão educandos dessa modalidade de ensino, professores dos dois ambientes alfabetizadores de EJA em Passo de Camaragibe e o coordenador da EJA da referida cidade, estes serão entrevistados após receberem as devidas explicações pertinentes à pesquisa e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
6. A sua participação será nas seguintes etapas: autorizando a participação do menor sob sua responsabilidade na pesquisa.
7. Os riscos que poderão ocorrer com a participação do menor sob sua responsabilidade são mínimos podendo ser o constrangimento pelo fato dele não ter desempenho adequado em alguma das etapas do processo de aprendizagem. Para evitar constrangimento ele será convidado e dará sua entrevista em particular. Para minimizar os riscos será mantido sigilo sobre a participação dele na pesquisa. Serão seguidos todos os padrões éticos indicados pela Resolução 466/2012 e suas complementares.
8. Os benefícios esperados com a participação do menor sob sua responsabilidade no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: contribuir positivamente para a Educação de Jovens e Adultos, que poderá suscitar reflexões que levem a redução do analfabetismo na faixa etária a que a EJA se destina, bem como rever o conceito de alfabetizado de acordo com o IBGE, auxiliar na tomada de decisão para melhoria dessa modalidade de ensino na cidade de Passo de Camaragibe.
9. O menor sob sua responsabilidade poderá contar com a seguinte assistência: esclarecimento frente as dúvidas que possam surgir no decorrer da pesquisa, sendo responsável(is) por ela: a pesquisadora Iolanda Pereira Santana.
10. Você será informado(a) do resultado ao final do projeto por meio de reunião agendada com todos os participantes e interessados no tema. Além disso, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo. Os resultados também serão divulgados em eventos sobre o tema e publicados nos meios de comunicação pertinentes.
11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
12. As informações conseguidas através da participação do menor sob responsabilidade na pesquisa não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você, desta forma, o voluntário não terá do que ser ressarcido.

14. Você será indenizado(a) por qualquer dano que o menor sob sua responsabilidade venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).

15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

16. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante da pesquisa, você poderá contactar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFAL, pelo telefone (82)3214-1041. O CEP trata-se de um grupo de indivíduos com conhecimentos científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Esta função está baseada nas diretrizes éticas brasileiras (Res. CNS 466/12 e complementares).

Eu, _____ responsável pelo menor _____ que foi convidado a participar da pesquisa, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n Tabuleiro dos Martins, Maceió, AL
Complemento:
Cidade/CEP: 57-72-900
Telefone: 98807-4084
Ponto de referência: Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC)
Campus A. C. Simões Cidade Universitária

Contato de urgência: Sr(a). Iolanda Pereira Santana

Endereço: Dom Adelmo Machado, Barro Duro, 180
Complemento: Loteamento Murilópolis
Cidade/CEP: 57036 - 226
Telefone: 996452538
Ponto de referência:

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.
E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, 04 de abril de 2020

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

APÊNDICE 6: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) Para crianças e adolescentes de 16 a 17 anos e para legalmente incapazes

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada "EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de Jovens e Adultos", das pesquisadoras Iolanda Pereira Santana e Lenilda Austrilino. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

Seus pais ou responsáveis permitiram que você participe.

Nesta pesquisa pretendemos analisar a incidência do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito de alfabetização do IBGE

Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. Seus responsáveis não pagarão nada para você participar da pesquisa. As pessoas que irão participar da pesquisa são educandos de EJA da cidade de Passo de Camaragibe – Alagoas.

A pesquisa será feita na Escola Municipal de Ensino Fundamental Mendonça Alves com educandos do EJA. Os responsáveis poderão acompanhar todo processo de avaliação e treinamento.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados em revistas científicas e faremos uma reunião com você e os seus responsáveis para contar quais os resultados da pesquisa, mas sem identificar as pessoas que participaram.

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante da pesquisa, você poderá contactar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFAL, pelo telefone (82)3214-1041. O CEP trata-se de um grupo de indivíduos com conhecimentos científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Esta função está baseada nas diretrizes éticas brasileiras (Res. CNS 466/12 e complementares).

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa intitulada "EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de Jovens e Adultos".

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer.

Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n Tabuleiro dos Martins, Maceió, AL
Complemento:
Cidade/CEP: 57-72-900
Telefone: 98807-4084
Ponto de referência: Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC)
Campus A. C. Simões Cidade Universitária

Contato de urgência: Sr(a) Iolanda Pereira Santana

Endereço: Dom Adelmo Machado, Barro Duro, 180
Complemento: Loteamento Murilópolis
Cidade/CEP: 57036 - 226
Telefone: 996452538
Ponto de referência:

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.
E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, 04 de abril de 2020

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

APÊNDICE 7: Carta ao coordenador de Jovens e Adultos



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION PROGRAMA DE MAESTRIA EM CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

CARTA AO COORDENADOR DE JOVENS E ADULTOS

Prezado (a) Senhor (a),

Pelo presente comunico que sou mestranda da Universidade Autônoma de Assunção em fase de desenvolvimento da dissertação do Curso de Ciências da Educação, sob a orientação do Professor Dr. Daniel González González cujo tema é: EJA um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos.

Essa temática é de grande importância tanto para o Município quanto para o País, pois a Constituição Federal de 1988 tem como prioridade no campo educativo a erradicação do analfabetismo entre pessoas jovens e adultas, por se tratar de uma dívida histórica com o povo brasileiro.

A pesquisa dar-se-á em três (03) etapas nas escolas onde funcionam classes de alfabetização de jovens e adultos, nesse caso, a Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves situada a Rua Mendonça Alves, 1349 Centro, que funciona uma (01) classe de alfabetização e o Conselho Regional de Assistência Social (CRAS) onde funcionam três (03) classes de alfabetização.

A primeira etapa será a observação do ambiente alfabetizador e o contato com os educandos para realização das entrevistas, na segunda etapa haverá os contatos com os professores regentes e o professor com experiência e a terceira será realizado um teste prático de leitura e escrita. Contamos com a colaboração de V. Senhoria e apresentamos desde já cordiais saudações.

APENDICE 8: Carata a gestão da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EM CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

**CARTA A GESTÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MENDONÇA
ALVES**

Prezado (a) Senhor (a),

Pelo presente estou comunicando que sou aluna do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção Paraguai, em fase de desenvolvimento da dissertação, sob a orientação do Professor Dr. Daniel Gonzáles González cujo tema é, EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos.

Para tanto necessito desenvolver uma pesquisa no local acima mencionado onde funciona uma (01) classe de alfabetização de jovens e adultos (EJA) no turno da noite. Esse tema é de grande relevância não somente para o Município como para o País, pois a Constituição Federal de 1988 destaca-o no campo educacional como prioridade nacional a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos, uma dívida histórica com o povo brasileiro.

A pesquisa dar-se-á em três (03) etapas, sendo a primeira a observação do ambiente alfabetizador e o contato com os educandos para realização das entrevistas, a segunda será o as entrevistas com os professores regentes e o professor com experiência e na terceira ocorrerá um teste prático na leitura e na escrita.

Contando com a colaboração dessa gestão, agradeço antecipadamente, e apresento minhas cordiais saudações.

APENDICE 9: Carta a Gestão do CRAS



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EM CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

CARTA A GESTÃO DO CRAS

Prezado (a) Senhor (a),

Pelo presente estou comunicando que sou mestranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção Paraguai, em fase de desenvolvimento de dissertação sob orientação do professor Dr. Daniel González González cujo tema é, EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos.

Esse tema é de grande relevância para o Município e para o País, pois na Constituição Federal de 1988, constitui prioridade nacional no campo da educação, a erradicação do analfabetismo, por se tratar de uma dívida histórica com o povo brasileiro. Será feita uma pesquisa com os alunos jovens e adultos das três (03) classes de alfabetização que funcionam nessa Instituição no noturno.

A pesquisa será feita em três (03) etapas, a primeira é a observação do ambiente alfabetizador e o contato com os educandos para realização das entrevistas, na segunda haverá uma entrevista com os professores regentes e a terceira fase, um teste prático de leitura e escrita.

Contamos com a colaboração de Vossa Senhoria, desde já apresentamos nossas cordiais saudações.

APENDICE 10: Carta a Secretaria Municipal de Educação



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EM CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

**CARTA A SECRETARIA MUNINCIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSO DE
CAMARAGIBE**

Prezado (a) Senhor (a) Secretário (a) Municipal de Educação,

Sou mestranda da Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai e necessito dar continuidade ao desenvolvimento da dissertação de conclusão do curso sob a orientação do Professor Dr. Daniel González González, cujo título é: EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos.

Necessito de autorização para realizar a pesquisa nos locais onde funcionam as classes de alfabetização de jovens e adultos, nesse caso a Escola Municipal de Ensino Fundamental Mendonça Alves situada na rua Mendonça Alves, 130 onde funciona uma (01) classe de alfabetização para jovens e adultos. O outro local da pesquisa é Conselho Regional de assistência Social (CRAS) situado no Conjunto Residencial João Beda s/n Centro onde funcionam três (03) classes de alfabetização de jovens e adultos'.

Essa pesquisa é de grande relevância para o Município quanto para o País, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 indica como prioridade no campo educacional a erradicação do analfabetismo por se tratar de uma dívida histórica com o povo brasileiro.

A pesquisa ocorrerá em duas (02) etapas, a primeira será a observação do ambiente alfabetizador e o contato com os educandos onde ocorrerão as entrevistas, a segunda será a entrevista com os professores regentes e o professor com experiência e a terceira será o teste prático, de leitura e escrita. Contando com a colaboração de V. Senhoria, agradeço antecipadamente

APENDICE 11: Guia de entrevista com o professor com experiência



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION PROGRAMA DE MAESTRIA EM CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

GUIA DE ENTREVISTA – PROFESSOR COM EXPERIÊNCIA

Prezado Professor,

Para realizar a coleta de dados da pesquisa cujo tema é, EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos, é necessário utilizar esse guia de entrevista, que será de grande importância para o estudo.

Nome: _____

Data: ____/____/ 2020

Questão 1: Professor, qual é a sua formação?

Questão 2: Qual seu vínculo empregatício com o município?

Questão 3: Qual é o perfil sócio- econômico dos educandos da EJA?

Questão 4: A política salarial para os professores alfabetizadores de adultos é a mesma para os demais professores do município?

Questão 5: Quais as dificuldades encontradas pelos educandos da EJA, para aprender a ler e escrever?

Questão 6: Como o senhor avalia a metodologia e o material didático utilizados para alfabetizar jovens e adultos?

Questão 7: O gestor municipal oferece capacitação continuada para professores alfabetizadores de jovens e adultos?

Questão 8 :O senhor e as professoras alfabetizadoras participaram do PPP?

Questão 9: As salas de aula utilizam recurso tecnológico no processo ensino aprendizagem?

Questão 10: Seus pais frequentaram a escola?

APENDICE 12: Guia de entrevista com educadores (professores regentes)



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EM CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

GUIA DE ENTREVISTA – PROFESSORES REGENTES

Prezado (a) professor (a),

Servimo-nos desse guia como instrumento que será utilizado na coleta de dados na pesquisa cujo tema é, EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos, sua contribuição será muito importante para conhecer melhor como se dá a aprendizagem alfabetizadora na Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves, cujo objetivo geral é analisar a incidência do programa Educação de Jovens e Adultos para formar pessoas alfabetizadas no conceito do IBGE.

NOME: _____

DATA: _____/_____/2020

Questão 1: Qual é a sua formação educacional?

Questão 2: Como se tornou um professor alfabetizador?

Questão 3: Já Participou de algum Curso de Capacitação para alfabetizar jovens e adultos?

Questão 4: Qual a metodologia e o material didático utilizados para ensinar a ler e escrever?

Questão 5: Utiliza algum recurso tecnológico no processo ensino/ aprendizagem para alfabetizar?

Questão 6: Seus pais frequentaram a escola?

APENDICE 13: Guia de entrevista com os educandos



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EM CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

GUIA DE ENTREVISTA – EDUCANDOS

Prezado (a) educando,

Este é o guia de entrevista aberta que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos. O objetivo geral da pesquisa é analisar a incidência do Programa educação de Jovens e Adultos (EJA) para formar pessoas segundo o conceito de alfabetização e letramento do IBGE.

NOME: _____

DATA: ____/____/2020.

Questão 1: Qual idade você iniciou os estudos e porque parou de estudar?

Questão 2: Qual é a sua idade hoje?

Questão 3: O que gostaria que mudasse na escola para facilitar sua aprendizagem?

Questão 4: Qual o material a professora utiliza para ensinar?

Questão 5: Consegue ler e escrever um bilhete simples?

Questão 6: Como sua família contribuiu para a sua educação?

APÊNDICE 14: Guia de Observação para a Pesquisa

Universidade Autônoma de Assunção – UAA Centro de Educação
Mestrado em Ciências da Educação
Registro de observação para a pesquisa

Escola: Ensino Fundamental Mendonça Alves e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

Data da Observação: 29/07 a 10/09/2019

Nº de Participantes da pesquisa: 26

Data do início da Observação Participante: 29/07/2019

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Social (CRAS), os dois ambientes alfabetizadores da pesquisa.	A estrutura física da escola aspectos socioeconômicos dos moradores das proximidades da escola.	Estrutura da Escola na parte exterior, fachada, cores e o contexto socioeconômico dos moradores da rua em que ficam as escolas.
		Estrutura das Escolas nas partes interior: higienização, espaços físicos, iluminação e o local da merenda (a copa). Estrutura da sala de aula: o ambiente onde ocorre às aulas de alfabetização, os educadores, a convivência com os educandos.
Aspectos observados nos educadores durante as aulas desenvolvidas a partir da EJA: alfabetização e letramento de jovens e adultos.	O perfil do educador na sala de aula.	Horário do início das aulas, os contatos com os educandos, o término da aula.
		O atendimento individual durante as aulas da alfabetização, as dificuldades dos educandos.

<p>Aspectos observados quanto ao perfil dos educandos, e o grau de satisfação pelo ensino.</p>	<p>A faixa de idade dos educandos participação nas aulas e grau de interesse. .</p>	<p>As idades dos educandos que nessa pesquisa EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos, são considerados como: adulto jovem e adulto maduro.</p> <p>A interação entre os educandos na sala de aula e o grau de interesse pelo ensino.</p> <p>A satisfação com o kit escolar, estrutura da sala de aula e pela aprendizagem</p> <hr/> <p>Observar o RG documento de identificação se o educando assina o nome completo.</p>
<p>Aspectos observados quanto a metodologia e a aprendizagem do educando.</p>	<p>A metodologia para o ensino e o material didático utilizado no ensino.</p>	<p>A conduta para ensinar alfabetizando</p> <p>O livro didático</p> <p>A utilização de recursos tecnológicos.</p> <p>O uso do caderno lápis e borracha e o livro, outros recursos.</p>

APÊNDICE 15: Relatórios das Observações da Pesquisa**Universidade Autônoma de Assunção – UAA****Centro de Educação****Mestrado em Educação**

Relatórios das Observações da Pesquisa

Este relatório diz respeito a técnica de coleta de dados referente a observação participante, na pesquisa EJA: um estudo de caso na alfabetização e letramento de jovens e adultos nos ambientes alfabetizadores Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves e no Centro de Referência em Assistência Social. Ao resultado obtido no período de 29/07 a 10/09/2019. As observações tiveram início com um contato prévio com o coordenador da EJA, que deu as instruções sobre os horários melhores para fazer as observações, mas de início foi observada a Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves.

A fachada da escola é muito bonita, bastante colorida e representa as cores do partido político do gestor(a) municipal (prefeita). A localização da Escola é na rua principal de um bairro que é chamado Rodagem, onde existe algumas residências mais estruturada se também alguns pontos comerciais também observei nessa parte exterior, que existia muitos jovens desocupados sentados em uma praça, ali existe articulação para repasse de drogas e o índice de alcoolismo também é muito alto.

Ali naquele bairro também está localizado a principal “boca de fumo” reduto de repassadores de drogas. A escolas mantêm-se de portas fechadas, pela manhã tem um vigia na entrada, mas durante o horário das classes de alfabetização da EJA, após a chegada da única turma a escola fecha seu portão principal. No turno da manhã e tarde estudam juvenis e adolescentes se alfabetizando. A noite ainda no mês de julho, foi observado o interior da escola. O ambiente é higienizado, mas pouco iluminado um silêncio muito grande parece que ali não existe gente. Somente uma sala de aula estava funcionando e uma copa preparando a merenda, que fica no final da escola, este é um ambiente pequeno. O contato com a sala de aula: as bancas eram pequenas para sentar crianças, adolescentes e juvenis, não existia acomodação para educandos adultos. Um quadro para escrever com pincel, mas informaram que na secretaria da escola tem alguns equipamentos de informática: um projetor indisponível pois a secretaria da escola não funciona no noturno.

Observação da Escola de Ensino Fundamental Mendonça Alves

Dia	29/07 a 05/08/2019
Local	Parte exterior, interior, pátio da Escola e a sala de aula.
Encontro / Educadores e educandos	O início da aula. os portões se fecham os educandos entram na sala de aula juntamente com o educador (professor regente).

A partir das 19 horas e 30 minutos os educandos começaram a estudar. Em um dos dias da observação cheguei atrasada, bati muito, o portão estava fechado e o pátio da escola meio escuro parecia que havia lâmpadas queimadas, mas não souberam explicar se também era defeito na eletricidade da escola, um grande silêncio nesse ambiente, não se ouve uma fala, mesmo ali sendo uma escola com sala de aula. Fui até à sala de aula, agora para me apresentar e informar o objetivo das minhas visitas à escola. Todos estavam sentados com um uniforme (camisa) uma camisa também que representava as cores do partido político da gestora municipal. Não vi a professora, o coordenador da EJA, me apresentou aos alunos e a professora que também estava uniformizada igualmente aos educandos por isso entendi que todos ali eram educandos ela estava sentada, enquanto eles copiavam um texto que estava escrito no quadro. Iniciei minha apresentação e expliquei o objetivo do trabalho ao grupo de pessoas ali presente, todos ficaram parados deixaram de escrever e ficaram prestando bem atenção ao que eu estava dizendo. Existia ali um educando que apresentava ser criança estava de cabeça baixa o único que parecia estar dormindo, todos sem motivação. Conversei um pouco com a professora que parecia angustiada, e me disse que ali existia educandos que nem conhecia as letras do alfabeto, mas ainda não era o momento das entrevistas, ela fazia como um desabafo.

Comentário do Investigador Participante

Foi um encontro muito sem graça, a escola naquele momento era como se todos ali estivessem empenhados em desenvolver uma tarefa e logo se desocupar. Só que os educandos tinham muita dificuldade para reproduzir no caderno o que estava no quadro. Pareciam não saber ler, cada palavra que olhava para reescrever no caderno tinha que fazer isso várias vezes, além do uso frequente da borracha, mas era como estivessem desenhando algo. Durante toda a aula o conteúdo apresentado para o educando era somente aquele apresentado,

um texto tirado de alguma cartilha ou livro. Como não se falava nada me retirei da sala, e fui para o pátio da escola, daqui alguns instantes os educandos estavam saindo da sala de aula, era o momento da merenda. Eles se dividiram em pequenos grupos, mas todos estavam lanchando. Uma aluna se aproximou e conversou comigo, e discorreu o perfil de cada aluno. Aquele de camisa vermelha é motorista da prefeitura, ele conhece um pouquinho o assunto é o melhorzinho da turma. Aquele outro não conhece nem uma letra, ele fica sentado, as vezes fica mangando da gente. Ele tem uns 15 anos, olhe d. Iolanda eu tenho vontade de parar de estudar. O educando que parecia criança e estava o tempo todo com a cabeça baixa na sala de aula passou por nós e foi embora. Perguntei se já havia encerrada a aula e informou que não, era porque todos os dias de aula ele faz isso. Depois da merenda ele vai embora. Os educandos naquele momento conversavam, mas não era nada que tivesse a ver com a aula. Depois da merenda eles retornaram para sala de aula e continuaram escrevendo o que estava no quadro, quando iam concluindo iam saindo, praticamente aquilo não era uma aula porque não ouvi em nenhum momento a professora explicar nada do que estava escrito, nem mesmo observar como os educandos estavam escrevendo, estava aguardando que chegasse o horário de encerrar a aula.

Dia	19/08/ a 23/08/2019
Local	Pátio da Escola e a sala de aula, o comportamento dos educandos frente ao conteúdo aplicado.
Encontro / Educadores e educandos	O início da aula, os educandos entram na sala de aula e sentam. Parece que sabem o que vão fazer na aula.

Durante todo o período da observação não havia mudanças nas metodologias do ensino, era sempre a mesma atividade, escrever o que a professora colocava no quadro. Ela falava muito baixo, quase não compreendi o que ela falou para iniciar a aula. Também existe um problema é que ela estava como que com medo. Achando que eu estava fiscalizando a aula. Eles têm medo de perder o emprego, aquele cargo segundo informam são pessoas que apoiaram a candidatura do atual gestor do município. Perguntei a professora se eles usavam algum livro para estudar, ela informou que existia a doação de um livro, mas depois suspenderam porque era muito difícil para os alunos, a maioria ainda não conhece as letras do alfabeto, mesmo assim eu não observei o ensino dessa aprendizagem o ensino das letras do alfabeto que já era o problema do momento e que é fundamental o domínio para aprender a

ler e escrever. Os educandos só faziam uso de um caderno, lápis e uma borracha que usavam bastante. Conversei com uma aluna que eu conhecia e perguntei se ela já sabia ler. Ela informou que não e que sentia muita vontade de desistir. “Estou estudando há muito tempo desde que morava em Ipioca, mas ainda não aprendi a ler. Quando eu não venho a professora vai me chamar em casa.”. Aquele é o emprego da professora, é muito difícil arrumar outro passam quatro anos enquanto o gestor do município é o candidato que você apoiou, caso ele não ganhe na próxima eleição, a professora está desempregada, essa é a lógica para os trabalhadores do município.

Comentário do Investigador Participante

Após esses momentos de observação está constatado que existe uma divergência entre o que o educador informa quais são as maiores dificuldades para os alunos aprenderem que o domínio do código da leitura e da escrita, mas ela está com outra atividade diferente das necessidades dos educandos. Naquele momento não era ético fazer essa pergunta ao educador, porque isso poderia acarretar em caracterizar uma fiscalização e eles ficam muito desconfiados, com pessoas estranhas observando a aula, e se preocupam logo em perder o emprego, a concorrência é muito grande, por um posto de trabalho, mesmo que não seja qualificado para esse fim, é o que ficou evidente nessa observação. Cabe informar que essa postura de desconfiança não é somente daquele educador, não preparado para focar o ensino nas necessidades do educando, mas também daquelas pessoas que assumem postos de confiança na gestão, pois foi muito difícil realizar essa pesquisa, precisou alguém me apresentar como uma pessoa de confiança e que se despreocupasse, quanto ao fato de fazer denúncias da gestão municipal. “Você tem certeza disso” foi o perguntado pelo responsável pela pasta da educação municipal.

Observação do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)

Dia	26/08 a 06/09/2019
Local	Parte exterior onde está localizado o CRAS. Parte interior, local das aulas, não existe sala de aula. Um espaço grande como um mini auditório (local de aula).

Encontro / Educadores e educandos	Cheguei no CRAS, eram 19 horas. Uma reunião para fazer uma oração. Início das aulas.
<p>A observação participante no CRAS, teve início em 26 de agosto, o primeiro encontro foi com a chegada dos educandos e dos educadores. Todos estavam chegando, quase de uma só vez se dirigiam para o local das aulas. De repente quando percebiam que a turma havia chegado, uma das educadoras chamou os seus alunos e de repente todos saíam das suas aulas. Era o momento que chamavam para que antes de iniciar as aulas fazer uma oração, também participei, mas ainda não era o meu contato com a parte interior do ambiente alfabetizador que ia ser detalhado, era o ambiente redondezas da localização. Várias pessoas circulando, umas sentadas em uma calçada de uma pequena praça, alguém informou que uma gestão municipal havia construído ali uma pracinha bem estruturada com bancos e outros ambientes, mas a outra gestora quando ganhou desmancharam a praça, o local era bastante escuro. Mas perto do CRAS era iluminado. Muitos jovens e adultos jogando baralho, bem próximo ao local outros conversando nas esquinas, informaram que ficam vigiando se vem polícia para se esconderem, são os traficantes, e pessoas que cometeram algum delito e veio se esconder em casa de amigos ou parentes. O nome desse local é Conjunto habitacional João Beda de Mendonça, construído no período em que houve uma cheia e muitos moradores da cidade ficaram desabrigados.</p> <p>O índice de alcoolismo é muito alto, uns grupos sentados usando bebidas alcoólicas. Tinha homens e também mulheres. A violência contra a mulher é comum neste local, após usarem bebidas alcoólicas e drogas, cometem violência nos lares, que vai do espancamento a agressão com armas brancas. As casas são pequenas e pouco iluminadas. O CRAS, em sua parte, interior e exterior. A fachada do prédio está um pouco desgastada. Ali naquele local todos os dias pela manhã e a tarde, as pessoas carentes do município procuram ajuda. Também é um local de crianças brincarem no horário que não estão na escola. Algumas crianças que estavam na porta disseram: “eu brinco aí quando saio da escola”. No CRAS. Na visita seguinte cheguei mais cedo e logo uma das professoras, iniciou apresentando o ambiente. Foi o contato inicial com os educadores (professores regentes), que já haviam sido informados do trabalho de pesquisa a ser realizado e a informação foi realizada pelo coordenador da EJA, do município que explicou também a importância da pesquisa, para a educação brasileira. Ali funcionam três classes de alfabetização de jovens e adultos, o ambiente é improvisado, chegaram todos os educandos e educadores, que se reuniram para</p>	

uma oração, essa prática é comum, todos os dias antes de iniciar as aulas e nesse momento me apresentei para o grupo de educandos e expliquei a razão das minhas visitas ao local onde eles estudam.. Em seguida os educandos se dirigem para os ambientes onde irão assistir às aulas. Fui informada que deveria apressar a pesquisa porque quando a usina começa a funcionar existe muita desistência. Iniciou o trabalho para observar os locais das aulas. Ali não existe bancas, são cadeiras e mesas de plástico bem desgastadas e sujas, por crianças que frequentavam o local. As mesas eram quebradas nas bordas e também bambas. Os quadros eram muito sujos e em um dos locais de ensino não havia quadro. A professora escrevia nos cadernos dos alunos e eles copiavam. Lâmpadas queimadas e classes pouco iluminadas. Não havia copa por isso não tinha merenda.

Comentário do Investigador Participante

Foi observado todo o contexto sócio econômico onde fica o ambiente alfabetizador. É a periferia da cidade. Os educandos chegavam apressados como quem tinha uma expectativa de alguma coisa diferente poderia melhorar o ensino, eles iam direto para as classes. Era muito sacrifício estudar ali, as mesas balançavam, quando um educando começava a usar a borracha os outros paravam de escrever, porque a mesa balançava. Em um dos locais estava com lâmpadas queimadas, e a professora justificou que já havia solicitado aos responsáveis pelo prédio, mas não teve retorno. Ela ia comprar, porque estava muito difícil, tem alunos que sofrem da vista, e ficam com dificuldade de olhar no quadro. Como esse local é o maior dos locais de ensino, todos se concentram bem na frente que é a parte mais iluminada, o ambiente para aprendizagem deve ser bem iluminado. O portão de entrada era aberto, com movimentação de pessoas que não eram educandos. Um ambiente dinâmico, crianças na porta de entrada, pessoas em frente ao CRAS conversando, mas as salas de aula estavam em verdadeiro silêncio, não se ouvia ninguém falar, nem parecia que ali era local de ensino.

A sala de aula também que apresentar momentos dinâmicos da aprendizagem, questionamentos, solicitação de ajuda do educador, mas pelo que se aprestava para aprendizagem, praticamente o educando era somente se concentrar para reproduzir o que se encontrava escrito no quadro. Informaram que geralmente quando os alunos chegam o local da aula, está vazio sem as cadeiras, como ali não é uma escola, os gestores retiram para alguma atividade fora do local. O coordenador da EJA, é acionado e sai a procura, quando conseguem trazer a tempo a aula acontece, caso contrário os educandos voltam para suas casas.

Dia	30/08 a 04/09/2019
Local	O início das aulas, a sala de aula, o conteúdo aplicado a motivação educandos e educadores.
Encontro / Educadores e educandos	A participação dos educandos existe predominância de adultos jovens nesse local de alfabetização
<p>A observação realizada nesse período foi um dia em cada classe, para observar a interação entre os alunos, e o conteúdo programático. Em uma das classes tinham duas educadoras, porque uma delas estudava no turno da tarde na EJA do ensino médio, e paga a uma colega para ajudá-la na classe porque não tem o domínio da leitura e da escrita.</p> <p>O conteúdo era um texto que as educadoras escreviam no quadro para os educandos reproduzirem nos cadernos. As educadoras falavam e explicavam de início qual era a tarefa e o significado dos conteúdos, muito além do que os educandos estavam necessitando, aprender a ter o domínio das letras do alfabeto, eles reproduzem a escrita do quadro com muita lentidão porque não conseguem ler as palavras e escrevem letra por letra na sua maioria, mas ficam muito atentos para não errar, mesmo assim é um uso frequente da borracha.</p> <p>Observei que não existia um planejamento, que procedesse dos gestores educacionais do município, para direcionar aquelas classes de alfabetização com um conteúdo, direcionado para ser ensinado por todos os educandos que estivesse com esse nível de aprendizagem, cada educador parecia apresentar o conteúdo por contra própria, encontrado em livros que lhe fosse interessante.</p> <p>Alguns conteúdos apresentados em sala de aula, eram retirados dos livros que ganhavam como doação para aprendizagem, quando pessoas que eram educadores na capital do estado Maceió, ensinam em escolas particulares, geralmente os livros que já não necessitam mais, doam para ajudar no ensino na alfabetização e em outros níveis de ensino do interior. Mas isso não ocorre em todas as classes, porque apenas uma educadora informou que o conteúdo aplicado tinha encontrado em uns livros que haviam sido doados.</p> <p>Não existe nenhum recurso avaliativo para verificar a aprendizagem dos educandos, também não se atende individualmente os educandos para tomar a lição ou verificar a progressão no nível de aprendizagem dos educandos, através de alguma tarefa de casa.</p>	

Comentário do investigador participante

As classes de alfabetização do CRAS, não condiz com um local de aprendizagem, tudo muito estático, mesmo assim percebi que em uma das classes, a professora mais jovem era animada e vi alguns educandos ficando em pé para olhar de perto o que estava escrito no quadro, como que existisse um entrosamento entre a educadora e os educandos.

Quanto a metodologia em todos os ambientes alfabetizadores observados era o mesmo método: a educadora escrevia no quadro e os educandos repassavam para os cadernos de forma bastante lenta.

Ninguém atende individualmente os educandos, para sanar as dificuldades nem verifica a aprendizagem da leitura e se a escrita está correta. Os cadernos contêm muitos erros ortográficos, e não se consegue ler o que eles reproduziram pelo quadro porque a qualidade da ortografia é muito precária, e muitas vezes faltam letras nas palavras dificultando a leitura, mas fica por isso mesmo.

As classes deveriam ser selecionadas de acordo com as dificuldades, de cada educando, e ou idade. Existe a predominância de adultos jovens, que provavelmente migraram do ensino regular, por não terem adquirido êxito na alfabetização, caso seja confirmado nas entrevistas, isso era mais um dos motivos para uma seleção cuidadosa no momento de organizar ou formar as classes de ensino.

Entendi pelo que foi observado nos locais de ensino, que não existe um envolvimento da gestão do município para atender a esse nível de ensino, e talvez as classes de alfabetização de jovens e adultos só existam para cumprir uma determinação Constituição Cidadã que promete priorização no campo educacional a erradicação do analfabetismo. Também cada educando matriculado na EJA, recebe recurso do Fundo nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que os municípios recebem após as matrículas dos educandos, e o recurso já chega para o pagamento do ano inteiro, e não existe fiscalização se os educandos continuam frequentando as salas de aula.